

PUCRS

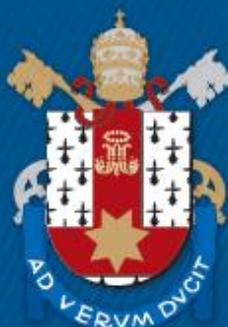
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

THIAGO COSTA JULIANI REGINA

**AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL NA IMPRENSA
CARIOCA DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954)**

Porto Alegre
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

THIAGO COSTA JULIANI REGINA

**AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL NA
IMPrensa CARIOCA DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins

Porto Alegre

2020

Ficha Catalográfica

R335r Regina, Thiago Costa Juliani

As representações sobre a União Democrática Nacional na imprensa carioca do Segundo Governo Vargas (1951-1954) / Thiago Costa Juliani Regina . – 2020.

181 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins.

1. Imprensa. 2. Política. 3. União Democrática Nacional. 4. Segundo Governo Vargas. 5. Representações sociais. I. Martins, Luis Carlos dos Passos. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

THIAGO COSTA JULIANI REGINA

**AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL NA
IMPrensa CARIOCA DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 27 de agosto de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luis Carlos Passos Martins (PUCRS) - Orientador

Profa. Dra. Marluza Marques Harres (UNISINOS)

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira (PUCRS)

Porto Alegre

2020

Para Antônio Gael.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos docentes do curso de História da PUC-RS, que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, em especial aos professores Helder Volmar Gordim da Silveira, Maria Cristina dos Santos, Marçal de Menezes Paredes, Márcia Andréia Schmidt e André Brayner Farias.

Agradeço imensamente ao amigo e orientador, Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins, pelos incentivos por meio da palavra e do exemplo, sem os quais este trabalho não seria possível.

Agradeço à Comissão de Bolsas do PPGH por ter acreditado nesta pesquisa e me concedido a oportunidade de levá-la adiante. Também agradeço à CAPES pelo investimento.

Agradeço aos colegas e amigos que me acompanharam nestes anos de pesquisa, em especial a Letícia Krilow, Eduardo Hass, Monica Karawejczyk, Tobias Droste, Guilherme Zabel, Isadora Freitas, Bruna Fonseca, Pedro Barbosa, Samuel Alves e outros/as.

Sou e serei para sempre grato aos meus pais, Miriam e Cesar Germano, esteio de todos os momentos. Da mesma forma, agradeço também à minha companheira, Gabbiana Fonseca.

Por fim, agradeço ao meu filho, Antônio Gael, minha maior inspiração.

RESUMO

REGINA, Thiago Costa Juliani. **As representações sobre a União Democrática Nacional na imprensa carioca do Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. 2020. 181 páginas. Dissertação (Mestrado em História), Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

Esta dissertação objetiva analisar como parte da imprensa carioca, por meio dos jornais *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, representou a atuação da União Democrática Nacional (UDN) frente ao Segundo Governo Vargas (1951-1954). A partir desse tema e objetivo central, procuramos entender como esses impressos perceberam o papel e as táticas adotadas pela UDN em face das propostas políticas de Getúlio, que tentou contar com o apoio da agremiação em várias das iniciativas saídas do Palácio do Catete, a despeito do partido ter se constituído como principal força de oposição ao seu governo. Por conseguinte, balizamos o estudo das representações sociais em três tópicos: a composição do “ministério da experiência”; a Reforma Administrativa; e, o processo de criação da Petrobrás. A escolha destes acontecimentos se sucedeu em função da extensa participação do “partido do Brigadeiro” nas discussões sobre eles. Em todos estes casos, além de fazer parte dos debates, a UDN foi também objeto deles, dado que as controvérsias se deram em torno da linha de ação que o partido deveria adotar diante dos planos do governo. Também buscamos identificar que tipos de concepções foram mobilizados discursivamente tanto para descrever o que os periódicos julgavam ser atribuição do partido, quanto para retratar seu posicionamento acerca das questões de relevo em disputa no debate público. Ademais, a partir do reconhecimento destes princípios, sob os quais os três diários construíram suas representações, procuramos identificar quais tendências eram compartilhadas entre os impressos e entre estes e a UDN, em particular sobre o tema da participação política nos projetos governamentais para o desenvolvimento econômico. Para cumprir tal proposta, a metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo.

Palavras-chave: Imprensa. Política. União Democrática Nacional. Segundo Governo Vargas. Representações sociais.

ABSTRACT

REGINA, Thiago Costa Juliani. **Representations about the National Democratic Union in the Rio de Janeiro press of the Second Vargas Government (1951-1954)**. 2020. 181 pages. Dissertation (Master in History), School of Humanities, Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

This dissertation aims to analyze as part of the *carioca* press, through the newspapers *Correio da Manhã*, *O Globo* and *Jornal do Brasil*, represented the work of the União Democrática Nacional (UDN) in front of the Second Vargas's Government (1951-1954). Based on this theme and central objective, we seek to understand how these periodical perceived the role and tactics adopted by the UDN in the face of Getúlio's political proposals, which tried to count on the support of the party in several of the initiatives that left Palácio do Catete, despite of the party having constituted itself as the main force of opposition to its government. Consequently, we focus on the study of social representations in three topics: the composition of the “ministry of experience”; Administrative Reform; and, the process of creating Petrobras. These events were chosen because of the extensive participation of the “Brigadeiro's party” in discussions about them. In all of these cases, in addition to being part of the debates, the UDN was also the subject of them, given that controversies arose over the line of action that the party should adopt in view of the government's plans. We also sought to identify what types of conceptions were discursively mobilized both to describe what the journals believed to be the party's attribution, and to portray their position on the relevant issues in dispute in the public debate. Furthermore, based on the recognition of these principles, on which the three newspapers built their representations, we sought to identify which trends were shared between the press and between them and the UDN, in particular on the theme of political participation in government projects for economic development. To fulfill this proposal, the methodology used was Content Analysis.

Key-words: Press. Policy. União Democrática Nacional. Vargas's second government. Social representation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1: Porcentagens dos gêneros jornalísticos analisados	29
--	----

LISTA DE SIGLAS

AEP – Assessoria Econômica da Presidência da República
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CDI – Comissão de Desenvolvimento Industrial
CEIMA – Comissão Executiva do Material Automobilístico
CM – Correio da Manhã
CNI – Confederação Nacional das Indústrias
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI – Campo de Produção Ideológica
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DHBB – Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JB – Jornal do Brasil
OG – O Globo
PC – Partido Comunista
PL – Partido Liberal
PSD – Partido Social Democrático
PSL – Partido Social Liberal
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
UDN – União Democrática Nacional
UH – Última Hora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. IMPRENSA E POLÍTICA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS: UM BALANÇO DO ESTADO DA ARTE	31
2.1. SITUANDO OS JORNAIS CARIOCAS NA HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL	32
2.2. ABRINDO A CAIXA DE FERRAMENTAS: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS A PARTIR DOS CONCEITOS DE PIERRE BOURDIEU	41
2.3. OS PERIÓDICOS EM TRAJETÓRIA: <i>CORREIO DA MANHÃ</i> , <i>JORNAL DO BRASIL</i> E <i>O GLOBO</i>	51
2.3.1. Correio da Manhã	51
2.3.2. Jornal do Brasil	54
2.3.3. O Globo	56
2.4. ARENA DE GIGANTES: RELAÇÕES E LUTAS ENTRE IMPRENSA E POLÍTICA NO <i>CAMPO DE PRODUÇÃO IDEOLÓGICA</i>	59
2.5. UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL: AS CONTRADIÇÕES E OS DESAFIOS DA UNIDADE E DA IDENTIDADE PARTIDÁRIA	66
3. ENTRE A ADESÃO E A OPOSIÇÃO: REPRESENTAÇÕES DO GRANDE DILEMA UDENISTA PERANTE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS	71
3.1. DA COMPOSIÇÃO DO “MINISTÉRIO DA EXPERIÊNCIA” À CONVENÇÃO NACIONAL DA UDN: A LINHA DE AÇÃO DO PARTIDO COMO “CABO DE GUERRA”	71
3.2. DA REFORMA ADMINISTRATIVA À REFORMA MINISTERIAL	85
3.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO	108
4. UDN VS. JORNAIS: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA PETROBRÁS, UM CASO PARADIGMÁTICO	113
4.1. O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA PETROBRÁS E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES JORNALÍSTICAS SOBRE O PROJETO ORIGINAL DE VARGAS	116
4.2. “AMIGOS, AMIGOS, DOUTRINAS À PARTE”: O MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO COMO PONTO DE DISSENÇÃO ENTRE UDN E JORNAIS	121
4.3. BALANÇO DA APROVAÇÃO NA CÂMARA, TRAMITAÇÃO NO SENADO E DESFECHO MONOPOLISTA	134
4.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	157

APÊNDICE A –TABELAMENTO DE DADOS – ANÁLISE DE CONTEÚDO (UNITARIZAÇÃO)	162
APÊNDICE B – CLASSIFICAÇÕES DE ANÁLISE (CATEGORIZAÇÃO).....	164
APÊNDICE C – QUANTIDADE DE TEXTOS POR PERIÓDICO CONFORME O GÊNERO JORNALÍSTICO EM CADA CATEGORIA DE LINHA DE AÇÃO (ADESÃO/OPOSIÇÃO)	166
APÊNDICE D – CORREIO DA MANHÃ	169
APÊNDICE E – JORNAL DO BRASIL.....	170
APÊNDICE F – O GLOBO	171
APÊNDICE G – O GLOBO.....	172
APÊNDICE H – O GLOBO.....	173
ANEXO A – REGULAMENTO UDENISTA.....	174

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem em vista analisar como parte da grande imprensa carioca, por meio dos jornais *Correio da Manhã (CM)*, *O Globo (OG)* e *Jornal do Brasil (JB)*, representou a atuação da União Democrática Nacional (UDN) frente ao Segundo Governo Vargas (1951-1954).

Partindo deste tema e objetivo central, procuramos entender como esses impressos perceberam o papel e as táticas adotadas pela UDN em face das propostas políticas de Getúlio, que tentou contar com o apoio da agremiação em várias das iniciativas saídas do Palácio do Catete, a despeito do partido ter se constituído como principal força de oposição ao seu governo. Por conseguinte, balizamos o estudo das representações sociais em três tópicos: a composição do “ministério da experiência”; a Reforma Administrativa; e, o processo de criação da Petrobrás. A escolha destes acontecimentos se sucedeu em função da extensa participação do “partido do Brigadeiro” nas discussões sobre eles. Em todos estes casos, além de fazer parte dos debates, a UDN foi também objeto deles, dado que as controvérsias se deram em torno da linha de ação que o partido deveria adotar diante dos planos do governo.

Portanto, o exame das representações jornalísticas sobre as práticas políticas da UDN em nível nacional, em contraste com sua autorrepresentação em termos programáticos e de compromisso, fornece uma excelente oportunidade para compreendermos algumas questões como: quais foram as posturas dos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* referentes à atuação do “partido do Brigadeiro” na política nacional? Quais os pontos de aproximação e distanciamento entre os jornais e a UDN? Quais foram os pontos de convergência e divergência entre as folhas nas representações sobre a UDN? E, quais as confluências e dissonâncias sobre os princípios mobilizados nas representações, entre os jornais e a UDN, e entre os próprios diários?

Como plano de fundo desta relação estavam as questões associadas ao processo de consolidação das transformações políticas que marcaram a democracia durante a Terceira República, sobretudo no tocante ao impacto das novas dinâmicas eleitorais, que favoreceram a ascensão de Vargas, adversário contra quem, anos antes, a luta pelo fim do Estado Novo havia ensejado a criação da UDN.

Deste modo, com base na forma como os jornais escolhidos representaram a União Democrática Nacional, buscamos identificar que tipos de concepções foram

mobilizados discursivamente tanto para descrever o que os periódicos julgavam ser atribuição do partido, quanto para retratar seu posicionamento acerca das questões de relevo em disputa no debate público. Ademais, a partir do reconhecimento destes princípios, sob os quais os três diários construíram suas representações, procuramos identificar quais tendências eram compartilhadas entre os impressos e entre estes e a UDN, em particular sobre o tema da participação política nos projetos governamentais para o desenvolvimento econômico.

O exame sobre a relação entre imprensa e política, conforme o recorte aqui delimitado, permitiu-nos identificar o que era o papel da oposição para os jornais e quais modelos em termos de políticas públicas foram encapados ou preteridos, legitimados ou deslegitimados pelos jornais. Ainda que a análise não tenha apresentado elementos suficientes para desenvolver o tema, abriu a possibilidade de compreendermos alguns aspectos que fazem parte das “visões de mundo” e concepções de sociedade e de governo.

Em suma, nosso propósito em última instância é, a partir das representações sobre a União Democrática Nacional, entender como os jornais analisados estavam concebendo a democracia política vigente e o movimento de modernização e ampliação dos aparelhos estatais brasileiros, em andamento naquela época. Para tanto, foi necessário abordar a imprensa a partir de um aporte teórico que a contemplasse em sua complexidade. Nesse sentido, a teoria dos *campos de produção simbólica* de Pierre Bourdieu, permitiu-nos enxergar os periódicos sob uma ótica particular, na qual as dinâmicas que regem o seu domínio e sua posição na esfera de debate não são subordinadas a interesses externos, sejam políticos e/ou econômicos. Nessa perspectiva, o jornalismo impresso tem uma lógica de funcionamento própria, assim como formas singulares de apreensão da realidade e de inserção no debate público, o que o credencia a influenciar e intervir na sociedade. Sendo estas as características que procuramos no decurso deste estudo demonstrar serem as da imprensa carioca do Segundo Governo Vargas.

A fim de expressar o quanto o tema deste trabalho tem pertinência, remetemos a duas questões de nossa atualidade. Em primeiro lugar, destacamos a importância da participação da “grande mídia” brasileira nas discussões públicas, especialmente sobre a política. A despeito de nos dias de hoje as redes sociais terem se constituído na grande “arena” de debates, espaço por excelência do contraditório politicamente, os meios tradicionais como os noticiários televisivos, os jornais (digitais) e em menor escala os programas radiofônicos, possuem a capacidade de mobilizar parcelas da população em

torno das teses que defendem, isto é, seus discursos ainda têm poder de intervir na sociedade.

Em segundo lugar, fazemos referência aos discursos e atos que hoje presentificam o passado udenista. Com efeito, a vivacidade das expressões que remetem ao partido extrapola o âmbito memorialístico, como o comprovam as tentativas de refundação ou criação de uma sigla homônima, que vieram à tona no ano de 2019.¹ Ainda que isto não venha a acontecer, quais seriam as representações que estimulam estes grupos a se empenhar na “ressureição” do partido? Questão que coloca em evidência a atualidade do tema que tratamos, bem como a relevância da pesquisa sobre as *representações sociais*, visto que estas são empregadas na legitimação ou deslegitimação de narrativas políticas sobre a agremiação.

De toda sorte, a maior justificativa para levarmos este estudo adiante está fundamentalmente ligada às peculiaridades de sua conjuntura histórica, como veremos a seguir, em três perspectivas: das mudanças que o período apresentou em âmbito nacional; do ponto de vista sobre a UDN; e, finalmente, sobre a imprensa carioca da época.

Na década de 1950, o Brasil estava em meio a um processo de transformações macroestruturais que partiu da economia se estendendo sobre o social e o político. Dos anos 30 até os 70, o país experimentou uma alteração significativa de seus eixos econômicos: de nação agrícola, produtora e exportadora de bens primários, à parcialmente urbanizada e industrial, exportadora de manufaturados. Embora este fenômeno tenha perpassado diferentes governos, deu-se de maneira acelerada e sob o planejamento estatal de políticas industrializantes que tiveram certa continuidade.

Nesse sentido, o Segundo Governo Vargas concentrou seus esforços na criação de condições para o desenvolvimento econômico baseado na indústria nacional (LEOPOLDI, 2000). Procurando estabelecer as fundações necessárias em termos de infraestrutura, para levar avante seu projeto de industrialização acelerada, Getúlio

¹ As tentativas de refundação da sigla ou de criar um partido homônimo em nome e valores defendidos, teve uma maior projeção em termos midiáticos, depois que o atual presidente, Jair M. Bolsonaro, passou a sinalizar sua saída do Partido Social Liberal (PSL) nos primeiros meses de 2019. Apesar de Bolsonaro ter rejeitado em outubro de 2019 a possibilidade de fazer parte da “Nova UDN” e lançar o partido Aliança pelo Brasil em novembro do mesmo ano, a sigla UDN ainda é motivo de disputa judicial. Tramitam no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) duas tentativas de criação de um partido com o mesmo nome. Enquanto uma das iniciativas está sendo feita pela via tradicional – coleta e homologação de assinaturas –, a outra busca desfazer a extinção da antiga UDN pelo AI-2. Em termos de adeptos, as redes sociais geridas pelo grupo com maior número de seguidores, apresentam pouco mais de dois mil perfis, o que é emblemático da pouca expressividade, mas não da inexistência de simpáticos à causa.

ampliou o poder de intervenção do Estado na economia, criando empresas estatais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que se tornou o principal instrumento para o financiamento de longo prazo e investimentos multissetoriais; assim como a Petrobrás e a Eletrobrás, buscando autossuficiência energética e, além disso, a abertura de novas linhas de exportação, que possibilitassem o reinvestimento dos lucros na produção de insumos industriais. Ademais, Vargas criou órgãos de planejamento, para desenvolver políticas econômicas específicas, dentre estas agências, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) foi a que ficou mais conhecida.²

Em razão das significativas taxas de crescimento da economia brasileira, os anos de 1945 a 1964 são considerados os do período de consolidação do processo de industrialização do país. Para fim de comparação, no tocante à média anual de contribuição de cada atividade econômica no total da produção nacional, a indústria apresentou 9,1%, enquanto a agricultura, apenas 4,6% (BAER, 1966, p. 73). Este desempenho do setor industrial marcou a virada entre as duas atividades.

Simultaneamente, sucedeu-se uma “inversão” demográfica e mudanças na paisagem dos centros urbanos, sobretudo os que abrigavam parques industriais. Se, em 1940 a diferença da população rural para a urbana era de 49,51% a mais, em 1960 ela passou para apenas 10,55%, vindo a ocorrer uma prevalência da população citadina nesta mesma década.³ De acordo com Neide Patarra (1986), às funções administrativas e comerciais que já predominavam nas grandes cidades brasileiras, somaram-se as atividades produtivas industriais. Conjuntamente a isto, as metrópoles – especialmente as do sudeste do Brasil – passaram a atrair populações de outras regiões (sobretudo nordestinas), dessa forma, o processo de urbanização esteve profundamente associado ao de industrialização do país. Ambos se deram com velocidades equivalentes, embora, diferente do que se possa pensar, estes contingentes interioranos não vieram a suprir a mão de obra industrial, em função das condições paupérrimas em que chegavam às cidades, vindo a ocupar postos nos setores de serviços e informais.

As transformações na composição populacional e a acelerada urbanização repercutiram na distribuição do poder político. Estas mudanças tiveram grande impacto

² Entre os órgãos de planejamento criados por Vargas, podemos citar também a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) e a Comissão Executiva do Material Automobilístico (CEIMA).

³ Cfe. dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm, consultado em 13 de março de 2020.

sobre as bases do sistema representativo, em virtude da alta numérica alcançada pelo voto urbano que se equiparou ao quantitativo rural. A constituição do eleitorado também não escapou às alterações, na medida em que o crescimento acelerado das cidades se deu principalmente sob a incorporação das parcelas médias e inferiores da sociedade, sobretudo de trabalhadores destes setores (LIMA JR., 1981, p. 29). Em função disto, deu-se a diminuição das formas tradicionais de captação eleitoral, associadas ao clientelismo rural, o que favoreceu o fortalecimento de táticas voltadas à assimilação do voto urbano. Isto surtiu efeito na trajetória dos partidos políticos, em prejuízo dos que tinham maior representatividade junto a gente do campo – UDN e PSD –, beneficiando as agremiações que apresentaram maior competência em incorporar o sufrágio da *urbes*, como o PTB (DELGADO, 2003, p. 142).

O crescimento exponencial do eleitorado, vinculado às alterações na legislação eleitoral, em especial a partir da Lei Agamenon de 1945,⁴ assinalou o estabelecimento de uma dinâmica na qual os partidos políticos progressivamente teriam que lidar: o protagonismo dos grupos populares que passaram a formar a base do eleitorado brasileiro. Esta preocupação passou a ser patente, em particular, aos três maiores partidos: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).⁵

À vista disso, faz-se necessário discorrermos aqui, mesmo que de forma breve, sobre estas agremiações no período estudado, dando ênfase, claro, a UDN. Segundo Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2018), a nova ordem que se estabeleceu no sistema partidário, entre os anos de 45 a 64, foi marcada pelo recorte do getulismo. Enquanto PSD e PTB nasceram sob sua égide, a UDN se constituiu como a maior força de oposição antigetulista e antitrabalhista.

⁴ O Decreto-lei n.7.586 de 28/05/1945, expedido pelo ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, além de estabelecer o voto secreto, o tornou universal a homens e mulheres. Embora ainda mantendo o veto ao sufrágio de analfabetos, a Lei beneficiou o aumento expressivo do número de eleitores, regulamentando o alistamento que, dentre outras normas, impunha sanções a quem descumprisse as obrigações eleitorais. Ademais, em 1950 foi instituído um novo código eleitoral, que acabou com o alistamento *ex-officio*, isto é, os chefes das repartições federais, estaduais e municipais eram obrigados a enviar, aos cartórios eleitorais, a relação dos seus funcionários, para efeitos de inscrição eleitoral, passando o alistamento a ser realizado por iniciativa do cidadão, que deveria comparecer ao cartório eleitoral para se inscrever; o novo código também acabou com as candidaturas múltiplas, sancionadas pela Lei Agamenon (NICOLAU, 2004a, p. 43-46).

⁵ Ponderemos a existência de outras agremiações, de menor expressão e força no jogo político, conforme aponta GOMES & FERREIRA (2018).

Colocando-se como tributário das políticas de Vargas, embora detentor de um perfil conservador, o PSD teve como principal característica a aderência a todos os governos em nível nacional (HIPOLITO, 1985; OLIVEIRA, 1981).⁶ Em termos de “máquina partidária”, o PSD tinha a maior entre as agremiações, possuindo diretórios na maioria dos municípios do país e se constituindo em carro-chefe das maiorias no Congresso Nacional e nos parlamentos estaduais. Em virtude desta força, atuou “como o fiador da democracia-liberal brasileira, o partido deu o tom da moderação política, pelo menos até a virada dos anos 1950 para os 1960” (GOMES & FERREIRA, 2018, p. 261).

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi gestado ainda no Estado Novo, desde 1942, sob os auspícios do Ministério do Trabalho. O PTB se inseriu no “longo e cuidadoso trabalho de construção do projeto trabalhista, mobilizando recursos humanos, técnicos e financeiros” (GOMES & FERREIRA, 2018, p. 261). A proposta de fundação do PTB, da criação de um partido voltado aos trabalhadores urbanos e que abrigasse as políticas sociais de Getúlio, concretizou-se sob os esforços de técnicos do Ministério do Trabalho e sindicalistas, ante o consentimento de Vargas, naturalmente. Ligado a isto, consideremos que as políticas públicas, sobretudo as voltadas aos direitos dos trabalhadores, possuíam ressonância junto a amplos setores assalariados, que se fariam dispostos a votar no partido. Ademais, como indica Maria Celina D’Araújo (1996), o carisma de Vargas foi fator decisivo nos sucessos do PTB, visto que o nacionalismo e o reformismo do partido não foram incompatíveis com seu empreguismo e clientelismo. Isto é, a despeito do PTB defender o nacionalismo, a democracia, a cidadania para os trabalhadores e a distribuição de renda, estruturalmente era muito centrado na figura de Getúlio e no prestígio político disto decorrente.

Agora, vamos à agremiação que mais nos interessa – a União Democrática Nacional. A UDN surgiu como um movimento em decorrência das lutas contra o Estado Novo, por um lado, e em torno da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República, por outro. Inicialmente, a composição da UDN era bastante heterogênea, incluindo desde liberais, socialistas (das chamadas esquerdas democráticas) até antigos aliados de Vargas, descontentes com o caminho por ele tomado. No entanto, com o passar do tempo, os grupos politicamente conservadores acabaram predominando dentro do partido, sustentando suas linhas de ação sob o antigetulismo e, posteriormente,

⁶ No entanto, que havia vozes dissonantes dentro da sigla, como os pessedistas gaúchos, hostis a Getúlio Vargas.

sob o antirreformismo – pautas em torno das quais, o partido não teria conseguido superar o imobilismo e chegar ao poder (BENEVIDES, 1981).

Embora, discursivamente, o partido se autorrepresentasse como voltado à classe média, em termos econômicos, a UDN também defendia os interesses dos proprietários de terras e dos industriais associados ao capital estrangeiro. De acordo com Maria Victoria Benevides a origem social dos parlamentares udenistas não simbolizava “uma especial identificação do partido com os setores médios: a UDN tinha, no Congresso, mais proprietários de terra do que o PSD e este tinha mais funcionários públicos do que aquela” (BENEVIDES, 1981, p. 217).

O trabalho de Maria Victoria de Mesquita Benevides (1981) se constitui na maior referência dentro da ainda escassa bibliografia sobre a União Democrática Nacional.⁷ De qualquer forma, seu trabalho é de grande valia para os estudiosos do partido, uma vez que a originalidade de sua contribuição está na distinção que a autora faz entre a UDN enquanto partido político e o udenismo como conjunto de práticas políticas e ideológicas. Nesse sentido, o udenismo é caracterizado como o modo de apropriação do liberalismo por grupos políticos conservadores. Dentre os princípios compartilhados por seus adeptos estão: o liberalismo econômico; o antiestatismo; o antigetulismo; o anticomunismo; o moralismo; o bacharelismo; a excelência das elites; e a restrição à participação popular na política. A força destes ideais se exprimiu de maneira emblemática na justificação das sucessivas derrotas eleitorais do partido, atribuindo-as à ignorância e incompetência da população em não conseguir associar a prática do voto à satisfação dos interesses nacionais. Fundo argumentativo que amparou as reiteradas tentativas da agremiação em anular os resultados dos pleitos eleitorais e, posteriormente, como pretexto golpista e apelo à intervenção militar, visando sanear a política e restituir a democracia, supostamente vilipendiada.

Neste ponto, acreditamos ser importante indicar os porquês da relevância deste estudo também se encontrar na peculiaridade da situação política nacional daquele período. Em primeiro lugar, escolhemos este tema tendo em vista que a UDN foi o maior partido de oposição ao Segundo Governo Vargas. Após cinco anos da ditadura estadonovista (1937-1945), Vargas retornava ao comando da nação por meio do sufrágio

⁷ Entretanto, ressaltamos a existência de outros trabalhos que se constituem em referências obrigatórias sobre o partido, a saber: DULCI, Otávio Soares. A UDN e o antipopulismo no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986. 230 p. (Teses); PICALUGA, Isabel Fontenelle. Partidos políticos e classes sociais; a UDN na Guanabara Petrópolis: Vozes, 1980.

popular. A UDN, desde as lutas pelo fim do Estado Novo, transformou-se na principal sigla de oposição ao Presidente e ao PTB. As práticas da UDN estiveram pautadas, por um lado, pelo conteúdo programático da agremiação e pela orientação doutrinária liberal,⁸ e de outro, pelo pragmatismo exigido pela política brasileira.

O papel de partido opositor a Getúlio Vargas, por si só, em virtude da importância do presidente na história do Brasil, poderia justificar o empenho em estudá-lo. Contudo, a UDN se fez protagonista de seu tempo também, sendo as representações sobre ela indispensáveis para compreensão das lutas que eram travadas no *campo de produção ideológica* em torno da delimitação do que era legítimo ou não em matéria de políticas públicas. No mais, invariavelmente, a UDN representava um ideário político antagônico ao apresentado por Vargas e o PTB, com seus “tipos ideais” de sociedade e de prática de governo. Em última instância, era um participante de peso no debate público.

Em consequência, é relevante analisar como o partido, que esteve envolvido em discussões sobre temas de amplitude nacional, foi representado pelos jornais. Isso se explica, porque dentre as grandes siglas do período, a UDN se destacou como a única que se autoprotclamava “liberal”, tanto política quanto economicamente, muito embora algumas de suas ações fossem incompatíveis com o liberalismo político clássico e com os princípios da doutrina em termos econômicos, como nos sugere Benevides ao abordar as ambiguidades do liberalismo udenista. As incongruências entre a autorrepresentação da UDN como uma agremiação de matriz liberal e suas atitudes antidemocráticas e antipopulares, trouxeram um pouco de confusão na interpretação de alguns grandes pesquisadores (CAPELATO, 1988; DULCI, 1986; SKIDMORE, 1996) que viram as ambiguidades do partido como “traição” a sua orientação doutrinária. No entanto, a “tradição” não foi traída, uma vez que os referenciais históricos do liberalismo udenista já continham uma composição ambígua em relação às premissas do liberalismo clássico, contendo uma considerável inclinação conservadora.⁹

⁸ Conforme Benevides, o liberalismo udenista pode ser definido como “marcado por um profundo elitismo. Um dos aspectos mais interessantes desse elitismo se refere à crença inabalável na presciência das elites. O corolário dessa tese se enraíza na convicção de que o povo jamais será politicamente responsável; no máximo poderá ser “politicamente educado” ou “guiado” (BENEVIDES, 1981, p. 252).

⁹ As tendências da UDN a que nos referimos, da crença da superioridade das elites, da inépcia das “massas” em reger os próprios destinos, são consoantes aos termos delineados pelo teórico “pai” do conservadorismo, Edmund Burke: “O povo, essa swinish multitude”, rebanhado miserável, cujas paixões ignorantes e ensandecidas, se não forem controladas pela lei, justificariam o mais duro despotismo. E o que seria da liberdade sem sabedoria, sem virtude? O pior dos males, com seus desvarios, seus vícios, suas loucuras” (BURKE *apud* BENEVIDES, 1981, p. 264).

As raízes da tradição liberal reivindicada pelos udenistas expõem a feição indisfarçavelmente elitista, de um liberalismo limitado, restrito, expresso nas aspirações do tribuno liberal [Teófilo] Otoni, "por uma democracia de classe média, uma democracia da gravata lavada". Afonso Arinos confirma essa aspiração pelo "liberalismo das classes médias urbanas, cultas, liberalismo burguês mais político do que social" (BENEVIDES, 1981, p. 247).

Entretanto, o inverso desta conduta nos é ainda mais caro à análise. Em outras palavras, nos momentos em que a UDN se aproximou de uma ação progressista ou mesmo das bandeiras defendidas pelos seus maiores adversários (Vargas, o PTB e setores nacionalistas da sociedade), a agremiação apresentou "contradições" inquietantes em relação a ambas tradições – a liberal, sobretudo discursivamente, e a conservadora da atuação política. Deste modo, os acontecimentos em que balizamos o estudo convergem no tocante ao posicionamento do partido, que supostamente estaria na contramão de seus preceitos.

Nos três momentos, a questão patente é a da linha de ação que o partido deveria adotar em face das iniciativas do governo. Os eventos que submetemos à análise das representações sobre a UDN nos periódicos, expõem a falta de unanimidade dentro do partido, delineada no embate entre "adesistas" e "oposicionistas". O caso da composição do "ministério da experiência" foi marcado pela investida "direta" de Vargas em contar com a participação da UDN no governo, enquanto o caso da Reforma Administrativa foi marcado por uma tentativa "indireta", por meio do apelo à colaboração interpartidária na elaboração do projeto de lei, para renovação administrativa. No caso da Petrobrás, a fórmula original do projeto de Vargas, contemplava as diretrizes econômicas preconizadas pela UDN para o setor, o que por nós é visto – dentro de uma "pacote de conveniências" – como uma manobra política do governo, visando não despertar a antipatia da oposição, e mesmo como uma eventual tentativa de conquistar auxílio para aprovação do plano no parlamento.

Isto posto, podemos identificar uma lacuna nos estudos sobre o partido – qual seja: o que levou a UDN, em diferentes momentos do período, a encampar propostas, bandeiras e teses que convergiam mais com seus adversários e iam na contramão da orientação doutrinária de seu programa fundacional? Embora a resolução deste hiato não faça parte do escopo do presente trabalho, a análise da avaliação dos jornais acerca das atitudes udenistas, pode-nos ser indicativa de algumas alternativas que poderiam fazer parte do horizonte do partido, ao tomar tais caminhos.

A análise das representações jornalísticas sobre a UDN nestes eventos, forneceu-nos excelentes subsídios para relativizar as interpretações que tratam os três periódicos aqui escolhidos como “udenistas” ou que seguiam a linha doutrinária do partido, numa espécie de subordinação de parcela da grande imprensa carioca aos principais atores da cena política. Sobretudo, considerando-se também que a eles foram imputadas sistematicamente as pechas de jornais “liberais” e “antivarguistas”. Portanto, veremos como esses diários reagiram em face dos posicionamentos da UDN quando estes se mostraram divididos, próximos ou distantes de Vargas e suas propostas. Além disso, veremos que percepções tinham esses diários sobre os conteúdos doutrinário e programático da agremiação, bem como qual relação estabeleciam com eles.

É praticamente consensual e sem exageros que a imprensa escrita é tida como um dos principais atores políticos do Segundo Governo Vargas, em especial da conjuntura que culminou no trágico desfecho que teve o Presidente, em 24 de agosto de 1954. A turbulenta relação de Getúlio com grandes jornais brasileiros remonta ao Governo Provisório (1930-1934), perpassa o regime do Estado Novo (1937-1945), chegando à década de 1950 ainda sob animosidades por parte da imprensa, como nos exemplifica o fato da maioria das folhas de expressão terem apoiado a candidatura de Eduardo Gomes (UDN) à presidência da República, francamente em oposição ao ex-ditador.

Por conta do restabelecimento do regime democrático, a imprensa gozou de ampla liberdade de manifestação e se tornou importante partícipe do jogo político, possuindo uma enorme capacidade de influenciar a sociedade brasileira e a política nacional dos anos 50. Nesse sentido, os impressos da cidade do Rio de Janeiro tiveram grande destaque. Por estarem localizados no Distrito Federal, àquela época sede do poder político-administrativo e polo cultural do país, suas participações no debate público eram proeminentes, sendo, por exemplo, até hoje lembrados como os grandes artífices do assédio (junto da UDN) que levou Getúlio ao suicídio.¹⁰

Segundo Luis Carlos Martins (2016), dentre as interpretações que procuraram explicar tamanha oposição dos diários cariocas a Vargas, destacam-se duas: uma de motivo político e outra de fundo econômico. De acordo com a primeira, afora o histórico conflituoso entre a imprensa e o Presidente, em particular ligado ao passado ditatorial e a

¹⁰ À esta interpretação, de que a grande imprensa teria feito um “cerco” a Getúlio Vargas, publicando denúncias e desferindo ataques de maneira incessante, autores como Alzira Abreu e Fernando Lattman-Weltman (1994) apresentam variáveis que a contestam, como veremos no capítulo seguinte.

censura imposta aos periódicos pelo Estado Novo, Vargas representaria uma política baseada na demagogia e no populismo, e que deveria ser combatida. Por esta explicação, os jornais e a UDN, aliados de primeira hora, sobretudo nos pleitos presidenciais, corresponderiam a um lado da luta política, enquanto Getúlio, o outro.

A segunda perspectiva diz respeito a incompatibilidade em termos de programa econômico entre o defendido pelos impressos e o que Vargas propunha levar a cabo durante seu mandato. Grosso modo, o governo teria implementado um programa nacionalista, baseado na intervenção estatal na economia, supostamente hostil ao capital estrangeiro, procurando desenvolver de forma independente o capitalismo no Brasil. Por outro lado, a grande imprensa seria neoliberal, defensora do “Estado mínimo” e do sistema de livre iniciativa, sendo favorável ao aproveitamento da “vocação agrícola” do país, que traria vantagens nas trocas internacionais. Em última instância, conforme estas interpreta es da rela o entre política e imprensa, as posi es do Presidente e dos diários estariam atreladas aos interesses de grupos econômicos e sociais: de um lado, Vargas teria consigo a burguesia nacional e os trabalhadores urbanos; de outro, a grande imprensa seria representante dos interesses do capital financeiro internacional, do agronegócio exportador e do comércio de importa o-exporta o.

Por essa lógica, as publica es jornalísticas estariam condicionadas pelo que determinavam os grupos que as financiavam, ou seja, os pontos de vista por elas manifestados seriam orientados por forças de fora das salas de reda o. Esta concep o tem sua fragilidade na carência de análises empíricas que a comprovem, sendo produzidas normalmente por meio de observa es gerais, em especial por trabalhos que não tem a imprensa como objeto da análise, assim como ocorre quando o analista acaba endossando depoimentos de sujeitos históricos do período.

Portanto, procuramos nos distanciar das perspectivas que tendem a ver a grande imprensa como representante de grupos de pressão políticos e econômicos, pensando o papel dela na conjuntura política da década de 1950 a partir de uma  tica mais complexa, que levasse em conta a autonomia relativa dos jornais nos seus posicionamentos.   vista disso, procuramos seguir a linha de estudo franqueada por alguns pesquisadores, para os quais os impressos dos anos 50 possuíam maneiras próprias de se colocarem no espaço público, não podendo seu funcionamento ser considerado a reboque dos interesses de outros elementos sociais.

Como mencionado anteriormente, operacionalizando o recorte desta pesquisa a partir dos conceitos de Pierre Bourdieu, buscamos dar conta da relação conflituosa e intensa entre imprensa e política no debate público, perceptível no engajamento dos diários na defesa de temas relevantes em disputa, no que o autor denominou *campo de produção ideológica*. Esse comprometimento dos impressos, aqui é entendido como uma forma de sensibilizar a sociedade e impor seu sentido social sobre determinado tema, engendrando parte do instrumental discursivo dos jornais, no que Bourdieu (1990) chamou de *luta simbólica* e Chartier (2002) de *lutas de representação*. Estas noções nos possibilitaram explicar como seu deu a forma particular de inserção dos periódicos nas discussões públicas, buscando se constituir como porta-vozes legítimos da sociedade.

A escolha das fontes – os jornais *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* – esteve associada a uma série de critérios, dos quais destacamos: primeiro, o fato dos três impressos serem apontados como apologistas do liberalismo político e econômico, o que, em tese, implicaria em posturas semelhantes, mas que, na verdade, acreditamos que a análise empírica viesse apresentar o contrário; em segundo lugar, em função destes diários invariavelmente serem vinculados a UDN, seja como aliados numa incessante luta contra Vargas, seja como defensores intransigentes dos princípios econômicos do liberalismo; em terceiro, por se constituírem em folhas “tradicionais”, com décadas de existência e trajetórias específicas, com diferentes tipos e níveis de prestígio junto a parcelas da população, bem como pelos seus índices em termos de tiragem.¹¹

Ademais, os periódicos selecionados possuem posições e maneiras diferentes de “fazer jornalismo” dentro do *campo jornalístico*, segundo autores que os abordaram. Dentre os impressos da Capital Federal, o *Correio da Manhã* era o detentor de maior prestígio, tanto por encampar campanhas de fundo político com sucesso, quanto por emplacar bons índices de vendagem e consideráveis receitas publicitárias na década de 50. O impresso fundado por Edmundo Bittencourt se construiu ao longo de sua trajetória como uma folha de opinião, não se furtando ao embate político, sobretudo em seus principais nichos editoriais no período pesquisado. Já *O Globo* se caracterizou como um diário de pouco envolvimento político, apresentando posições moderadas ao longo de sua história, sem muita participação nas discussões públicas. Em compensação, o vespertino chegou aos anos 1950 em plena crescente no que diz respeito a tiragens e verbas

¹¹ Prestígio e vendagem seriam os dois polos de legitimação do campo jornalístico, conforme Bourdieu (2017).

publicitárias. Por fim, a extensa trajetória do *Jornal do Brasil* apresentou diferentes posicionamentos. Em função da impopularidade que a virulência antirrepublicana de seus primórdios o trouxe, passou a se construir como um órgão mais informativo do que opinativo, bem como voltado às camadas populares, o que lhe rendeu o epíteto de “Popularíssimo”. Em termos políticos o *JB* chegou à década de 50 com atuações contidas, embora desde os anos 30 possuísse independência financeira, por conta de seu sistema de classificados, o que poderia o tornar pouco suscetível a pressões externas.

Para desenvolver esta pesquisa utilizamos como metodologia a Análise Textual Qualitativa,¹² aparada na obra de Laurence Bardin (2009), considerada a mais adequada para examinar conteúdos discursivos em seriação longa, uma vez que possibilita, por meio de uma soma de procedimentos, constatar sentidos ocultos à superfície dos discursos. A escolha deste arcabouço metodológico está associada à liberdade quanto ao referencial teórico a ser usado na construção do objeto e na apreciação final dos textos selecionados. A Análise de Conteúdo é dividida em cinco procedimentos, vejamos quais são estes e como foram operacionalizados para este trabalho.

A etapa inicial, chamada de *Pré-análise* constitui o momento de escolha dos documentos, da formulação das hipóteses e elaboração de indicadores. Em um segundo momento, deve se dar a *Codificação*, a transformação destes dados em *Unidades de Registro* e *Unidades de Contexto*, isto é, unidades do que se quer analisar e unidades do contexto onde se encontra o objeto da análise, respectivamente. Na terceira etapa, passa-se a criação do sistema de categorias, ramificadas da intersecção das unidades. Em quarto lugar, depois de racionalizados os dados, parte-se para análise e interpretação destes. Por fim, elabora-se um metatexto, com objetivo de articular descrição e interpretação e comunicar os resultados da pesquisa.

Primeiramente, fizemos a escolha e a delimitação do *corpus* documental. Esta seleção se deu em consonância com o tema de pesquisa, dessa forma, optou-se pelos periódicos *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* no período correspondente ao Segundo Governo Vargas (1951-1954). Apesar de termos realizado uma triagem completa, de janeiro de 1951 a setembro de 1954, os textos utilizados na análise se

¹² Também denominada Análise de Conteúdo.

circunscreveram ao período dos acontecimentos selecionados, como iremos explicar detalhadamente a seguir.

Então, passou-se à composição do *corpus* de pesquisa, feito a partir do critério qualitativo, sob os referenciais “UDN”, “udenista”, “udenistas”, utilizados no instrumento de busca do acervo virtual dos periódicos que contempla a possibilidade de investigação por palavras-chave.¹³ Com este expediente, verificamos que tanto a sigla quanto os adjetivos tinham ocorrência nos mais variados segmentos dos jornais. Entretanto, balizamos a busca somente em espaços editoriais, por concebermos estes como os nichos de opinião dentro das publicações, como melhor especificaremos depois. O alto número de 308 textos mapeados sob os referenciais, fez-nos estipular um recorte temático no qual selecionamos apenas textos em que a UDN aparecia em algum tipo de relação com o governo.

Deste recorte, partimos para a próxima etapa: a unitarização. Nela, separamos as Unidades de Registro (de Análise) em termos valorativos: representações positivas sobre a UDN; representações negativas sobre a UDN; e representações neutras sobre a UDN. Em seguida, ao verificarmos os temas de maior cobertura pelos três jornais, determinamos as Unidades de Contexto: (1) Composição do “ministério da experiência”; (2) Reforma Administrativa; e (3) Processo de criação da Petrobrás. No total, foram analisados 142 textos: 58 editoriais principais; 57 editoriais complementares; 09 colunas não-assinadas; e 18 artigos. Para melhor visualizar a composição do *corpus* documental, ver o Apêndice A.

Terminada a unitarização, adentramos na fase de categorização, na qual criamos diferentes classificações de análise, que podem ser conferidas nos Apêndices B e C. Finalmente, com a racionalização dos dados, nos dedicamos a análise destes e construção do texto, que compõe os capítulos III e IV desta dissertação de mestrado.

Apresentada nossa metodologia, faz-se necessária a indicação de que trabalhamos com espaços opinativos, os *editoriais*. Em função de nosso objetivo principal ser correlato à identificação do posicionamento “oficial” dos órgãos de imprensa, optamos pela coleta e exame apenas em editoriais. Entendemos este tipo textual como espaço privilegiado de manifestação do que pode ser considerado a opinião do periódico, de sua chefia de

¹³ Aqui, nos referimos ao portal da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

redação ou ainda de seu proprietário, quando este tem ingerência sobre a linha de atuação do jornal. Dividimos os editoriais em dois tipos: *principal e complementares*.

No tocante ao primeiro, apesar de são ser o único nicho de onde se possa depreender o ponto de vista da publicação, ocupa lugar privilegiado nas edições, sua dimensão como um texto longo, figurando em local fixo, via de regra, são indicativos do prestígio dentro da impressão, assim como entre seus leitores. Tanto no *Correio da Manhã* como no *Jornal do Brasil*, os editoriais principais se localizam em páginas fixas, respectivamente nas laudas 4 e 5. Em ambos impressos, estão dispostos pela diagramação no canto superior à esquerda, espaço que primeiro é visualizado pelo leitor (SILVA, 1985). Durante o período que a pesquisa cobriu, no *CM*, o editorial principal ocupava três colunas e se estendia sobre pouco menos da metade da página; já no *JB*, o editorial principal era formado por duas colunas longas que se estendiam um pouco mais da metade da folha, invariavelmente. *O Globo* não apresentava seus editoriais principais em lugar fixo, entretanto, normalmente eram publicados na página de capa; sua centimetragem era menor que a dos periódicos mencionados antes, apresentando variedade na ocupação de espaço (duas a quatro colunas), em geral também havia um enquadramento em linhas.¹⁴

Os editoriais complementares são textos menores e não-assinados. Assim os denominamos em função de sua linguagem ser idêntica à do editorial principal e sobretudo por endossarem a perspectiva deste maior, quando abordam os mesmos temas. No *Correio da Manhã* e no *Jornal do Brasil*, os editoriais complementares se localizam na mesma página e nas adjacências do texto principal; variam em tamanho, mas são equivalentes a no máximo 1/3 daquele. No jornal *O Globo* os textos complementares não tem lauda fixa, aparecendo mais regularmente nas páginas 3 e 6; variam também em tamanho, no mais das vezes apresentando textos que ocupam duas colunas e se estendem da parte superior a inferior da folha.¹⁵

Outro gênero jornalístico a que optamos foram as *colunas não-assinadas*, uma vez que abordam temas associados à editoria ou ao segmento onde estão dispostas e, invariavelmente, seguem a linha opinativa dos editoriais. Nos jornais trabalhados, examinamos as colunas do *Correio da Manhã* (*Tópicos&Notícias*) e do *Globo* (*O Legislativo em ação*).¹⁶ A *Tópicos & Notícias* (*T&N*) era subdividida em torno de seis ou

¹⁴ Para melhor visualização, ver *Apêndices D, E, F, G e H*.

¹⁵ *Ibidem*.

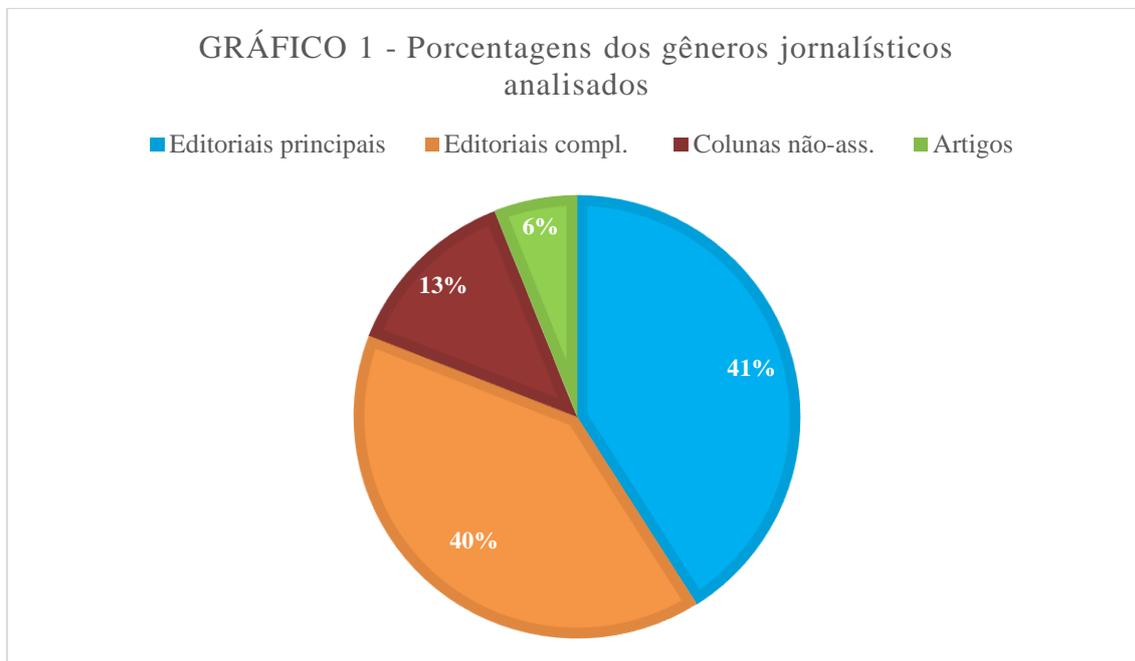
¹⁶ O *Jornal do Brasil* não apresentou como tópico de suas colunas não-assinadas o recorte aqui estipulado.

sete assuntos, os quais abordava em pequenos textos. Os temas eram os mais variados, com destaque para política, economia e administração pública. Além do mais, a *T&N* possuía um perfil opinativo bem demarcado, reclamava a moralização das práticas de políticos e agentes públicos, denunciava infrações nos órgãos do Estado, cobrava o funcionalismo por melhores resultados nas demandas cotidianas como problemas de tráfego viário, etc. A prestigiosa coluna era uma das principais referências do matutino, portanto, indispensável à análise das ideias que o impresso publicava sobre determinado tema. Não obstante, a coluna política do *Globo*, *O Legislativo em ação*, tivesse um caráter mais informativo, abordava os assuntos parlamentares com riqueza de detalhes. A coluna era segmentada em três subtítulos (*Na Câmara dos Deputados; No Senado Federal; e Na Câmara Municipal*)¹⁷ que se subdividiam em tópicos específicos sobre o andamento dos trabalhos em cada uma das instâncias legislativas.

Por fim, os *artigos*. Estes são considerados textos de opinião que podem ou não convergir com os pontos de vista expressados pela linha editorial do jornal, uma vez que constituem responsabilidade de seus autores. A análise sobre os artigos deve levar em conta alguns aspectos como a frequência com a qual o articulista escreve para o periódico e se seus textos são publicados em outras folhas. Fatores estes que podem ser emblemáticos da representatividade que o autor tem para o impresso, podendo ser o caso de o profissional agregar prestígio à publicação, que passa a ser identificada como espaço de veiculação de seus textos. Além de que, os mais longevos colaboradores de um diário, caso façam parte da equipe editorial, contribuem na construção e redação dos editoriais. Atentemos também para a utilização de pseudônimos, que pode ser uma tática de autopreservação de quem escreve o artigo, buscando não se comprometer com certa opinião. Fora isso, destacamos os escritos dos seguintes articulistas, por nós analisados: Costa Rego (*CM*), editor chefe do *Correio da Manhã*; R.B. (*CM*) pseudônimo por nós não identificado; Nelson Carneiro (*JB*), deputado pessedista à época; Mauricio Joppert da Silva (*JB*), deputado udenista à época; Padre Álvaro Negromonte (*JB*); Barbosa Lima Sobrinho (*JB*), redator principal do *Jornal do Brasil*; e José Lins do Rego (*OG*) colaborador assíduo do *Globo*.

¹⁷ À título de conhecimento, *Na Câmara Municipal* eram abordados temas da vereança da cidade do Rio de Janeiro.

A fim de termos uma melhor visualização do quantitativo de gêneros jornalísticos sobre o qual se operou a análise, elaboramos o GRÁFICO 1, onde consta a porcentagem de cada tipo textual.



Fonte: REGINA (2020).

A despeito do avantajado quantitativo documental, esta profusão de gêneros jornalísticos é sinonímica da potência que têm tais fontes para o estudo das representações sociais elaboradas e difundidas pela imprensa sobre a União Democrática Nacional e sua relação com o Segundo Governo Vargas e suas iniciativas. Com relação ao desequilíbrio numérico entre os periódicos – posto que o *Correio* possui 47 ocorrências, *O Globo*, 23 e o *JB*, 72 – o consideramos como mais um elemento à análise. Em função dos tópicos específicos que cada jornal pode ter abordado ou preterido, podemos “mapear” suas preferências e renúncias, na construção de seus posicionamentos sobre determinado tema em disputa no debate público.

Encaminhando-nos para o fim desta parte introdutória, faremos uma breve sistematização das frações que estruturam esta dissertação de mestrado. Esta pesquisa foi comunicada em quatro partes, além da presente introdução, na qual fizemos uma síntese sobre a conjuntura histórica do período, bem como exibimos a metodologia e o tratamento dispensado às fontes.

O Capítulo II, intitulado “Imprensa e política no Segundo Governo Vargas: Um balanço do estado da arte”, subdivide-se em quatro partes: na primeira, é feita uma

discussão bibliográfica, situando os jornais cariocas da década de 50 dentro da História da Imprensa no Brasil, indicando as principais interpretações, seus limites e possibilidades. Na segunda parte, procede-se a um debate teórico, no qual procuramos por meio dos conceitos de *campo jornalístico* e *campo político* de Pierre Bourdieu, pensar as lógicas de funcionamento do jornalismo impresso, refletindo sobre as trajetórias particulares dos diários, bem como acerca da diferenciação entre o universo dos jornais e o da política. Na terceira, apresentamos outras noções da teoria bourdiana que nos auxiliam na compreensão da relação entre a imprensa e a política, com destaque para os conceitos de *campo de produção ideológica (CPI)* e *lutas simbólicas*, assim como as concepções de *representações sociais* e *lutas de representação* do historiador Roger Chartier. Por fim, passamos à definição operacional do objeto de pesquisa, na qual apresentamos a noção de *campo de produção ideológica* como modelo analítico para a compreensão da relação entre a imprensa carioca e a UDN.

O Capítulo III, intitulado “Entre a adesão e a oposição: representações do grande dilema udenista perante o Segundo Governo Vargas”, foi segmentado em dois eventos: na composição do “ministério da experiência” e na Reforma Administrativa. Em ambos tratamos de analisar como os jornais retrataram e representaram as reações da UDN em face das tentativas de Vargas em contar com o apoio da agremiação. A partir de tais representações, buscamos compreender as percepções da imprensa sobre o que deveria ser o papel da UDN; como ela percebia a atuação do partido em relação a Getúlio; e, por último, que avaliações os periódicos faziam caso a sigla cumprisse ou descumprisse as suas atribuições, conforme as idealizavam os impressos.

O Capítulo IV intitulado “UDN vs. Jornais: o processo de criação da Petrobrás, um caso paradigmático”, subdivide-se em três partes, correspondentes ao “itinerário” do processo de criação da empresa petrolífera no Congresso Nacional. Em função da postura assumida pela UDN durante o episódio, encampano a tese do monopólio estatal do petróleo, na contramão do apregoado liberalismo econômico do partido, buscamos analisar as formas como essa atitude foi retratada pelos periódicos e, assim, identificar quais princípios foram mobilizados para representar a atuação e doutrina udenistas, bem como verificar quais as confluências e dissensões sobre estes princípios entre os impressos e a UDN.

Por último, encerrando o trabalho, algumas considerações finais acerca dos resultados da pesquisa.

2. IMPRENSA E POLÍTICA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS: UM BALANÇO DO ESTADO DA ARTE

A relação entre política e imprensa é um tema bastante discutido na historiografia correspondente ao Segundo Governo Vargas (1951-1954). No entanto, ao nosso entender, de maneira um tanto limitada, senão confusa, por carecer de análises empíricas aprofundadas. Via de regra, os estudos dedicados ao assunto tendem a se amparar e, ao mesmo tempo, sustentar duas ideias iniciais: a primeira, de que a “imprensa” teve um papel influente e decisivo para o desfecho trágico do governo Vargas, operando de modo incessante e relativamente uníssono na busca deste objetivo desde a posse de Getúlio, ao menos, no que diz respeito à chamada “imprensa conservadora e liberal” (SILVA, 1978; SODRÉ, 1983); a segunda premissa é de que a relação entre imprensa e política pode ser suficientemente entendida considerando-se os jornais como instrumentos a serviço de partidos e/ou “grupos de pressão” (políticos e econômicos) que, em última análise, financiavam os seus empreendimentos (LAURENZA, 1998; RIBEIRO, 2003). Há, desta forma, a ideia bastante difundida de que os jornais cariocas eram udenistas ou que seguiam a linha política-doutrinária do partido, numa espécie de subordinação do universo dos jornais ao universo político (SODRÉ, 1983; RIBEIRO, 2000).

Alguns trabalhos têm apresentado uma linha de interpretação alternativa, como é o caso do estudo de Alzira Abreu e Fernando Lattman-Weltman (1994) que, ao pesquisarem o posicionamento da grande imprensa diante da crise final do Segundo Governo Vargas, constataram que a ideia de oposição sistemática e homogênea dos “grandes diários” a Getúlio deveria ser, ao menos, relativizada. Procurando compreender de maneira mais adequada o processo que culminou com o suicídio do presidente em agosto de 1954, particularmente no que concerne à postura “comedida” de jornais como *O Globo* e o *Correio da Manhã*, Abreu e Lattman-Weltman propõem a introdução de outras variáveis na análise, como a adoção, por alguns jornais, de princípios da imprensa anglo-saxônica como “neutralidade” e “objetividade” jornalística como estratégia mercadológica.

Embora tenha havido um aumento quantitativo dos estudos acerca da imprensa brasileira da década de 1950, o caminho aberto por esta forma de abordagem, contudo, não teve sua devida continuidade, ficando os trabalhos relacionados ao tema da política e imprensa no recorte em questão, ainda confinados ao modelo citado anteriormente, que

podemos identificar por duas insuficiências analíticas: a abordagem dos grandes jornais a partir da chave interpretativa do “paradigma da manipulação da notícia”¹⁸ e uma noção que os resume à categoria de porta-vozes dos poderes estabelecidos na sociedade.¹⁹ Dessa forma, a pesquisa aqui desenvolvida pretende dar seguimento a linha de análise franqueada por Abreu e Lattmann-Welltmann (1994) e Abreu e Lattmann-Welltmann (1996).

Sem embargo, para melhor conduzirmos as discussões acerca da relação entre imprensa e política no debate público, propomos algumas reflexões sobre características e definições da grande imprensa carioca da década de 1950 que figuram na bibliografia especializada e que serão úteis na medida em que nos fornecem instrumentos conceituais para presentificar o passado daqueles jornais.²⁰

2.1. SITUANDO OS JORNAIS CARIOCAS NA HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Parte considerável da produção que trata do jornalismo brasileiro durante o século XX aborda a história dos grandes jornais sob uma divisão baseada em dois tipos de imprensa, em que estes se constituíram e que vieram a se constituir, a saber: a imprensa político-partidária e a imprensa comercial e/ou empresarial. A primeira pode ser definida como interlocutora oficial de uma agremiação partidária, sendo subordinada a esta e a seus dirigentes. Funda sua autoridade no partido ao se manifestar na “esfera pública”, retirando dele também a legitimidade das teses que encampa nas disputas do debate público. O segundo tipo, a imprensa comercial, é caracterizado por serem os periódicos empresas privadas. O formato capitalista é voltado primeiramente para obtenção do lucro, configurando-se nesta lógica em termos de gestão e estratégias de produção para alcançar e fidelizar o maior número de leitores possíveis.²¹ Ao se colocar como lugar privilegiado

¹⁸ Segundo Afonso Albuquerque (1998, p. 09), o “paradigma da manipulação da notícia” é adotado quando o pesquisador, ao averiguar que o “produto midiático” possui um conteúdo que retrata parcial e/ou distorcidamente a “realidade”, explica-o a partir da ótica do esforço consciente de manipulação da informação, que visa satisfazer interesses externos que se impõe sobre a imprensa. Esta perspectiva, embora venha sendo revista em parte nas pesquisas nos últimos anos, foi hegemônica nos estudos de comunicação nos anos 1990-2000.

¹⁹ Em relação à crítica a esta última noção, ver o trabalho de Abreu e Lattmann-Welltmann (1996).

²⁰ As produções selecionadas aqui não se circunscrevem a trabalhos apenas de historiadores, ao contrário, estes estudos correspondem em boa parte a outras áreas do conhecimento como a Comunicação Social, Jornalismo e Ciências Sociais.

²¹ Segundo Bourdieu (1997, p. 37), o índice de audiência “tornou-se o juízo final do jornalismo”, havendo mesmo “uma “mentalidade-índice-de-audiência” nas salas de redação, nas editoras, etc. Por toda parte,

de produção da informação legítima, constrói-se como porta-voz dos interesses coletivos e instância fiscalizadora destes interesses, principalmente em contraposição à má gerência do Estado.²² Em função disso, explica-se a adoção dos princípios de neutralidade e objetividade pela grande imprensa, não estabelecendo compromissos inarredáveis com partidos e/ou outros grupos de pressão.

Nos estudos que tratam da imprensa brasileira, estes dois tipos são apresentados como um antes (político-partidário) e um depois (comercial) do processo de modernização das empresas jornalística. No que diz respeito à mudança de um para o outro, encontramos dissonâncias na bibliografia sobre o momento em que se sucedeu este processo.

Autores como Juarez BAHIA (1964), Nelson Werneck SODRÉ (1983) e Lavínia RIBEIRO (2004) apresentam essa passagem já no contexto de transição do século 19 para o 20. Nestes trabalhos, a transformação da imprensa político-partidária, característica do período imperial e do começo da República,²³ para a “fase da aventura industrial”, dá-se quando o jornal toma características de empreendimento mercantil. Para Sodré (1983), isto teria já ocorrido nos anos iniciais do século passado, ao passo que para Juarez Bahia (1964) teria se sucedido um pouco mais tarde, por volta de 1930. Lavínia Ribeiro (2004) sugere que a mudança se encontrava em curso antes, a partir da década de 1880 e que, em um primeiro momento, estas alterações teriam se dado a nível editorial com a gradativa adoção dos princípios de neutralidade e objetividade importados do jornalismo norte-americano, em detrimento do engajamento político, das orientações partidárias, associadas ao modelo jornalístico francês.²⁴

Ao mostrar que os jornais dessa época já se construíam discursivamente como entidades zelosas dos interesses coletivos e independentes de constrangimentos políticos

pensa-se em termos de sucesso comercial”, ou seja, “o mercado é reconhecido como instância legítima de legitimação”.

²² Sobre a configuração e o papel que se arroga a imprensa comercial, ver mais em: CHALABY, J. O jornalismo como invenção anglo-americana – Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). *Media & Jornalismo*, (3) 2003, p. 29-59; e RIBEIRO, Ana P. G. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? *Ciberlegenda*, n. 31, 2003.

²³ “Fase por excelência do panfleto, da discussão desabrida, da polêmica em campo largo” (BAHIA, 1964, p. 37).

²⁴ Segundo Jean Chalaby (2003, p. 36), o modelo tradicional de jornalismo anglo-saxônico caracteriza-se pela “dissociação entre fatos e interpretações”, o que “conduziu à invenção de novas práticas discursivas, centradas nos fatos, como o relato de notícias”, sendo assim, mais informativos, em comparação com a tradição francesa de jornalismo que “não estabelecia uma linha tão estrita entre fatos e comentários, e muitos artigos misturavam livremente notícias e opiniões”.

e facciosos, Marialva BARBOSA (2007, p. 24 e 29) parece também compartilhar do mesmo parâmetro temporal que apresenta a virada dos 800 para os 900 como o período de mutação da imprensa político-partidária para a imprensa comercial, bem como nascedouro dos princípios que passaram a regê-la:

Observa-se, pois que as bases para a construção do ideal de objetividade do jornalismo, que seriam aprofundadas com as reformas por que passariam os jornais cinquenta anos mais tarde, estão lançadas na virada do século XIX para o XX. A rigor, o mito da objetividade deve ser percebido na longa duração, como um simbolismo construído pelas próprias empresas jornalísticas e pelos jornalistas para assim cunhar uma distinção, no sentido que confere a esta palavra Bourdieu (1989), ou um lugar autorizado de fala (BARBOSA, 2007, p. 40).

Outra parcela da bibliografia concebe os jornais cariocas, pelo menos até o início dos anos 50, não como periódicos informativos, mas como órgãos de imprensa político-partidários (ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 1996; GOLDENSTEIN, 1987; RIBEIRO, 2000), na medida em que a imprensa informativa no estilo anglo-saxão emergiria no Brasil somente a partir da segunda metade da década de 1950, especialmente a partir da adoção dos princípios de objetividade e neutralidade. Apesar de os grandes diários se encontrarem estruturados como empresas capitalistas antes disso, os valores anteriormente citados não figuravam como a “ponta de lança” do fazer jornalístico, estando este atrelado à “tradição francesa” que, para além de espaço informativo, arrogava para si o papel de autoridade esclarecedora da sociedade, opinando sobre temas prementes, a fim de orientar a “opinião pública”.

Lattmann-Welltmann (1996) e Goldenstein (1987) são tributários do aporte teórico frankfurtiano de estudos comunicacionais que, em termos gerais, concebe as enunciações midiáticas como ajustadas aos interesses dos grupos dominantes de uma sociedade, servindo à lógica de manutenção da ordem burguesa por meio da publicidade. Amparada nas concepções de Adorno e Horkheimer e na noção de *indústria cultural*,²⁵ Gisela Goldenstein (1987) assinala que a imprensa brasileira somente veio a se constituir em uma mídia de massa após o governo de Juscelino Kubitschek, com a inversão da base econômica do país, de agroexportadora para industrializada, adentrado à chamada fase monopolista ou financeira do capitalismo, pois, neste momento, o crescimento da

²⁵ De acordo com Goldenstein, a indústria cultural “não só é um “espaço de investimento” em si mesma, como também potência a acumulação de outros setores da produção e facilita a reprodução das condições de existência do capitalismo, Faz isso tanto através do estilo de vida e da visão de mundo “vendidos” por suas mensagens, como através da publicidade que a sustenta e que dinamiza o processo de realização do valor e da mais-valia” (GOLDENSTEIN, 1987, p. 24).

publicidade se deu exponencialmente, o que teria favorecido a expansão da imprensa e sua estruturação como empresa, daí para os grandes conglomerados midiáticos. Conforme a autora,

O caráter tardio de nosso capitalismo expressou-se, assim, duplamente nesses jornais: a convivência no tempo cronológico, bem como os nexos em nível substantivo com o capitalismo maduro permitiram a importação de técnicas da indústria cultural [...]

Suas mensagens, doravante subordinadas à empresa, passariam a ser integralmente mercadorias. Teriam agora não só as técnicas, mas também a lógica da indústria cultural (GOLDENSTEIN, 1987, p. 154).

Ainda assim, Goldenstein pondera que a apropriação do *modus operandi* do jornalismo estadunidense, sob os princípios de objetividade e neutralidade, deu-se aqui apenas parcialmente, pela impossibilidade de subsistência fora das relações com o Estado e com grupos políticos, sendo a “lógica da política” que rege a dos jornais, e “a ela se subordinaram as demais características” dos impressos (GOLDENSTEIN, 1987, p. 154).

Lattmann-Welltmann (1996) compartilha com Goldenstein da ideia de que os jornais cariocas apenas vieram a se configurar como empresas jornalísticas a partir da década de 1950, uma vez possibilitados por fatores conjunturais do período, como a intensa industrialização do sudeste do Brasil, que transformou suas estruturas econômico-sociais, permitindo que uma maior parcela da população tivesse melhores condições de subsistência, somado a um crescimento nos níveis de alfabetização – ainda que modesto. O autor, ao transpor o modelo habermasiano das três fases da história da imprensa para o cenário brasileiro,²⁶ elabora a ideia de que apenas a partir dos anos 50 se estabeleceram as condições necessárias para o desenvolvimento do jornalismo impresso dentro de uma lógica de mercado. Desse modo,

supõe-se que com a relativa estabilidade do quadro institucional político e com a vigência praticamente plena de direitos fundamentais, a chamada

²⁶ De acordo com Lattmann-Welltmann, as três fases da história da imprensa, segundo o modelo de Jürgen Habermas, definem-se na sua relação com a economia capitalista. Apresentamo-las da seguinte maneira: (1) a fase das folhas comerciais de pequeno porte que se restringiam à junção e ao compartilhamento de informações, características do capitalismo incipiente; (2) a fase do chamado jornalismo político ou literário é marcada pela existência da opinião política que passa a figurar junto com as informações, a imprensa torna-se, nessa fase, imprescindível ao debate público, mesmo que associada a partidos e grupos políticos; e (3) a fase empresarial, na qual há prioridade ao recorte, à seleção e à disposição das informações, visando abranger o maior público possível, em detrimento do papel de orientar a opinião política (ABREU & LATTMANN-WELTMANN, 1996, p. 159). Ao deslocar este modelo para a imprensa brasileira, Lattmann-Welltmann o operacionaliza da seguinte forma: a primeira fase corresponde a do início da imprensa no Brasil “que apenas prestava pequenos serviços informativos”; a segunda fase teria sido a das folhas politicamente engajadas, ativas na defesa de teses sobre temas como a abolição e a República; e a terceira fase, que teria emergido somente a partir da década de 1950, com a superação do “jornalismo político-literário” pelo “jornalismo empresarial”, graças ao desenvolvimento de um “mercado razoavelmente autônomo de bens culturais” (Abreu & Lattmann-Welltmann, 1996, p. 160).

“objetividade jornalística” tornou-se o critério definidor não só da qualidade como também da própria especificidade do texto jornalístico, ocupando paulatinamente o lugar do texto rebuscado, ou mais literário (Abreu & Lattmann-Welltmann, 1996, p. 163).

Logo, para além da adoção destes princípios como estratégia para abocanhar fatias cada vez maiores do mercado leitor, para o autor esse processo é marcado pela mudança da “referência francesa” sobre o fazer jornalístico, ou seja, político-literário, para um jornalismo supostamente objetivo e neutro, feito a partir do modelo anglo-saxão.

Segundo Ana Ribeiro (2000, 2003), o processo de modernização da imprensa carioca da década de 1950 se deu em torno de uma série de transformações empresariais, profissionais, gráficas, editoriais e linguísticas. Em âmbito administrativo, sucedeu-se a racionalização da gestão por meio da contratação de funcionários especializados; em termos financeiros, deu-se a ampliação das estratégias para além da publicação de classificados, com novas formas de distribuição dos jornais, promoções e lances de *marketing*. A autora também aborda o movimento inicial de profissionalização dos jornalistas: com a valorização salarial, a atividade deixava de ser uma complementação nas rendas ou *hobby*; a formação superior em Jornalismo (com cursos abertos na Universidade do Brasil em 1948 e na PUC-Rio em 1951) também contribuiu para a instituição da profissão.²⁷ No que diz respeito às alterações gráficas,

os jornais cariocas (principalmente as do *Jornal do Brasil* e as da *Última Hora*) impuseram um estilo mais ordenado. As manchetes e títulos passaram a ser padronizados e a ter uma coerência interna. Recursos editoriais e formais, típicos de revistas, passaram a ser utilizados nos jornais diários. Subtítulos, entretítulos, *boxes*, textos complementares movimentavam e embelezavam as páginas, tornando a sua leitura mais agradável (RIBEIRO, 2003, p. 151).

Entretanto, para Ribeiro, as maiores transformações deste jornalismo impresso foram nos planos editorial e linguístico.²⁸ A partir das incorporações técnicas do

²⁷ O curso de jornalismo foi criado oficialmente por Getúlio Vargas em 13 maio de 1943, por meio do Decreto n° 5480. Todavia, somente em 1947 o primeiro curso seria aberto pela Fundação Casper Libero, em São Paulo, após um novo decreto ser sancionado (DL. n° 22245 de 06 de dez. de 1946) regulamentando os critérios da profissão (RIBEIRO, 2003, p. 152).

²⁸ Segundo Ana Ribeiro (2003), “As técnicas americanas impuseram ao jornalismo noticioso um conjunto de restrições formais que diziam respeito tanto à linguagem quanto à estruturação do texto [...] A restrição do código linguístico – com uso de reduzido número de palavras, expressões e regras gramaticais – aumentava a comunicabilidade e facilitava a produção de mensagens. As regras de redação, além disso, supostamente retiravam do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. Para garantir a impessoalidade (e o ocultamento do sujeito da enunciação), impôs-se um estilo direto, sem o uso de metáforas. Como a comunicação deveria ser, antes de tudo, referencial, o uso da terceira pessoa tornou-se obrigatório. O modo verbal passou a ser, de preferência, o indicativo. Os adjetivos e as aferições subjetivas tiveram que desaparecer, assim como os pomos de exclamação e as reticências. As palavras com funções meramente enfáticas ou eufemísticas deveriam ser evitadas” (Bahia, 1990; Lage, 1985 *apud* RIBEIRO, 2004, p. 148-149). Ainda de acordo com Ribeiro (2003), “Na estruturação da notícia, o jornalismo adotou as técnicas norte-americanas do *lead* e da “pirâmide invertida”. O *lead* era a abertura do texto, o primeiro

jornalismo norte-americano na redação, os critérios de objetividade e de neutralidade passaram a permear o discurso jornalístico. Segundo Ribeiro, isso conduziu a um efeito que favoreceu os periódicos junto ao público, uma vez que a “própria intenção (ou presunção) de objetividade – constantemente reafirmada nos espaços de auto-referenciação – se tornou, para quem consumia notícia, uma garantia” (RIBEIRO, 2000, p. 13).

Conforme Ribeiro (2000), esta modernização da imprensa representou as fundações de um lugar institucional no qual estes grandes diários passaram a ser vistos como o espaço por excelência de difusão da informação, constituindo-se enquanto domínio autorizado de significação e definição do real. Autorrepresentando-se como instância reprodutora da realidade como ela é, e por meio dos efeitos da introdução dos princípios de objetividade e neutralidade, a imprensa garantiu para si, em alguma medida, reconhecimento como tal e poder social. Dessa forma, diferenciando-se discursivamente dos campos literário e político, o jornalismo estabeleceu as bases editoriais necessárias à sua eficácia simbólica junto à sociedade.

Assim como Goldenstein (1987), embora Ana Paula Ribeiro (2000, 2003) se refira à década de 50 como o período em que passaram a predominar os princípios do jornalismo norte-americano na imprensa carioca, a autora concebe que isto se deu apenas parcialmente, porque não havia aqui as condições para que os jornais existissem por sua relação com o mercado (publicitário e leitor). Estando os grandes empreendimentos jornalísticos (como a *Última hora*) atrelados aos favorecimentos de agentes do campo político e/ou de grupos privados, que se utilizavam dos valores mencionados como estratégia de longo alcance, visando um público vasto, para satisfazer interesses políticos.

Os interesses políticos continuavam a se sobrepor, algumas vezes aos empresariais nas escolhas das estratégias das empresas. [...] O campo jornalístico – tal como se configurou historicamente no Brasil – jamais conseguiu se autonomizar totalmente em relação à política.

Os jornais brasileiros nunca puderam assumir, por exemplo, o papel de *watchdogs*, que lhes era reservado no ideário norte-americano. Nunca

parágrafo, que devia resumir o relato do fato principal, respondendo a seis perguntas básicas: quem?, fez o quê?, quando?, onde?, como? e por quê? Símbolo máximo do jornalismo moderno, o *lead* veio substituir o "nariz de cera", texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor. A antiga técnica geralmente usava uma linguagem prolixa e pouco objetiva, narrando os acontecimentos a partir de uma ordem mais ou menos cronológica. Narração, comentário e análise se confundiam” (RIBEIRO, 2003, p. 149) [...] Na pirâmide invertida “o texto noticioso deveria ser estruturado segundo a ordem decrescente de interesse e relevância das informações, de maneira que o leitor tivesse acesso aos dados essenciais sobre o acontecimento nos parágrafos iniciais, caso não pudesse ler a matéria até o final. Os fatos não deveriam ser narrados cronologicamente, mas expostos; não ordenados pela sequência temporal, mas por sua importância (definida a partir dos interesses de um suposto "leitor-médio")” (RIBEIRO, 2003, p. 150).

conseguiram exercer, de fato, vigilância sobre a ação do Estado, no sentido clássico do liberalismo, pois nunca mantiveram uma distância suficiente dos personagens públicos (RIBEIRO, 2000, p. 309 e 310).

Dessa forma, para Ana Ribeiro (2000, 2002, 2003), os jornais, nesta relação de dependência, estariam subordinados às forças externas que predeterminariam suas linhas editoriais.

Conforme Luis Carlos Martins (2010), este tipo de interpretação apresenta alguns problemas, principalmente, por se apoiar “em considerações muito genéricas, devido à carência de dados confiáveis sobre as diversas relações que um jornal/jornalista poderia estabelecer com as diferentes linhas de pressão que se exercem sobre a sua produção” (MARTINS, 2010, p. 39). No caso de Ana Ribeiro (2003), dentre as suas fontes, a autora lança mão de depoimentos de agentes envolvidos naquele processo de modernização da imprensa – como o de Pompeu de Souza à época editor chefe do *Diário Carioca* – sem uma abordagem mais acurada, que levasse em conta que o relato não constitui um espelho da realidade.

Apesar disso, Ribeiro (2003) e Martins (2010) compartilham da perspectiva de uma relação multidimensional e variável no que diz respeito às pressões, sendo as influências externas irregulares e nem sempre decisivas sobre a postura dos jornais, como no caso de Vargas que, mesmo facilitando as importações de insumos e maquinaria para as empresas jornalísticas, teve seu governo como principal alvo de críticas pelos principais órgãos de imprensa do Rio de Janeiro, como o *Correio da Manhã*, *O Globo* e o *Diário de Notícias*.

Como vimos, uma parte dos trabalhos que se dedica ao estudo da imprensa brasileira concebe os anos 50 como marco da modernização dos periódicos cariocas e, embora a outra parte indique conjunturas anteriores como ocasião deste processo, ambos compartilham da importância das alterações ocorridas no jornalismo impresso na década de 1950. Estas mudanças, segundo os autores que vimos, foram correlatas às transformações macroestruturais pelas quais passava a sociedade brasileira do período. O interim democrático entre os anos 40 e 60 foi marcado pela acelerada e intensa transformação demográfica e econômica do Brasil: de nação agrícola, produtora e exportadora de bens primários, à urbanizada e industrial, exportadora de manufaturados (BAER, 1966; FONSECA, 1987).

No âmbito da política, o país também passou por alterações significativas, apresentando, nacionalmente, uma configuração partidária organizada em torno de três

grandes siglas: PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), UDN (União Democrática Nacional) e PSD (Partido Social Democrático). Estes partidos existiram sob a pretensão de corresponderem a representantes dos interesses de diferentes e antagônicos estratos sociais, dentre os quais os setores que ascenderam depois da Revolução de 1930, desenvolvidos e/ou favorecidos após o primeiro governo Vargas, como o massivo contingente de trabalhadores urbanos e a nova burocracia civil-militar, assim como as antigas oligarquias rurais, com destaque para os produtores cafeeiros do sudeste (SOUZA, 1976; SOARES, 1981).

Em consonância com as mudanças na política nacional, acompanhando o processo de urbanização do Brasil, tivemos alterações também na composição eleitoral,²⁹ sendo a inserção das camadas populares urbanas o maior componente do acentuado incremento da massa de votantes, elevando a porção de eleitores a cerca de 25% da população brasileira e abrangendo mais de 40% dos adultos do país. Ineludivelmente, o novo cenário eleitoral trouxe implicações ao sistema partidário, sobretudo, em como as agremiações lidariam com a cooptação deste eleitorado urbano, em especial como cativar e conseguir o voto do trabalhador de baixa renda alfabetizado. Partidos como o PTB tiveram vantagem, uma vez que passaram a orientar seus discursos a esta parcela há pouco contemplada com a participação política do sufrágio.³⁰

Isto posto, face a estas transformações algumas questões ainda pouco exploradas se impõem. Demanda-se compreender com maior profundidade como estas mudanças foram apresentadas e discutidas no debate público por diferentes atores sociais, particularmente que curso tomava a democracia vigente que cada vez mais possuía como um de seus pilares de sustentação – via processo eleitoral – a população urbana de baixa renda alfabetizada. Isto passa, inexoravelmente, pela apreensão de como esta nova participação política, assim como os fatores decorrentes de seu estabelecimento, foram entendidos à época por políticos, intelectuais e elites dirigentes no geral. De outro modo, há a necessidade de reconhecermos como foi compreendida aquela “democracia liberal” fundada no expressivo alargamento do contingente eleitoral em direção às parcelas mais

²⁹ Fenômeno impulsionado pela aprovação da Lei Agamenon de 1945 que além de estabelecer o voto secreto, o tornou universal a homens e mulheres. Embora ainda mantendo o veto ao sufrágio de analfabetos, a Lei beneficiou o aumento expressivo do número de eleitores, regulamentando o alistamento que, dentre outras normas, impunha sanções a quem descumprisse as obrigações eleitorais (NICOLAU, 2004a, p. 43-46).

³⁰ Sobre as transformações no eleitorado brasileiro e suas implicações no sistema partidário, ver mais em: (SOUZA, 1976; SOARES 1981; PORTO, 2002; NICOLAU 2004a, 2004b).

carentes da população em termos tanto econômicos como de competências escolares avançadas. Notadamente quando os pleitos passaram a ser vencidos pelo PTB e pelos chamados “populistas” e/ou “demagogos” por estas elites. Acreditamos que os estudos destas percepções favoreçam além da própria compreensão sobre o período democrático e os percursos políticos do país de 46 a 64, também um melhor entendimento sobre o encerramento do regime democrático e a instalação da Ditadura Civil-Militar.³¹

Neste ponto, vislumbramos a legitimidade e a importância do estudo do posicionamento político e das representações na imprensa como objeto de análise historiográfica. Como apontado anteriormente nas reflexões acerca das características e definições da grande imprensa carioca da década de 1950 presentes na bibliografia, a sua atuação nos diferentes contextos políticos brasileiros não se resumiu a simples mecanismo de grupos sociais poderosos e/ou partidos políticos, apresentando visões de mundo típicas ao seu *campo de produção simbólica*³² e expedientes próprios nas disputas do debate público. Entender como a grande imprensa compreendeu todo este processo passa, impreterivelmente, pelas formas como alguns dos principais jornais da capital federal buscaram se inserir no debate público, em um momento em que, inicialmente, marca a passagem, mesmo que em parte, de um jornalismo político-doutrinário para um jornalismo informativo.

Dentro da demanda mencionada acima, encontra-se o tema do posicionamento da imprensa sobre o sistema partidário durante o segundo governo Vargas, pouco explorado pela literatura especializada, ainda mais no que tange a análises específicas sobre as percepções e representações dos diários quanto a atuação dos principais partidos políticos (UDN, PTB e PSD) acerca de temas prementes do período. O governo de Getúlio, de janeiro de 1951 a agosto 1954, pode ser considerado dentro do período de consolidação do ordenamento partidário e da representação de ideários antagônicos entre as três principais agremiações em âmbito nacional até 1964. As três siglas, embora por estarem em torno de dezoito anos à frente dos processos político-institucionais da República, já mereçam substancial atenção, as peculiaridades de cada uma se constituem em fator essencial, sem o qual a compreensão das dinâmicas de funcionamento da democracia da

³¹ Estas questões foram-nos suscitadas a partir da participação no projeto *Pensamento Político e Circulação das ideias no Período Democrático (1946-1964): imprensa, política e História*, coordenado pelo Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins, e que nortearam as problemáticas deste trabalho como veremos a seguir.

³² No subcapítulo seguinte refletiremos sobre a utilidade deste conceito de Pierre Bourdieu, bem como sobre a sua operacionalização nesta pesquisa.

época estará comprometida.³³ Nesse sentido, as relações destes partidos com os demais atores – neste caso específico os jornais e os jornalistas – são fundamentais.

Quando consideramos que o partido opositor mais influente do período foi a UDN, torna-se relevante analisar como a agremiação, que estava envolvida em debates sobre assuntos de abrangência nacional, foi representada nos jornais. Primeiro, porque a UDN constitui-se em um caso particular dentre os grandes partidos da época, uma vez que sua essência doutrinária se amparava declaradamente no liberalismo político e econômico, muito embora algumas de suas práticas não fossem compatíveis com isso, como nos remete Maria Victória Benevides (1981) ao abordar as ambiguidades do liberalismo udenista. Segundo, porque foi nesse período, após o Estado Novo e com o restabelecimento do regime democrático, que a imprensa gozou de ampla liberdade de manifestação e tornou-se importante partícipe do jogo político, novamente influenciando a “opinião pública” acerca dos diferentes “projetos” de governo e sociedade em disputa.

Assim, verifica-se no período analisado a relação conflituosa e intensa entre imprensa e política no debate público, perceptível no engajamento dos jornais na defesa de teses sobre questões de vulto coletivo que eram objeto de controvérsia. E, terceiro, porque a imprensa é o espaço por excelência onde essas tomadas de posição são originadas e difundidas.

Tendo em vista uma caracterização apropriada do objeto de pesquisa, no caso os jornais cariocas da primeira metade da década de 1950, faz-se necessária a operacionalização do recorte em questão a partir um referencial teórico que possibilite explicar como se dera a forma particular de inserção dos periódicos no debate público, ao tentarem impor seus sentidos sobre os temas em pauta, buscando se constituir como portavozes legítimos da sociedade.

2.2. ABRINDO A CAIXA DE FERRAMENTAS: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS A PARTIR DOS CONCEITOS DE PIERRE BOURDIEU

Embora a obra de Pierre Bourdieu não contemple o jornalismo como objeto de pesquisa específico, é possível encontrar em seus trabalhos não só instrumentos teóricos

³³ A despeito de não fazer parte do escopo do trabalho aqui desenvolvido, salientamos a importância das pesquisas que tem por objeto o sistema partidário ou cada um de seus participantes especificamente, bem como os estudos já realizados em cima destes.

para pensar o tema – em particular sua teoria dos campos³⁴ –, mas também numerosas reflexões pontuais dedicadas ao campo jornalístico. Em *Sobre a televisão*, por exemplo, Bourdieu (1997) lembra que o mundo do jornalismo é também um microcosmo que tem suas leis próprias e é definido por sua posição no mundo global. No entanto, contra o reducionismo econômico, ele esclarece: a afirmação de que esse campo é (relativamente) autônomo equivale a dizer que não se pode compreendê-lo de maneira direta a partir de fatores externos – porém, não significa que se possa renunciar a análise das condicionantes políticas e econômicas.

Optamos pelo emprego da noção de campo jornalístico, tomada de empréstimo da obra de Pierre Bourdieu (2017), para assinalar que as dinâmicas que regem o domínio dos jornais e sua posição na esfera de debate não se confundem com as do campo político. Em razão das especificidades de cada campo e de suas dinâmicas de funcionamento tender à diferenciação, muitas vezes os campos se opõem, particularmente no que concerne ao engajamento com temas públicos e com a defesa de fundos ideológicos.

Bourdieu (1997) insiste no fato de que uma das questões que deve ser formulada a um campo é aquela que se refere a seu nível de independência. A este respeito, o campo jornalístico caracteriza-se por um elevado grau de heteronomia: é um campo precariamente autônomo. Ocorre que, tal autonomia, por mais frágil, faz com que não se possa compreender tudo que acontece na esfera do jornalismo a partir unicamente do conhecimento do mundo circundante: quem financia, quem são os anunciantes, quem paga a publicidade, qual a origem das subvenções, etc. Uma parte da produção no mundo do jornalismo só é compreensível se esse microcosmo for pensado como tal, e se houver um esforço de compreensão dos efeitos que os agentes envolvidos nesse microcosmo exercem uns sobre os outros.

Como já mencionado, a década de 1950 foi um período de transformação para a grande imprensa da Capital Federal. Os processos sucedidos – a modernização administrativa, a institucionalização da profissão, o desenvolvimento de uma linguagem particular etc. – possibilitaram aos principais órgãos que alcançassem um nível de especificidade e de autonomia em relação às pressões externas, algo, talvez, nunca antes

³⁴ Com sua teoria dos campos, Pierre Bourdieu pretendeu propor um modelo bastante geral para pensarmos nossas sociedades diferenciadas. “Nas sociedades altamente diferenciadas”, escreveu ele, “o cosmo social é constituído pelo conjunto desses microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irredutíveis àquelas que regem os outros campos” (BOURDIEU apud BONNEVITZ, 2003, p. 60).

verificável nestas mesmas proporções. Entretanto, ponderemos: embora o jornalismo em questão goze de uma maior autonomia em relação a séries históricas anteriores, ainda é profundamente dependente, dadas as proximidades com o *campo político* e o *campo econômico* (RIBEIRO, 2002; 2003).

Conforme sugere Bourdieu, para se ver parcialmente livre das ingerências externas, a imprensa acaba se subordinando a outro tipo de pressão, à produção da informação conforme as tendências que ditam a captação do maior número possível de consumidores, “preciosos pelo lucro que trazem pela compra do jornal, assim como pelo acréscimo de valor que eles proporcionam para os anunciantes” (BOURDIEU, 2017, p. 413). Isto é, de uma forma ou de outra – embora distintamente – o jornalismo impresso se encontra suscetível às pressões, tendo sua autonomia comprometida, invariavelmente. Porém, quando o consumo da produção subsidia um impresso, este alcança maiores níveis de independência em relação às forças de fora do campo jornalístico.

No caso brasileiro, o mercado leitor reduzido (muito por conta do baixo índice escolar da população) se constituiu em um entrave para que os jornais atingissem uma suficiência financeira fundada predominantemente na venda e, com isso, se descolassem dos agentes de fora do campo jornalístico e dos encargos a eles devidos (traduzidos em formas de influência sobre a “opinião pública”, capital simbólico dos jornais) em troca de benefícios econômicos e/ou políticos.

Portanto, apesar de variações específicas, o jornalismo, como qualquer campo, é um espaço social abstrato, dotado de relativa autonomia, com lógicas de funcionamento e regras próprias, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo, tendo como pré-condição de existência a legitimidade sobre a produção de determinado bem simbólico (no seu caso, a informação) por meio do monopólio da atividade de produção (a “construção” da notícia) associado a uma linguagem especializada (fundada em princípios como objetividade e neutralidade, por ex.), que fica a cargo apenas de especialistas reconhecidos e autorizados socialmente, isto é, obra de produtores legítimos dos bens em questão (profissionais e instituições autorizados/as a fornecer um tipo específico de informação).

Como todo bem cultural, o produto jornalístico presume necessariamente a criação de um público consumidor (leitor), uma vez que sua demanda não é de natureza essencial, indispensável à sobrevivência. Em vista disso, as instâncias de consagração são imprescindíveis para outorgar e prescrever o que é legítimo em termos de bens e de

fazer, assim como revestem e mantêm a legitimidade de instituições e agentes do campo. Isto posto, tem-se o que Bourdieu define como “mercado de bens simbólicos”, requisito fundamental para a existência dos *campos de produção simbólica*.

Considerando as estruturas dos campos conforme Bourdieu as concebe, dentro do recorte aqui trabalhado, é possível falarmos de um campo jornalístico em construção, uma vez que, apesar de não haver um mercado de bens simbólicos bem estabelecido no Brasil na década de 50, este mercado já se encontrava em desenvolvimento na época (ORTIZ, 1991). Assim, estes jornais possuíam uma autonomia relativa, mesmo que estivessem longe de se sustentar somente com dividendos vindos de anunciantes e leitores. Não obstante, outro indicador deste estado condicional de independência foi o emprego de técnicas importadas da indústria cultural norte-americana que, ao mesmo tempo em que foram utilizados por folhas com fins políticos (caso da *UH*, por ex.), serviram também como uma forma própria de inserção no debate público (RIBEIRO 2000; RIBEIRO 2003). Ana Ribeiro (2003) pondera que ao se reformarem, afinando-se

aos padrões norte-americanos, ainda que apenas retoricamente, significava inseri-los formalmente na “modernidade”. No contexto dos anos 1950-60, significava conferir ao campo jornalístico um capital simbólico sem precedentes, significava fazer do seu discurso uma “fala autorizada” e transformar a imprensa em um ator social reconhecido (RIBEIRO, 2003, p. 158).

Portanto, a incorporação dos princípios do jornalismo anglo-saxão além de não obedecer exclusivamente à lógica mercantil, tampouco é sinonímica de subordinação às pressões externas, políticas e econômicas. Emblemático disto é o fato de os jornais lançarem mão de seu capital simbólico – influência junto à parcela da sociedade – como permuta na relação com o Estado (através de benefícios fiscais, subsídios e anúncios pagos) para se constituírem como empresas privadas.

Outro fator que nos permite pensar por meio do conceito de campo jornalístico foi o incipiente desenvolvimento de uma ideologia profissional, com uma atuação específica ao jornalismo impresso,³⁵ que esteve fortemente associado à sua profissionalização e ao desenvolvimento do que Bourdieu chama de *habitus secundário*³⁶ que, além de auxiliar

³⁵ Assim como concebe Marialva Barbosa (2007), entendemos que a ideologia jornalística foi construída pelos jornalistas por meio da agregação progressiva de certos elementos ao seu *métier*. A saber: princípios como objetividade e neutralidade, que passaram a penetrar cada vez mais todos os subprodutos do jornalismo impresso, mesmo que apenas discursivamente; bem como o conjunto de regras procedimentais como a segmentação do produto jornalístico em notícia, reportagem, opinião, etc.; e os critérios de noticiabilidade, ou seja, o que deve, como, quando e onde ser noticiado.

³⁶ Segundo Bourdieu, a *illusio*, isto é, o conhecimento e o reconhecimento dos *troféus* e das normas que regem um campo, passam pela incorporação do *habitus secundário*, um conjunto de disposições próprias a

na fixação de uma linguagem particular e no estabelecimento de normas para a prática legítima, foi crucial para o descolamento (ainda que gradual) deste, dos campos político e literário (RIBEIRO, 2003; BARBOSA, 2007). Também não se pode omitir que as instâncias de consagração, os chamados “troféus” do jornalismo da época eram limitados e até mesmo imprecisos.³⁷ Ademais, apesar disto e da incipiência do mercado de bens simbólicos, a imprensa carioca da década de 50 teve sua forma própria de inserção no debate público.

Como nos indica Luis Carlos Martins (2016, p. 87), a fim de compreendermos os fundamentos da atuação desta imprensa, faz-se necessário estabelecermos a distinção entre jornalismo partidário, como mencionado anteriormente, subordinado às lógicas de ação de uma agremiação partidária, e o que se pode chamar de jornalismo doutrinário ou de tribuna, que, apesar de politicamente engajado, combativo e polêmico na arena das discussões coletivas, não é apenso a um partido político, mas, muitas vezes, defensor de doutrinas políticas e por isso encampa teses que convergem com suas orientações. Nesse sentido, ainda que o posicionamento de um periódico possa compatibilizar com o de um partido político, o que guia sua ação é seu o compromisso com os princípios que o legitimam frente a seu público leitor. Quando não há essa convergência, esse tipo de imprensa não se furta ao embate.

Isto se traduz numa questão: dos jornais manterem sua credibilidade construída historicamente com um certo público leitor que com ele compartilha uma mesma matriz doutrinária. Ao abordar os critérios e procedimentos discursivos da imprensa que contribuíram para sua institucionalização, Lavina Ribeiro (2004) assinala que os jornais das primeiras décadas do século 20, já estruturados como empresas, buscavam sua legitimidade ao defender causas de grande repercussão social, que não se restringiam a

um ambiente específico, como o escolar, o acadêmico ou o profissional (como no caso do jornalismo). Esta incorporação – não consciente na maior parte das vezes – se dá por meio da observação e das práticas. A subjetivação das regras do campo, como as formas de tratamento, a postura corporal, a conduta comportamental, a linguagem nas relações, fazem parte do *habitus secundário*, que possibilita a promoção da agência conforme a melhor estratégia em relação à posição do agente e à estrutura que o campo apresenta. Assim é também no campo jornalístico. Sobre o *habitus* e seu funcionamento, ver mais em: BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In.: BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016, p. 57-72.

³⁷ Eram poucas as publicações especializadas e os prêmios jornalísticos que conferissem algum reconhecimento e prestígio. Os grandes periódicos do período buscavam extrair legitimidade do número de tiragens como parâmetro de reconhecimento e prestígio; estas cifras eram expostas normalmente na primeira página.

bandeiras de grupos de pressão específicos e, principalmente, de partidos políticos, colocando-se como interlocutores dos anseios da sociedade no geral.³⁸

Em suas relações, este “modelo” jornalístico sofre pressões de ordens diversas, mas também as impõe, como é o caso da imprensa carioca da década de 50. Participantes ativos nas discussões em torno de temas relevantes, os jornais expressam seus comprometimentos com campanhas e pautas coletivas, por meio de representações sociais que concorrem com outras teses no debate público.

O conceito de *estratégia* de Bourdieu,³⁹ ajuda-nos a entender este engajamento dos periódicos, na medida em que sua produção discursiva é construída de acordo com as suas pretensões internas e as demandas externas, estas podendo se apresentar também em contradição. Tais exigências que se impõem, transpõem-se para o planejamento editorial dos jornais, especialmente verificável quando um diário passa a criticar agentes do campo político que são comumente identificados como da mesma matriz ideológica que ele, por se submeterem aos ditames da política, ao pragmatismo, secundarizando o conteúdo ideológico; ou, mesmo quando subvencionados por agentes doutrinariamente antagônicos do campo político, os jornais não se furtam de os criticar.

Segundo Bourdieu (1989), os campos sociais não são espaços constituídos por iguais, em outras palavras, os jogadores não tem as mesmas condições de alcançar os troféus.⁴⁰ No tocante a seus membros, tem-se dois tipos: os “dominantes” e os

³⁸ Segundo Lavina Ribeiro (2004), esta imprensa se colocava no debate público por meio das “auto-adesões reiteradamente manifestas pelos jornais da época às “causas populares” [que] significavam a assunção formal de um compromisso público com a sociedade no geral, decorrente da presunção de que eles estariam habilitados a identificar e abstrair um pressuposto interesse geral, resultante do conjunto de interesses privados em jogo em cada situação gerada na cotidianidade da vida social” (RIBEIRO, 2004, p. 154).

³⁹ Enquanto a noção trivial de estratégia remete à ação conscientemente programada, deliberada e intencional, para P. Bourdieu, estratégia é um produto do “senso prático”, em outras palavras, é uma atualização do *habitus* quando as mudanças na estrutura do *campo* a exigem. O autor distingue duas formas de estratégia, as de conservação e as de subversão. As primeiras são as estratégias dos agentes que detém o monopólio sobre o capital específico do campo, adotadas com os fins de conservação e/ou de ascensão, reproduzindo o jogo em seu favor a partir da defesa da ortodoxia, mantendo o jogo tal como ele é. De outro lado, aqueles menos dotados de capital específico, que buscam subverter, em alguma medida, a lógica do campo. Tratam-se de iniciantes que surgem como pretendentes. São considerados heréticos ao passo que questionam o fundamento das hierarquias das posições no campo, lançando-se às tentativas de transformação das regras do jogo e/ou da própria legitimidade da produção e do bem simbólico em questão, assim, reavaliando suas dotações de capitais e, à vista disso, valorizar sua posição. Afrouxar os limites institucionais ou simbólicos do campo, pode ser parte das estratégias de agentes excluídos ou mal posicionados, para poder participar dele ou revalorizar sua posição. Sobre o conceito bourdieuiano de *estratégia*, ver mais em: BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 77-96.

⁴⁰ O campo assume a forma de um espaço de jogo, de disputa de posições, no qual os jogadores estão em permanente tensão e luta. Como todo jogo, possui regras particulares que compõem o que Bourdieu denomina ortodoxia e estabelecem os expedientes legítimos de entrada e de aquisição e conservação do capital próprios do campo.

“dominados”. Alguns são dotados de recursos que os credenciam à acumulação e ao consequente monopólio de capital específico do campo. Estes, Bourdieu chama de dominantes. Por conseguinte, o campo de jogo se traduz em um espaço de poder, porque os dominantes, pelo fato de estarem em posições satisfatórias e confortáveis, agirão de maneira a (tentar) conservar a hierarquia das relações, bem como se empenharão, por meio de estratégias de “reprodução” ou de “sucessão”, em manter a lógica que rege o campo como está. Portanto, dentro desta sociologia, todo dominante é um conservador. Não obstante, a maioria dos jogadores é de dominados, em qualquer espaço social, e estes têm interesse que a lógica funcione de forma diferente e, por isso, costumam adotar estratégias de subversão, contestando o fundamento da estrutura do campo, suas regras e suas formas de produção.

Nesse sentido, acreditamos que o esforço de renovação dentre os jornais da grande imprensa carioca esteve com aqueles que não possuíam posições dominantes. As transformações sucedidas nos diversos âmbitos do jornalismo impresso antes mencionadas deram-se primeiramente nos diários que se encontravam em posições mais baixas na hierarquia dos principais periódicos do Rio, seja por sua incipiência em termos de existência, como no caso da *Última Hora* (1951), seja pelo progressivo declínio de suas tiragens como o *Jornal do Brasil* (RIBEIRO, 2000, p. 63). O estímulo à inovação se deu na tentativa de se alterar a legitimidade da produção e do produto jornalístico, em contraposição ao que vinha sendo feito pelos jornais dominantes (*Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário de Notícias*, etc.) que foram a princípio reticentes àquelas mudanças.⁴¹

Segundo Bourdieu, a posição no campo define o entendimento que os agentes tem sobre ele, entendimento a partir do qual se constroem suas representações da luta e dos “troféus”. A trajetória dos agentes é estruturadora das posições e representações e, portanto, da agência, que é o resultado das estratégias – não necessariamente conscientes – reservadas a conservar ou a melhorar suas condições no campo. Bourdieu concebe que as ações dos agentes são sempre orientadas segundo seus interesses, para a preservação ou para a progressão de suas posições. Assim, podemos compreender as escolhas de alguns jornais por inovações gráficas, editoriais e administrativas como expedientes utilizados para renovar na tentativa de impor novas regras ao campo, diferenciando-se da “velha” forma de se fazer jornalismo estabelecida dentre as folhas mais antigas,

⁴¹ Pondere-se que as alterações no *Jornal do Brasil* apenas viriam a ocorrer de 1956 em diante.

prestigiosas até então por conservá-la. Marialva Barbosa (2007) e Ana Ribeiro (2000) ressaltam o caráter incomodativo das transformações editoriais – do “estilo reflexivo” ao “informativo-comercial” – para os jornalistas mais antigos e melhor posicionados dentro da imprensa que, ao terem suas antigas técnicas profissionais contestadas e substituídas, resistiram às renovações, por estas significarem o abandono de sua forma de fazer jornalismo.

É também preciso ter em mente que pensar uma dada realidade social a partir do conceito de campo é pensar em termos relacionais. É considerá-la em permanente relação e movimento, tanto no que concerne às dinâmicas de funcionamento interno – de sua estruturação em torno da competição por “objetos” comuns de desejo dos agentes – quanto das relações externas, entre agentes de diferentes campos. Ademais, um mesmo indivíduo pode figurar em mais de um campo. Entretanto, dado que cada um destes espaços possui um tipo específico de capital, o indivíduo não dispõe dos mesmos recursos em todos que integra, ou seja, sua posição é relativa, dependente do cabedal acumulado em cada espaço.

Na década de 1950, talvez as personalidades mais emblemáticas deste trânsito de indivíduos em campos distintos foram Carlos Lacerda e Assis Chateaubriand, que se notabilizaram por suas trajetórias jornalísticas e acabaram adentrando na política institucionalizada. Deve-se ressaltar que eles não foram exceções, diversos jornalistas se lançaram na política, com níveis variados de conversão de seus capitais e do prestígio político alcançado por meio disto.⁴² Embora alguns profissionais de imprensa lograssem sucesso ao se aventurarem na política, isso nem sempre ocorria. Podiam ocupar posições de destaque dentro do meio jornalístico, entretanto, ao atuarem em outro campo, pela escassez de recursos que não os do seu “espaço de origem”, os agentes acabavam não conseguindo sobrepor seu capital específico aos poderes influentes noutros campos. Ou seja, um agente pode se configurar em um dominante em um campo, todavia dominado em outro.

Deste modo, verificamos que a lógica de dominação interna dos campos se verifica também ao nível do conjunto destes no que Pierre Bourdieu define como o *campo do poder*, onde se dão a relação e a contraposição entre os diferentes poderes como o político, o econômico, o cultural e o simbólico. Conforme o autor,

⁴² Osório Borba, Orlando Dantas, Mário Martins são exemplos dentre outros vários jornalistas que se lançaram em carreira política à época.

...os escritores e os artistas são dominados nas suas relações com os detentores do poder político e econômico. Para evitar qualquer mal-entendido, devo precisar que essa dominação já não se exerce, como em outras épocas, através das relações pessoais [...] mas toma a forma de uma dominação estrutural exercida através de mecanismos muito gerais como os do mercado (BOURDIEU, 2004, p. 174-175).

Portanto, nele se conjuga uma estrutura hierárquica construída nas relações desiguais entre os campos. Suas disputas se dão em torno da imposição do capital específico mais legítimo entre os campos e, conseqüentemente, o mais legítimo na sociedade. Sendo que “os campos de produção cultural ocupam uma posição dominada no campo do poder” (BOURDIEU, 2004, p. 174). Tal configuração faz do *campo do poder* o lugar de definição do que é relevante e do que não é, em termos de capital, exercendo assim influência sobre os outros campos.

Para Pierre Bourdieu (2017) o jornalismo impresso francês de maior expressão da década de 1970 estava estabelecido em torno da oposição entre, de um lado, a “imprensa de informação” e a “de reflexão” e, de outro, a “imprensa sensacionalista”, sendo esta divisão fundada em duas relações completamente diferentes com a política, direcionadas para públicos distintos, “entre aqueles que fazem política em atos, palavras ou pensamentos e aqueles que a ela estão *submetidos*, entre a opinião atuante e a opinião submissa” (BOURDIEU, 2017, p. 417). Historicamente, os jornais franceses que gozaram de maior legitimidade no campo jornalístico eram os de “reflexão”, que além da informação, ofereciam um produto mais elaborado, principalmente sobre a política, com análises, opiniões e comentários; possuindo, por meio de sua autoridade, força para impor socialmente as teses que encampavam no debate público. Sendo assim, apenas o respaldo comercial de um impresso não era garantidor de uma posição dominante dentro da fração dominante do campo jornalístico francês.⁴³

Diferente do caso francês estudado por Bourdieu (2017), no qual o capital preponderante de legitimidade era o cultural – apenas há pouco tempo se invertendo para o econômico –, no Brasil o polo comercial se constituiu desde muito cedo como

⁴³ Os *campos de produção de bens culturais* têm por característica que sua estrutura é organizada sobre a oposição entre o polo “comercial” e o polo “cultural”. De acordo com Bourdieu, os campos “são o lugar da coexistência antagônica de dois modos de produção e de circulação que obedecem a lógicas inversas”. A produção do polo “cultural” “não pode reconhecer outra demanda que não a que ela própria pode produzir, mas apenas a longo prazo está orientada para a acumulação de capital simbólico, como capital “econômico” denegado, reconhecido, portanto legítimo, verdadeiro crédito, capaz de assegurar, sob certas condições e a longo prazo, lucros “econômicos”. No outro polo, a lógica “econômica” [...] “fazendo dos bens culturais um comércio como os outros, conferem prioridade à difusão, ao sucesso imediato e temporário, medido, por exemplo, pela tiragem, e contentam-se em ajustar-se à demanda preexistente da clientela” (BOURDIEU, 1996, p. 163).

dominante. Enquanto na França o *campo de produção de bens simbólicos* se constituiu sobre uma separação evidente entre os dois polos, aqui se constata um maior equilíbrio entre ambos, embora sempre pendendo para o polo comercial (ORTIZ, 1991, p. 65). Dos periódicos aqui estudados, o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* são exemplo disto, pois, ao mesmo tempo que possuíam tiragens que os colocavam dentre “os grandes” do Rio, também tinham um conteúdo um tanto reflexivo, com editoriais sobre a política nacional, artigos e colunas assinados por intelectuais, bem como a apresentação em linguagem rebuscada, isto é, fundavam seu prestígio tanto nas vendas quanto na “mensagem” para um público com capital econômico e cultural elevado.

Isto explica, em parte, as transformações da grande imprensa carioca ocorridas na década de 1950, com a reestruturação das forças que regem o campo jornalístico, na medida em que, a partir desta forma particular de organização, os agentes dominados engendraram estratégias de subversão, sem, no entanto, romper com a lógica comercial das produções. Este é o caso da *Última Hora* que, com um conteúdo mais diversificado e direcionado às “camadas populares”,⁴⁴ logrou sucesso comercial e tornou-se o principal alçômetro dos jornais até então dominantes.

Assim como na imprensa francesa – na qual, em um primeiro momento após a introdução dos princípios de objetividade e neutralidade, houve resistência às práticas jornalísticas americanas,⁴⁵ mas logo se dando a simbiose destas com um jornalismo de “tribuna”, combativo e doutrinário –, aqui no Brasil sucedera-se de maneira semelhante. Segundo a bibliografia que vimos anteriormente, o jornalismo carioca de 50, que teria passado naquele momento pela transição de político à empresarial (GOLDENSTEIN, 1987; ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 1996; RIBEIRO, 2003), ou mesmo o do início do século 20, que desde aquela época já teria características de empresa (BAHIA, 1964; SODRÉ, 1983; RIBEIRO, 2004), possuía propriedades amalgamadas e mesmo contraditórias. Por um lado, polêmico e debatedor das questões sociais e políticas de vulto coletivo;⁴⁶ e, por outro, detentor de um capital simbólico influente na sociedade, por meio da forma de se colocar nas discussões públicas, autorrepresentando-se como

⁴⁴ Além de alinhado às táticas de ação do governo Vargas.

⁴⁵ Jean Chalaby (2003) expõe o desconforto de Emile Zola, escritor e jornalista, com as novas técnicas que entram em colisão com as “antigas” práticas do jornalismo “literário”: “o fluxo incontrolado de informação levado ao extremo... estar a transformar o jornalismo, a matar os grandes artigos de discussão, a crítica literária, e a dar cada vez mais importância aos despachos noticiosos, a notícias triviais e aos artigos dos repórteres e dos entrevistadores” (PALMER *apud* CHALABY, 1983, p. 92).

⁴⁶ Lembrando que estes impressos não tinham vinculações institucionais com o campo político: encampavam teses e campanhas, mas não estavam subordinados a partidos.

porta-voz do interesse comum, objetivo e neutro, isto é, construindo-se como instância legítima e autorizada a informar e instruir a população.

No período aqui trabalhado, durante o Segundo Governo Vargas, os três impressos escolhidos fazem parte dos que poderíamos chamar de dominantes do campo jornalístico. São periódicos com décadas de existência e com trajetórias marcadas por transformações de várias ordens, principalmente editoriais, que na década de 50 culminaram na constituição de diferentes formas de se inserir no debate público e com níveis diversos de prestígio, cada um com uma “imagem pública” particular. No entanto, tenhamos em mente que, embora estes jornais ocupem posições superiores na hierarquia da imprensa carioca, constituem-se em uma parcela dominada no espaço social mais amplo, bem como nas posições do *campo do poder*, onde a prerrogativa se encontra com os possuidores de capitais políticos e/ou econômicos em abundância.

Após pensarmos as lógicas de funcionamento do conjunto dos jornais à luz do conceito de campo jornalístico de Pierre Bourdieu, vejamos os periódicos nas particularidades de seus percursos históricos e quais são as principais interpretações acerca de seus posicionamentos sobre a política e, mais especificamente, sobre a atuação da União Democrática Nacional.

2.3. OS PERIÓDICOS EM TRAJETÓRIA: *CORREIO DA MANHÃ*, *JORNAL DO BRASIL* E *O GLOBO*

2.3.1. *Correio da Manhã*

Em 15 de junho de 1901 foi fundado por Edmundo Bittencourt o jornal *Correio da Manhã*. Nas duas primeiras décadas de existência, por se dedicar à defesa de causas populares, como o apoio à chamada Revolta da Vacina, em 1904, o impresso possuiu grande estima entre os estratos menos favorecidos da sociedade. Entretanto, a partir de 1929, sob o comando de Paulo Bittencourt, o *CM* ganhou contornos de um jornal para a elite, com mudanças de ordem publicitária, passando cada vez mais os anúncios a serem voltados para públicos com maior poder aquisitivo, bem como por efeito de transformações no “mercado” jornalístico, com o surgimento de folhas congêneres (como o *Diário de Notícias* e o *Diário Carioca*) na disputa pelas mesmos leitores (RIBEIRO, 2000, p. 69).

Não obstante, o timbre combativo imprimido por Edmundo na “primeira fase” permaneceria, tornando-se uma marca do jornal. Durante a chamada República Velha, a qual o adesismo de grande parte da imprensa teve destaque, o *Correio* enveredou pela via oposicionista. Posteriormente, mesmo tendo apoiado a Aliança Liberal e a Revolução de 30, também fez oposição ao Primeiro Governo Vargas, sendo o ponto alto o “furo” à censura estadonovista com a entrevista de José Américo de Almeida ao jornalista Carlos Lacerda, na qual o ex-candidato à presidência criticava abertamente o regime. O episódio, segundo consta no DHBB (2010), teria aberto o caminho para que o resto da imprensa pudesse se manifestar contra o governo, posto que os órgãos oficiais da censura não se expressaram contra a ação do *Correio da Manhã*. A entrevista passou a ser “uma espécie de referencial das posições liberais do jornal, sendo citada com destaque nas edições comemorativas subsequentes” (*Correio da Manhã*, DHBB, 2010, s/p).

Findada a ditadura do Estado Novo, gozando novamente de liberdade de expressão, o *Correio* passou a se autorrepresentar como uma folha de orientação doutrinária liberal e defensora da democracia.⁴⁷ Tanto em 1945, quanto em 1950, apoiou as candidaturas do brigadeiro Eduardo Gomes, então postulante pela União Democrática Nacional, partido com o qual o jornal manifestou por diversas vezes afinidade, frequentemente o apresentando como depositário de suas expectativas em um eventual governo, ou mesmo como oposição qualificada, face à eleição de Vargas em 50. No entanto, esta convergência não se traduziu em subordinação do diário à UDN. Entre outros que veremos adiante, um episódio emblemático disto foram as críticas do *CM* a UDN no caso da criação da Petrobrás; outro, foi o rompimento entre Paulo Bittencourt e Eduardo Gomes, quando da insistência do último para que o jornal apoiasse a candidatura de Juarez Távora em 1955 – então lançado pelo Partido Democrata Cristão (aliado udenista). O ex-chefe do Gabinete Militar do governo Café Filho não “caiu nas graças” do proprietário do *Correio*, que lançou editorial no qual não se comprometia com nenhum dos postulantes.⁴⁸

Da mesma maneira que a maioria dos grandes jornais da primeira metade do século 20 no Brasil se estruturavam em termos visuais e de linguagem, o *Correio* era

⁴⁷ Como veremos nos capítulos seguintes, de 51 a 54, diversos editoriais principais do *Correio da Manhã* tratam da importância de uma prática política e economicamente liberal para a sobrevivência da democracia brasileira.

⁴⁸ *Correio da Manhã*. Amanhã Votaremos. Editorial Principal. Rio de Janeiro, 2 out. 1955, cad. 1, p. 6. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em: jul. 2015.

composto por uma grande quantidade de textos, quase não apresentando a utilização de imagens, possuindo um “estilo” denso de diagramação (RIBEIRO, 2000, p. 69). O fato de seu quadro profissional ter sido integrado por contratações qualificadas nas áreas de reportagem e redação,⁴⁹ fez com que o *CM* se caracterizasse por textos com uma linguagem sofisticada e ao mesmo tempo direta, sem grandes ornamentos retóricos (RIBEIRO, 2000, p. 69).

Além do seu *staff* qualificado, com profissionais de destaque em suas áreas, da qualidade do “produto” jornalístico oferecido, com textos bem escritos, o *Correio da Manhã* encarnava uma postura em que não se furtava ao embate político, ao confronto de ideias com os detentores do poder e às discussões de temas com grande repercussão, fatores estes que lhe renderam prestígio e reconhecimento social (MARTINS 2016, p. 93).

O *Correio da Manhã* foi um dos periódicos de maior tiragem durante o Segundo Governo Vargas, dos matutinos ficou atrás apenas de *O Dia* em 1953 e 1954.⁵⁰ Todavia, sua principal fonte de receita não provinha das vendas, e sim do montante ganho com espaços publicitários, sobretudo, ocupados com itens e serviços destinados às camadas mais abastadas da sociedade, como vestuário, automóveis de luxo, turismo internacional, etc.

Dentre os impressos da Capital Federal, o *Correio da Manhã* foi o detentor de maior autoridade, tanto por sustentar campanhas de fundo político com sucesso, quanto por emplacar os primeiros lugares nos índices de vendagem e receitas publicitárias.

Sendo assim, com uma trajetória ascendente, o *Correio* deteve um nível elevado tanto de capital de prestígio quanto de capital econômico. Propriedade que estruturava e era estruturada na “alta hierarquia” dos grandes jornais cariocas da época e, como vimos, fez parte da configuração do campo jornalístico em construção na década de 50. Por consequência, o *Correio da Manhã* ocupa uma posição dominante dentre a grande imprensa carioca. Mas não só internamente. A chancela social possuída pelo jornal trazia legitimidade às causas que encampava nas disputas do *campo de produção ideológica*.

⁴⁹ Segundo Ana Paula Ribeiro (2000), Costa Rego “era extremamente cuidadoso com o texto. Por isso, recrutou nomes como Graciliano Ramos e Aurélio Buarque de Holanda (o dicionarista) para trabalhar na revisão. Isso sem falar nos redatores de primeiro time que levou para o jornal, como Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux, Thomaz Ribeiro Colaço e Gondin da Fonseca” (RIBEIRO, 2000, p. 69-70).

⁵⁰ Para dados sobre as tiragens dos principais jornais cariocas (matutinos e vespertinos), ver: RIBEIRO, A. P. G. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 63.

Em termos editoriais, na década de 50, era composto por dois cadernos com tópicos distintos. O primeiro era dedicado aos temas políticos, com prioridade aos assuntos internacionais, estes figurando na primeira página, como mandava a “cartilha” dos impressos de maior prestígio na época. Apenas excepcionalmente a capa apresentava notícias nacionais, sendo reservado a este tipo a contracapa e algumas páginas iniciais. No segundo caderno, predominavam temas do dia-a-dia da cidade do Rio de Janeiro, noticiário esportivo e cultural. Os textos opinativos eram apresentados tanto na página dois, na qual o principal espaço era dedicado aos artigos assinados por figuras eminentes e intelectuais, quanto na página quatro, onde havia os editoriais (principal e menores), assim como colunas, como a famosa *Tópicos&Notícias*. Ocasionalmente também figuravam artigos na “página editorial”, assinados principalmente por Costa Rego, editor-chefe até 1953.

2.3.2. *Jornal do Brasil*

Em 9 de abril de 1891, menos de dois anos após a proclamação da República, o *Jornal do Brasil* foi fundado pelo ex-ministro do Império, Rodolfo de Souza Dantas. Apesar da origem, com lançamento em data comemorativa alusiva à aclamação de Dom Pedro II como imperador,⁵¹ o *Jornal do Brasil* adotou uma postura “sóbria” em relação aos governos republicanos, em razão das pretensões dos seus dirigentes de criarem um periódico longo e de grande circulação. Para tanto, havia a necessidade de alta capitalização e de relações moderadas com o regime. Mas, isto pouco durou. Com Joaquim Nabuco na chefia de redação, as críticas do *JB* ao governo se intensificaram e suas posições políticas lhe renderam impopularidade, particularmente, em função da hostilidade de grupos políticos ligados à República. O que resultou na venda do periódico a uma sociedade anônima (DHBB, 2010).

Assim, o *JB* adentrou em nova fase, mudando suas opções editoriais. Passou a privilegiar conteúdos do dia-a-dia das “gentes comuns” da cidade do Rio. A tônica denunciadora da cobertura dos acontecimentos marcava seu “passo” editorial. As mazelas da pobreza, os casos de polícia, a desassistência dos desfavorecidos, eram temáticas correntes nas publicações do diário. Esta orientação rendeu ao *JB* a pecha de “O

⁵¹ O dia marcava o 60º aniversário do *Te-Deum*, hino litúrgico católico atribuído a Santo Ambrósio e a Santo Agostinho, que inicia com a sentença latina “Te Deum Laudamus” (A Ti, ó Deus, louvamos).

Popularíssimo”, apelido que o próprio jornal adotou, tendo em vista uma autorrepresentação como uma folha “popular”. Apesar disto, no início do século 20, o “Jornal das Cozinheiras”, como também era chamado jocosamente, tinha a edição mais moderna em termos de diagramação, em virtude da renovação de seu parque gráfico. Entretanto, ainda que se direcionasse às “massas” e fosse mais atrativo visualmente, as receitas vindas do mercado leitor não foram suficientes para liquidar as dívidas com a compra do maquinário, o que levou o jornal à venda novamente. Desta vez para o Conde Pereira Carneiro, que esteve à sua frente até 1953.

Segundo o DHBB, a orientação do conde era para que sua equipe atuasse com “prudência, moderação e discrição, não se engajando jamais em campanhas que representassem riscos para o jornal” (Jornal do Brasil, DHBB, 2010, s/p). Portanto, o *JB* foi marcado politicamente por posicionamentos comedidos. Não costumava ser veemente na defesa de teses no debate público, sobretudo, acerca de temas políticos. Ainda assim, foi empastelado quando Vargas tomou o poder, por não manifestar apoio à Aliança Liberal, o que resultou em uma postura ainda mais parcimoniosa durante o Estado Novo. Mesmo na queda de Getúlio se manteve comedido, apoiando Eduardo Gomes com ponderação nas eleições de 45 e 50.

Por conta dos poucos estudos acerca da relação do impresso com a política durante o Segundo Governo Vargas, a análise com a qual nos comprometemos nos próximos capítulos será indicativa do tratamento dispensado à situação e à oposição ao longo do período. No entanto, ainda de acordo com o DHBB (2010), o *Jornal do Brasil* possuía um fundo doutrinário conservador e católico. Porém, diferentemente do *Correio da Manhã*, não se autorrepresentava como tal.

Na década de 1950, em termos financeiros, o *Jornal do Brasil*, graças às divisas provenientes de seus classificados e de sua venda, era o único impresso que não dependia predominantemente de verbas publicitárias.⁵² Diante da alternativa de financiamento, o *JB* pode ser pensado como menos suscetível às pressões econômicas externas do que seus pares, mesmo que ele ocupe o quarto lugar na divisão de publicidade, conforme os dados levantados por Ana RIBEIRO (2000, p. 177). No que concerne à tiragem, nos anos a que este estudo se dedica, o *Jornal do Brasil* apresentou uma queda significativa, de 60 e 70

⁵² Desde os anos 20, o jornal adotou como estratégia de financiamento a divulgação de classificados nas páginas iniciais, seguindo o modelo inglês do *Times* londrino (RIBEIRO, 2000, p. 149).

mil exemplares/dia, em 1951 e 1952, respectivamente, passou a 45 mil exemplares/dia em 1953 e, 40 mil exemplares/dia em 1954 (RIBEIRO, 2000, p. 63).

As escolhas comerciais e editoriais estiveram na raiz do declínio do *JB* e na perda de prestígio dentre os principais órgãos de imprensa da Capital Federal (DHBB, 2010). Ainda na década de 1950 o *JB* era, entre seus pares, identificado como destinado aos estratos populares, muito pelo conteúdo dos classificados das quatro primeiras páginas, com ofertas para uma diversidade de categorias sociais, fora a alta classe.

Em função de ter sua imagem associada a uma folha “popular” e modesta em termos de discussão política, a trajetória do *Jornal do Brasil* apresentou uma estabilidade historicamente frágil no que diz respeito à vendagem, chegando à década de 50 em franco declínio. Embora tenha adquirido autossuficiência financeira a partir do esquema de classificados, o que lhe conferiu certa autonomia frente às pressões de grupos políticos e econômicos, seu prestígio como jornal formador de opinião foi comprometido, muito em virtude de sua estratégia de comedimento frente às questões políticas. Por se construir fora das “exigências” para uma posição dominante no campo jornalístico, – como uma periódico voltado aos leitores das camadas populares e, contraditoriamente, com os seus espaços editoriais voltados à alta sociedade carioca – o *JB* carecia de capital de prestígio, o que, em consequência acarretou na paulatina diminuição de suas tiragens.

No que diz respeito ao produto que o *Jornal do Brasil* vendia a seus leitores na década de 50, assim como o *Correio da Manhã*, possuía o formato *standard* (600x700), com oito colunas por página. Segmentava-se em dois cadernos, o primeiro continha o noticiário nacional e estrangeiro; o segundo compreendia temas variados dentro de seções como esporte, cultura e cotidiano. Na capa, além dos classificados que seguiam até a quarta página, também haviam chamadas de algumas matérias que seriam abordadas na edição. Normalmente, a manchete principal era associada a algum tópico internacional. Os textos de opinião, como o editorial principal, editoriais menores e artigos se encontravam na página cinco. Era empregada uma linguagem deveras formal, especialmente na página de opinião. A sexta página era reservada ao noticiário político nacional e a sétima para o internacional.

2.3.3. O Globo

Em 1925, *O Globo* foi fundado por Irineu Marinho, que esteve à frente do jornal até 31, quando seu filho, Roberto Marinho assumiu a direção do jornal. Em certa medida, assim como o *JB* da “Era Pereira Carneiro”, caracterizou-se por sua reserva acerca de assuntos com grande repercussão pública, principalmente os relacionados à política. Na década de 30, embora inicialmente tenha se mostrado reticente ao movimento tenentista e aos postulados aliancistas, quando a Aliança Liberal alcançou expressão nacional, *O Globo* passou a apoiá-la discretamente, na forma de aproximação com seus princípios, também demonstrando parcimônia em seu suporte à Revolução de 30 (O Globo, DHBB, 2010, s/p). Em 32, cobriu amplamente a Revolução Constitucionalista, dedicando-se à cobertura de ambos os lados, a despeito de representar a luta dos paulistas como exclusivamente pela reconstitucionalização do país, contrariando a narrativa que atribuía intenção separatista aos revoltos.

Durante o Estado Novo, *OG* adotou uma postura de sujeição às pressões do regime. Tendo Roberto Marinho participado do conselho do Departamento de Imprensa e Propaganda de 40 a 45. Apesar disso, o periódico se juntou aos movimentos pela deposição de Vargas e pela redemocratização do Brasil. Nas duas eleições seguintes, 45 e 50, *O Globo* apoiou Eduardo Gomes, candidato udenista à presidência. Frente a tentativa da UDN de anulação da vitória de Getúlio em 1950, baseada na tese da maioria absoluta, “omitiu-se diante da questão, uma vez que não desfrutava de base política para apoiar um movimento de caráter inconstitucional” (O Globo, DHBB, 2010, s/p).

No que se refere a sua relação com o Segundo Governo Vargas, o jornal é classificado de duas formas distintas: de um lado, como politicamente neutro ou moderado no que concerne às críticas a Getúlio, e, de outro, que o periódico fez uma vigorosa oposição ao governo. Conforme o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro,

À medida que se intensificava a crise política do governo Vargas, O Globo acirrava a oposição ao presidente encampando a tese do impeachment proposta pela UDN e participando da intensa campanha que a imprensa movia contra o jornal situacionista Última Hora, de Samuel Wainer. Segundo Ricardo Marinho, O Globo justificava sua atitude contra um governo eleito constitucionalmente em função dos “desmandos” que cometera (*O GLOBO*, DHBB, 2010, s/p).

De acordo com o *Anuário Brasileiro de Imprensa* de 1954, *OG* era visto à época como um jornal neutro em termos de posição política, em um momento de crescente recrudescimento das críticas a Vargas (RIBEIRO, 2000, p. 64). Ora, contrapondo-se às teses anteriores, segundo Alzira Abreu e Fernando Lattman-Weltman (1994), a postura do *Globo* frente a crise final do governo Vargas foi de uma oposição comedida.

Entre os periódicos cariocas do período, *OG* tem a maior tiragem, neste sentido, teve como seu principal rival a *Última Hora*. O impresso da família Marinho apresentou em 1951 e 1952, 100 e 120 mil exemplares/dia, respectivamente, e, 100 e 110 mil exemplares/dia, em 1953 e 1954 (RIBEIRO, 2000, p. 63). Sobre o financiamento, é provável que o jornal se apoiasse, predominantemente, nas rendas adquiridas por meio da publicidade, como demonstra sua posição de preferido dos anunciantes, conforme levantamento do *Anuário de Publicidade* de 1950 (RIBEIRO, 2000, p. 177). A abrangência comercial dos anúncios, englobando as classes alta, média e baixa, pode ser reveladora dos leitores a que se destinava o periódico, que buscava abarcar o maior público possível, penetrando todos os estratos sociais.

Dessa maneira, em virtude de seu alto potencial de vendagem, *O Globo* apresenta uma trajetória ascendente no campo jornalístico carioca da primeira metade da década de 50, ainda que, devido ao seu histórico marcado pela despreensão em se construir como uma folha politicamente engajada, não tenha acumulado capital de prestígio como o *Correio da Manhã*. Nesse sentido, por não estar bem posicionado no polo cultural do campo, possivelmente, *OG* não possuía o reconhecimento de seus pares como um órgão de opinião, tampouco possuía legitimidade com um público mais elitizado.⁵³ E, assim como o *Jornal do Brasil*, *O Globo* não publicizou uma autoimagem associada explicitamente a ideologias políticas, embora suas “preferências” doutrinárias sejam esboçadas em alguns editoriais na defesa de certos princípios. O DHBB (2010) endossa a perspectiva de Thomas SKIDMORE (1996), de que *OG* era um jornal neoliberal, defensor do capital privado e estrangeiro, e a favor do comércio exterior.

Devido à renovação de seu parque gráfico *O Globo* se apresentava como um dos jornais mais modernos do período, o que se traduzia em uma diagramação sofisticada, com enunciados e epígrafes em estilo arrojado, com maior apelo a recursos imagéticos, como fotografias, charges e caricaturas. Embora sua edição fosse repartida em dois cadernos, tal como a maioria dos jornais da época, a disposição do conteúdo era diferenciada. Na primeira página, os assuntos eram relacionados à temas nacionais, inclusive a manchete principal, que era costumeiramente sobre política; também possuindo fragmentos de notícias com conclusão no interior da edição. Não havia um

⁵³ Entretanto, lembremos que o jornal *O Globo* contava com o respaldo da *Rádio Globo*, que era politicamente mais ativa. Algumas críticas populares feitas ao vespertino e o ataque por ele sofrido com a morte de Vargas, deram-se por conta da repercussão que as acusações de Carlos Lacerda tiveram através da *Rádio Globo*.

espaço editorial fixo, como em outras folhas, variando de acordo com a importância do tópico abordado. Em relação à linguagem, *OG* seguia a tendência de seus congêneres, com textos refinados e densos, ainda sem as modificações provenientes das técnicas de redação mais tarde importadas do jornalismo anglo-saxão, como a passagem pelo *copy desk* ou a utilização do *lead*.

2.4. ARENA DE GIGANTES: RELAÇÕES E LUTAS ENTRE IMPRENSA E POLÍTICA NO CAMPO DE PRODUÇÃO IDEOLÓGICA

Dessa maneira, considerando as questões pensadas acima, que demandam um modelo analítico que incorpore as expressões das dinâmicas internas – as singularidades do próprio campo jornalístico carioca da década de 50 – mas também as relações dos impressos com os demais campos de produção cultural, optamos por tentar compreender a relação entre os jornais e a política no debate público por meio da noção de *campo de produção ideológica (CPI)*, que Pierre Bourdieu define como um:

universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o campo do pensável politicamente ou, se quisermos, a problemática legítima (BOURDIEU, 2007, p.372).

À semelhança de outros campos, o *campo de produção ideológica* se baseia no monopólio da produção legítima de determinado bem simbólico, a saber: os pontos de vista autorizados sobre o mundo social. Sendo assim, o CPI se constitui em um espaço de disputa entre as visões que se pretendem mais legítimas sobre temas com expressão pública. As controvérsias no seu interior, além de delimitarem as problemáticas legítimas, possuem prerrogativas de anuência e de sanção sobre as formas que uma sociedade elabora para resolver suas demandas imediatas, sejam elas projetos de ordem política, econômica e social, programas de governo, de partidos, de entidades civis, etc. Deste modo, além da elaboração destas formas, os agentes, no CPI, têm a capacidade de fazerem respaldar junto ao coletivo, em sua quase totalidade, propostas chanceladas pela força simbólica deste espaço.

Ademais, é no campo de produção ideológica que os “interesses” particulares dos agentes podem alcançar o status de interesse do conjunto da sociedade, e não tão-só do

grupo ou da classe a que eles pertencem.⁵⁴ Para tanto, demanda-se aos agentes a acumulação de recursos necessários à produção das opiniões autorizadas a falar em nome da sociedade. À vista disso, o CPI também se organiza em torno da oposição entre *iniciados* e *profanos*, isto é, entre aqueles que detém o monopólio da produção legítima e aqueles que sequer franquearam legitimamente sua entrada no campo, não dominando as regras de produção e, por isso, inaptos a produzir representações autorizadas sobre o mundo social, restando-lhes a condição de consumidores (BOURDIEU, 2017, p. 404).

Por sua “natureza”, o campo de produção ideológica se constitui em um espaço heterogêneo e dinâmico. Comporta agentes de uma pluralidade de universos sociais, vindos de campos e subcampos diferentes, como a imprensa escrita, a política partidária, as relações públicas e outras esferas representativas,⁵⁵ das quais há o reconhecimento da pretensão de se colocarem como falas autorizadas em nome de parcela ou de toda a sociedade (BOURDIEU, 2017, p. 402 e 404). Este bem simbólico – a fala autorizada sobre o “proceder coletivo” – se constitui exclusivamente “por delegação”, em outras palavras, é uma fala por representação, uma fala que fala por grupos ou mesmo pelo conjunto da coletividade. Esta fala, embora possa se assentar nas opiniões e expectativas dos representados, o que Bourdieu define como um “contrato explícito de delegação”, também se sucede conforme

os interesses específicos [do agente] associados a sua posição no campo da produção ideológica –, exprime as opiniões ainda não formuladas, implícitas e potenciais, fazendo-as, por conseguinte, existir; ele pode, inclusive, servir-se do monopólio da palavra, que lhe confere seu estatuto de porta-voz reconhecido, para prestar a seus mandantes [...] expectativas, intenções e exigências em que estes não se reconhecem (BOURDIEU, 2017, p. 399).

Portanto, isso significa que as representações em disputa no CPI nem sempre têm nos representados sua origem, ao contrário, podendo ser concepções dos agentes

⁵⁴ Na obra *Coisas Ditas* (2004), ao abordar a homologia e os efeitos de desconhecimento, visando a superação da “representação ingênua do mandatário devotado, do militante desinteressado, do dirigente cheio de abnegação,” e do “mandatário como usurpador consciente e organizado”, Bourdieu afirma que “em muitos casos os interesses do mandatário e os interesses dos mandantes coincidem em grande parte, de modo que o mandatário pode acreditar e fazer com que acreditem que ele não possui interesses à margem dos interesses de seus mandantes” (BOURDIEU, 2004, p. 200). Portanto, continua o sociólogo, “essa coincidência estrutural dos interesses específicos dos mandatários e dos interesses dos mandantes está na base do milagre do ministério sincero e bem-sucedido. As pessoas que atendem bem aos interesses de seus mandantes são pessoas que atendem a si mesmas ao atendê-los” (BOURDIEU, 2004, p. 201). Lógica esta que também se apresenta no *campo de produção ideológica*.

⁵⁵ Desta forma, a existência do *campo de produção ideológica* é possível tão somente sob regimes democráticos.

dominantes deste espaço, depositários das técnicas de elaboração dos discursos legítimos. Disto decorre que

o delegado seja o fiador do programa não só como *opus operatum*, enquanto conjunto de proposições já formuladas, mas também como *modus operandi*, enquanto conjunto de princípios geradores de proposições ainda não constituídas (BOURDIEU, 2017, p. 399).

Por conseguinte, levemos em conta que uma das propriedades do CPI, assim como noutros campos, é sua *função ideológica*, isto é, seu potencial de denegação das disparidades sociais objetivas que estão no fundamento da divisão social em classes. Diferentemente da noção de ideologia, grosso modo, habitual dos marxismos que, em linhas gerais, concebem-na como expressão cultural e simbólica que sustenta a dominação econômica, para Bourdieu, ideologia é qualquer representação sobre o mundo social, sobretudo as elaboradas nos campos especializados. Neste sentido, a *função ideológica* justifica e encobre as diferenças sociais, ou seja, legitima a ordem social.

Além de se constituir enquanto local marcado por relações de força, o campo de produção ideológica se estrutura hierarquicamente, entre os agentes e as instituições que dele participam. À vista disso, o peso que cada um possui no debate público é equivalente às suas posições nos seus respectivos campos, bem como a dotação de recursos e capitais nestes acumulados que os permitem lançar mão nos certames do CPI (BOURDIEU, 1989, p. 55). Consequentemente, seus membros tendem sempre a afirmação e valorização de suas competências específicas, como estratégia para obter reconhecimento social que lhes confira poder de legitimação sobre seus “produtos políticos”. Dessa forma, é satisfazendo o seu interesse específico no campo de origem que o agente pode atender aos interesses específicos de agentes de outros campos (BOURDIEU, 1989, p. 56), como por exemplo quando um jornal defende teses que convergem com as defendidas por agentes do campo político, sem, necessariamente, servilismo, e tampouco desinteresse.

Por conseguinte, verifica-se que no campo de produção ideológica, um agente pode validar a posição de outros no debate público, entretanto, tenhamos em mente que aquele faz isto primeiramente em consonância com seus interesses dentro de seu próprio campo, frequentemente como estratégia de inversão de capitais; sucedendo-se, em decorrência disto, a satisfação de agentes de outros campos, que buscam também, de certa forma, atender seus interesses em seus respectivos espaços. Em virtude desta dupla dinâmica a que estão submetidos os produtores culturais no CPI, que conjuga a

precedência das demandas internas sobre a agência com as conveniências de satisfazer as pressões externas, temos que a noção de campo de produção ideológica de Pierre Bourdieu seja adequada teoricamente ao contexto dos jornais cariocas da década de 50, uma vez que, a partir dela, compreende-se a imprensa e os partidos políticos em sua complexidade, constituindo-se em alternativa às perspectivas que compreendem os periódicos como subordinados aos poderes políticos e econômicos.

Devido aos recursos de que dispõem, os campos jornalístico e político se encontram em posições privilegiadas no campo de produção ideológica. Os agentes do campo político são autorizados oficialmente a falar em nome do corpo social, já os agentes do campo jornalístico são detentores dos meios de comunicação de grande difusão,⁵⁶ possuindo um grande poder sobre todos aqueles que dependem de suas representações (BOURDIEU, 1997, p. 16). Mas, embora os dois campos estejam bem relacionados e mesmo imbricados, a lógica de ação do campo jornalístico, mesmo o dedicado à política, não é a mesma do campo político, especialmente no que se refere ao pouco compromisso com programas partidários e com as prioridades do pragmatismo político, como, por exemplo, a busca de alianças eleitorais, de acordos para formar maiorias parlamentares etc.

Considere-se que pela condição de seus agentes, de porta-vozes oficiais da comunidade social, o campo político ocupa uma posição dominante no campo de produção ideológica. Quando nos governos, seus agentes podem controlar a máquina estatal, o que lhes possibilita lançar mão do capital político objetivado nas instituições públicas, seus recursos materiais e simbólicos. Nesse sentido, há uma concorrência por um duplo poder no campo político: “o monopólio da elaboração e da difusão do princípio de di-visão legítima do mundo social [...] e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados” (BOURDIEU, 1989, p. 174). Disto, decorrem também duas formas de disputa: uma, voltada para atingir o público externo, visando a conquista do eleitorado,⁵⁷ a qual, se bem sucedida, agrega valor aos produtos políticos

⁵⁶ Pondere-se que os agentes do campo jornalístico só não detêm completamente o monopólio dos meios de comunicação de massa porque, em menor quantidade e qualidade, o Estado também os possui, assim como controla o espaço de transmissão, que dispõe por meio de concessões públicas a diferentes veículos de comunicação.

⁵⁷ Segundo Bourdieu, o abandono da pureza doutrinária pelos agentes do campo político é inevitável na busca por cativar extensivamente o eleitorado. Ou seja, por meio de “transações e concessões” as “tomadas de posição originais” dão lugar às práticas discursivas que tendem a agradar o maior número possível de eleitores: “o partido, se não quer ver-se excluído do jogo político e da ambição de participar senão do poder, pelo menos do poder de ter influência na distribuição do poder, não pode consagrar-se a virtudes tão

internamente, estes podendo vir a se transformar em políticas públicas; e a outra, diz respeito às estratégias dos agentes nas disputas dentro do campo político, como articulações para aprovação de projetos, composição de bancadas nos parlamentos, coligações eleitorais, etc.⁵⁸

Em virtude disto, o agente do campo político é em grande parte dependente das formas como o campo jornalístico o retrata. A imprensa tem a capacidade de alavancar a sua “imagem pública”, colocando-a em evidência positivamente ante o eleitorado, por meio da divulgação de seus ideais, seus projetos, seus programas e mesmo de suas características pessoais. Porém, ao mesmo tempo que a imprensa escrita se tornou um espaço de disputas que assiste o exercício do poder, ela impôs “regras” para este exercício, por meio dos artifícios de transparência e visibilidade. A nova publicidade da esfera pública, que se define pela progressiva visibilidade do exercício do poder, põe em risco o conforto de líderes políticos que gostariam de manter sua conduta longe do escrutínio público (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 89). Então, por possuir a “chave do acesso” ao “grande público”, pelo poder de fazer ver ou de não o fazer, o campo jornalístico exerce forte pressão no universo político, mas também é suscetível aos constrangimentos deste, uma vez que qualquer agente que se pretenda representante dos interesses coletivos demanda uma projeção pública de longo alcance, que só pode ser operada pelos meio de comunicação de massa (BOURDIEU, 1989, p. 189-190).

No caso de um jornal, o engajamento na defesa de determinada tese sobre um tema em disputa no terreno político, dá-se a partir de representações sociais que concorrem dentro da própria imprensa, com o campo político e com outras instâncias que participam do campo de produção ideológica, a fim de impor sua visão como a mais autorizada perante a sociedade, o que Bourdieu (1990) chama de “luta simbólica” e que Roger Chartier (2002) denomina de “lutas de representação”. Este conflito é marcado pela tentativa de intervenção no espaço social e de construção do mundo, posto que a manutenção ou a alteração da ordem social resulta da conservação ou da transformação dos esquemas de percepção dessa ordem. De acordo com Bourdieu,

As lutas simbólicas a propósito da percepção do mundo social podem adquirir duas formas diferentes. Do lado objetivo, pode-se agir através de ações de

exclusivas”. Por conseguinte, a lógica da luta política compele seus participantes às contradições (BOURDIEU, 1989, p. 184).

⁵⁸ Para a conquista e/ou permanência no poder, os imperativos de ordem pragmática se sobrepõem aos fundamentos doutrinários dos agentes dentro do campo político. Alianças e coligações frequentemente se dão na lógica das vantagens práticas, sem que necessariamente hajam correspondências doutrinárias entre os agentes.

representação, individuais ou coletivas, destinadas a mostrar e a fazer valerem determinadas realidades [...] Do lado subjetivo, pode-se agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência, as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítimo, ou seja, pelo exercício legítimo do efeito de teoria (BOURDIEU, 2004, p. 16).

Dessa forma, além do emprego de capitais de todos os tipos – sobretudo o simbólico –, os agentes lançam mão de símbolos coletivos já sedimentados na sociedade. A apropriação destes símbolos também é motivo de contenda. Devido a sua “natureza” semântica plural e sua difusão irregular, os agentes entram em disputa para se fazerem reconhecidos pela vinculação aos sentidos mais estáveis, assim como se lançam na tentativa de substituir as definições mais legítimas, por acepções afinadas aos seus interesses imediatos.

A imprensa é o espaço por excelência onde essas tomadas de posição são originadas e difundidas. Desta maneira, a partir das ideias e conceitos mobilizados pelos jornais para representar e defender certo ponto de vista, podemos observar além de seus posicionamentos e posturas sobre as diferentes teses em controvérsia sobre um determinado tópico, quais posturas são adotadas pelos diários em relação a outros agentes envolvidos no debate, assim como podemos mapear as diferentes vozes sobre a questão em pauta, que possam ter recebido espaço nos diários e, assim, compreender com mais profundidade como o processo em curso foi percebido e vivenciado por diferentes atores sociais.

Por isto, o conceito de representação é de suma importância nos estudos sobre o jornalismo. Afinal, nessa luta, tal como apresentada por Roger Chartier,⁵⁹ as representações se configuram em diferentes atribuições de valor e, por conseguinte, de

⁵⁹ Na década de 1990, sob a influência dos *Annales* e da História Cultural representados principalmente por Roger Chartier, sucedeu-se uma alteração substancial no tratamento da imprensa como objeto de pesquisa, sobretudo no Brasil. Chartier ressignificou o conceito de representação coletiva de Émile Durkheim, a fim de avançar em relação a oposição entre, de um lado, as perspectivas que concebem a sociedade como uma realidade pré-simbólica – que tem como expressão última o materialismo histórico – e, de outro lado, as noções que compreendem a cultura como um sistema simbólico, independente da realidade social; concepções desenvolvidas principalmente pela escola interacionista estadunidense, encabeçada por Clifford Geertz e Robert Darnton. Por meio do conceito de representação, Chartier também busca se distanciar das gerações anteriores dos *Annales*, que desenvolveram a noção de “mentalidades”, que seria uma estrutura equivalente, mas apartada das estruturas socioeconômicas. Para ele, essa concepção imobilizaria a cultura a um sistema inflexível, que não levaria em conta os conflitos e diferenças sociais que se manifestam por diferentes formas simbólicas. Sobre o conceito de *representação* em Roger Chartier, ver: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

gradação do mundo social. O efeito hierarquizador é fruto da complexidade que envolve o trabalho de construção das representações, que ocorre num espaço de conflito entre os grupos sociais e os profissionais especializados na produção de bens simbólicos. É na circulação dos bens que se acumula o capital simbólico, espécie de capital cuja eficiência tem a ver com a percepção pelas pessoas à volta de uma propriedade, tal como o valor cultural. Ainda neste aspecto, o valor simbólico é reconhecido com base em categorias compartilhadas de percepção e de julgamento. Em vista disso, conforme Chartier,

daí as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles (CHARTIER, 1991, p. 177).

Nessa disputa, a representação que predomina consegue impor-se como sentido social ou coletivo de grupos sociais, apresentando grande capacidade de transformação sobre a realidade, em razão de agregar valor positivo a determinado posicionamento, legitimando-o e exercendo pressões sobre as instâncias decisivas associadas ao objeto.

A imprensa quando consegue imprimir socialmente seu sentido sobre determinado tema em disputa no debate público contribui com a elaboração de princípios a partir dos quais as instituições são pensadas e modeladas. Nesse sentido, os princípios por detrás da conformação institucional também são produtos da influência da imprensa nos processos de formação das representações sociais. Ao apontar a existência de sistemas coerentes de representação presentes na imprensa, Sandra Jovchelovitch demonstra como se constroem as representações sociais da vida pública na imprensa:

De um lado, esse sistema se nutre de padrões culturais e elementos históricos da sociedade brasileira e nessa medida reproduz sentidos que fazem parte do imaginário social do país. De outro lado, a mídia difunde e transforma estas representações pelo próprio ato de pô-las em circulação (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 108).

Portanto, vemos que, por meio dos processos inerentes às disputas no debate público, o sentido se produz, se desloca e se esvanece constantemente na dinâmica de funcionamento discursivo da imprensa. E é também através dos jornais, da produção e do deslocamento de sentidos projetados a partir deles, que as representações sociais vão se engendrando (pela classificação de atores, de pontos de vista, de verdades, de saberes etc.). Deste modo, as representações mobilizadas pelos periódicos são corolário de opiniões, concepções individuais ou coletivas estruturadas dentro e fora do campo

jornalístico, sendo invariavelmente passíveis de transformação. Logo, analisar as representações por meio das quais o jornalismo seleciona e semantiza os acontecimentos permite, além de verificarmos as mudanças linguísticas na classificação da realidade, observarmos as transformações sociais, bem como a dinâmica através da qual ele se instituiu (e se reconstituiu cotidianamente) enquanto um campo próprio.⁶⁰

Considere-se também que há o recrudescimento das “lutas simbólicas” quando se apresentam cenários marcados por rupturas e/ou intensas mudanças, havendo a alteração de formas simbólicas antes estabelecidas, por definições que passam a ser mais legítimas, estas podendo preexistir já nas disputas pela imposição semântica com maior autoridade social, quando não se apresenta a necessidade de invenção de novas formas de representação, que podem vir acompanhadas de neologismos, dado que o antigo conjunto simbólico não dá conta de interpretar a nova realidade.

Durante o Segundo Governo Vargas se sucederam uma profusão de transformações em diversos âmbitos, dentre as quais, as que mais nos interessam: as associadas ao jornalismo impresso e à política partidária. Nesse sentido, a UDN nas páginas dos jornais se constitui em tópico elementar para a análise das representações sociais que circularam à época no Brasil sobre a política, os partidos políticos, e sobre o regime democrático. Ao passo que a agremiação é um dos produtos daquele contexto de mudanças, sua trajetória em âmbito nacional esteve intimamente relacionada com o novo arranjo político-institucional marcado pela emergência de uma legislação eleitoral que alavancou o trabalhador urbano de baixa renda alfabetizado a elemento fundamental ao sucesso de partidos e políticos.

2.5. UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL: AS CONTRADIÇÕES E OS DESAFIOS DA UNIDADE E DA IDENTIDADE PARTIDÁRIA

Assim como o campo jornalístico carioca da década de 50 se constituía em um espaço em construção, da mesma forma pensamos o campo de produção ideológica no

⁶⁰ Em consonância com a interpretação de Marialva Barbosa (2007), acreditamos que a modernização da imprensa carioca da década de 50 se sucedeu em virtude da “pretensão” do jornalismo impresso em construir uma forma particular de inserção no debate público. Neste esforço, além das transformações de vários tipos que mencionamos antes, sucedeu-se, discursivamente, a autoconstrução da imprensa como instância intermediadora da relação entre sociedade e Estado, por meio da autorrepresentação como instituição fiscalizadora da atuação do poder político. Esta nova atribuição da qual progressivamente passaram a se arrogar os grandes jornais da época, constituiu-se em estratégia na busca por especificidade face a outros campos, seus agentes e instituições, no debate público.

Brasil, à medida que ele ganhava autonomia com a existência de “grandes burocracias políticas de profissionais a tempo inteiro”, leia-se o governo, os partidos políticos, a administração pública etc., e com o surgimento de instituições “encarregadas de selecionar e de formar os produtores profissionais de esquemas de pensamento e de expressão do mundo social, homens políticos, jornalistas políticos, altos funcionários, etc.” (BOURDIEU, 1989, p. 170).⁶¹ Logo, verifica-se que havia uma certa variedade de produtores nas disputas do campo de produção ideológica brasileiro.

Todavia, embora em suas origens esses agentes e instituições venham de diferentes campos, o que nos interessa aqui são as representações do campo jornalístico carioca, ou melhor, de parte dele, sobre o campo político, particularmente sobre a atuação de um de seus agentes mais expressivos, a União Democrática Nacional. Utilizaremos como “métrica” para a análise os documentos fundacionais da agremiação, posto que o primeiro “produto político” do partido foi o seu programa, inaugurando sua participação na vida política e apresentando as ideias que conduziria – ao menos discursivamente – a atuação dos próceres udenistas no debate público.

No primeiro programa da UDN, as propostas tiveram inspiração progressista, com destaque para diretrizes modernizantes e de cunho social. No que concerne à forma de sociedade preconizada, o partido propunha o que definiu como “atingir a realidade democrática”, por meio do estabelecimento das liberdades formais do ideário liberal clássico, reivindicando a “autonomia e o pluralismo sindical, o direito de greve, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e a instituição de conselhos de gestão nas fábricas” (UDN, DHBB, 2010, s/p). Ainda, sobre o desenvolvimento do que designa como “homem brasileiro”, preconizava a elevação do “nível primitivo”, a que este se acharia reduzido, destacando a necessidade de ampará-lo nas carências relativas à moradia, alimentação, vestuário e saúde; bem como defendia a escola pública gratuita que, “além de órgão de instrução, [se constituiria] em órgão de assistência social, como meio também de estimular uma frequência eficiente”, dentre outras propostas para a educação.

As proposições acerca das problemáticas nacionais foram formuladas dentro de uma orientação reformista, apresentando atenção à questão agrária, que entre suas

⁶¹ Podemos citar a Fundação Getúlio Vargas (FVG), fundada em 1938, e a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FCEA/USP), de 1946, assim como a Universidade do Brasil e a PUC-Rio, com cursos como o de jornalismo.

propostas estava o subsídio e o fornecimento de assistência aos pequenos produtores; também à industrialização, “com fim de modernizar nossa organização de trabalho e de elevar o padrão de vida”, sendo papel do Estado favorecer o desenvolvimento da indústria interna. Dentro do escopo ainda há a ampliação do mercado interno por meio de exoneração de exigências fiscais, da adoção de um regime tarifário que possibilite o estímulo à economia incipiente, da redução do imposto de consumo que recair sobre gêneros “indispensáveis à classe média e pobre”, etc. E, segundo o programa de 1945, a intervenção estatal se faria necessária “para suprir as deficiências da organização econômica” e “para garantir os direitos do trabalhador intelectual e manual”.

Entretanto, a orientação programática pouco se verificou nas práticas mesmo durante o governo Dutra, somente através de algum apoio ao projeto de reforma agrária proposto pelo presidente (UDN, DHBB, 2010, s/p). A reação udenista ao fracasso em 1950, tentando romper a legalidade e anular os resultados da eleição, ilustrou o tom predominante da oposição que o partido faria a Vargas até agosto de 1954 (BENEVIDES, 1981, p. 84). O tom radical da oposição udenista, orquestrado principalmente pelos parlamentares membros da chamada “Banda de música da UDN”,⁶² dirigindo seus ataques, sobretudo, à política social de Vargas e à atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho, sinalizavam o caminho tomado pela UDN de uma oposição cada vez mais reacionária (BENEVIDES, 1981, p. 83). À vista disso, o enfoque progressista das propostas elaboradas no primeiro programa do partido, em 1945, foi alterado e,

Na convenção nacional de 1953 a questão social não foi mais prioritária, substituída pela ênfase no moralismo e no bacharelismo. O programa de urgência de 1953 inscreveu como ponto principal da ação política o combate aos prevaricadores, pela “moralização administrativa e punição dos faltosos” e em segundo lugar sugeriu a ampla divulgação do texto da Constituição federal em todos os estabelecimentos de ensino, a partir da escola primária, apresentando em quinto lugar, apenas, a proposta de “luta pelo barateamento do custo de vida e amparo ao trabalhador rural”. Não havia mais referências explícitas ao direito de greve (Benevides, p. 184, 1981).

Esse moralismo, além de figurar no programa de 1953, aparecia também nos discursos parlamentares e nas declarações para a imprensa. Nestes, a UDN se dirigia abertamente às classes médias, especialmente através das denúncias de corrupção administrativa, de manipulação dos mais pobres pelo governo, da incapacidade do governo em administrar os negócios do Estado, etc. Embora o partido se proclamasse

⁶² A “Banda de Música” foi um grupo de oradores parlamentares da UDN, conhecidos por desferir ataques aos governos do PTB e do PSD na década de 1950, em plenário.

herdeiro dos movimentos liberais de classe média, em termos de interesses econômicos, a UDN também defendia os interesses dos proprietários de terra e dos industriais associados ao capital estrangeiro. A origem social dos parlamentares udenistas, também, não simbolizava “uma especial identificação do partido com os setores médios: a UDN tinha, no Congresso, mais proprietários de terra do que o PSD e este tinha mais funcionários públicos do que aquela” (UDN, DHBB, 2010, s/p).

Como mencionado no início deste capítulo, na bibliografia que trata do tema da relação entre política e imprensa durante o Segundo Governo Vargas, há presente a ideia bastante difundida de que os jornais cariocas eram udenistas ou que seguiam a linha política-doutrinária do partido, numa espécie de subordinação do universo dos jornais ao universo político (SODRÉ, 1983; RIBEIRO, 2000).

Maria Helena Rolim Capelato apresenta tal perspectiva ao situar a “luta política” nos jornais. Segundo a autora: “a partir dessa época [1951] travou-se intensa peleja entre esse órgão getulista [a *Última Hora*, de Samuel Wainer] e os porta-vozes da UDN” (CAPELATO, 1988, p. 51). Este tipo de interpretação que leva a crer que os jornais estariam sujeitos às vontades dos agentes políticos, baseia-se em grande parte em fontes orais, sem o devido tratamento, sem a cautela de não tomar por reflexo da realidade as memórias do depoente. O depoimento de Luiz Antônio Villas-Boas Corrêa, jornalista, comentarista político e ex-colaborador do *Jornal do Brasil*, entrevistado por Américo Oscar Freire e Marieta de Moraes Ferreira, ilustra o tipo de testemunho que atribui a pecha de udenista à parcela da imprensa, inclusive ao jornal *Correio da Manhã*:

Aqui no Rio, a maioria esmagadora da imprensa era udenista. O único jornal petebista de que eu me lembro, aqui, era *O Radical*. Depois veio a *Última Hora*, já no segundo governo do Getúlio. Mas o *Diário Carioca* era udenista, o *Correio da Manhã* era udenista, o *Diário de Notícias* era udenista... *O Jornal* às vezes era udenista, às vezes pessedista, porque o Assis Chateaubriand fazia o jogo do interesse. Os jornais sem dúvida eram partidários. Nunca recebi orientação de ninguém do tipo “cubra isto na linha da UDN”, mas era evidente que o jornal o induzia a dar mais destaque às matérias que ele acolhia. (CORRÊA, 1998, p. 14).

Ao contrário disto, pesquisas recentes como a de MARTINS (2016) demonstram que esses jornais diferiram da UDN em diversas questões. Tal como no caso da apresentação, pela UDN, de uma proposta para a criação de uma empresa estatal que monopolizaria o setor petrolífero (ENAPE – Empresa Nacional do Petróleo), em 1952, para contrariar Vargas, pois, este havia proposto uma companhia de economia mista (a Petrobrás) que não incluía o monopólio originalmente. Nesse episódio, vários jornais cariocas – dentre eles o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* – condenaram

veementemente a proposta da UDN, qualificando-a como demagoga e alinhada aos interesses comunistas.⁶³

Assim, parece-nos que os jornais possuíam uma relativa autonomia nos discursos, bem como parece ser correto afirmar que, a opinião ali veiculada, estaria dissociada do condicionamento exclusivo dos agentes financiadores e políticos (ABREU & LATTMANN-WELLMANN, 1994).

Nascida da oposição à ditadura estadonovista, a UDN firmou-se como um dos principais partidos do período democrático de 1946 até 1964, quando participou de forma ativa da derrubada do presidente João Goulart, apoiando a instalação do governo civil-militar, no qual ela própria foi vítima do arbítrio repressivo e autoritário. Segundo Maria Victoria de Mesquita BENEVIDES (1981), a postura de oposição aos chamados “governos populistas” e o ímpeto golpista dentro da UDN foram uma catastrófica incoerência – consoante ao próprio sistema partidário, desprovido de concordância prática e ideológica – que culminou na quebra da legalidade e o estabelecimento do Regime civil-militar, em 1964.

Da resistência democrática à coparticipação golpista, do idealismo da “campanha da libertação” à retórica populista de Jânio Quadros, o itinerário udenista apresenta contradições inquietantes, “num desafio à busca da unidade e da identidade” (BENEVIDES, 1981, p. 12). Não obstante, a identidade do partido esteve amparada na construção de sua própria “imagem pública”, por meio do moralismo e do elitismo; dos principais fundos de atuação: o anticomunismo e o antigetulismo; e da autorrepresentação como um partido de matriz liberal (BENEVIDES, 1981, p. 20).

Ao analisarmos as formas de representação sobre o partido nos jornais, buscamos distanciar-nos de visões genéricas circulantes no imaginário social, sejam elas apologéticas ou detratadoras. Com essa intenção, a escolha por trabalhar com os jornais cariocas como fonte não esteve condicionada pela vinculação da UDN às sentenças como “partido das elites”, “partido antigetulista”, “partido entreguista”, “partido golpista”, “partido liberal”, etc. e, sim às opiniões jornalísticas de toda sorte, que abordem a atuação da agremiação face à política brasileira e ao governo Vargas.

⁶³ “O nosso petróleo”, *Correio da Manhã*, 09 de julho de 1952, p. 04, 1º caderno, editorial principal; “Petróleo oneroso e demorado”. *Jornal do Brasil*, 01 de agosto de 1952, p. 05, 1º caderno, editorial principal.

3. ENTRE A ADESÃO E A OPOSIÇÃO: REPRESENTAÇÕES DO GRANDE DILEMA UDENISTA PERANTE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS

Neste capítulo nos dedicaremos a analisar como os três periódicos em questão – *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* – representaram a União Democrática Nacional em face do Segundo Governo Vargas. A investigação foi realizada sobre dois temas diferentes: a composição do “ministério da experiência”, que foi marcada pelas investidas “diretas” de Vargas em contar com a participação da UDN no governo; e o caso da Reforma Administrativa, que pode ser caracterizado como uma tentativa “indireta” do Presidente, que apelou à colaboração interpartidária na construção do projeto de lei, para renovação administrativa. Ademais, a escolha destes dois recortes se sucedeu pelos motivos de que, em ambos contextos, desenrolaram-se amplas coberturas jornalísticas, assim como a UDN esteve neles presente, como um dos maiores participantes, senão a protagonista, das discussões públicas.

O propósito de examinar as representações da UDN nestes eventos tem grande importância porque, segundo as formas de descrição do partido pelos jornais, é possível compreender as visões de parte da imprensa sobre: (1) o papel da UDN, como a maior força de oposição ao governo Vargas, e o que dela esperavam os diários; (2) a atuação da UDN em relação ao governo Vargas; e, por último, (3) o horizonte que se apresentava caso o partido cumprisse ou descumprisse as suas atribuições, conforme as estipulavam os jornais.

3.1. DA COMPOSIÇÃO DO “MINISTÉRIO DA EXPERIÊNCIA” À CONVENÇÃO NACIONAL DA UDN: A LINHA DE AÇÃO DO PARTIDO COMO “CABO DE GUERRA”

Na historiografia há uma compreensão bastante difundida acerca da relação da UDN com o segundo governo Vargas, marcada por uma oposição obstinada e mesmo intransigente (FLEISCHER, 1981; FAUSTO, 2013; GOMES & FERREIRA, 2018). Embora, em abril de 1951, a Convenção Nacional do partido tenha definido uma linha de “independência” frente ao novo governo, marcando, discursivamente, uma oposição consciente e equilibrada, não foi o que se verificou na prática. Ao longo do período em que Getúlio esteve pela segunda vez na presidência, a oposição da UDN foi marcada por uma postura de ataques sistemáticos e tumultuosos, não poupando esforços em desabonar

as iniciativas saídas do Palácio do Catete, bem como em conspurcar a imagem de Vargas, associando-a a escândalos político-financeiros, à má gestão administrativa, à lembrança do Estado Novo e às supostas aspirações golpistas do ex-ditador (D'ARAÚJO, 1992, p. 125).

Como mencionado no capítulo anterior, a UDN liderava a oposição parlamentar nas investidas contra a situação, principalmente, por meio dos oradores “inflamados” da chamada “Banda de música”. Entretanto, ainda que a atitude com maior destaque no partido tenha sido de uma oposição impetuosa e, mesmo, irrefletida muitas vezes, o posicionamento em relação ao governo não era unânime dentro da agremiação. Havia vozes dissonantes da “Banda de Música”. Dentro da UDN também atuava um grupo de congressistas – em geral políticos nordestinos – “sensíveis às possibilidades de aproximação com o governo” (BENEVIDES, 1981, p. 85).

Talvez o representante mais emblemático desta linha seja João Cleofas (UDN-PE), tendo aceitado ser ministro da Agricultura. Fato que mobilizou o partido em torno das discussões sobre a linha de ação a ser seguida, entre a adesão ou a oposição ao governo Vargas, e sobre a conveniência da expulsão ou não do deputado pernambucano. De um lado, os adeptos à corrente oposicionista encabeçada pelos membros do que viria a se formar naquela legislatura a “Banda de Música”, em especial Aliomar Baleeiro e José Bonifácio, que viam a atitude de Cleofas como uma primeira deserção; de outro, os favoráveis à “tese conciliatória”, de que, os interesses regionais do nordeste se impunham à nomeação de Cleofas, bem como a sua reconhecida competência técnica para o cargo, justificaria que, apesar de se tratar de um udenista compondo o ministério, isto não era representativo da UDN no governo.

Além da composição ministerial em 1951, as tentativas de Getúlio em conquistar o apoio da UDN se deram em outros momentos, como por exemplo, nos apelos do presidente à Reforma Administrativa, sobretudo através da articulação feita por Lourival Fontes, então Chefe da Casa Civil. A despeito das tentativas não terem logrado sucesso, vieram a ocasionar problemas ao governo, como a renúncia do ministro do Trabalho, Danton Coelho (PTB). Estes esforços do governo em se aproximar da UDN, permearam os três anos e meio de sua duração, e ensejaram debates no partido em todos os níveis, particularmente, no Congresso e no Diretório Nacional, com prevalência da corrente majoritária, que defendia uma linha de ação oposicionista (D'ARAÚJO, 1992, p. 124).

Estas discussões acerca do posicionamento da União Democrática Nacional em relação ao segundo governo de Getúlio Vargas, em termos de adesão ou oposição, também foram controversas no debate público e, por consequência, figuraram nos jornais da capital federal. As teses sustentadas pelos periódicos – sobre como a UDN deveria se situar frente a ascensão de seu antípoda ao poder; como retrataram as posições tomadas; como as avaliaram; e o que possivelmente pensavam em relação à oposição e ao governo – são heterogêneas e podem, além de reforçar algumas noções acerca da autonomia relativa da imprensa carioca no tocante ao campo político, desde já nos fornecer elementos para responder as questões que esta pesquisa busca compreender.

Nos jornais, dias antes da posse de Getúlio como presidente do Brasil, a atmosfera de expectativa que precedeu o início do novo governo foi marcada por atitudes diferentes, sobretudo, acerca de qual seria a composição ministerial escolhida por Vargas. A primeira tentativa de incorporação do partido brigadeirista pelo governo nas responsabilidades que iria assumir, foi feita pelo petebista Danton Coelho, gabaritado pela articulação da aliança de Getúlio com o PSP (Partido Social Progressista) na última campanha eleitoral. Todavia, as tratativas não obtiveram êxito junto ao presidente da UDN, Odilon Braga. Segundo consta no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (UDN, 2010, s/p.), o líder udenista “informou-o de que seu partido já havia deliberado adotar uma posição de independência em relação ao futuro governo”.

O *Correio da Manhã*, primeiro jornal a se manifestar sobre o assunto em termos opinativos, exaltou as expressões iniciais de recusa da UDN em compor os ministérios. A importância atribuída aos primeiros movimentos udenistas em relação ao governo é emblemática da posição de destaque que lhe confere o *Correio*, dedicando-lhe, integralmente, o editorial principal do dia 21 de janeiro de 1951.⁶⁴ Conforme o texto, embora tenha sido derrotada na eleição presidencial anterior e ter seu prestígio degradado pelo acordo interpartidário realizado no governo Dutra,⁶⁵ a agremiação “não desaparece

⁶⁴ “O partido da oposição”, *Correio da Manhã*, 21 de janeiro de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

⁶⁵ Aqui, interessa-nos o Acordo Interpartidário em função do fracasso das fórmulas a partir dele articuladas, que buscaram uma aliança em torno de um candidato comum à sucessão presidencial de 1950. Em 1948, as lideranças dos dois maiores partidos de Minas Gerais – PSD e UDN – deram início às negociações acerca do pleito. Nelas, buscou-se firmar um compromisso nos seguintes termos: caberia aos pessedistas a indicação dos candidatos à disputa presidencial, enquanto competiria a UDN o lançamento da candidatura ao governo daquele estado. Desta forma, procurava-se efetivar o Acordo Interpartidário, formalizado em janeiro daquele ano, com objetivo de estabelecer uma política de “união nacional”, congregando a UDN, o

da cena política”, tendo-se revestido de dignidade novamente, ao assumir o “papel traçado para os próximos anos”: contrapor-se no Congresso à “demagogia” e aos “líderes populistas, eufóricos com a perspectiva de usufruir de novo o poder”.⁶⁶

Esta atribuição traçada para o partido durante o segundo governo Vargas, em parte, é representativa da orientação ideológica que fundamentou o posicionamento do jornal. Ao se colocar contra Getúlio e o “populismo demagógico”, o *Correio* tinha como propósito, embora não declaradamente, contrapor-se a uma visão de sociedade e a uma prática de governo.⁶⁷ Apesar de pouco explicativos, estes conceitos, empregados na classificação do que/a quem a UDN deveria se opor, é clara a conotação negativa que carregam, associada à ineficiência administrativa e ao uso dos poderes públicos em benefício pessoal.

Então, neste momento, prestes a se iniciar o mandato de Vargas, o *Correio* esperava que a UDN, reabilitada dos erros no governo anterior, assumisse o papel de “fiscal da moralidade pública, de controladora dos maus atos dos governantes”.⁶⁸ Segundo a linha editorial do *CM*, se a UDN assumisse estes papéis, cumpriria os deveres que supostamente o seu eleitorado lhe atribuíra. Sendo assim, para o jornal da família Bittencourt, a decisão da UDN, em fazer oposição a Getúlio, enunciada pelo diretório nacional da agremiação, deveria ser reafirmada na Convenção Nacional do partido. Em uma das opiniões acerca da conduta a ser firmada e proclamada pelo evento, a redação adverte que

a convenção só será legítima e representativa se se pronunciar como uma síntese da vontade e do sentimento de dois milhões e meio de brasileiros que,

PSD e o PR, em torno do compromisso de oferecer apoio político no Congresso ao governo Dutra. Porém, estes esforços foram ineficazes, a começar pela exigência udenista de escolha de um candidato extrapartidário, passando pela chamada “fórmula Jobim”, que preconizava uma discussão envolvendo todos os partidos e seus presidentes (inclusive o PTB e Getúlio), até a “fórmula mineira”, proposta que também defendia um candidato de “união nacional”, mas indispensavelmente pessedista e mineiro. Em dezembro de 1949, a UDN recuou frente à última tratativa, rompendo com Dutra e anunciando a candidatura de Eduardo Gomes, assim como em 1945. Segundo Sérgio Lamarão (2004), em outubro daquele ano alguns setores já se manifestavam pela alternativa udenista, por meio do chamado Movimento Nacional Popular Pró-Eduardo Gomes, o que veio a se confirmar na Convenção Nacional da UDN em março de 1950, com a homologação da candidatura do Brigadeiro. Sobre o Acordo Interpartidário e as fórmulas sucessórias para a eleição presidencial de 1950, ver mais em: LAMARÃO, S. T. N. O fracasso das “fórmulas” e a candidatura Vargas em 1950. In: SILVA, Suely Braga da (coord.). E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas. CPDOC/FGV, 2004. Disponível em:

<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/PreparandoaVolta/Candidatura1950>>.

Acesso em: 03 de março de 2020.

⁶⁶ “O partido da oposição”, *Correio da Manhã*, 21 de janeiro de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

⁶⁷ Embora exploremos estas visões dos periódicos de maneira concisa no capítulo seguinte, reconhecemos que a extensão de nossas considerações é inconclusiva e tampouco esgotam este tema.

⁶⁸ “O partido da oposição”, *Correio da Manhã*, 21 de janeiro de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

votando no Brigadeiro indicaram à UDN, nestes cinco próximos anos, a missão de partido independente e oposicionista.⁶⁹

Este apelo à correspondência dos supostos anseios do eleitorado udenista, na fixação da atitude de oposição, foi possivelmente evocado como um recurso a pressionar o partido para que tomasse o caminho político atribuído pelo *Correio* como o mais adequado, adverso ao governo. Além de “dar o recado” à agremiação, o jornal poderia estar contribuindo para a construção do sentido social do que é o papel da UDN junto à sociedade, ou melhor, junto ao seu eleitorado. Ao fazer esta associação, o periódico procurou se construir como porta-voz (não que o seja, necessariamente) dos interesses do eleitorado udenista junto ao próprio partido. De toda sorte, o jornal, certamente, lança mão desta ligação entre a presumida vontade dos eleitores e a conformidade em que deve estar o papel da UDN, objetivando influenciar a sigla a atuar de acordo com as suas aspirações.

Poucos dias depois, ainda antes da posse oficial e da divulgação do ministério, o jornal *O Globo* expressou posição e conferiu importância semelhantes às do *Correio da Manhã*. Também em editorial principal,⁷⁰ *OG* manifestou uma boa impressão da postura udenista em relação ao governo em vias de iniciar. Entretanto, o tom utilizado é mais moderado. Sem desqualificar a nova situação, apontou um caminho de oposição voltado à defesa dos “interesses nacionais”, prescrevendo à UDN não exercer “oposição apaixonada, irrefletida e obstinada, levando a ferro e fogo a luta contra o Governo Vargas. Mas, uma oposição inteligente, serena, bem orientada e patriótica”.⁷¹ Diferente do *Correio da Manhã*, que sugeriu que a política udenista se guiasse também pela recusa em colaborar com o governo, *OG* diz que

Não importa saber se a UDN vai dar, ou não, nomes para o Ministério do Senhor Getúlio Vargas. O que importa ter presente é a necessidade de haver no país uma força fiscalizadora que no Congresso lute pela preservação dos princípios democráticos e se esforce pela efetiva prática do regime. A UDN está em excelentes condições para realizar essa tarefa em benefício do Brasil. Que a isso sintam-se inspirados os dirigentes do partido, que não devem esquecer jamais a lição do Brigadeiro Eduardo Gomes, de que o preço da liberdade é a eterna vigilância.⁷²

Esta atuação do partido, segundo *O Globo*, também deveria ser revestida pela vontade do eleitorado udenista que, supostamente, se traduziria na obediência ao

⁶⁹ “Da palavra à ação”, *Correio da Manhã*, 23 de fevereiro de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

⁷⁰ “Oposição vigilante e ativa”, *O Globo*, 25 de janeiro de 1951, p. 1, 1º caderno, editorial principal.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² *Ibidem*.

preceituário brigadeirista. Embora o jornal tenha definido essa atitude parlamentar como de defesa do regime democrático e dos seus valores – por meio da “eterna vigilância” –, não descreveu de maneira clara o que caracterizaria esta salvaguarda da democracia em termos de ação política. Mesmo levando em consideração quais seriam estes deveres para o patrono udenista,⁷³ a indefinição de um projeto e a precariedade de um programa político, apresentadas pelo candidato da UDN em 1950, não nos permitem interpretações categóricas sobre contra quem deveriam agir os políticos da UDN em defesa do regime, e de que forma deveriam fazê-lo.

Entretanto, tenhamos em mente que esta articulação, que *O Globo* fez entre a satisfação dos interesses do eleitorado udenista pelo cumprimento do papel de “partido protetor da democracia” e dos princípios constitucionais, eventualmente destoa de outras concepções que talvez possuíssem mais apelo junto aos eleitores do partido. Ideias, digamos, menos legalistas e constitucionais que as expressadas pelo Brigadeiro, sobre as atribuições as quais deveriam assumir os parlamentares na garantia do regime. A título de exemplo, tem-se as formulações antigetulistas e golpistas difundidas pela “pregação” virulenta de Carlos Lacerda na *Rádio Globo*, e pelas denúncias do jornal *O Estado de São Paulo*, de que Vargas conspirava em diferentes frentes, com Perón, Adhemar de Barros e com os comunistas.

Portanto, *O Globo* não caracterizou o papel de oposição da UDN em função de uma contraposição doutrinária, ou de a quem e de que forma se contrapor, mas em virtude da estabilidade institucional e democrática, revelando, neste momento, certa abstração do que esperava do partido perante o novo governo. Desta forma, apesar de incentivar a UDN a assumir o protagonismo da oposição (mesmo que não a definindo), porventura, o jornal estaria também marcando um posicionamento cauteloso em relação ao governo.

Nos dias que precederam o início do governo, o *Jornal do Brasil* se absteve de demarcar posição política acerca dos temas que envolviam a nova configuração da política nacional. Atitude condizente com a trajetória do diário, caracterizada pelo pouco

⁷³ De acordo com Maria Victória Benevides, “a resposta de Eduardo Gomes enfatiza a solidez das concepções cristãs de liberdade e de justiça” contra a subversão (BENEVIDES, 1981, p. 79). Ainda que não faça parte do escopo deste trabalho, consideramos que por trás desse discurso, há noções implícitas sobre aos papéis oposicionistas: ao que, a quem e como combater.

envolvimento em questões políticas. Limitou-se a noticiar, sem juízos explícitos, a possibilidade de colaboração udenista, através da participação de João Cleofas.⁷⁴

Diplomado presidente, Vargas anunciou a composição de seu Ministério, denominando-o “de experiência”. Supostamente, assim o fez procurando amenizar o arranjo “conservador” com o qual iniciava o seu governo, sugerindo a possibilidade de dissolução caso não se cumprissem as proposições do Catete (GETÚLIO VARGAS, DHBB, 2010, s/p.). Quase a totalidade das pastas ficou com membros do PSD, com exceção de Danton Coelho (PTB), no ministério do Trabalho e João Cleofas (UDN), na Agricultura. O acerto com o udenista adveio do acordo de apoio mútuo entre este e Vargas ao tempo da eleição, no qual o pernambucano apoiou Getúlio à Presidência, e este o apoiou para o governo estadual, contra o pessedista Agamenon Magalhães, comprometido com Cristiano Machado. Com a derrota no pleito local, Cleofas aceitou o convite de Vargas para o ministério, a despeito de toda pressão exercida pela cúpula nacional da UDN.

O *Correio da Manhã* classificou a atitude de Cleofas como a “primeira defecção”, reafirmando que a linha de ação do partido deveria ser a oposicionista, “não cabendo, portanto, divergências nos quadros partidários”,⁷⁵ o que viria a se transformar na tese de expulsão dos adesistas. Esta opinião foi veiculada em quatro editoriais principais do jornal entre o início do governo e a Convenção Nacional, em abril de 1951,⁷⁶ a fim de pressionar o partido para que se definisse por este procedimento. A questão da unidade da UDN foi posta em termos de uma agência nacional uníssona, em conformidade com a orientação que o *CM* representou como mais oportuna ao partido, devendo este fechar questão em torno da oposição. Ao retratar a “ala colaboracionista” da agremiação como “uma parte infeccionada e contaminada”, na qual o melhor “remédio será cortá-la para salvar a parte maior e sadia”, o impresso explicitou sob qual orientação deveria permanecer a unidade da UDN e o risco que estaria correndo se não optasse por esta

⁷⁴ “Palpites sobre o ministério”, *Jornal do Brasil*, 27 de janeiro de 1951, p. 5, 1º caderno, editorial complementar.

⁷⁵ “Prudência e coragem”, *Correio da Manhã*, 02 de fevereiro de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

⁷⁶ Encontram-se opiniões favoráveis a expulsão dos adesistas nos seguintes editoriais: “Prudência e coragem”, *Correio da Manhã*, 02 de fevereiro de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal; “Fora do leilão”, *Correio da Manhã*, 9 de fevereiro de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal; “Nem eufemismos, nem adjetivos”, *Correio da Manhã*, 18 de março de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal; “Nitidez e firmeza”, *Correio da Manhã*, 7 de abril de 1951;

atitude.⁷⁷ Isto é, escolher entre a oposição, mantendo sua autonomia ou a adesão, vindo a se anular politicamente.

Para o *Correio*, o que caracterizava esta oposição, em primeiro lugar, era a recusa de favores e cargos no governo. Nesse sentido, cumprindo-se este papel, permanecendo “fiel a si mesma, ao seu programa”,⁷⁸ a UDN se sobressairia aos partidos governistas, descaracterizados pelo adesismo. Logo, se soubesse manter a sua autonomia e distinção frente às investidas do governo, resguardaria seu prestígio e seria protagonista da ação política.

Uma atitude de firmeza e altivez da UDN, como órgão oposicionista, não terá apenas um sentido imediatista: valerá por uma contribuição insubstituível para que não se desmorone, pelo fracionamento, ou pela degradação no adesismo, a estrutura nacional dos partidos. Pois agora, mais do que nunca, uma sólida e digna organização partidária constitui a garantia do regular funcionamento e da segura continuidade do regime.⁷⁹

Assim, de acordo com o *Correio da Manhã*, a UDN, ao manter uma posição “independente e vigilante” em relação ao governo, ao honrar os compromissos programáticos, e ao se manter fiel “aos milhões de brasileiros que ofereceram a esta legenda a significação dos seus votos”,⁸⁰ teria a oportunidade de se afirmar enquanto fortaleza de um sistema partidário degradado e, ao mesmo tempo, enquanto esteio da democracia, e mantenedora do bom funcionamento das instituições. À vista disso, verificamos que os argumentos do *Correio* são todos voltados ao papel institucional da UDN como oposição. Além disso, o periódico exaltou a atitude da agremiação em se opor a Vargas, bem como elogiou o programa do partido udenista, o que é indicativo da orientação doutrinária do impresso, como veremos no capítulo seguinte.

Entretanto, a norma de conduta definida na Convenção Nacional veio a desagradar a linha editorial do *Correio da Manhã*. Segundo publicação do jornal,⁸¹ a posição fixada pela UDN em relação ao governo, na Convenção Nacional, e divulgada em nota oficial pelo partido, foi “insuficiente e insatisfatória”, porque lançou mão de uma linguagem dissonante das práticas da agremiação nos procedimentos legislativos e na relação com o Executivo Federal, até então. Embora a direção do partido e os parlamentares udenistas

⁷⁷ “Nem eufemismos, nem adjetivos”, *Correio da Manhã*, 18 de março de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

⁷⁸ “Da palavra à ação”, *Correio da Manhã*, 23 de fevereiro de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

⁷⁹ “A situação partidária”, *Correio da Manhã*, 25 de março de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ “As palavras e os atos”, *Correio da Manhã*, 24 de abril de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

estivessem atuando nos moldes preconizados pela chefia editorial do *Correio*,⁸² o discurso oficial saído da Convenção, estaria em descompasso com esta atuação, marcando um propósito opaco de “independência em face do governo”. O *CM* representou a atitude da UDN como um ato de transigência nas definições de sua ação política:

Neste terreno, o que se deseja sempre é a coragem nos conceitos e a clareza na linguagem. Quando se fala em “independência” ou em “resistência”, ninguém sabe exatamente onde se quer chegar e por que meios se vai agir. Mas quando se diz oposição – simplesmente: oposição – a palavra diz tudo e toda a gente logo entende o que se quer dizer e definir.⁸³

À vista disso, podemos interpretar desde logo que, além dos esforços em tentar incitar a UDN a uma oposição declarada e obstinada, o *Correio* demonstrava uma postura própria de oposição frontal ao governo de Getúlio Vargas, nestes primeiros meses. Mas, uma oposição que se pretendia manter dentro de princípios constitucionais e não pela derrocada do governo. A possibilidade de adesão/colaboração do partido do Brigadeiro ao Executivo foi apresentada como uma possibilidade negativa, que colocaria em risco além do funcionamento da política partidária, a própria democracia. Isto é, a UDN, cumprindo seu papel de oposição “fiscalizadora e vigilante” dos atos governamentais, mantendo-se distante de conluíus e apadrinhamentos, colaboraria com o bom andamento do regime e com a defesa dos interesses nacionais.

Apesar de disponibilizar espaços secundários de opinião e em menor quantidade sobre o tema da composição inicial do governo e da participação ou não da UDN, o jornal *O Globo* também retratou a divisão interna da agremiação entre adesistas e opositores, endossando a perspectiva de que seria melhor que o partido fixasse na Convenção Nacional uma política de oposição.⁸⁴ O fato de Clefas ter aceitado participar do

⁸² Segundo editorial do *Correio da Manhã*, “os atos e atitudes da UDN nestes últimos meses têm sido muito melhores e mais significativos do que suas definições teóricas. Empossado o Sr. Getúlio Vargas, o partido se recusou a colaborar com o governo, marcando assim uma atitude oposicionista. Quando o presidente da República enviou ao Congresso a sua primeira mensagem, os deputados udenistas, devidamente credenciados e com o apoio generalizado das bancadas, empreenderam uma crítica firme e séria de todos os aspectos daquele documento oficial, apontando-lhe os erros, falhas e desvios. Depois, há poucos dias, os udenistas davam na Câmara um espetáculo de unidade e coesão como partido oposicionista com os votos contrários a inserção de um discurso do Sr. Getúlio Vargas nos anais” (“As palavras e os atos”, *Correio da Manhã*, 24 de abril de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.).

⁸³ “As palavras e os atos”, *Correio da Manhã*, 24 de abril de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

⁸⁴ O espaço concedido no noticiário do mês de abril (nos dias 10, 17, e 25) às manifestações do presidente Odilon Braga, líder da corrente oposicionista é emblemático da posição do *Globo* em relação ao tema, pois, sequer uma vez “deu voz” aos udenistas que defendiam uma atitude de colaboração para com o governo (“Sensacionais declarações dos presidentes do PSD e da UDN”, *O Globo*, 10 de abril de 1951, caderno geral, p. 7, reportagem; “Fixação da linha política da UDN”, *O Globo*, 17 de abril de 1951, p. 2, caderno geral, reportagem; e, “Ainda mais firme a UDN”, *O Globo*, 25 de abril de 1951, p. 5, caderno geral, editorial complementar).

“ministério da experiência” pouco foi comentado pelo diário. Entretanto, uma pequena nota (na capa da edição) sobre a posse do “ministro udenista”⁸⁵ fornece-nos elementos para com algum esforço de interpretação, entendermos o posicionamento do *Globo* sobre o ministro Cleofas, particularmente, quando levamos em conta a imagem que acompanha o texto – uma fotografia da irmã do Brigadeiro Eduardo Gomes com uma expressão “severa” – e a frase que o conclui: “É de toda oportunidade, pois, a fotografia que ilustra este registro”.⁸⁶

Embora em tom mais “sóbrio” do que o apresentado pelo *Correio*, o impresso da família Marinho também passou a defender que o partido brigadeirista assumisse a linha de oposição e expurgasse os defensores da política de aproximação com Vargas.⁸⁷ Segundo editorial do *Globo*, “a colaboração com o general Dutra foi nefasta para a UDN e que, por causa dela, o partido perdeu substância política e conceito público”,⁸⁸ tendo como consequência para o país o apagamento das forças oposicionistas. Ou seja, a agremiação não deveria incorrer novamente no erro, colaborando com Getúlio.

O resultado da Convenção Nacional da UDN foi retratado como promissor, em editorial publicado no dia seguinte ao fim do evento. Intitulando-o como “Ainda mais firme a UDN”, *OG* afirmou que a reeleição dos seus dirigentes e da quase totalidade dos membros do Diretório Nacional, com a homologação das deliberações já tomadas sobre a linha de conduta do partido, em termos que enfatizavam seu caráter de oposição,

conduzem os mais descrentes à certeza de que a UDN é, de fato, um grande partido nacional, coeso e apto a desempenhar no cenário político da República as funções que a Constituição lhe atribui.⁸⁹

A avaliação positiva do *Globo* sobre as resoluções divulgadas após a convenção, contrasta com a desaprovação, encontrada no *Correio da Manhã*, da ambiguidade com que o partido teria se manifestado na oportunidade. Para o vespertino, sob o signo da “oposição construtiva” preceituada por Braga e seus adeptos, a UDN teria demarcado a sua unidade. Nesse sentido, apesar de *O Globo* colocar-se a favor da expulsão dos “adesistas”, formulou suas representações de forma distinta do *Correio*, que havia recomendado uma oposição veemente da UDN ao governo. *OG* atribuiu ao partido um

⁸⁵ “A irmã do brigadeiro na posse do sr. João Cleofas”, *O Globo*, 02 de fevereiro de 1951, p. 1, caderno geral, notícia.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ “Expurgo na UDN”, *O Globo*, 19 de março de 1951, p. 1 e 11, caderno geral, editorial complementar.

⁸⁸ “Posição da UDN”, *O Globo*, 16 de fevereiro de 1951, p. 2, caderno geral, editorial complementar.

⁸⁹ “Ainda mais firme a UDN”, *O Globo*, 25 de abril de 1951, p. 3, caderno geral, editorial complementar.

papel muito mais ligado à conformidade institucional e, como demonstra a citação acima, ao protocolo partidário emanado da Constituição.

Dentre os textos analisados no intervalo entre a posse de Vargas e a realização da Convenção Nacional da UDN, onde consta o tema da adesão/oposição da sigla ao governo, *O Globo*, sequer uma vez, emitiu opinião reputando ao governo motivo para a oposição.

A despeito do *Jornal do Brasil* não publicar nada nos seus espaços editoriais em relação a postura da UDN aprovada na Convenção, podemos verificar uma percepção semelhante a que expressou o *Correio da Manhã*, em texto de um dos seus mais longevos articulistas e deputado federal pelo PSD da Bahia à época, Nelson Carneiro.⁹⁰ O artigo em questão abordou as disputas internas da UDN entre opositoristas e colaboracionistas ao governo Vargas. A crítica atribuiu às fraturas internas da UDN as facilidades do governo em dissipar a oposição. Segundo Carneiro, a resolução de “independência” fixada pelos convencionais “terminara em simples fogo de barragem”. Os casos de João Cleofas e de Juraci Magalhães teriam saídos relativizados e justificados da Convenção, ambos pela natureza do ofício que iriam desempenhar, em conformidade com a perícia técnica de cada um. À vista disso, para o autor, a “coesão partidária tinha um preço: – o silêncio”. Tendo a Convenção o pagado integralmente.⁹¹

No artigo, a questão da adesão/oposição da UDN ao governo está colocada em termos semelhantes aos expressados pelo *Correio da Manhã*. Conforme Carneiro, quem derrotou a UDN, na última eleição, não foi, precisamente, o acordo partidário, mas a deturpação deste. A UDN, presa à administração federal, teria se ligado, voluntariamente, à política do Catete. Ainda agora, estaria caminhando aos poucos para o poder, mesmo

⁹⁰ Entusiasta dos movimentos da redemocratização, Nelson Carneiro se filiou em 1945 a UDN, elegendose suplente de deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte, evento no qual fez a cobertura jornalística como repórter do *Jornal do Brasil*. Em 1947, após a promulgação da nova Constituição, assumiu uma cadeira na Câmara, onde atuou na Comissão de Legislação Social e da Comissão Especial de Proteção à Natalidade, que chegou a comandar. Nas eleições de 1950 se lançou deputado federal pela Bahia em uma coligação constituída pelo Partido Social Trabalhista (PST), o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Social Democrático (PSD). Sua atuação social foi pautada pelas questões sociais, especialmente relacionadas ao divórcio e aos direitos das mulheres, enfrentando setores conservadores, sobretudo a igreja católica. Sobre a trajetória política e jornalística de Nelson Carneiro, ver mais em: PAULA, Christiane Jalles de et alli. (coord). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

⁹¹ O único membro udenista que não teria transigido, em apresentar essas relativizações, foi Otávio Mangabeira, colocando-as em termos de deslealdade. De acordo com Nelson Carneiro, em função disto o ex-governador baiano não teve seu mandato de conselheiro renovado.

convencida de que seu destino é a oposição. Esta atitude, caracterizada como vacilante pelo articulista, teria como beneficiário maior o governo, pois, até

O mais inábil dos presidentes saberia que, para destroçar o reduto adversário, o meio mais fácil seria cindi-lo, miná-lo em suas bases, conquistando os seus chefes. É o que está fazendo o sr. Getúlio Vargas. Se houve um beneficiário no último certame udenista foi, sem dúvida, o ex-ditador. A “oposição” acabou mais amena do que ele próprio podia esperar.⁹²

Há de se considerar que não podemos equiparar a opinião presente em um artigo assinado, como o do deputado pessedista Nelson Carneiro, com o posicionamento do jornal no qual ele é publicado. Ainda por cima, quando o cronista está de alguma forma envolvido nos fatos por ele narrados e avalizados, como é o caso em questão, no qual, é-nos evidente a identificação do autor com a tese de uma oposição irreduzível às colaborações. Considerando que Nelson Carneiro foi um político de carreira, entendemos o conteúdo de seu artigo como ação de um agente do campo político opinando via campo jornalístico. Ou seja, o articulista com isto procurou influenciar o posicionamento de seus pares dentro da política, no caso a postura da UDN.

Entretanto, este foi o único espaço opinativo do *Jornal do Brasil* em que esteve retratado o tema da adesão/oposição da UDN ao governo, em seu princípio. Nele há crítica contundente à atuação e à linha de ação escolhida pelo partido, que estaria se prestando ao papel de fiador da própria ruína, anulando-se perante Vargas.

Dessa forma, levando em conta os silêncios do *Jornal do Brasil* sobre a política da UDN em relação a Vargas, bem como a opinião deste único comentário apresentado por um de seus colaboradores, pouco podemos depreender do posicionamento do impresso em si. Mas, a tese que teve franqueada uma representação positiva dentro do jornal foi a que sustentava uma oposição distante do governo. Também há de se observar que diferentemente do *Correio da Manhã* e do *Globo*, esta “oposição” não é definida além da não participação no governo. Tampouco o artigo de Nelson Carneiro explora os porquês que motivariam a UDN a renunciar uma aproximação com Getúlio.

As opiniões do *Correio da Manhã* e do *Globo* guardam algumas semelhanças. Ambos compartilharam da perspectiva mais ampla de que a UDN devesse se estabelecer enquanto partido de oposição. Entretanto, os motivos que os dois diários revelaram para

⁹² “Água de flor”, *Jornal do Brasil*, 27 de abril de 1951, p. 5, 1º caderno, artigo assinado por Nelson Carneiro.

que isso acontecesse foram diferentes. Desde o primeiro momento, o *Correio* buscou construir a UDN como um partido de oposição ao governo Vargas. O impresso dirigido por Paulo Bittencourt definiu bem isto ao defender que a agremiação devesse assumir um papel fiscalizador e vigilante, mirando as más condutas e as transgressões do “populismo demagógico”. Diversamente, *O Globo* se expressou com moderação, sem definir o papel de oposição da UDN a partir de um viés exclusivamente antagônico ao governo. O diário chefiado por Roberto Marinho recomendou uma oposição sem personalismo, que não tivesse como alvo preestabelecido a figura do presidente da República, mas que a agremiação apresentasse uma prática emanada das funções prescritas na carta constitucional sobre os deveres e obrigações de um partido político, associados à satisfação dos interesses nacionais.

Outra aproximação entre os dois diários foi relativa ao principal motivo do passado que, para eles, ensejava uma postura diferente da UDN no presente. É o fato de verem a participação da UDN no acordo interpartidário, ao tempo do governo Dutra, como algo danoso à dignidade do partido; constituindo-se em uma malfadada estratégia, que a anulou enquanto força de oposição. Para que a UDN revigorasse sua oposição contra os “líderes populistas”, contra o “ex-ditador”, o *Correio da Manhã* e *O Globo* indicaram que o partido brigadeirista se regenerasse do caminho desviante tomado na participação do acordo interpartidário, causa maior da derrota nas urnas em 1950, “castigo ao seu oportunismo”.⁹³ À vista disso, a UDN deveria rechaçar uma política de aproximação e colaboração com o governo, para não incorrer novamente no equívoco de se neutralizar como força de oposição, entregando-se ao adesismo.

Após a definição do Ministério, com a participação de João Cleofas, a insistência do *Correio da Manhã* em prescrever a linha de ação da UDN passou a concitar o partido a uma atitude de oposição e a uma política de exclusão dos adesistas, a serem definidas e fixadas pela Convenção Nacional. Embora, em um primeiro momento, *O Globo* tenha até mesmo afirmado não haver importância que a UDN consentisse na participação de seus membros no governo, desde que a sigla se comprometesse com os ideais democráticos e com a prática do regime, acabou orientando seu discurso também para que o partido se decidisse por uma política de expurgos em relação aos adesistas. Esta tomada de posição

⁹³ O partido da oposição, *Correio da Manhã*, 21 de janeiro de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

pelos dois impressos expõe uma lógica de saneamento, na qual a unidade dos membros do partido deveria se assentar, ante o risco de se arruinar em solidariedade ao governo.

Neste sentido, o *Correio* e *O Globo* evocaram o compromisso que o partido deveria ter com seu eleitorado e seus supostos interesses, que corresponderiam ao papel de partido oposicionista construído pelos jornais: na perspectiva do *CM*, sem cooperação e afinidades com os ocupantes do poder; segundo a ótica do *Globo*, uma oposição edificante. Esta operação, de construção do que representa a atribuição da UDN ante o seu eleitorado, carrega em si o potencial de exercer influência sobre as decisões a serem tomadas pela agremiação, pois, poderia vir a definir-se como o sentindo preponderante (mesmo que divergente das autorrepresentações do partido) entre os eleitores udenistas. Assim, verifica-se que o eleitorado (e os supostos interesses evocados em nome dele), tornou-se artifício para que o *campo jornalístico* tentasse impor uma demanda ao *campo político*.

Era de tal maneira vigorosa a atuação do *Correio* nos debates em torno da participação (ou não) da UDN no governo que as resoluções determinadas na Convenção do partido tiveram uma repercussão negativa na opinião editorial do periódico. Embora o *CM* pondere que as atitudes tomadas pela agremiação desde o início do governo estivessem bem articuladas com a função oposicionista que dela se espera, o discurso de uma postura “independente” marcaria uma contemporização do partido, abrindo brechas à interpretação de que a UDN ainda possuía espaços para negociação. Já *O Globo* apresentou positivamente o resultado da Convenção, saudando a linha de “oposição construtiva” fixada no evento, representada como móbil de coesão entre os udenistas. Agindo desta forma, segundo *O Globo*, a UDN estaria se mostrando apta a desempenhar o seu papel, em conformidade com as obrigações constitucionais.

Deixamos a abordagem do *Jornal do Brasil* por último em função de seus silêncios acerca da adesão/oposição da UDN, assim como devido ao posicionamento impreciso sobre quaisquer assuntos relativos ao novo governo de Getúlio Vargas. Como indicado anteriormente, acreditamos que esta postura do *JB* vai ao encontro do seu histórico de comedimento frente a questões da política, sobretudo, levando-se em conta a ascensão do ex-ditador ao Catete e o histórico de represálias sofridas pelo periódico nos anos 30. Entretanto, a presença do artigo de Nelson Carneiro, com crítica contundente à postura da UDN determinada na Convenção Nacional, é sinonímica da concessão de espaço a uma representação negativa sobre o partido brigadeirista. Representação esta

que tratou como leviana a postura em face do governo e como atitude branda da agremiação para com os adesistas, por não os ter expulsado. Ainda que não tenha atribuído ao acordo interpartidário em si a causa da derrota udenista em 1950, mas à sua deturpação, o articulista afirmou que, em virtude da resolução determinada na Convenção, a UDN se direciona para o mesmo caminho. Isto é, estaria se imobilizando apressadamente no adesismo.

A crítica desta conduta do partido é emblemática do papel que o articulista defendeu para a UDN, de uma oposição sem proximidade com o novo mandatário e, além disso, é representativa da posição do pessedista em relação ao governo que, apesar de figurar na base parlamentar deste, encorajou a UDN a uma oposição resoluta.

Embora a opinião de Nelson Carneiro se alinhe com as dos outros dois jornais, sobretudo com a do *Correio da Manhã*, não podemos inferir que este fosse o posicionamento do *Jornal do Brasil* sobre a linha de ação a ser adotada pela UDN nos primeiros passos do governo, da composição ministerial à Convenção Nacional udenista. Todavia, mesmo com apenas uma expressão de um de seus colaboradores, podemos desde já evidenciar que o *JB* não possui nenhum tipo de pudor em conceder nas suas páginas lugar a críticas contra a União Democrática Nacional.

3.2. DA REFORMA ADMINISTRATIVA À REFORMA MINISTERIAL

A precariedade do “ministério da experiência” reverberou já no primeiro ano de mandato do presidente eleito, Getúlio Vargas. As primeiras dissensões foram justamente onde se acreditava ter o governo seus principais pontos de sustentação: na pasta do

Trabalho, comandada pelo único ministeriável petebista, Danton Coelho,⁹⁴ e na ala nacionalista militar, representada por Estilac Leal.⁹⁵

Às dificuldades de uma composição ministerial que não conseguiu manter o PTB e a própria unidade do partido em seu entorno, assim como ao descontentamento de setores militares, provocando expectativas gerais e mantendo a desconfiança dos udenistas, Vargas acirrou as investidas de sedução para introduzir a UDN na órbita governamental, do mesmo modo que procurou minimizar a instabilidade proveniente das disputas internas nas Forças Armadas. Nesse sentido, a administração e o próprio Ministério se transformaram em instrumento de barganha, para os quais convergiram as cogitações sobre novos arranjos políticos que possibilitassem garantir ao governo a desejada “união nacional” dos partidos e, conseqüentemente, a maioria parlamentar.

As tensões internas da UDN, relativas à sua participação ou à sua abstenção em face das tentativas de cooptação do governo, exprimiram-se nas contradições da cúpula udenista, que encarava a questão de modo diverso. Na perspectiva de Odilon Braga,

⁹⁴ A saída de Danton Coelho do ministério do Trabalho esteve relacionada diretamente aos conflitos internos no PTB. Até junho de 1951, Danton ocupou, simultaneamente, a presidência do PTB, sendo substituído por Dinarte Dornelles. Sua saída arrastou o partido para um conflito interno, chegando alguns petebistas, adeptos de Coelho, a tentar fundar uma nova agremiação, intitulada Frente Trabalhista Brasileira, mas sem sucesso. As convulsões internas do partido foram marcadas por acusações de que Vargas estaria assumindo compromissos elitistas, em prejuízo da orientação trabalhista do PTB e da plataforma de tendência popular que caracterizou sua ascensão ao poder. Danton renunciou ao cargo de ministro em 15 de setembro de 1951, justificando sua demissão por discordar das tentativas de Vargas em se aproximar da oposição e, em especial, da UDN. Sucedido por Segadas Viana na pasta do Trabalho, o ex-ministro assumiu seu mandato parlamentar. Em 1954, retomou uma boa relação com o presidente, fazendo-se novamente articulador do governo, mediando e sondando, particularmente, os militares, para estimar as possibilidades de continuidade de Getúlio na presidência da República. Sobre a participação de Danton Coelho e sua saída do Ministério durante o Segundo Governo Vargas, ver mais em: LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 161 – 203; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política. 2º ed., São Paulo: Ed. Ática, 1992, p. 116-147.

⁹⁵ Embora o general Newton Estilac Leal tenha representado inicialmente uma base militar forte para o governo por suas vinculações com os grupos nacionalistas do Exército, o que agradava Vargas e convergia com o projeto nacional-desenvolvimentista, as divisões político-ideológicas dentro das Forças Armadas recrudesceram, em detrimento das tendências as quais era adepto o ministro da Guerra. Os setores conservadores e antigovernistas se fortaleceram progressivamente, aglutinando-se na denominada “Cruzada Democrática”, movimento organizado em torno das eleições do Clube Militar. A orientação de Estilac Leal se contrapunha a do ministro do Exterior, João Neves da Fontoura, responsável pelas discussões acerca do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, o qual preconizou uma política externa alinhada aos E.U.A., mostrando-se favorável inclusive ao envio de tropas brasileiras à Guerra da Coréia. O ministro da Guerra se colocou frontalmente contra os termos deste compromisso. Estilac demitiu-se quando da assinatura do acordo, sendo substituído, em março de 1952, por Ciro Espírito Santo Cardoso, conhecido por seu anticomunismo. Sobre o ministério da Guerra e a crise dos militares durante o Segundo Governo Vargas, ver mais em: PEIXOTO, Antonio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945 – 1964). In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 71 – 113; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política. 2º ed., São Paulo: Ed. Ática, 1992, p. 168-180.

Afonso Arinos, entre outros, a colaboração era possível, desde que o partido se mantivesse independente, sem a participação em cargos, mas como auxiliar de planos do governo que viessem a enfrentar os problemas nacionais (D'ARAÚJO, 1992, p. 122). Ainda que apenas retoricamente, esta corrente tendia a considerar os motivos que justificassem essa aproximação, contanto que houvesse “honestidade de propósitos” por parte do governo.⁹⁶ De outro lado, têm-se os udenistas que defendiam uma oposição sistemática ao governo, colocando-se contra, fundamentalmente, ao que consideravam um quadro de risco à manutenção da ordem democrática, pela suposta eminência de uma irrupção popular. Sua atuação oposicionista procurava estabelecer uma aliança antigovernista com setores das Forças Armadas, para combater os promotores das agitações populares, Vargas e o getulismo.

De acordo com Maria Celina D'Araújo (1992), essa disputa entre os dois grupos em torno da linha de ação a ser adotada pelo partido, teve efeitos paralisantes às aproximações com o governo. A postura do patrono udenista, Eduardo Gomes, reforçava o impasse em que se encontrava a UDN: ao mesmo tempo em que compartilhava do posicionamento de uma oposição sensata em relação a Vargas, manifestando a viabilidade de construção junto ao governo, contanto que sob um programa que inspirasse confiança, recusava-se a qualquer adesão oficial até que se restabelecesse a autoridade moral do Ministério, entretanto, negava-se a participar de sua reformulação. Ou seja,

Apesar de uma retórica de boas intenções, na prática esse posicionamento traduzia-se em intransigência e veto. Afastadas as possibilidades de composição, o Governo se vê na contingência de ceder à UDN, sem, no entanto, poder contar com seu apoio (D'ARAÚJO, 1992, p. 123).

Desta forma, para a UDN, tão importante quanto a adesão era a razão pela qual deveria fazê-lo. Ao menos, parte da agremiação aceitaria participar, desde que isto representasse o caminho para se tornar governo. Apesar de impor uma reestruturação administrativa à situação, negava-se a dela participar, pois, não confiava na competência do governo e, muito menos, na vontade de Getúlio, para levá-la a cabo.

No final de 1952, ao mesmo tempo em que Vargas intensificou os contatos com a UDN, visando atraí-la ao poder em seu benefício, exasperou-se a oposição udenista através das acusações de corrupção e má gerência administrativa do governo, das

⁹⁶ Segundo Maria Celina D'Araújo (1992, p. 122), o que pautava o ânimo colaboracionista deste grupo é a perspectiva que “vê na manutenção do Governo a sobrevivência das instituições. Assim estaria justificada a não hostilidade frontal ao Governo e também, se necessário, um apoio indireto, mas sincero, desde que esclarecidas as suspeitas existentes”.

declarações de incompatibilidade do ex-ditador em conduzir o país sob a democracia e, principalmente, através da proclamada necessidade de controlar a agitação social e o perigo de desordem, inclusive recorrendo à intervenção militar.

Transformando-se em expressão dos grupos dominantes dentro da UDN, a alternativa golpista foi paulatinamente sendo amadurecida a partir de 1953. Até aquele momento, em alguma medida, havia no partido da redemocratização a receptividade em ponderar propostas legislativas, possibilidades de colaboração ou, até mesmo, de participação no governo. Porém, o que se verificou da postura da UDN, foi o recrudescimento das práticas antigovernistas, pautadas cada vez mais na negação a Vargas. A intransigência se estendeu para além da posição não-colaboracionista, a agremiação “passa não apenas a se alhear das funções governamentais, deixando que o Governo resolva seus problemas sozinho, como ainda decide dificultar ao máximo, e se possível obstruir as possibilidades do Governo” (D’ARAÚJO, 1992, p. 125).

O progressivo esgotamento da política de conciliação com a qual Vargas iniciou seu governo, estendeu-se para além das dissensões no seu próprio partido, nos setores militares e nas frustradas tentativas de adesão da UDN. Outro foco de insatisfações diz respeito às questões econômicas e às atuações do ministro da Fazenda, Horácio Lafer e do presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet. Também, à constante elevação do custo de vida decorrente da inflação, simultânea ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e uma crescente desvalorização dos salários;⁹⁷ fatores que levaram os trabalhadores urbanos a protestarem contra a política salarial de Vargas, eclodindo greves de grandes proporções no primeiro semestre de 1953, principalmente nas capitais Rio de Janeiro e São Paulo.

É neste quadro político que Vargas procurou revitalizar a política de conciliação. A Reforma Administrativa, anunciada a 3 de outubro de 1952 pelo presidente da República, a despeito de ter sido apresentada como alternativa aos problemas da inadequação do aparelho estatal às exigências decorrentes do projeto industrializante do

⁹⁷ Sobre a política econômica do Segundo Governo Vargas, ver mais em: MARTINS, Luis C. P. A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016; ABREU, Marcelo de Paiva. A economia brasileira 1930-1964. Rio de Janeiro: Departamento de Economia - PUC-Rio, 2010. (Texto para Discussão. N° 585); ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). Olhando para dentro (1930-1964). Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 179-227; MALAN, Pedro. Relações econômicas internacionais do Brasil: 1945-1964. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Difel, 1986. Tomo III: O Brasil Republicano, 4° vol.: Economia e Cultura, 1930-1964.

próprio Estado, foi gestada a partir da demanda política de o governo reformular compromissos.

Conforme Sônia Draibe (1985), o projeto de reforma administrativa encaminhado por Vargas aos partidos políticos,⁹⁸ pretendia levar a cabo “uma harmonização da administração, através de processos de descentralização, compatibilização e agrupamento de funções similares, assim como a coordenação adequada das atividades” (DRAIBE, 1985, p. 214). Segundo a autora, o projeto foi estruturado sob a ideia de uma dupla coordenação: uma direta, por meio de comissões interministeriais a serem criadas; e, uma indireta, por meio do Conselho de Planejamento e Coordenação, adjunto à presidência da República, responsável pelo gerenciamento de todos os projetos e atividades.

O princípio a ser seguido seria o de descentralizar a administração e, ao mesmo tempo, ampará-la com um mecanismo seguro de coordenação, a fim de garantir controle, unidade e harmonia da ação governamental. O Conselho de Planejamento e Coordenação cumpriria tal papel, formulando os objetivos gerais e específicos e atuando como órgão supremo de planejamento e programação das atividades governamentais (DRAIBE, 1985, p. 226).

O propósito de Vargas, portanto, era descentralizar a gestão da máquina pública, desincumbindo alguns ministérios de velhas e ineficientes competências, criando novas pastas, visando a oxigenação de funções até então mal executadas, enquanto haveria uma comissão subordinada diretamente ao Catete, encarregada pelos projetos e atuações de alçada governamental. Apesar de propor esse mecanismo de coordenação que na prática se traduziria na origem e no controle das atividades, o Presidente acenava com a criação de postos e ministérios que, supostamente, teriam maior autonomia sobre suas jurisdições. Tais proposições, se aceitas, incorporariam ao governo uma série de cargos que, em diferentes âmbitos, se transformariam em moeda de troca nas permutas com os partidos, para a manutenção do próprio governo.

⁹⁸ Desejoso de que houvesse agilidade na tramitação do projeto no Congresso Nacional e, mais do que isso, de que os partidos fossem compelidos a responderem ao seu apelo, Getúlio enviou o projeto às agremiações, para que estas o apreciassem e sobre ele se manifestassem, antes de sua apresentação formal ao parlamento. Para este fim, foi constituída uma Comissão Interpartidária que atendeu à convocação presidencial, analisou o projeto, inclusive considerando as avaliações feitas pelos partidos (UDN, PSD, PTB, PST, PSB e PSP), e apresentou parecer conclusivo, em função do qual, Vargas determinou a elaboração de um substitutivo que se diferenciava do projeto original em pontos nevrálgicos (como exposto no corpo do texto, a seguir). Sobre a Reforma Administrativa no Segundo Governo Vargas, ver mais em: WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. (1974) Reforma administrativa federal brasileira: passado e presente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; e, WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. (1983) A Reforma Administrativa da Era de Vargas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; e, DRAIBE, Sonia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a Constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). São Paulo: Paz e Terra, 1ª ed., 1985.

Entretanto, o substitutivo encaminhado pelo Catete após a apreciação da Comissão Interpartidária, modificou as principais propostas conforme foram sugeridas pelo órgão. O "planejamento" seria uma atividade exercida unicamente no âmbito econômico, para o que já era suficiente o Conselho Nacional de Economia; foram rejeitadas as criações das pastas dos Transportes e das Comunicações, sendo mantidas as respectivas funções subordinadas ao ministério da Viação e Obras Públicas; e, foi vedada a criação do ministério do Interior, que continuaria integrado ao ministério da Justiça. Dessa forma, o substitutivo modificava o que havia de mais inovador no projeto inicial, isto é, a ideia de institucionalização do planejamento, "pois seria inviável o exercício dessa função pelo Conselho Nacional de Economia, que era um órgão consultivo tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo" (WAHRLICH, 1974, p. 32).

Embora longe da proposta original, essa fórmula balizou o projeto enviado por Vargas ao Congresso e, a partir de junho de 1953, passou a ensejar os remanejamentos administrativos e ministeriais. A renovação do gabinete ficou marcada pela substituição de seis dos sete ministros civis. A reforma favoreceu sobretudo elementos de alguma maneira associados à UDN: o udenista José Américo de Almeida ocupou o ministério da Viação e Obras Públicas; Vicente Rao e Osvaldo Aranha, ambos simpatizantes da UDN, para as pastas do Exterior e da Fazenda, respectivamente;⁹⁹ e, manteve-se até maio de 54 o udenista João Cleofas na Agricultura; Antonio Balbino e Tancredo Neves do PSD, para os ministérios da Educação e da Justiça, nesta ordem; e, João Goulart do PTB, para a pasta do Trabalho.

À vista disso, seguimos a interpretação franqueada por Maria Celina D'Araújo (1992), de que a nova composição ministerial pode ser entendida como uma dupla concessão de Vargas, "pois não só fortalecia a presença da UDN no poder, como reconduzia para a órbita governamental, elementos que haviam combatido o Presidente em 1945" (D'ARAÚJO, 1992, p. 128). Apesar disto, pode-se pensar estas nomeações, da

⁹⁹ A escolha destes três ministros, guarda semelhanças além do fato de terem algum tipo de ligação com a UDN. José Américo de Almeida e Vicente Rao participaram da Revolução de 1930, ao lado de Vargas, e se tornaram ministros até a deflagração do golpe do Estado Novo. Osvaldo Aranha também foi de longa data ligado a Getúlio; desde 1920 o acompanhava e comandou a política externa durante a ditadura estadonovista. Diferentemente do ex-chanceler, José Américo e Rao, desde o início, colocaram-se contra o Estado Novo, e regressaram à vida política por meio da UDN, integrando-se ao movimento pela redemocratização do país. Embora Aranha não seja reconhecido como figura destacada no meio partidário, no final do regime ditatorial direciona sua trajetória às causas e ao ideário udenista ligados à liberal-democracia. Sobre as trajetórias de José Américo de Almeida, Osvaldo Aranha e Vicente Rao, ver mais em: ABREU, Alzira Alves de (coord.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

nova investida de Getúlio para conseguir a colaboração interpartidária, como mais uma de suas engenharias políticas, uma vez que “teria descaracterizado o conteúdo ideológico das escolhas feitas”, pois, os “ministros haviam sido recrutados fora do âmbito mais ideologizado da UDN” (D’ARAÚJO, 1992, p. 128).

Entretanto, a estratégia de Vargas não conseguiu pacificar a oposição udenista, reascendendo o conflito entre adesistas e oposicionistas dentro do partido. Estes últimos, representados pelos puros e pelos autonomistas,¹⁰⁰ encamparam uma ofensiva intensa contra o Presidente, pois compreendiam a sua atitude como mais uma tentativa de cooptar a UDN para com isso anulá-la enquanto oposição.

Desde a convocatória do Presidente aos partidos, para que estes participassem dos estudos e, posteriormente, da reforma em si, as discussões acerca do tema ganharam considerável projeção pública, sobretudo nos termos do debate da adesão/oposição das agremiações à iniciativa. Não poderia ser diferente no que diz respeito ao maior partido de oposição, à União Democrática Nacional.

Como de costume, o jornal *Correio da Manhã* conferiu importância a mais esta questão da política nacional. Embora com ressalvas, em sua primeira manifestação sobre o assunto,¹⁰¹ o impresso exaltou a atitude do governo em propor a Reforma Administrativa, bem como elogiou a postura colaborativa dos partidos, em particular da UDN. Segundo o editorial, expressadas as demonstrações de apoio à iniciativa pelos líderes udenistas da Câmara e do Senado, Afonso Arinos e Ferreira de Souza, estava concluída a primeira fase do movimento de renovação político-administrativa anunciada havia oito dias pelo Presidente. O *Correio* indicou que todos os partidos deram apoio à

¹⁰⁰ Os “puros” (também chamados de “autênticos”) seriam aqueles que como premissa adotavam uma atitude utópica e condenatória em relação ao poder, este sendo visto como um fardo a ser assumido, um problema a ser tomado como responsabilidade quando da eminência de ser exercido pelos interessados em vantagens privadas. Os “puros” seriam a antítese dos “realistas”, para os quais estar no poder é sempre positivo. Dentro do partido, a retórica dos bacharéis udenistas reiteradamente manifestava esse pensamento. Os autonomistas da UDN que, em sua maioria também partilhavam do “purismo”, estavam associados à oposição a Getúlio desde os tempos da Revolução de 1930, com destaque para os autonomistas baianos, que fizeram forte oposição à interventoria de Juracy Magalhães e ao Governo Provisório. O mais destacado político udenista entre os autonomistas foi Otávio Mangabeira, conhecido por sua intransigência em relação ao governo de Vargas. Sobre os diferentes grupos políticos que compõem a UDN, ver mais em: BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986.

¹⁰¹ “A segunda fase”, *Correio da Manhã*, 11 de outubro de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

proposta, salientando a disposição da UDN em “participar ativamente dos trabalhos de renovação administrativa, sem prejuízo, no entanto, de sua absoluta independência política e de seu desejo de não aceitar postos no governo”.¹⁰²

Desde já, podemos perceber algumas mudanças no posicionamento do jornal, em comparação com as opiniões que o mesmo sustentou durante a composição do “ministério da experiência”. Diferentemente da postura inflexível, demonstrada através da forma negativa em que representou as possibilidades de colaboração da oposição com o governo, o *Correio da Manhã* acolheu a proposição governamental, em razão da “necessidade de se imprimir maior vigor e eficiência aos esforços em prol do desenvolvimento nacional mediante ampla reforma da administração, o alargamento dos quadros dirigentes e a colaboração de todos os partidos”.¹⁰³

Neste primeiro momento, a alteração que mais se destaca, na comparação com as representações sobre a UDN no caso da primeira composição ministerial, é a que diz respeito à união interpartidária em prol de uma iniciativa do governo. Nesse sentido, diante da nova proposta, a colaboração da UDN junto aos outros partidos se positivou, diferenciando-se do acordo interpartidário estabelecido no governo Dutra, que havia sido mobilizado pelo periódico como exemplo contraproducente ao papel que os udenistas deveriam assumir em face a Vargas, de uma oposição não-participativa nos projetos governamentais. Entretanto, ressalve-se que, embora tenha havido uma receptividade do *CM* em relação à Reforma Administrativa, tal opinião não foi expressada sem explicações, ponderações e ressalvas.

Como já acentuamos, o apelo do presidente da República, nos termos em que foi expresso, merecia a reação que despertou: apoio, quanto à tese; reserva, quanto aos métodos; independência, quanto à linha política. Tanto o sr. Getúlio Vargas como os partidos políticos agiram corretamente, nas circunstâncias do momento. [...]

É possível, inicialmente, que não surja uma “segunda fase”. Isto significará, apenas, que o discurso de 3 de outubro foi simples manobra política – no lamentável sentido em que esta palavra é entendida no Brasil. Tal sucederá, por exemplo, se a única intenção do sr. Getúlio Vargas for suprimir a oposição. Como esta não haja renunciado a sua tarefa fiscalizadora, antes a tenha reafirmado, tudo se passará como se nada houvesse acontecido.¹⁰⁴

À vista disso, pode-se notar outra mudança na conduta do jornal. Enquanto antes, na formação do “ministério da experiência” e na definição da linha de ação do partido em

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem.

sua Convenção Nacional, as expressões de “independência” e “oposição construtiva” foram desaprovadas, como um sinal de transigência em relação a Vargas, o *Correio*, diante da questão da Reforma, passou justamente a defende-las, apesar de não utilizar tais termos para qualificar positivamente o papel a que a UDN se prestou perante a convocação do presidente da República.

Mas, aqui vale salientar uma diferença: na composição do “ministério da experiência” se tratava da possibilidade de uma participação “direta” do partido ou de seus membros em cargos no governo, o que tendencialmente poderia ter o efeito de anular a sua condição de oposição; no caso da Reforma, consistia em outra situação, na qual a UDN participou da proposta de colaborar com uma política pública específica apoiada pelo jornal.

Ainda que os debates em torno da Reforma Administrativa não apareçam mais do que uma única vez no principal nicho de opinião do *Correio*, o assunto foi discutido em editoriais menores, entre os meses de outubro de 1952 e junho de 1953.¹⁰⁵ As disputas dentro da UDN em torno de sua linha de ação pautaram as discussões sobre o tema. No conjunto dos textos podemos verificar um posicionamento favorável e, ao mesmo tempo, cauteloso em relação à Reforma. Poucos dias depois da convocatória de Vargas, o jornal já denunciava o “clima de equívoco” que se apresentava na UDN em torno do projeto. Segundo editorial complementar de 14 de outubro de 52, evidenciavam-se os problemas à volta dos seguintes extremos:

Adesistas impenitentes, que não lograram até agora cumprir a sua vocação, valem-se do pretexto da reforma para abdicar, diante do governo, de qualquer independência de ideias ou de atitudes, assim julgando assegurar posições na futura composição ministerial. Em sentido oposto, mas representando o mesmo espírito personalista, há os que preconizam uma luta sem tréguas contra a reforma, antes de lhe conhecerem os termos.¹⁰⁶

Deste modo, deveria a UDN situar-se a meio termo, nem em uma colaboração “cega”, nem em uma oposição irracional. Mas, em uma postura construtiva, a qual não fazia sentido uma adesão prévia, determinada antes de se conhecer em todos os detalhes o projeto de reforma e os planos do governo, tampouco uma recusa sistemática a qualquer cooperação.

¹⁰⁵ No total, o tema é abordado em sete textos, entre editoriais complementares e colunas não-assinadas.

¹⁰⁶ “A oposição e a reforma”, *Correio da Manhã*, 14 de outubro de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial complementar.

De acordo com este mesmo editorial, haveriam três aspectos a serem considerados pela UDN: primeiro, o reconhecimento da complexidade e urgência que o tema da Reforma possuía, assim como a admissão de que o Presidente teria esta mesma compreensão e a boa vontade para uma ação aberta à participação de todos, pois seu apelo seria uma confissão sobre a insuficiência da máquina governamental e da impossibilidade de uma solução unilateral para o problema do atraso econômico. Em segundo lugar, um programa de administração a ser avaliado e, dessa forma, o papel da UDN se justificaria pelas suas concepções políticas e por seu programa administrativo, isto é, se o governo, “como no presente caso, se dispõe a elaborar essas ideias e esse programa de comum acordo com a oposição, esta trairia sua própria posição política se recusasse a responsabilidade que lhe é dada”.¹⁰⁷ E, em terceiro,

Pode a UDN apoiar as novas ideias e o novo programa do governo, se concordarem com as suas próprias ideias e seu próprio programa. Mas não pode atribuir ao sr. Getúlio Vargas, candidato de outros partidos, a confiança que só lhe cabe outorgar aos candidatos que ela mesma escolha. Isto significa que, mesmo havendo plena concordância de programas, mesmo no caso de próceres udenistas virem a participar do governo, a UDN, como partido, não pode se confundir com o bloco situacionista. O mais amplo apoio e a maior colaboração não podem levar a UDN a perder sua independência política e sua liberdade de crítica.¹⁰⁸

Dessa forma, o periódico reforça a ideia de que o apoio da agremiação ao governo somente seria positivo se não resultasse na anulação do papel oposicionista da UDN e, preferencialmente, se se circunscrevesse à cooperação no âmbito da política pública, legitimada pela convergência programática.

Apesar da Reforma ter sido bem recebida a princípio pelas lideranças udenistas, foi na aplicação de sua tese que se revelaram as dissidências internas do partido. Em editorial complementar de 18 de outubro, o *Correio* afirmou haver uma crise partidária decorrente da falta de unidade das agremiações – sobretudo da UDN e do PSD – em relação à reorganização administrativa proposta pelo governo. Ambos os partidos teriam em seus quadros os que viam como necessária a participação na elaboração da Reforma e os que não queriam aderir por oposição a Vargas. Ou seja, independente da atitude que tomasse a UDN, encontrava-se frente ao seguinte dilema:

O outro aspecto da crise situa-se em plano mais profundo e condiciona o primeiro. Nem a UDN nem o PSD tem substância política própria. Este, vive das parcelas do botim que o sr. Getúlio Vargas se digna de lhe dar. Aquela vive de proclamar a recusa a participar do mesmo botim. Tornando-se muito submisso arrisca o PSD a desvalorizar sua adesão. Insurgindo-se, perde acesso

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem.

ao botim. Quanto à UDN, opondo-se ao governo capitaliza em proveito próprio os erros do sr. Getúlio Vargas. Mas, desprezando o poder, arrisca o certo pelo incerto.

De que valerão, no entanto, todos esses jogos e cálculos, na hora em que os partidos terão de apelar para as suas próprias forças.¹⁰⁹

Logo, para o *Correio*, a aproximação era o caminho que traria garantias. Tomando esta conclusão do jornal a partir de uma perspectiva bourdiana: de que valeriam as estratégias udenistas, senão conseguisse acumular capital político objetivado em recursos materiais e simbólicos provenientes do poder? Ao colocar a escolha nestes termos, afinada às teses realistas dentro da UDN, o periódico contradiz a posição manifestada até então, de que o papel do partido brigadeirista deveria ser de colaboração sincera, sem vantagens em troca, resguardando sua independência, não vindo a participar de cargos no governo.

Os udenistas que prezavam pela linha de colaboração na Reforma Administrativa ganharam um aliado importante dentro da grande imprensa carioca. O *Correio da Manhã* encampou a tese de união entre os partidos e o governo para a realização das necessárias renovações da máquina pública e, ao abordar as disputas em torno da linha de ação da UDN, passou a defender os udenistas favoráveis à participação da agremiação e a atacar os que se opunham de maneira impenitente.¹¹⁰

No entanto, a falta de unidade dos partidos, com destaque para a UDN e o PSD, tornou-se um ponto de crítica em diferentes opiniões veiculadas pelo impresso da família Bittencourt. Em editorial complementar do dia 10 de janeiro de 1953,¹¹¹ foi ressaltado que, apesar dos insucessos políticos do passado udenista, o partido – como nenhum outro – teria colaborado com a formulação de soluções para os problemas do país, sobretudo, no que diz respeito às atuações da agremiação nas comissões interpartidárias, nas quais a cooperação da UDN foi indubitavelmente importante e, até mesmo, de protagonismo.

¹⁰⁹ “A crise partidária”, *Correio da Manhã*, 18 de outubro de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial complementar.

¹¹⁰ A coluna Tópicos & Notícias do dia 17 de outubro de 1952, por exemplo, critica a postura dos udenistas que se opõe à colaboração na Reforma Administrativa, personificada nos apartes do deputado Bilac Pinto, que se lançou à interpretação do discurso do líder Afonso Arinos, que marcava na Câmara a posição do diretório do partido, de estudar a proposta, comprometendo-se a apoiá-la, desde que fosse pela solução dos problemas nacionais. Conforme o texto, o posicionamento de Bilac Pinto e sua corrente marcava a falta de unidade da UDN acerca da linha de ação a ser considerada em face do governo. Ademais, a opinião da coluna nesta edição realçava o posicionamento que os editoriais do *Correio da Manhã* vinham expressando (“Boatos e interpretações”, *Correio da Manhã*, 17 de outubro de 1952, p. 4, 1º caderno, coluna não-assinada *Tópicos & Notícias*).

¹¹¹ “A UDN e a Reforma”, *Correio da Manhã*, 10 de janeiro de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial complementar.

Todavia, por não possuir unanimidade de ação entre seus membros, não se afirmou para além do “ofício das formulações”.

A indefinição no posicionamento da UDN, segundo o mesmo editorial, seria algo que remontava a outros acontecimentos, como ao Acordo Interpartidário no governo Dutra e à composição do “ministério da experiência”. A frustração eventual que o partido vinha gerando não se dava em virtude da preponderância de uma de suas correntes em torno do tema da Reforma Administrativa, pelo contrário, dava-se pela incapacidade do partido em “reunir-se para se configurar e, como expressão política, caracterizar-se por uma orientação qualquer”.¹¹² Portanto, conforme o editorial, embora a participação da UDN viesse a favorecer o governo, que iria contar com a conhecida competência da agremiação em propor soluções para os problemas do país, em benefício de si ela nada faria, pois continuaria paralisada nas disputas internas, como em outros momentos, nos quais serviu de formuladora de soluções, sem ter o reconhecimento e o prestígio necessários para vir a se tornar governo.

Quando foi encaminhado o projeto de reforma administrativa por Vargas aos partidos, iniciando-se, assim, a fase de análise, o *Correio da Manhã* registrou boas impressões sobre a proposta, descrevendo-a como contendo “excelentes inovações”.¹¹³ Entretanto, com o aumento gradativo das críticas ao Presidente, o projeto governamental não ficou incólume. Passou a ser retratado como expediente político de Getúlio para sustentar o governo que se encontrava engolfado em crises.¹¹⁴ Fato que, segundo o periódico, repercutiu nos partidos, “surtindo efeitos neutralizadores”, não havendo nenhum movimento de “cooperação consciente, de oposição organizada e ativa”,¹¹⁵ comprometendo a agilidade no exame da proposta.

Para o *Correio*, de todo o projeto enviado à consideração dos representantes dos partidos, a sugestão do Conselho de Planejamento e coordenação era das mais úteis e oportunas dentro da realidade brasileira. No entanto, foi recusada pela Comissão Interpartidária. O periódico destacou e criticou este fato, ainda mais, em virtude da recusa vir embasada na justificativa de descabimento da criação de um novo órgão de governo para o planejamento,

¹¹² Ibidem.

¹¹³ “O ano e os planos”, *Correio da Manhã*, 1º de janeiro de 1953, p. 1, editorial de capa; “O legislativo e a reforma”, *Correio da Manhã*, 14 de janeiro de 1953, p. 4.

¹¹⁴ “Temário”, *Correio da Manhã*, 1º de janeiro de 1953, p. 4, 1º caderno, coluna não-assinada *Tópicos & Notícias*.

¹¹⁵ “O futuro”, *Correio da Manhã*, 4 de fevereiro de 1953, p. 4, 1º caderno editorial complementar.

O que nos parece em oposição ao interesse da reforma para dar nova sistemática, diga-se: eficiência e dinamismo, à administração pública será sobrecarregar-se o Conselho Nacional de atribuições que lhe escapam, confundindo-se, o todo com as partes, e congestionando o que, precisamente, se quer clarificar pela divisão e distribuição da competência funcional.¹¹⁶

Dessa maneira, podemos perceber que, o *Correio da Manhã* demonstrava uma atitude convergente com os regulamentos udenistas, embora a própria UDN atuasse, neste caso, na contramão de seu programa fundacional que, em seus estatutos referentes à Administração, privilegiava a descentralização, a racionalização e a simplificação da máquina pública, “dentro de um regime de autonomia de ação e de rigorosa responsabilidade”.¹¹⁷

Segundo editorial principal de 4 de março de 1953,¹¹⁸ além de não compreender as diretrizes do anteprojeto, a Comissão não foi capaz, por sua própria conta, de elaborar outras, degenerando, “imediatamente, para o nível da politicalha”. A opinião rechaçou a desculpa “que tais eram as verdadeiras intenções do sr. Getúlio Vargas”. Para a linha editorial, fossem ou não, à Comissão cabia analisar a matéria à luz das demandas, imprimindo-lhe, ainda que alterando os supostos propósitos do Presidente, uma verdadeira renovação na administração. Diversamente, os representantes partidários apenas estariam se preocupando com o extenso número de ministérios sugeridos no projeto governamental, isto é, estariam considerando a mudança nesta proposição como um artifício de oposição às reiteradas sinalizações de Getúlio em fazer alterações no comando dos ministérios.

Após a entrega do parecer conclusivo da Comissão Interpartidária que “deformou, gravemente, o anteprojeto elaborado no Catete”,¹¹⁹ o *Correio da Manhã* creditou este erro à estreiteza de visão dos partidos, mas, principalmente, ao governo. Primeiramente, por “condicionar o texto de um anteprojeto de sua iniciativa à aprovação de um órgão de caráter parlamentar”; e, em segundo lugar, por “aceitar a tese do consenso, em vez de se apoiar no princípio da maioria, mobilizando o bloco situacionista em defesa de seu ponto de vista”.¹²⁰ Embora a linha editorial do *CM* tenha se mostrado cética, projetando que o

¹¹⁶ “Coordenação e planejamento”, *Correio da Manhã*, 14 de fevereiro, p. 4, 1º caderno, coluna não-assinada.

¹¹⁷ Programa a que se refere o Art. 2º dos estatutos: - A Administração, § I, II, III. União Democrática Nacional, 1945. Ver: *Anexo A*.

¹¹⁸ “Reforma inútil”, *Correio da Manhã*, 4 de março de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

¹¹⁹ “A reforma e o planejamento”, *Correio da Manhã*, 9 de junho de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

¹²⁰ *Ibidem*.

caminho mais fácil, evidentemente, seria o de Vargas seguir a Comissão Interpartidária, sugeriu que o governo enviasse um projeto que, como no original, favorecesse a criação da Comissão de Planejamento.¹²¹

Contrariamente ao que se esperava, de que Vargas submeteria as trocas no gabinete ministerial ao processo da reforma administrativa, isto não aconteceu. As mudanças nas principais pastas do governo antecederam o envio do projeto final para apreciação do parlamento. A demora do governo na análise e edição do parecer feito pela Comissão Interpartidária, segundo o *Correio*, foi um procedimento deliberado que resultou na “maior atenção distribuída, nas últimas semanas, às substituições políticas, preterindo as questões fundamentalmente técnicas e úteis, que deixaram, por isso, de ser rematadas”.¹²²

O projeto substitutivo que deu entrada no Congresso no final de 1953 e sua arrastada tramitação pouco foram repercutidos pelo *Correio*. Tendo sido o projeto distribuído para avaliação de uma Comissão Especial e de todas as cinco Comissões Permanentes que, a propósito, não chegaram a formular parecer a respeito, ganhou algum destaque somente a criação do Ministério da Saúde. Ademais, a referência ao projeto de reforma administrativa passou a aparecer apenas no conjunto das críticas sobre a ineficiência do governo em resolver os problemas do país.¹²³

O jornal *O Globo* saudou positivamente a iniciativa de Vargas em seu primeiro pronunciamento propondo a reforma administrativa. Três dias após o discurso do Presidente, o impresso destacou a receptividade com que políticos e agremiações receberam o apelo à tarefa.¹²⁴ Embora pondere que nada de concreto existisse além da

¹²¹ Pouco mais de um mês depois, com a eminente impossibilidade de Vargas contar com a aprovação de um projeto mais próximo do original do que com o modificado pela Comissão Interpartidária, o *Correio* sugere que “o melhor que [o Presidente] tem a fazer é arquivar o assunto, até que, mudando-se o estado dos espíritos, ou mudando-se a composição do Congresso, na próxima legislatura, seja possível realizar a sério a reforma de que carece o Estado. Infelizmente, ambas as alternativas têm por pressuposto, de um lado a capacidade de ação do governo e, de outro lado, sua efetiva dedicação pelos negócios públicos, o que leva a conclusões muito pessimistas” (“Reforma”, *Correio da Manhã*, 23 de julho de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial complementar).

¹²² “O Congresso e a administração”, *Correio da Manhã*, 1º de julho de 1953 p. 4, 1º caderno, editorial principal.

¹²³ “Doutrina e mediocridade”, *Correio da Manhã*, 5 de novembro de 1953, p. 4, 1º caderno editorial complementar; “Governo sem base moral”, *Correio da Manhã*, 17 de novembro de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial complementar; etc.

¹²⁴ “Não haverá ministério da Economia”, *O Globo*, 6 de outubro de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial complementar.

convocatória, estaria fora de dúvida que a UDN não se negaria à colaboração, uma vez que os esforços seriam em prol do interesse nacional e, além disso, não diria respeito apenas ao atual governo, mas também a todos que o sucedessem.

Em editorial do dia seguinte, *O Globo* demonstrou confiança na cooperação da UDN à renovação da burocracia estatal. De acordo com o texto, se daria isto em conformidade com o apoio que ela vinha apresentando “a medidas pleiteadas ao Congresso pelo chefe da Nação”.¹²⁵ Não obstante, segundo o mesmo escrito, esta atitude seria precedida, em declaração oficial do partido, pela “ressalva quanto a sua posição em face do executivo, de vigilância e independência”. Dessa forma, a princípio, o impresso dirigido por Roberto Marinho posicionou-se de maneira análoga ao que indicou como atribuição udenista em face ao governo Vargas e a composição do Ministério, no início de 1951.

Os pronunciamentos dos líderes udenistas no Senado e na Câmara vieram a corroborar o papel que *O Globo* preconizava à UDN no caso da reforma administrativa. Salientando o discurso de Ferreira de Souza, a coluna do *Globo*, *O Legislativo em Ação*,¹²⁶ afirmou que, apesar de a UDN ser “o partido de oposição, partido de fiscalização dos atos do Governo”, esteve sempre “disposto a apoiar e prestigiar todos os atos que visem o interesse coletivo ou nacional”. E, por conseguinte, “Nunca a UDN se comprometeu num apoio indeterminado e absoluto, ou simples apoio político”.¹²⁷ Segundo matéria da coluna *O Legislativo em ação*, o papel do partido brigadeirista seria o de

Estudar e mesmo sugerir novas questões, por que então o Governo jamais possa justificar o seu não êxito, jamais possa querer tornar compreensível o seu fracasso sob o fundamento de que as instituições que hoje fornecem os homens do Parlamento não satisfazem ou não lhe permitem uma ação verdadeiramente eficaz e uma ação verdadeiramente patriótica.¹²⁸

Em outras palavras, para *O Globo*, a colaboração udenista deveria se pautar, primeiramente, no papel de representante dos interesses maiores da sociedade brasileira, mas, também, em um gesto tático, cujo propósito seria o de tolher do Presidente as explicações que pudessem justificar o seu insucesso. Para tanto, seria imprescindível que a UDN se mantivesse alheia a promessas e a cargos do governo, mas que cumprisse os

¹²⁵ “PSD, UDN e PR vão responder ao sr. Getúlio Vargas”, *O Globo*, 7 de outubro de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial complementar.

¹²⁶ “Define-se a UDN”, *O Globo*, 10 de outubro de 1952, p. 3, caderno geral, coluna não-assinada *O Legislativo em Ação*.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ *Ibidem*.

desígnios emanados dos cargos e das posições que, supostamente, o seu eleitorado lhe teria conferido.

Porém, segundo *O Globo*, não houve uniformidade ao encarar o discurso do líder da minoria, Afonso Arinos, ao expressar o pensamento da UDN no que se referia ao apelo de Vargas. Não obstante, a oração de Afonso Arinos tivesse ficado a “meio-termo”, entre as correntes “adesistas” e “oposicionistas”, para *O Globo*, ficou evidente a divisão do partido defronte à Reforma Administrativa.

Os comentários que se seguiram ao discurso não se harmonizavam. Uns oposicionistas impenitentes, entendiam que o Sr. Afonso Arinos teria ido além do pensamento da UDN, prometendo, não colaboração, mas verdadeira adesão ao Presidente Vargas [...] Outros, mais ponderados, viam na palavra do líder minoritário, a tradução fiel do pensamento do brigadeirismo: colaboração, pura e simplesmente, sem preocupação de ordem pessoal para encontrar-se uma fórmula que permita a solução dos angustiantes problemas nacionais.¹²⁹

O Globo restringiu em poucas expressões os divisionismos udenistas acerca da matéria. Após a primeira apreciação do projeto governista, pela comissão da UDN,¹³⁰ em editorial complementar de 12 de janeiro de 53,¹³¹ o impresso sugeriu que “o partido deveria apoiar a reforma, mas, em hipótese alguma, condescender em participar do governo”. A despeito da UDN não ter concretizado suas sugestões sobre o tema, “o relatório do líder Afonso Arinos fora um estudo prévio, que interpreta o sentir udenista”.¹³² Ou seja, tomando como base esse relatório, a comissão udenista deveria concretizar suas emendas e sugestões a serem debatidas oportunamente na reunião interpartidária.

Isto posto, podemos depreender que o *Globo* se posicionou favoravelmente à participação udenista na Reforma Administrativa. Embora o jornal tenha dado pouco destaque às disputas internas da UDN em torno da adesão ou da oposição ao projeto proposto por Vargas, suas representações acerca do papel a que a UDN deveria assumir no caso, convergiram com a tese colaboracionista manifestada desde o princípio pelos dirigentes do partido, em especial os líderes congressistas e os membros do Diretório Nacional da UDN. Ademais, os silêncios, que marcaram o período subsequente das controvérsias à volta da linha de ação do partido a ser fixada na Comissão Interpartidária,

¹²⁹ “A palavra do líder da UDN”, *O Globo*, 10 de outubro de 1952, p. 3, caderno geral, coluna não-assinada *O Legislativo em Ação*.

¹³⁰ Esta comissão foi composta pelo líder udenista na Câmara, Afonso Arinos (relator), senador Villasboas e deputados Ruy Santos e Oswaldo Trigueiro.

¹³¹ “A reforma administrativa exigirá vinte mil novos funcionários!”, *O Globo*, p. 7, caderno geral, editorial complementar.

¹³² *Ibidem*.

também são emblemáticos da posição do diário, que em momento algum opinou em oposição ao projeto de reforma elaborado pelo governo.

Entretanto, nem todas as opiniões veiculadas no *Globo* viam a renovação apenas pela perspectiva da urgência. José Lins do Rego, em artigo publicado no final de abril daquele ano, caracterizou a iniciativa de Vargas como recurso para atenuar a crescente instabilidade política, econômica e social. Segundo o articulista, em função da incapacidade dos “demagogos populistas” em cumprir suas promessas,

O caos que se vai implantando decorre de uma crise de confiança. Negócio de bancos são postos à evidência pública como coisa podre. As forças econômicas se desagregam em notoriedade suspeita. E para evitar tanto descrédito o governo quer impor-se com uma reforma em seus quadros administrativos. [...] O Governo, que está à procura de mais estabilidade, sabe que aos seus pés trema uma terra trabalhada pelos mais rudes descontentamentos.¹³³

À vista disso, o articulista recebe bem as hipóteses de alteração nas pastas ministeriais, sobretudo, se homens do vulto de José Américo de Almeida, “o grande brasileiro”, viessem a corresponder tal responsabilidade.¹³⁴ Portanto, as possibilidades de melhoramento do cenário caótico traçado por Lins do Rego, estariam nas necessárias “legendas de honradez, de dedicação à vida pública, de amor ao trabalho, no interesse de conduzir o Brasil ao bom porto”.¹³⁵ Desse modo, paralelamente à solução, ou melhor dizendo, pelas mãos dos que colocariam o país no rumo certo, estariam políticos com as características pelo autor elevadas e, não por acaso, José Américo, simpatizante udenista, foi utilizado como exemplo. Isto pode nos fornecer alguns indícios sobre o que o articulista e, talvez, o jornal *O Globo*, pelo espaço de veiculação concedido, esboçava sobre a até então ventilada reformulação ministerial.

Findada a análise do projeto governamental e elaborado o parecer da Comissão Interpartidária, *O Globo* não repercutiu nenhuma avaliação sobre isto. Tampouco emitiu opinião sobre a reformulação do projeto pelo Catete, que foi encaminhado ao Congresso.

A princípio, *O Globo* tratou as possibilidades de mudança no comando dos ministérios como especulações da imprensa carioca.¹³⁶ Porém, quando se confirmaram as

¹³³ “Precisamos de Cireneus”, *O Globo*, 28 de abril de 1953, p. 3, caderno geral, artigo assinado por José Lins do Rego.

¹³⁴ Em diferentes órgãos de imprensa da capital federal figuraram especulações em torno do nome de José Américo para assumir o ministério da Viação, então comandado por Álvaro Pereira de Sousa Lima. Fato que posteriormente veio a se confirmar em 19 de junho de 1953, permanecendo no cargo até 27 de agosto de 54.

¹³⁵ *Ibidem*.

¹³⁶ “A reforma ministerial”, *O Globo*, 24 de abril de 1953, p. 2, caderno geral, editorial complementar; “E a confusão continua...”, *O Globo*, 9 de junho de 1953, p. 1, caderno geral, editorial principal.

substituições, o periódico seguiu a mesma linha, noticiando-as sem emitir opinião sobre. Apenas o aceite de José Américo para o Ministério ganhou algum destaque, particularmente, em função do ex-governador paraibano ter se envolvido em uma polêmica, devido a declarações feitas à imprensa sobre a possibilidade de assumir a pasta da Viação, na qual teria classificado o parlamento de medíocre, por sua incompetência em propor soluções aos problemas do Brasil.¹³⁷

Igualmente, o *Jornal do Brasil* colocou que a questão da reforma administrativa deveria ser encarada dando prioridade aos interesses nacionais, sendo evidente a necessidade de “união no terreno impessoal”, para leva-la a cabo.¹³⁸ Segundo editorial do impresso,¹³⁹ os termos das respostas dadas pelas direções dos partidos com representação no Congresso, ao apelo de Vargas, corresponderam às expectativas com que eram aguardadas. Sobretudo a UDN, por ter ressalvado a linha de oposição fixada na última convenção, admitindo, porém, a avaliação da Reforma Administrativa e a participação do partido nos exames que se fizessem para o estudo da iniciativa.

De acordo com a mesma opinião, o pronunciamento de Afonso Arinos se manteve dentro das linhas mestras da orientação do partido, “dele não se pode inferir nem adesão nem colaboração direta com o governo”.¹⁴⁰ Para o *JB*, a resposta da UDN abria a perspectiva de uma evolução no panorama político nacional, pois

Realizado o acordo na tarefa parlamentar, será mais fácil a concordância no terreno político, que os acontecimentos poderão propiciar. O bom êxito dos entendimentos dependerá da lisura e espírito de cordialidade de ambas as partes.¹⁴¹

Ou seja, para o *JB*, a união interpartidária favoreceria a formação de consensos prévios às votações da matéria no Congresso. Ao estabelecer, assim, a preocupação na ideia de coesão de cada partido, emanada de seus representantes nas deliberações da Comissão Interpartidária, o governo procurou, com isso, evitar manobras obstrucionistas e protelatórias. Desse modo, as concordâncias entre governo e partidos, ou melhor, entre

¹³⁷ “A democracia e o sr. José Américo”, *O Globo*, 6 de maio de 1953, p. 7, caderno geral, coluna não-assinada *O Legislativo em Ação*; “O ministro José Américo escreve especialmente para O Globo uma declaração explicando as razões de sua atitude”, *O Globo*, 15 de junho de 1953, p. 4, caderno geral, entrevista com José Américo de Almeida.

¹³⁸ “Crise econômica e acordo político”, 5 de outubro de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

¹³⁹ “***”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial complementar.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ *Ibidem*.

governo e UDN, assegurariam o andamento da iniciativa e a aprovação da reorganização da máquina estatal. Portanto, para o periódico, a preocupação evidente de Vargas foi a de imprimir ao exame da reforma o caráter de uma resolução correta e pertinente, de modo ao projeto ser apresentado em plenário como o resultado do pensamento das correntes partidárias.

Para o *Jornal do Brasil*, se se encontrasse um meio de evitar a proliferação de cargos e ministérios tanto melhor, sobretudo pelas oportunidades que, dessa forma, se ofereceriam à ânsia do “emprego público”. Porque o essencial na reforma seria a coordenação de serviços, a harmonia na ação administrativa a partir da concentração da autoridade e da descentralização de competências.¹⁴² Além da indispensável compreensão das necessidades nacionais, que a reforma demanda em todos os níveis, o *JB* indicou que, simultaneamente às readequações e criações na máquina burocrática, dever-se-ia promover uma verdadeira e larga renovação dos quadros dirigentes.

Seria, pois, tempo e esforços desperdiçados se à testa dos órgãos administrativos reconstituídos, renovados ou criados de novo se colocassem, as mesmas figuras que, na sua passagem através do desempenho de cargos governamentais e administrativos de grande importância, tem demonstrado patente a sua incapacidade de compreender que acima de suas comodidades, suas explorações políticas e conveniências partidárias está a obrigação de preocuparem-se das necessidades populares e estudar os meios para satisfazê-las e eliminá-las.¹⁴³

Uma vez que o projeto governamental esteve sob análise das agremiações, o ponto que suscitou maior crítica no *Jornal do Brasil* foi o da quantidade de ministérios propostos,¹⁴⁴ devido a suposta ampliação das despesas públicas. Segundo o penúltimo editorial de 1952,¹⁴⁵ em um país que estava a braços com forte crise econômica, em que a capacidade tributária já teria chegado ao seu auge, em que o equilíbrio orçamentário havia demandado sacrifícios de toda sorte, falar na criação de novos ministérios corresponderia a falar na criação de novas fontes de despesas, ainda que se alegasse que estas novas divisões somente coordenariam serviços já existentes e verbas previstas.

¹⁴² “***”, *Jornal do Brasil*, 5 de novembro de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial complementar.

¹⁴³ “Renovar os quadros!”, *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial complementar.

¹⁴⁴ Sobretudo nos artigos de José Maria Bello que abordavam o tema da Reforma Administrativa: “A colaboração com o governo”, *Jornal do Brasil*, 30 de outubro de 1952, p. 5, 1º caderno, artigo assinado por José Maria Bello; “Reforma da administração”, *Jornal do Brasil*, 19 de dezembro de 1952, p. 5, 1º caderno, artigo assinado por José Maria Bello; “O anteprojeto de reforma administrativa”, *Jornal do Brasil*, 01 de janeiro de 1953, p. 5, artigo assinado por José Maria Bello; “O reajustamento administrativo e seus complementos”, *Jornal do Brasil*, 9 de janeiro de 1953, artigo assinado por José Maria Bello.

¹⁴⁵ “Ampliação das despesas públicas”, *Jornal do Brasil*, 30 de dezembro de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

Durante os estudos iniciais, conforme o *JB*, a UDN tomou atitude em desacordo com o papel que deveria orientar a sua participação dentro da Comissão Interpartidária. A demora da delegação udenista em apresentar publicamente sugestões, ou mesmo um substitutivo ao projeto do Catete, até que outro partido – possivelmente o PSD – se pronunciasse, divergiu do que esperava o *Jornal do Brasil*, em relação a atuação da sigla na desejada renovação.

O seu dever é apreciar a reforma, com toda a liberdade e isenção, apresentarlhe as falhas, e corrigi-las por emendas que representem a opinião da representação udenista. Só assim a colaboração do partido será eficaz e essa colaboração não é propriamente em benefício do governo, mas dos interesses nacionais ligados à reforma...¹⁴⁶

Depreende-se disto a expectativa do *JB*, de que a UDN viesse a assumir o protagonismo da questão. Isto é, o partido deveria atuar balizado pelo bem comum que traria a execução da reorganização estatal, mesmo que em agravo às táticas políticas que, supostamente, descomprometeriam a agremiação de possíveis erros na apreciação da reforma.

Além da insistência do *JB* na moralização dos serviços públicos, que a Reforma deveria priorizar,¹⁴⁷ o periódico passou a enfatizar o descompromisso da oposição em encontrar, numa troca de ideias, a capacidade que faltaria ao governo para enfrentar a crise administrativa. Dessa forma, os partidos de oposição teriam a obrigação de exporem seus pensamentos, discuti-los publicamente, e deles extrair um plano de sugestões capaz, senão de resolver todos os problemas da inadequação da máquina estatal que, em grande parte dependem da ação governamental, de demonstrar, pelo menos, uma posição de colaboração condicional. Para o *Jornal do Brasil*, as agremiações não vinham cumprindo este papel

por não terem programas ideológicos definidos, têm receio de se comprometerem numa ação combinada com o Governo no sentido de superar

¹⁴⁶ “****”, *Jornal do Brasil*, 1 de janeiro de 1953, p. 5, 1º caderno, editorial complementar.

¹⁴⁷ De janeiro a março de 1953, as opiniões no *Jornal do Brasil*, reiteradas vezes, indicaram que as despesas desnecessárias eram o problema maior a ser sanado na administração pública brasileira. Grosso modo, a Reforma deveria ser baseada na racionalização dos gastos supérfluos, como os custos das cerimônias de posse, as excessivas verbas de representação, os gastos desmedidos com automóveis pagos pelo erário etc., tornando o governo um exemplo de austeridade para os cidadãos. Dentre os textos que abordam a Reforma por esta perspectiva estão: “A reforma administrativa”, *Jornal do Brasil*, 4 de janeiro de 1953, p. 5, 1º caderno, artigo assinado por Mauricio Joppert da Silva; “O reajustamento administrativo e seus complementos”, *Jornal do Brasil*, 9 de janeiro de 1953, p. 5, 1º caderno, artigo assinado por José Maria Bello; “Aspectos da reforma administrativa”, *Jornal do Brasil*, 16 de janeiro de 1953, p. 5, 1º caderno, artigo assinado por Carlos A. Dunshee Abranches; “Reformas”, *Jornal do Brasil*, 6 de fevereiro de 1953, p. 5, 1º caderno, editorial complementar; “A verdadeira reforma”, *Jornal do Brasil*, 5 de março 1953, p. 5, 1º caderno, editorial complementar; “Bom senso e modéstia”, *Jornal do Brasil*, 27 de março de 1953, p. 5, 1º caderno, editorial complementar.

de comum acordo as dificuldades do momento, pela preocupação de que a solução destes seria, em definitivo, considerada um mérito do governo.¹⁴⁸

Ou seja, a Reforma proposta por Vargas, em função da fracassada tentativa de colaboração parlamentar das oposições, continuou sob as atitudes deliberadamente hostis, sem assumir cada uma delas e, em especial, a UDN, um posicionamento preciso, com a apresentação de ideias, sugestões e programas que se impusessem à consideração dos partidos da maioria e do Executivo. De acordo com o impresso, discutiu-se longamente sobre as formas, a extensão, as reservas, a prudência, os perigos de tal colaboração, mas não se chegou a verificar uma participação efetiva dos partidos oposicionistas, desviando-se a discussão das demandas urgentes da burocracia para o campo das elucubrações acerca das vantagens e desvantagens políticas em cooperar com Getúlio.

A demora na conclusão do parecer da Reforma Administrativa pela Comissão Interpartidária, segundo o *Jornal do Brasil*, veio a antecipar a reforma ministerial, embora a intenção inicial anunciada pelo Presidente fosse a de realizar a escolha de novos auxiliares depois que se consumasse a renovação da máquina pública. Em editorial principal de 24 de abril de 1953,¹⁴⁹ o *JB* se manifestou concordando com um dos pontos básicos dessa recomposição, que seria o de “reunir representantes das várias correntes políticas, no sentido de obter a mais ampla colaboração”,¹⁵⁰ uma vez que o Brasil estaria precisando da “união de todos” afim de superar as crises que o assaltavam.

Logo, as oposições deveriam partilhar desta tarefa, de vez que a solução dos problemas não poderia ser exclusividade do governo, mas de todos os homens públicos de responsabilidade pelos destinos do país. À vista disso, o *Jornal do Brasil* esperava, neste momento, que as mudanças no Ministério se processassem dentro de um clima de conciliação, estancando-se as atribuições de culpa de um lado a outro, da oposição para o governo e, mesmo das suas próprias hostes para este. Segundo o *JB*,

A culpa não é deste ou daquele, é geral. Um exame de consciência levaria todos a um gesto de humildade e de compunção, batendo no peito, como bons cristãos. Ninguém pode atirar a primeira pedra, e, no entanto, todos atiram ao mesmo tempo, num terrível bombardeio cruzado.¹⁵¹

¹⁴⁸ “O apelo do Sr. Raul Pilla”, *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1953, p. 5, 1º caderno, editorial complementar.

¹⁴⁹ “Anunciada a reforma ministerial”, *Jornal do Brasil*, 24 de abril de 1953, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ *Ibidem*.

Portanto, podemos perceber que houve adesão do *JB* a uma nova composição ministerial fundada no conagração de todas as correntes, e que estas deixassem de lado ressentimentos estéreis, para que, dessa forma, os problemas nacionais fossem encarados e solucionados por todos que fossem capazes de proporcionar um auxílio mais lúcido ao exame das dificuldades fundamentais enfrentadas pelo país.

Concluídos os estudos da Comissão Interpartidária acerca do anteprojeto de Reforma Administrativa, o *Jornal do Brasil* afirmou que “a Comissão se mostrou desejosa da mais estreita colaboração com o executivo”,¹⁵² desfazendo de forma prática os rumores de que as agremiações cultivavam o propósito de negar ao governo os meios para solucionar as crises com as quais este se defrontava. O *JB* exaltou a atitude dos líderes partidários em não concordar com a criação de outros tantos ministérios, tendo chegado a um consenso na criação de mais dois somente.¹⁵³ Por conseguinte, foi dissipada a preocupação manifestada pelo *JB*, em contornar os perigos de uma reforma ampla demais para um país que estaria imerso em crises econômicas e financeiras.

Outra recomendação da Comissão, bem recebida pela opinião editorial do *Jornal do Brasil*, foi para que o governo não criasse novos órgãos administrativos, aumentando o número de servidores, devendo serem indicados funcionários em comissão para executar as novas atividades. Não fosse esse receio de ampliação dos quadros funcionais, seria plausível a sugestão para criação de uma pasta exclusiva para o Comércio. Segundo o diário, a Comissão Interpartidária deu

Uma demonstração de que conhece a tendência nacional irresistível de pedir empregos e de encher quadros. Para evitar que o governo fosse assediado pela avalanche de aspirantes a empregos, reduziu os Ministérios a dois e recomendou firmeza na repulsa às injunções dos políticos e, pior ainda, dos amigos insistentes.¹⁵⁴

Portanto, vemos que o *Jornal do Brasil* retratou positivamente o trabalho da Comissão Interpartidária e, conseqüentemente, claro, a participação da União Democrática Nacional no produto final da avaliação solicitada aos partidos políticos antes do encaminhamento do projeto governamental ao Congresso, para ser apreciado e votado definitivamente.

¹⁵² “Preâmbulo da reforma administrativa”, *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 1953, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

¹⁵³ Abrangendo os serviços de assistência em geral, a saúde pública e os departamentos de previdência seriam supervisionados pelo ministério de Serviços Sociais. O segundo ministério seria o das Industrias, englobando os serviços de exploração de combustíveis, minas e energia.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

Levada a cabo a renovação ministerial, o *Jornal do Brasil* não emitiu uma opinião taxativa sobre a decisão de Vargas em alterar quase que completamente a composição de seu gabinete. O periódico aventou algumas possibilidades que levaram o Presidente a “tão brusca e integral remodelação”.¹⁵⁵ De um lado, a de que se supunha o governo inspirado em atrair para a esfera da administração figuras de projeção nacional, “realizando um governo através dos expoentes cujos nomes a Nação envolve no seu maior acatamento”; e, de outro, a ideia de que “o governo é impelido a fortalecer dentro das correntes da opinião política, procurando uma harmonização mais ampla entre as forças atuantes no Poder Legislativo, a fim obter maior colaboração para o estudos dos problemas urgentes”.

Por fim, podemos observar mais padrões semelhantes do que dissonantes no que concerne às atuações dos três jornais cariocas e suas representações sobre a participação da UDN na “união nacional” em torno da Reforma Administrativa proposta por Vargas. Em um primeiro momento os três diários se mostraram receptivos à iniciativa, bem como à colaboração de todos os partidos. Outro ponto de convergência entre os impressos foi a unanimidade sobre a cautela que a UDN deveria ter nessa cooperação, resguardando a sua independência e autonomia crítica em face do governo.

Ainda que, de modo abrangente, os impressos tenham compactuado sobre a necessidade de auxílio dos partidos à Reforma, diferenciaram-se no tocante às motivações para tanto. Embora o *Correio da Manhã* tenha reconhecido a urgência e a importância da matéria, manifestou compreendê-la também como um expediente de Vargas para renovar a política de conciliação. O periódico indicou que a participação udenista na reforma deveria se dar de maneira cautelosa. Em um primeiro momento, retratou positivamente a cooperação do partido, desde que este se mantivesse na oposição, sobretudo preservando sua liberdade em poder criticar o governo. Depois, apresentou uma pequena variação, passou a representar a colaboração como uma possibilidade da agremiação se aproximar do poder, encampando a tese realista sobre a adesão de seus membros. Apesar de não tecer novos comentários sobre a necessidade de a sigla manter sua autonomia perante a política do Catete, a postura do periódico em tese favorável a UDN compartilhar de posições no governo, não anulava a prescrição anterior do jornal.

¹⁵⁵ “Em execução a reforma ministerial”, *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1953, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

O Globo e o *Jornal do Brasil* recomendaram que a agremiação se mantivesse distante do governo e só participasse na medida em que fosse representar os interesses nacionais. Para *O Globo*, a atuação do partido brigadeirista deveria ser pautada em dois pontos: primeiro, no papel de depositário dos interesses gerais da Nação e, em segundo lugar, na atitude política de fornecer oficial e publicamente auxílio ao governo, evitando que este se esquivasse das responsabilidades que lhe competiam, com a justificativa de que as soluções não foram compartilhadas. Já, para o *JB*, a participação na avaliação e nas sugestões para a reelaboração do anteprojeto favoreceria a aprovação da matéria no Congresso, uma vez que construiria consensos prévios.

Ao passo que a atuação da Comissão Interpartidária foi criticada pelo *Correio da Manhã*, por descaracterizar o que o projeto governamental possuía de melhor – a institucionalização do planejamento –, o *JB* exaltou o parecer conclusivo dos partidos, com a supressão de ministérios do projeto inicial, supostamente, evitando-se assim, prejuízos econômicos ao erário público. Estes posicionamentos divergentes dos dois diários se estenderam à avaliação da renovação ministerial, feita por Vargas antes da aprovação da Reforma Administrativa. Enquanto para o *Correio* esta antecipação das substituições no comando das pastas foi sinônima do abandono do caráter técnico da reformulação, em benefício das manobras políticas do governo, para o *Jornal do Brasil*, a troca nos ministérios, poderia vir a significar tanto uma estratégia do Presidente em contar com políticos de renomada competência, quanto como recurso para a pacificação e harmonização dos Poderes, entre Executivo e Legislativo Federal. O jornal *O Globo* não publicou opinião acerca do parecer da Comissão e, tampouco, do substitutivo remodelado por Vargas, que amargou sua reprovação quase integral no Congresso Nacional.

3.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Esta análise nos possibilitou demonstrar que os jornais atribuíram diferentes papéis a UDN, conforme as lógicas de ação que cada contexto demandava, segundo a percepção dos periódicos. No caso da composição ministerial que marcou o início do Segundo Governo Vargas, ficou evidente o desejo dos impressos de que a agremiação se constituísse desde então como uma força de oposição. Ainda que os diários tenham apresentado variações no tocante ao que isto significava, convergiram suas

representações para os deveres institucionais que um partido de oposição deveria ter, sobretudo em relação ao papel de ente crítico à situação.

Embora o “ministério da experiência” tivesse sido constituído com a participação de João Cleofas (UDN), a posição da cúpula do partido em reiterar sua independência e justificar a “defecção”, agradou aos jornais, que retrataram os embates dentro da UDN, entre adesistas e oposicionistas, defendendo o posicionamento dos últimos, em especial a tese que advogava pela expulsão dos adeptos ao governo. Tanto o *CM* como o *OG* utilizaram como *estratégia discursiva* a recordação da condição da UDN de representante de seu eleitorado, de que o partido deveria corresponder aos supostos anseios desta base, isto é, cumprir o seu programa e tomar para si o protagonismo da oposição. Dessa forma, vemos os agentes do campo jornalístico tentando pautar as ações dos agentes do campo político, ao “jogar” com o fundamento da legitimidade dos políticos, que seria a representatividade eleitoral, pressionando-os para que assumissem o papel de porta-vozes daquilo que os jornais diziam ser o interesse do eleitorado.

Percebemos também que, durante a formação do governo, apesar da conduta da UDN ter cativado a opinião dos periódicos, estes se mostraram empenhados em influenciar a definição oficial do partido pela linha oposicionista, que só sairia na Convenção Nacional. Para tanto, os diários procuraram construir a eventual adesão em termos de anulação política e dissolução do partido, bem como de um risco à democracia, que implicaria tal atitude. Neste sentido, podemos observar que, a despeito da imprensa não ter prerrogativa de poder, não determinando a agência fora de seu campo, fez-se parte ativa na disputa pela delimitação da problemática legítima no que diz respeito às estratégias dos agentes dentro do campo político, ou seja, os impressos estariam desautorizando a adesão da UDN ao governo, ao passo que afiançando sua oposição.

No caso da Reforma Administrativa, a análise demonstrou que a apregoada oposição da UDN ao governo possuía seus limites. Ainda que os três órgãos tenham sugerido uma postura cautelosa à agremiação, demonstraram-se favoráveis à sua participação, assim como do conjunto dos partidos políticos. Ressalte-se que os jornais se mostraram astuciosos na elaboração de seus argumentos para justificar a cooperação à proposta de Vargas, sobretudo da UDN.

O *Correio da Manhã* procurou justificar a colaboração ao programa elaborado pela AEP, assim como à ideia de estudo e preparação interpartidária do projeto, defendendo que as posições políticas mais extremadas dentro da UDN não se

interpusessem à execução do plano. Conforme a formulação original do projeto deu sinais de abandono, o *Correio* passou a deixar mais explícita sua preferência em torno da adesão, ao relativizar o ônus de uma política de oposição para a UDN naquele caso, que seria maior do que a contrapartida da adesão. Com a eliminação dos tópicos que considerava essenciais ao plano, o diário não poupou críticas tanto aos partidos quanto ao governo. À vista disso, podemos perceber que desde o início o jornal tentou se construir como uma fala autorizada sobre o tema, denunciando o erro em que a UDN incorria com a radicalidade de seus posicionamentos, e apontando o que para ele seria o caminho mais legítimo, o da “cooperação independente”, curiosamente convergente com a proposta original de Vargas.

Ao conciliar os argumentos que justificassem a participação udenista na Reforma, podemos observar que *O Globo* tentou legitimar o seu ponto de vista, apelando ao papel supostamente reservado à agremiação, como representante dos interesses nacionais, por um lado, e indicando a colaboração da UDN nos trabalhos interpartidários como recurso tático na relação com o governo, por outro. Por sua vez, os posicionamentos do *Jornal do Brasil* convergiram com os do *Globo* no tocante a legitimidade que atribuíam à colaboração da UDN na Comissão Interpartidária, baseada na representação dos interesses gerais da Nação pelo partido. Entretanto, o *JB* chegou a fazer críticas à UDN, associando a lentidão em que se arrastavam os estudos da Comissão ao temor dos udenistas em terem sua imagem vinculada ao governo.

Por conseguinte, podemos perceber mais uma vez que os diários tentaram influenciar na agenda política e, em especial na posição da UDN em face da iniciativa de Vargas. A análise demonstrou que as tentativas do *Globo* e do *Jornal do Brasil* em pressionar os agentes do campo político, seguiram uma lógica aproximada: por meio das indicações tanto do possível benefício, que o auxílio ao governo poderia trazer em termos de reconhecimento social, caso fosse bem sucedida a Reforma; quanto do favorecimento tático da UDN dentro do próprio campo político, posto que, com tal atitude, o partido suprimiria de seu adversário a chance de justificar um eventual insucesso.

Ademais, a análise dos periódicos em seu conjunto demonstrou que, por trás das tentativas do campo jornalístico em condicionar as ações dos agentes do campo político, encontrava-se a disputa sobre a condição de quem possuía maior autoridade sobre o tema. Não obstante, esta “competição” se dava também entre os agentes do campo jornalístico, na medida em que cada um deles apresentou diferenças no que se refere à fórmula da

Reforma. Enquanto o *Correio da Manhã* concordou com os termos propostos pelo governo, dando ênfase à criação de órgãos de planejamento, o *Jornal do Brasil* se mostrou contrário a novos organismos estatais, defendendo o “enxugamento” da máquina pública e, principalmente, a moralização dos serviços administrativos; já *O Globo* não fez considerações acerca de um modelo ideal para a renovação, porém, concitou a UDN e os partidos a se esmerarem pela elaboração urgente do anteprojeto.

Sendo assim, além de vermos os diários se colocando no debate como instâncias esclarecedoras sobre o tema, novamente os observamos procurando impor o sentido de suas teses como o mais legítimo, desta vez, do que seria mais oportuno em termos de política pública.

Dessa forma, verificou-se em ambos os casos – composição do “ministério da experiência” e Reforma Administrativa – que os jornais estudados, ao tentar influenciar os agentes do campo político, o faziam de acordo com a defesa dos seus próprios pontos de vista sobre os temas em disputa no campo de produção ideológica, demonstrando-se sem compromissos com as posições assumidas pelos agentes do campo político, quando estas se chocavam com as pautas defendidas pelos impressos. Por um lado, os periódicos divergiram da UDN ou de seus próceres udenistas quando estes se aproximaram de Vargas visando fazer parte do Executivo, ocupando ministérios e postos-chave no governo; e, por outro, defenderam a colaboração do partido desde que isso convergisse com as políticas públicas com as quais eles concordavam.

Portanto, por meio da análise dos jornais nestes eventos, podemos constatar que as confluências e dissensões entre estes e a UDN se deram em termos doutrinários e programáticos. Houveram concordâncias quando o partido se mostrou disposto a se manter na oposição ao governo Vargas, não fazendo parte do mesmo, bem como quando a agremiação se apresentou favorável a colaborar com uma política pública que os impressos viam como imperativa. As divergências ocorreram, na visão dos diários, em função das oscilações internas da sigla em torno de sua linha de ação, marcando, ora a possibilidade de ser governo, ora recair em oposição intransigente ou em colaboração incondicional. Além disso, no que diz respeito a Getúlio, contactou-se uma postura crítica dos jornais, todavia, dentro da normalidade institucional, vindo mesmo a apoiar e elogiar a iniciativa do Catete, demonstrando-se, assim, não haver uma oposição constante dos diários ao presidente Vargas, tampouco unicidade em atacar ou discordar do governo.

Embora tenhamos demonstrado no presente capítulo que a relação entre imprensa e política tinha uma complexidade diversa às interpretações que a compreendem a partir de uma perspectiva de subordinação do universo dos jornais ao universo político, duas questões ainda se impõe: até que ponto *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* estariam dispostos a criticar a União Democrática Nacional? Seriam capazes os periódicos de apoiar Vargas contra a agremiação?

4. UDN VS. JORNAIS: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA PETROBRÁS, UM CASO PARADIGMÁTICO

Neste capítulo, analisaremos a forma como os jornais cariocas *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* representaram o papel da União Democrática Nacional no processo de criação da Petrobrás (1951-1953). A escolha deste episódio se justifica em função da inesperada e surpreendente atitude do partido na ocasião, que alternou desde a defesa da Campanha do Petróleo, popularizada através do slogan “O Petróleo é Nosso!”, passando pela proposta de fundação de uma empresa pública para o setor (ENAPE), até a tentativa de implantar um modelo liberal de exploração petrolífero no país. Deste modo, essa questão nos oferece uma boa oportunidade para testar algumas hipóteses sobre a relação entre a imprensa e a política no período, sobretudo pelas possibilidades que nos traz em identificar as seguintes questões: a) qual a percepção dos jornais – individual e coletivamente – sobre a postura da UDN no processo em questão; b) quais seriam os princípios políticos defendidos pelos diários e os por eles mobilizados para representar a atuação e a doutrina udenistas; e, c) quais as confluências e dissensões sobre estes princípios entre os impressos e a UDN.

Para tanto, analisaremos o “itinerário” dos jornais no processo de criação da Petrobrás e suas representações sobre as disputas políticas em torno do modelo mais adequado de empresa petrolífera. Portanto, a investigação foi dividida em três partes: quando da apresentação da Mensagem Presidencial nº 469 de 06 de dezembro de 1951, encaminhando ao Congresso Nacional o projeto de Lei de criação da Petróleo Brasileiro S.A., a Petrobrás;¹⁵⁶ os debates pró e contra o projeto governamental, e seus desdobramentos na Câmara Federal; à tramitação no Senado, com as tentativas de alteração do programa remetido pelos deputados e, por fim, o desfecho com a promulgação da empresa petrolífera estatal.

Com o propósito de situarmos o leitor a respeito do contexto em que se inseriram os acontecimentos abordados neste capítulo, discorreremos brevemente sobre os antecedentes da questão energética e petrolífera no Brasil até a fundação da Petrobrás.

¹⁵⁶ Sancionada posteriormente sob a Lei 2.004 de 03 de outubro de 1953, que dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima, e dá outras providências. Ver mais em: BRASIL, Lei 2.004, de 03 de outubro de 1953, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L2004.htmimpressao.htm. Acessado em: 19 de maio de 2019.

A Petrobrás se inscreveu de modo marcante no movimento de modernização e ampliação dos aparelhos estatais brasileiros, através do qual se constituíram organismos e se diversificaram funções de planejamento e controle sobre as atividades econômicas. Com efeito, a institucionalidade ligada ao petróleo remonta a períodos anteriores à aprovação da Lei 2.004 de outubro de 1953.

Criado em 1938, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) já expressava uma clara alteração na maneira de atuação estatal no tocante à questão do petróleo (DIAS; QUAGLINO, 1993). Em conformidade com os padrões modernizantes da administração pública sob o Estado Novo, a legislação que deu origem ao órgão veio a concentrar em uma única agência as funções tradicionais de regulação, fiscalização e exploração, atribuindo-lhe, simultaneamente, funções executivas na área de produção, transporte e distribuição do petróleo e derivados. A partir deste núcleo inicial, as competências do CNP iriam se estender pouco a pouco à área de refino e, inclusive, à formação de mão de obra especializada para o setor.

Segundo Aspásia Camargo (1988, p. 9), desde o começo, porém, o CNP enfrentou duas ordens de problemas. Em primeiro lugar, a inconsistente definição governamental quanto às formas de inserção que teriam os organismos estatais no processo de desenvolvimento econômico, refletindo-se na incerteza quanto à solução a ser adotada para a indústria petrolífera: estatal, privada ou mista. E, em segundo lugar, persistiam os obstáculos em consequência da carência financeira e da insuficiência institucional da gestão pública para a administração de unidades industriais.

A indefinição governamental sobreviveu ao Estado Novo, atravessando a presidência do general Eurico Gaspar Dutra. Durante seu mandato, foi elaborado o Plano Salte, que previa a participação do Estado na produção e no transporte de petróleo (PLANO SALTE, DHBB, 2010, s/p). Também foram implementadas políticas que viabilizaram a instalação de refinarias em São Paulo e no Rio de Janeiro, assim como houve o encaminhamento do anteprojeto do Estatuto do Petróleo ao parlamento, abrindo inclusive a possibilidade de participação do capital estrangeiro, nas áreas de pesquisa e exploração (DIAS; QUAGLINO, 1993, p. 66). Ainda assim, as dificuldades administrativas persistiram, tanto na criação das unidades industriais pelo CNP, quanto na continuidade dos investimentos previstos para o Plano Salte, a despeito do progresso na articulação de suas fontes financiadoras (PLANO SALTE, DHBB, 2010, s/p).

A resolução de ambos os problemas começou a se delinear efetivamente com a elaboração de um projeto energético para o Brasil, formulado pela Assessoria Econômica do Segundo Governo Vargas. Lembremos, no entanto, que a solução do monopólio estatal que deu forma à Petrobrás não se desdobrou da proposta original, e sim do substitutivo udenista apresentado à Câmara pelo deputado Bilac Pinto,¹⁵⁷ o qual, surpreendentemente, veio a ser encampado pelos adeptos da campanha “O Petróleo é Nosso!”, coordenada pelas correntes nacionalistas militares, estudantis e políticas.¹⁵⁸ De qualquer sorte, do programa governamental elaborado pela Assessoria de Vargas, foi preservada a propriedade empresarial da Petrobrás (PETROBRÁS, DHBB, 2010, s/p).

A empresa veio representar, dessa forma, a implantação pelo Estado de um modelo de gestão da infraestrutura energética – com o estabelecimento do monopólio estatal – e do que viria a se constituir, em um padrão mais avançado de atuação empresarial, superando os limites próprios da administração direta.

A criação da Petrobrás e os impactos econômicos nos anos que se seguiram podem ser considerados decisivos para o país. A empresa favoreceu a expansão do setor de transporte rodoviário; a implantação da indústria automobilística sob o governo Kubitscheck; e o desenvolvimento das indústrias química e petroquímica nacionais. Entre as principais consequências para o desenvolvimento econômico brasileiro estão a poupança de divisas gerada pelo declínio da importação de derivados de petróleo; a política de nacionalização de materiais e equipamentos, relevante para formação de um moderno setor de bens de capital; o avanço das atividades de pesquisa, responsável pela elaboração e aprimoramento de tecnologias, etc. (CAMARGO, 1988, p. 10).

Ademais, um aspecto muito importante a ser por nós destacado foi a expressão política da aprovação da Lei 2.004 de 1953. Com a instituição do monopólio estatal, a Campanha do Petróleo logrou além de conquistar seu maior objetivo, constituir-se em uma influência capital para a configuração de uma postura nacionalista em defesa da economia (CAMARGO, 1988, p. 10). Foi um momento fundamental da articulação de amplos setores políticos, presentes no contexto nacional desde o movimento pela

¹⁵⁷ Com este substitutivo a UDN propôs a criação da Empresa Nacional de Petróleo (ENAPE), uma companhia exclusivamente estatal, detentora do monopólio sobre todas as fases da exploração petrolífera (pesquisa, lavra, transporte, refino e distribuição). Ver mais em: DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana; A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993, p. 1-37.

¹⁵⁸ Aqui, estes grupos são caracterizados pela defesa política e ideológica da autoridade do Estado em intervir nas atividades econômicas, especialmente, em setores estratégicos, como o energético.

participação do país na Segunda Grande Guerra, passando pela redemocratização do Brasil em 1945, até a reação popular pelo suicídio de Getúlio em agosto de 1954. Como parte desta conjuntura, os debates em torno do “problema do petróleo” e da Petrobrás influenciaram no pensamento político-social de seu tempo, conferindo importância às questões que afetavam a soberania nacional.

4.1. O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA PETROBRÁS E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES JORNALÍSTICAS SOBRE O PROJETO ORIGINAL DE VARGAS

Em dezembro de 1951, quando Getúlio apresentou o programa do governo para o setor petrolífero, propondo a criação de uma empresa de economia mista,¹⁵⁹ a Petróleo Brasileiro S.A., que comportava em seu quadro acionário a participação de capital privado, inclusive estrangeiro, foi alvo de críticas e reprovação por setores da sociedade civil e de parte das forças armadas. A Campanha do Petróleo protagonizou a maior ofensiva à iniciativa governamental, classificando a proposta de Vargas de “entreguista”. A proposta também gerou desacordos dentro do próprio PTB, com o envolvimento de alguns de seus parlamentares, que ocuparam as tribunas do Congresso e foram às ruas em protesto contra a Petrobrás, considerada como brecha à infiltração dos trustes na exploração do óleo, reconhecida como atividade estratégica para a autonomia na produção de combustíveis e importante elo do desenvolvimento econômico (MOURA, 1986; WIRTH, 1973).

O projeto original da Petrobrás estabelecia que a União deveria possuir o controle acionário da companhia, tendo em vista que, por lei, seria proprietária de 51% de seus títulos ordinários, isto é, daqueles que dariam direito a voto no Conselho Diretivo da empresa. Com efeito, a participação de capital privado (49%) se daria de preferência por meio de tributação compulsória a ser paga pelos compradores de automóveis e consumidores de gasolina, estando autorizados os estrangeiros a participarem em 15% desde montante. Embora o texto da proposta prescrevesse que apenas ações preferenciais seriam vendidas, ou seja, aquelas que somente dariam direito à participação na divisão dos lucros, e não o direito a voto no conselho, o documento legal previa a possibilidade

¹⁵⁹ Assim como Benevides (1981, p. 201), acreditamos que o “caráter mais flexível do projeto, sugere que o presidente teria preferido dar ênfase aos aspectos de viabilidade técnica do empreendimento, propondo uma forma de compromisso”, isto é, ao desviar o projeto da linha ideológica nacionalista e atribuir à elaboração da proposta um caráter técnico, o governo procurou manobrar politicamente com vista a obter para o projeto uma maior aceitação da oposição liberal, sobretudo da UDN.

de ampliação do quadro acionário mediante venda de quotas no mercado de capitais. Este dispositivo foi denunciado pelos nacionalistas, por entendê-lo como abertura ao controle da companhia pelos trustes da indústria petrolífera internacional.¹⁶⁰

Empenhada em se contrapor politicamente a Vargas, a UDN desprezou a linha econômica liberal e favorável à participação de capital e *know-how* estrangeiro na exploração do petróleo nacional, a qual vinha sustentando desde o governo Dutra, e passou a defender a tese do monopólio estatal para o setor petrolífero (MARTINS; COSTA, 2017, p. 105). Em contradição com seu escopo doutrinário, a agremiação, além de adotar os mesmos pressupostos dos nacionalistas, que atacavam o presumido “entreguismo” do governo, propôs ainda a criação da ENAPE (Empresa Nacional de Petróleo), uma companhia que concentraria integralmente a indústria do petróleo brasileiro, com monopólio estatal sobre todas as fases da exploração, inclusive encampando as refinarias privadas do país (MARTINS; COSTA, 2017, p. 105).¹⁶¹

Por certo, durante as discussões na Câmara dos Deputados (de junho a setembro de 1952), a UDN não abriu mão do caráter monopolista que deveria revestir a solução para a dependência estrangeira em matéria de petróleo. Para ter aprovado seu projeto, Vargas teve que articular por meio do líder da maioria, Gustavo Capanema, um acordo com a oposição, cujo se encontrava o próprio PTB, o que culminou na inserção do monopólio. A despeito de ter sido considerado um monopólio “parcial”, visto que excluía a área de distribuição, acabou marcando uma renúncia do governo, na qual a vigorosa descaracterização do projeto original descontentou o Presidente e sua Assessoria Econômica, que o havia elaborado (WIRTH, 1973; PEREIRA, 1975).

Quando da tramitação do projeto no Senado Federal, que se estendeu sob exame durante quase um ano, os parlamentares udenistas inverteram a postura que haviam tomado seus correligionários da Câmara e passaram a incorporar emendas

¹⁶⁰ Quanto aos detalhes do projeto original da Petrobrás que repercutiram na reação nacionalista, ver mais em: COHN, G. Petróleo e Nacionalismo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

¹⁶¹ O substitutivo udenista ao projeto do governo foi encaminhado à Câmara Baixa em 06 de junho de 1952, pelo deputado Bilac Pinto, então presidente da UDN que veio a substituir Odilon Braga. Com a troca no comando, a agremiação adotou uma postura de frontal hostilidade à proposta do Catete, tendo como principal argumento de que esta não seria suficientemente nacionalista. Por esse motivo, o substitutivo Bilac Pinto “advogava a instituição do monopólio de Estado para a pesquisa, a lavra, a refinação e o transporte do petróleo” (BENEVIDES, 1981, p. 202).

“liberalizantes”, ao ponto de novamente desfigurar totalmente o conteúdo da proposta (MARTINS, COSTA, 2017, p. 106).¹⁶²

De volta à Câmara dos Deputados, em julho de 1953, com a remoção das medidas “liberalizantes”, curiosamente apoiada pela deputação udenista, a Petrobrás apenas foi aprovada em 19 de setembro daquele ano.

Parece-nos que a UDN circunscreveu sua atuação na defesa da tese monopolista, pautada em um viés estritamente político, composto por duas possibilidades: por um lado, movida pelo antigetulismo, na perspectiva de rebaixar ainda mais a imagem do governo, deteriorada pelas crises em que este se defrontava, e que por nós foram abordadas no último capítulo; e, por outro lado, acreditamos que, conjunto a isto, a possibilidade de captar o voto nacionalista ou, pelo menos, parte do eleitorado que possuía alguma identificação com determinadas bandeiras do nacional-desenvolvimentismo getulista, pode ter sido vista pelos udenistas como expediente para aumentar o alcance eleitoral do partido.¹⁶³

A flagrante contradição da escolha pelo monopólio estatal do petróleo com a conhecida autorrepresentação da UDN como uma agremiação de matriz liberal foi justificada pelos políticos udenistas como “conveniências políticas”, em função das “circunstâncias conjunturais”, como sugere Maria Victoria Benevides (1981). Entretanto, podemos questionar: se havia um cálculo eleitoral no posicionamento da UDN no caso da criação da Petrobrás, esta estaria indo justamente na contramão dos seus princípios até então defendidos e compartilhados historicamente com sua base eleitoral. Com efeito, também, parece-nos rápida demais a afirmação de que o propósito desta atuação, objetivamente fosse apenas vilipendiar as imagens de Getúlio e do governo. O que não nos permite descartar um possível entusiasmo udenista em, de fato, reverter um infortúnio do governo em uma transferência de capital eleitoral em benefício da UDN.

¹⁶² Também no caso da criação da Petrobrás, a diferença de atuação entre deputados e senadores é emblemática da ausência de unanimidade dentro do partido.

¹⁶³ Embora trabalhe com estas duas alternativas que, supostamente, teriam amparado a linha de ação do partido no caso da criação da Petrobrás, faz-se importante ressaltar que outras possibilidades podem ser aventadas, como demonstrou Juraci Magalhães em entrevista à Maria Victoria Benevides (1981). Segundo o primeiro presidente da Petrobrás, as petrolíferas da iniciativa privada “não tinham maiores interesses em descobrir petróleo no Brasil naquela época”. E, por isso, a UDN “tirou uma bandeira que seria muito bem explorada pelo PTB ou pelo PSD” (MAGALHÃES *apud* BENEVIDES, 1981, p. 202-203). Embora a autora tenha utilizado este depoimento do deputado udenista para corroborar a interpretação de que o posicionamento do partido, neste caso, esteve embasado por fins políticos, podemos depreender da fala de Magalhães que, mesmo secundariamente, havia uma necessidade técnica na qual se amparava o objetivo político, qual seja, a inoperância da iniciativa privada no setor petrolífero brasileiro.

Mesmo que a UDN tenha encampado a tese do monopólio tendo em vista cooptar o voto do trabalhador urbano politicamente mais próximo de Vargas, isto não foi representativo de uma alteração na visão elitista do partido quanto a questões fundamentais da sociedade, especialmente da perspectiva das classes populares, uma vez que o “partido da redemocratização” se contrapôs às reivindicações por direitos trabalhistas elementares, como o aumento do salário mínimo, bem como contra a existência de entidades que organizassem os trabalhadores de maneira mais ampla e favorecessem a ação conjunta de diferentes categorias e seus sindicatos,¹⁶⁴ era também contra a extensão da legislação trabalhista para os camponeses e a organização destes em associações, e contra o voto dos analfabetos.

Isto posto, tendo em vista a importância e a complexidade política que envolveram o processo de criação da Petrobrás, podemos afirmar que o tema apresenta muita relevância para analisar como a imprensa carioca representou a atuação da União Democrática Nacional, não somente frente à questão do petróleo em âmbito econômico, mas também frente ao governo Vargas e às novas demandas políticas da democracia liberal, sobretudo, diante da emergência das massas enquanto ator político decisivo das dinâmicas eleitorais.

A participação bastante ativa da UDN e, convenhamos, até inusitada do partido neste processo, um dos mais controversos da época, ensejou a escolha deste tópico. Ademais, este objeto oferece um importante suporte para responder as principais questões levantadas por este trabalho, especialmente no que se refere à identificação da UDN e dos jornais em destaque como pertencentes a uma mesma linhagem doutrinária, o liberalismo.

Frente à proposta inicial de Vargas de criação da Petrobrás como uma empresa de economia mista, o *Correio da Manhã* fez uma avaliação pragmática do projeto, longe da postura manifestada pelo diário em outros momentos, de franca oposição ao governo. O matutino dirigido por Mário Alves e Costa Rego enfatizou que o problema deveria ser encarado sem ambições partidárias e enfrentamentos ideológicos, mas a partir do

¹⁶⁴ Não obstante, o direito à greve constar nos programas do partido desde sua fundação até 1953, com decrescente ênfase ao longo dos anos, as práticas sindicais e as reivindicações dos trabalhadores foram encaradas, no geral, como atos subversivos, pois qualquer atuação política dos sindicatos era acusada de manipulação comunista – logo, deveria ser debelada. Sobre a postura do partido frente ao trabalhador urbano e suas formas de organização, ver mais em: BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 77-91.

tratamento técnico da matéria. Para o *Correio*, o formato de empresa elaborado pela AEP contemplava os fundamentos essenciais à exploração do petróleo brasileiro. A conjunção entre a iniciativa privada e a ingerência estatal, comportaria, simultaneamente, a “eficiência” e a “garantia dos interesses nacionais”.¹⁶⁵

Embora tenha feito ressalvas quanto às possíveis dificuldades do governo em contar com o *know-how* estrangeiro, em função da influência dos trustes sobre a técnica internacional, bem como levantou questionamentos quanto a questões orçamentárias, o *Correio* apresentou, de modo geral, uma percepção simpática ao programa governista para o petróleo, demonstrando um posicionamento que não condiz com a representação de um diário antivarguista. As primeiras opiniões do *CM* sobre a proposta da Petrobrás, retrataram-na como um importante passo na resolução do problema petrolífero, além do mais, “admitida a tese de que a exploração do petróleo deva ser controlada pelo capital brasileiro e pelo poder público, tese essa que, em princípio, é por todos admitida, cabe reconhecer que o projeto lhe deu uma formulação adequada”.¹⁶⁶

Tal como o *Correio*, neste primeiro momento, o jornal *O Globo* se manifestou favorável ao programa do Executivo. Segundo editorial, no qual enunciou suas primeiras impressões sobre a proposta, não havia “como negar apoio à iniciativa do Sr. Getúlio Vargas”, pois a “orientação governamental pode ser sintetizada no desejo de acelerar a exploração e a refinação do petróleo brasileiro”.¹⁶⁷ O periódico elevou a solução adotada pelo presidente como “das mais acertadas”, uma vez que o programa só contaria com a participação direta do capital privado nacional, estando excluída a presença internacional. Tópico que, para *O Globo*, protegeria a exploração do recurso de conflitos externos e de crises em torno de sua produção e de seu consumo.¹⁶⁸

Em contraste com os posicionamentos do *Correio da Manhã* e do *Globo*, no *Jornal do Brasil* as críticas predominaram em relação à mensagem presidencial. O *JB* representou a proposta como inadequada, em razão dela desconsiderar que, para o

¹⁶⁵ “Petróleo”, *Correio da Manhã*, 08 de dezembro de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal; “Técnica e investimentos”, *Correio da Manhã*, 09 de dezembro de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

¹⁶⁶ “Técnica e investimentos”, *Correio da Manhã*, 09 de dezembro de 1951, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

¹⁶⁷ “O que o Brasil espera do Congresso”, *O Globo*, 07 de dezembro de 1951, p. 1, caderno geral, editorial principal.

¹⁶⁸ Em editorial de capa do dia 10 de dezembro de 51, *O Globo* faz menção às crises atravessadas por Irã, México e Venezuela em torno da questão do petróleo e a interferência internacional (“Prevenindo futuros conflitos”, *O Globo*, 10 de dezembro de 1951, p. 1, caderno geral, editorial principal).

empreendimento, seria necessário um aporte imenso de recursos,¹⁶⁹ fato que se opunha à insuficiência de meios nacionais para levá-lo a termo.¹⁷⁰ Por esse motivo, para o impresso, era um erro que Vargas cometia ao dispensar a participação externa de capitais e técnica. Segundo o *JB*, outra preocupação frente ao projeto de Vargas era relativa às incertezas em torno do retorno dos investimentos feitos na Petrobrás: de um lado, em função da carência de técnica nacional especializada no setor petrolífero, e, de outro, dada a característica essencialmente imprecisa da prospecção.¹⁷¹

Então, neste momento inicial, podemos verificar que tanto o *Correio da Manhã* quanto *O Globo* apresentaram uma boa receptividade em relação à proposta de criação da Petrobrás como uma empresa de economia mista. Ambos diários convergiram na avaliação positiva sobre a conciliação que o plano apresentou entre a condição de acionista majoritário do Estado, com suas prerrogativas, e a participação dos sócios particulares na administração. Ou seja, para *OG* e para o *CM*, o programa era satisfatório porque resguardava os interesses nacionais sobre o setor, considerado estratégico e de suma relevância para o desenvolvimento econômico, assim como garantia a suposta eficiência da empresa por meio da iniciativa privada.

4.2. “AMIGOS, AMIGOS, DOCTRINAS À PARTE”: O MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO COMO PONTO DE DISSENSÃO ENTRE UDN E JORNAIS

Com a proposta de Vargas, a questão petrolífera foi alçada ao centro do debate público. Como indicamos anteriormente, a Petrobrás passou a ser retratada por seus opositoristas como uma manobra “entreguista”, que deixaria escapar aos brasileiros a chance de autonomia na produção e consumo do combustível fóssil, bem como a possível evasão de lucros ao estrangeiro, através da ação dos trustes. Dentre os principais

¹⁶⁹ “Os planos gigantescos para 1952”, *Jornal do Brasil*, 03 de janeiro de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

¹⁷⁰ Somando-se a esta representação, o *Jornal do Brasil* já havia criticado anteriormente a proposta de criação de novos tributos (impostos sobre combustíveis e automóveis) como parte do arcabouço subsidiário do empreendimento (“O petróleo é nosso...”, *Jornal do Brasil*, 10 de dezembro de 1951, p. 5, 1º caderno, editorial complementar).

¹⁷¹ O editorial de 03 de janeiro de 1951 revelou explicitamente tais preocupações: “Em toda essa jornada áspera e custosa, só nos assalta o termo de que não acertem os técnicos com os lençóis petrolíferos e um dia já tarde nos venham revelar, em longo relatório, os detalhes das operações, as cifras despendidas e o material gasto na empreitada gigantesca. O presidente insiste muito no seu plano, manifestando sua confiança na finalidade do projeto de cunho nacionalista” (“Os planos gigantescos para 1952”, *Jornal do Brasil*, 03 de janeiro de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial principal).

adversários do projeto estavam os adeptos da campanha “O Petróleo é Nosso!”, parte dos parlamentares do próprio PTB e a ala “nacionalista” das Forças Armadas. Neste contexto de crescente oposição ao programa governamental, no qual os defensores do monopólio estatal do petróleo passaram a contar com o inesperado e oportuno engajamento da UDN, os jornais cariocas se mostraram vigorosamente inseridos no debate.

Diante da inusitada postura da UDN, o *Correio da Manhã* não poupou esforços em desabonar a atitude do partido, escancarando sua frustração nos editoriais de primeira página, os quais dedicou ao tema entre os meses de abril e julho de 1952, sob o título “O nosso petróleo”. Em editorial de capa do dia 11 de maio,¹⁷² o periódico criticou o posicionamento udenista, que deveria ser justamente o inverso, isto é, deveria ser papel da agremiação contrapor-se à campanha “O Petróleo é Nosso!”. Segundo o mesmo texto, a UDN, invés de cumprir o seu dever, de trabalhar no sentido de elucidar o ônus da tese monopolista, teria preferido entrar na “linha da concorrência com a demagogia [...] por oportunismo e covardia”.

Retratando as posições da UDN no passado, sobre o que pensava a agremiação em matéria de exploração petrolífera no Brasil, O *Correio da Manhã* assinalou que seu desapontamento era proporcional à inversão de conduta do partido. De acordo com o jornal, na segunda metade da década de 40, quando prevalecia um “nacionalismo tacanho”, defensor do monopólio estatal do petróleo, “a tendência dos liberais, dos udenistas, era a progressista”, porém, a UDN teria voltado “ao ponto morto, à estaca zero, ao limbo”.¹⁷³

A atitude da UDN foi classificada pelo *Correio* como “oportunismo”, em função do partido estar supostamente agindo por conveniências políticas que a “ação demagógica” traria, isto é, a UDN estaria se mostrando pronta a fazer “todas as concessões que lhe pareçam capitalizar votos”.¹⁷⁴ Conforme o impresso, os insucessos do partido em se tornar governo,

levaram os udenistas a julgar que não atingirão o poder enquanto forem cercados por programas e plataformas políticas, enquanto não se valerem de

¹⁷² “O nosso petróleo”, *Correio da Manhã*, 11 de maio de 1952, p. 1, 1º caderno, editorial de capa.

¹⁷³ Conforme este editorial, o Estatuto do Petróleo de fevereiro de 1948 foi “a primeira rajada de vento fresco que percorreu as cavernas de um nacionalismo intransigente”, tendo sido a comissão que o elaborou presidida pelo atual presidente da UDN, Odilon Braga, que, segundo o *Correio*, ao apoiar o monopólio estatal do petróleo, entrou em contradição com o seu próprio passado de adepto e mentor da flexibilização na exploração petrolífera (“O nosso petróleo”, *Correio da Manhã*, 13 de maio de 1952, p. 1, 1º caderno, editorial de capa).

¹⁷⁴ “O extravio da UDN”, *Correio da Manhã*, 28 de maio de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

todos os recursos da demagogia e não disputarem com os mais desregrados, o cortejo dos instintos populares”.¹⁷⁵

Ou seja, a UDN estaria adotando como tática política, um expediente de captação eleitoral, de acordo com a tese teoricamente defendida pelo maior número de cidadãos, a do monopólio estatal do petróleo.

Um partido tem o direito de alterar sua linha política quando reconheça errada a posição anterior, e tem mesmo o dever de assim conduzir-se, quando se trate de melhor ajustar uma posição concreta aos princípios gerais em que se baseia. Mas este não foi o caso da UDN. A UDN modificou sua linha política por oportunismo demagógico, por entender que esse ardil lhe acarretaria mais votos. E uma tal atitude, além do que tenha de moralmente reprovável, constitui, politicamente, um grande erro.¹⁷⁶

O primeiro dos equívocos, segundo a linha editorial do *Correio*, seria o cálculo eleitoral mal concebido na estratégia adotada pelo partido frente à questão petrolífera, uma vez que “um partido só alarga sua votação conquistando eleitores atuais sobre a área dos eleitores potenciais”. Dessa forma, transferindo-se para a linha ideológica de seus adversários, a UDN perderia eleitores reais em proveito de eleitores imaginários, mesmo porque, conforme o editorial, independente do esforço que a agremiação viesse a fazer, haveriam “partidos que representam esse clima melhor que a UDN jamais conseguirá fazê-lo”.¹⁷⁷

Não pensava a UDN, evidentemente, visse prevalecer a sua tese, tão contrária às tradições do partido e ao seu programa eleitoral. Queria apenas aproveitar a irresponsabilidade de uma oposição minoritária, na ilusão de que, sendo mais demagógica que o sr. Getúlio Vargas, furtaria uma parte do eleitorado deste, sem perder o próprio.¹⁷⁸

Em segundo lugar, durante a tramitação do projeto da Petrobrás na Câmara dos Deputados, as representações do *Correio* sobre a atuação udenista foram marcadas pelas acusações de traição ao papel tradicionalmente atribuído à agremiação. De acordo com o impresso, ao tomar este caminho, a UDN estaria renunciado aos seus compromissos doutrinários, e os supostos interesses de seu eleitorado estariam sendo negligenciados com o abandono dos princípios liberais historicamente identificados na agremiação, como o primado da iniciativa privada, associação ao capital estrangeiro, a não-intervenção do Estado na economia, etc.

Do ponto de vista do interesse público, a UDN vai arcar com a responsabilidade de uma política errada. [...]

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ “Petróleo e confusão”, *Correio da Manhã*, 12 de junho de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ “Erro inútil”, *Correio da Manhã*, 26 de julho de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

...não é só o interesse público que a UDN vai prejudicar. É o partido mesmo, que, vingando as teses que insensatamente levantou, se incompatibiliza com seu próprio eleitorado. Esqueceu-se a UDN, demasiadamente cedo, de que existe como partido porque existem no Brasil pessoas que repelem a demagogia e o caudilhismo social, que aspiram a um regime de liberdade de trabalho e produção e sabem que a prosperidade do país exige o concurso da atividade privada. Tal esquecimento não bastará, certamente, para que se tornem udenistas os fanatizados eleitores do sr. Getúlio Vargas. Mas bastará, provavelmente, para alijar da UDN o seu antigo eleitorado.¹⁷⁹

Deste modo, ao lançar mão da referência aos supostos princípios ideológicos dos eleitores da agremiação como estratégia discursiva, o *Correio*, enquanto agente do campo jornalístico, tentou pautar a ação da UDN no campo político, acusando a inconformidade da atitude do partido com o pensamento político que ligaria o eleitorado à agremiação.

Por conseguinte, para o *CM*, ao renunciar às bandeiras que reconhecidamente fizeram parte de sua trajetória, estava “a UDN sacrificando, em pura perda, o que tinha de melhor, o seu *panache*”, enganando-se em pensar “extrair algum lucro da corrida demagógica”.¹⁸⁰ Segundo o jornal, os únicos beneficiários da postura udenista seriam figuras do “caudilhismo personalista” (Getúlio Vargas, Ademar, Perón), e nunca um partido, uma entidade coletiva.

Os prejuízos do posicionamento do partido brigadeirista, conforme o diário de Paulo Bittencourt, não se circunscreviam apenas ao âmbito da sigla, mas também à persistência do subdesenvolvimento nacional, em função da continuidade da dependência externa em matéria de petróleo, com o vultoso dispêndio de recursos na importação do óleo e a incapacidade de exploração das nossas reservas, com o conseqüente represamento de potenciais lucros de exportação. Para o *Correio*, a superação desta condição passava necessariamente pela adoção de um programa flexível, nos termos do empreendimento de economia mista, nos moldes do proposto por Vargas. A esta altura do processo de criação da Petrobrás, o alinhamento do *Correio* ao plano do governo apenas não era total porque o periódico defendia uma participação, em certa medida, atuante do capital de origem estrangeira, embora tenha ponderado que esta presença se faria mediante a indispensável fiscalização do Estado, evitando-se, assim, “que o controle privado possa dar aplicação anti-social à indústria petrolífera ou ensejar perigosas interferências de companhias estrangeiras”.¹⁸¹

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ “O extravio da UDN”, *Correio da Manhã*, 28 de maio de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

¹⁸¹ “O partido do petróleo”, *Correio da Manhã*, 23 de abril de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

Segundo o *Correio*, além da renúncia ao próprio ideário, em nome de vantagens eleitorais improváveis, a UDN, ao defender o monopólio estatal do petróleo, estaria se fazendo cúmplice dos planos comunistas que, ao que indica o jornal, tinham em vista a pauperização do Brasil como um dos meios à revolução

A base sinistra de *O Petróleo é Nosso* é que a doutrina serve ao comunismo (...) impede a descoberta de novas fontes de óleo para o mundo democrático e força o Brasil a se sangrar cada vez mais em divisas e portanto a continuar miserável e portanto a continuar presa fácil do comunismo. E são essas as ideias, esses os objetivos confundidos agora com udenismo.¹⁸²

Por conta disso, uma vez que os partidos políticos e, sobretudo, a UDN fracassaram no combate à tese monopolista, principalmente representada pela campanha “O Petróleo é Nosso!”, o *Correio da Manhã* tomou para si a luta contra esta proposta. Em editorial de 09 de julho de 1952, o periódico convocou:

Contra esse grupo de “O petróleo é nosso”, [...] devem os brasileiros agir com firmeza, com vigilância. Principalmente porque, por considerações de popularidade fácil, partidos como a UDN vieram engrossar a corrente comunista na oposição ao projeto governamental da Petrobrás.¹⁸³

Com efeito, o *Correio* se atribuiu o papel de instância esclarecedora da opinião pública sobre a relevância da questão petrolífera para o Brasil, assim como da importância da fórmula de economia mista, como a solução mais adequada aos entraves da exploração do combustível fóssil no país.

Este jornal se propõe a fazer um esforço de esclarecimento da opinião pública. Mostraremos que a participação estrangeira, devidamente controlada, é a mais vantajosa forma para a exploração do petróleo. [...] Conhecemos a onda que vai desencadear nossa atitude. Sabemos que o PCB e suas linhas auxiliares mobilizarão contra nós todo o seu poder difamatório. Não será por isso, no entanto, que deixaremos de cumprir nosso dever de bem informar o público e de defender os interesses do país.¹⁸⁴

Desse modo, verificamos que o matutino concentrou sua argumentação na defesa da participação estrangeira como parte da resolução do problema petrolífero, levando em conta a insuficiência nacional em termos financeiros, a falta de *know-how* no setor petrolífero e a exiguidade de recursos técnicos. Tendo em vista contrapor-se aos defensores do monopólio estatal – incluindo-se aqui os udenistas – e seu principal argumento, a crítica do “entreguismo”, de que a participação privada e estrangeira se configuraria em uma brecha à perigosa ação dos trustes, o *Correio da Manhã* vaticinou que, reivindicar a colaboração internacional, não significaria desconsideração em face

¹⁸² “O nosso petróleo”, *Correio da Manhã*, 13 de maio de 1952, p. 1, 1º caderno, editorial de capa.

¹⁸³ “O nosso petróleo”, *Correio da Manhã*, 09 de julho de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

¹⁸⁴ “O nosso petróleo”, *Correio da Manhã*, 11 de maio de 1952, p. 1, 1º caderno, editorial de capa.

dos eventuais riscos desta presença, como a evasão de lucros, provenientes das reservas nacionais, para o exterior.

Somando-se a isto, o *Correio* não associou a intervenção estatal à parte contraproducente do esquema de economia mista, pelo contrário, além de agente operador, “a cargo da Petrobrás, esta poderá controlar, perfeitamente, as companhias estrangeiras, fazendo-as operar com a intensidade necessária e nas condições requeridas”.¹⁸⁵ Como mencionado antes, o *Correio* enfatizou a importância da competência reguladora do Estado atuando sobre a participação estrangeira. Ademais, a forma de captação de recursos por meio de tributação, que compõe o projeto governamental, não oneraria a economia nacional, com o conseqüente encarecimento do custo de vida, como afirmavam os parlamentares que protestavam serem demasiados os gastos previstos para a empresa.¹⁸⁶

Nesse sentido, durante a tramitação do projeto na Câmara Baixa, a posição do periódico nos pareceu de um “liberalismo econômico moderado”, em contraste com tendências do “neoliberalismo” (corrente que tinha no economista Eugenio Gudín, um de seus maiores expoentes à época) favorável à teoria das vantagens comparativas e apologista da “vocação agrícola” do Brasil (MARTINS; COSTA, 2017, p. 109). Entretanto, em termos políticos, as acusações de demagogia imputadas aos defensores do monopólio nos parecem guardar uma lógica conservadora e politicamente excludente, uma vez que o suposto interesse manifestado pelas classes populares, ou seja, a vontade da maioria, não deveria ser um móbil de ação partidária.

Ressaltamos que dentre as representações sobre a posição da UDN no tema em destaque, embora a atuação do *Correio* tenha se centrado em ataques à tese monopolista, predominante dentro do partido, ponderou que não seriam todos os grupos udenistas a compartilhar da mesma postura, assim como insistiu que devesse prevalecer a tese dos fiéis ao conteúdo programático e à tradição do partido. Em 03 de julho de 1952, apesar da posição da agremiação estar bem estabelecida a esta altura, em torno do monopólio estatal do petróleo, o *Correio* persistiu de que o “substitutivo da UDN não pode ser considerado questão fechada”, e a unidade do partido, “cujo terreno de coesão só pode

¹⁸⁵ “O nosso petróleo”, *Correio da Manhã*, 20 de maio de 1952, p. 1, 1º caderno, editorial de capa.

¹⁸⁶ O jornal rebate o argumento de que a reversão do alto custo do empreendimento em impostos, acarretaria na deterioração da economia nacional e no agravamento das condições de vida (“Nacionalistas e entreguistas”, *Correio da Manhã*, 17 de abril de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial complementar).

ser indicado pelo seu programa”, deveria triunfar.¹⁸⁷ Todavia, o caminho da deputação udenista já estava definido e a alternativa monopolista foi sustentada até o fim dos debates na Câmara.

Em resumo, nesta primeira fase de tramitação do projeto da Petrobrás no Congresso, pudemos constatar que o *Correio da Manhã* além de encampar a defesa do programa de economia mista proposto pelo Catete, como a solução mais adequada no que diz respeito à condição petrolífera do país, também se autorrepresentou como instância legitimamente autorizada a apresentar a melhor escolha a ser tomada. Em outras palavras, temos o periódico considerado udenista e antivarguista em pleno combate à posição assumida pela UDN e em franca adesão à proposta de Vargas. Constatação que nos serve, ao menos, para pôr em dúvida a validade das associações lineares entre o *Correio da Manhã* e a UDN.

O jornal *O Globo* também endereçou críticas contundentes à atuação udenista nesta etapa das discussões. Sua reação, a princípio, foi de condenar a postura da UDN, tendo em vista o que supostamente a agremiação representava: “a mais rigorosa tradição democrática”. Em editorial de capa do dia 08 de maio de 1952,¹⁸⁸ *O Globo* exortou o partido a não emplacar a tese do monopólio estatal do petróleo, em prejuízo de sua própria história, na qual teria predominado “o doutrinário sobre o pragmático, o liberalismo sobre o dirigismo”. Conforme *OG*, a UDN deveria continuar sendo o que havia se constituído até então: “a força mais vigilante contra a hipertrofia do Estado, contra os exageros da autoridade e da intervenção econômica”.¹⁸⁹ Contudo, a opinião alertou que

Tudo isso estará, porém, perdido, se a UDN, impaciente com seu próprio ritmo de marca, e receosa de perder popularidade para os seus concorrentes mais simpáticos ou agressivos, resolver esposar as teses demagógicas do dia, as causas de sucesso fácil, comprometendo-se em alianças de ocasião.¹⁹⁰

Em outras palavras, os fracassos da UDN nos pleitos presidenciais anteriores estariam levando o partido a se precipitar em uma mudança radical de sua ação política, abrindo “contradição tão flagrante no seu pensamento”, ao defender a tese monopolista,

¹⁸⁷ “Solução inaceitável”, *Correio da Manhã*, 03 de julho de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

¹⁸⁸ “O petróleo e as falsas injunções de popularidade”, *O Globo*, 08 de maio de 1952, p. 1, caderno geral, editorial de capa.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

“puramente doutrinária, de combate à iniciativa privada”.¹⁹¹ Logo, o ponto de vista adotado de maneira oficial pela sigla estaria sendo virtualmente contrário ao seu programa. Então, semelhante ao que vimos na análise do *Correio*, de acordo com *OG*, os udenistas estariam adotando os métodos de seus adversários, pois estes vinham tendo bons resultados na conquista de votos ao adotarem discursos ressonantes em grandes parcelas da população. À vista disso, o mesmo texto alerta que “erram fatalmente os que se voltam contra si. A esperteza de um partido jamais deve chegar ao ponto de desmentir a sua razão de ser”.¹⁹²

Quanto mais avançavam os debates no Congresso e não se apresentavam mudanças no posicionamento udenista acerca da questão petrolífera, menos cortês se manifestou *O Globo* sobre o partido. Em editorial do dia 16 de maio de 1952,¹⁹³ o periódico denunciou que o partido brigadeirista teria se somado às forças da esquerda por se posicionar ao lado de nacionalistas e comunistas, que querem “o Estado onipresente e absoluto, onde a independência do indivíduo não tarda a desaparecer”. Assim como o *Correio da Manhã*, o diário da família Marinho passou a representar a postura udenista em termos de abandono de seu passado e de seu conteúdo doutrinário, “sob as injunções de popularidade fácil”.¹⁹⁴ Ou seja, a UDN, por aspirações de alargar seu potencial eleitoral, teria tomado o caminho da demagogia, da tese que, supostamente, melhor agradava às “massas”.

O curioso resultado dessas atitudes é que o Sr. Getúlio Vargas se está tornando, por um desses deslocamentos imprevisíveis das constelações políticas, o fiador da democracia econômica e política no nosso país. É ele quem, através da Petrobrás, defende a iniciativa privada dos ataques da UDN.¹⁹⁵

Ainda mais do que o *Correio da Manhã*, *O Globo* enalteceu o programa petrolífero proposto por Vargas, acentuando a qualidade de adequação do projeto, que contemplava a possibilidade de superação da condição de dependência em matéria de petróleo, bem como a salvaguarda da soberania brasileira sobre suas reservas

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ Neste editorial, o periódico fez um parecer crítico à política externa dos Estados Unidos que, no pós-guerra, com o Plano Marshall, financiou a iniciativa privada dos países europeus e colaborou com as suas recuperações, mas que, entretanto, no momento presente, sem apoiar economicamente, abandona a América Latina à própria sorte, favorecendo nela o estabelecimento do comunismo e da ditadura de esquerda (“Os perigos da democracia”, *O Globo*, 16 de maio de 1952, p. 1, caderno geral, editorial principal).

¹⁹⁴ “Os perigos da democracia”, *O Globo*, 16 de maio de 1952, p. 1, caderno geral, editorial principal.

¹⁹⁵ Ibidem.

hidrocarboníferas, protegendo-as “da intervenção estrangeira que, em outros países, tem provocado crises e conflitos”.

Essa solução bem pensada em seus fundamentos econômicos, e arrojada nos seus objetivos, encontrou expressão no projeto da Petrobrás. Contra ela se levantaram, como era natural, as forças mais retrogradadas do país, que não sentem a premência do problema [...] servindo voluntária ou involuntariamente aos inimigos da nossa emancipação e do nosso desenvolvimento.¹⁹⁶

Portanto, segundo *O Globo*, a proposta de economia mista só não veio a agradar aos interessados em obstar a superação do subdesenvolvimento do país que, necessariamente, deveria passar pela autossuficiência no recurso em questão. Nesse sentido, o periódico também se referiu às supostas intenções de pauperização do Brasil, como caminho “tão propício ao caos sobre o qual os comunistas fazem a sua propaganda”. Além de que, se aprovado o monopólio estatal do petróleo, este se constituiria em sério entrave ao desenvolvimento industrial do país, pois não aportaria recursos indispensáveis ao setor de transportes, aliado de primeira hora da indústria nacional.

Os efeitos da tese encampada pelos udenistas, com a exclusão da iniciativa privada, viriam se abater de duas maneiras na busca de uma solução para o problema petrolífero, conforme *O Globo*. Em primeiro lugar, em forma de oneração dos cofres públicos, com os altos investimentos necessários à pesquisa, exploração e refinação; e, em segundo lugar, haveria um desperdício na arbitrariedade de suspender as concessões petrolíferas vigentes, “dando origem a uma laboriosa encampação” destas, tornando ainda mais morosa a resolução do problema.

Foi certamente pensando nesses entraves inconvenientes que o chefe do governo apelou, na sua solução, para todas as formas de iniciativa, tanto pública como particular, chamando ao campo do petróleo não só os recursos do Estado, como os capitais privados, e até mesmo o capital estrangeiro, dentro de uma fórmula minoritária, que lhe tira toda a possibilidade de se aglomerar e prevalecer.¹⁹⁷

Isto posto, podemos verificar que, durante a fase de tramitação na Câmara dos Deputados, o jornal *O Globo* assumiu a defesa do projeto governamental, marcando sua atuação, particularmente, ao promover-lo como meio ideal, por aliar a ação do Estado na proteção da soberania nacional e a conveniência da iniciativa privada autóctone.

Ademais, embora *O Globo* tenha apresentado críticas à postura da UDN a esta altura dos acontecimentos, inicialmente fez apelos ao passado udenista e ao fundo

¹⁹⁶ “Inesperada ameaça paira sobre o projeto da Petrobrás”, *O Globo*, 28 de julho de 1952, p. 1, caderno geral, editorial de capa.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

doutrinário com que o partido historicamente foi identificado, sobretudo pelas pautas liberais, como a preferência pelos investimentos privados, a contrariedade à ingerência estatal, etc.¹⁹⁸ Todavia, com a conservação da atitude udenista em prol do monopólio no setor petrolífero, as avaliações negativas sobre o partido se tornaram uma constante. Afora as reprovações à tese monopolista, *O Globo* não poupou o partido do brigadeiro de críticas severas, que recaíram sobre a agremiação em forma de descompromisso com suas bandeiras por motivos de oportunismo eleitoral.

No que concerne à atuação do *Jornal do Brasil* podemos verificar que, após a manifestação inicial da bancada udenista em favor da tese de exploração do petróleo pelo monopólio estatal, o impresso se demonstrou cético na possibilidade de o partido apresentar um programa dentro do espectro monopolista que viesse a auxiliar na superação do atraso brasileiro no aproveitamento de seus combustíveis fósseis. O *JB* se colocou diametralmente contrário às propostas que envolvessem a exclusão da iniciativa privada, sem a qual, segundo o periódico, seria inviável avançar no terreno petrolífero, em função dos gastos portentosos que a tarefa demandava para suprir a exigência interna e ainda se constituir no que hoje chamaríamos de *global player* do mercado internacional de petróleo. Nos dizeres do *Jornal do Brasil*:

Desde o começo dos debates sobre o ruidoso assunto nós nos colocamos francamente contrários à tese de pesquisa do petróleo pelo Estado. Não são conhecidos os detalhes da organização que pretende apresentar a UDN, mas desde já não acreditamos que o anunciado plano possa se aproximar das ideias que temos sustentado e que se orientam no sentido de entregar a tarefa de pesquisa a entidades particulares, como se faz largamente por toda parte e que o Peru acaba de adotar para o seu problema de descoberta de novas jazidas de combustível.¹⁹⁹

¹⁹⁸ Ressalte-se que, embora *O Globo* não tenha se utilizado do argumento da falta de unanimidade dentro da UDN em torno da tese monopolista, para ataca-la em seus textos de opinião, verificamos que em reportagem de 13 de maio de 1952, o periódico deu voz a Alberto Deodato, um dos artífices da conspiração político-militar para deposição de Getúlio, isto é, um obstinado opositor do presidente que, apesar disto, posicionou-se frontalmente contra o monopólio estatal do petróleo e colocou a questão nos seguintes termos: “A UDN poderá tender para uma socialização liberal da propriedade, mas nunca para a socialização total. O partido não pode defender a fórmula estatal, mas a nacionalização, transformar o Estado-Poder em Estado-Cidadão. Assim se tem feito na Suíça, onde tudo aquilo que é vital para a economia do país funciona como sociedade de economia mista. [...] A sociedade de economia mista tem mais plasticidade, interessa diretamente aos capitais privados e evita a burocracia fatal das sociedades estatais” (“A UDN não poderá obstruir”, *O Globo*, 13 de maio de 1952, p. 6, caderno geral, reportagem).

¹⁹⁹ “Petróleo e pesquisa estatal”, *Jornal do Brasil*, 03 de maio de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

Ainda assim, para o *JB*, seria apropriado que a UDN apresentasse uma fórmula que conciliasse as teses da iniciativa privada com a do monopólio estatal, de forma a permitir que se verificasse na prática qual das alternativas se faria superior na exploração petrolífera, embora desacreditasse nessa tomada de posição pelo partido. Com efeito, o diário colocou em xeque a possibilidade da UDN ostentar um modelo “melhor do que a fórmula adotada pelo projeto que o Executivo enviou ao Congresso, que conjuga a participação do Estado com a participação do capital particular”.²⁰⁰ No tocante a isto, a equipe editorial do *JB* endossou sua desconfiança em relação ao partido brigadeirista:

Não acreditamos em milagres em assunto de exploração petrolífera e não cremos que os técnicos udenistas possam vencer os inconvenientes da intervenção direta do Estado nas pesquisas do combustível que todo o Ocidente está empenhado em descobrir dentro de suas fronteiras, depois que o petróleo do Oriente Médio ficou bloqueado, com a paralização quase total da importação.²⁰¹

A despeito do *JB* não apresentar uma defesa explícita do projeto governamental, aproximou-se da Petrobrás na intenção de se contrapor ao monopólio estatal do petróleo. Podemos evidenciar essa tendência na avaliação que o *JB* fez do encontro empresarial II Mesa-Redonda das Classes Produtoras, na qual o periódico se posicionou alinhado ao grupo de participantes contrários à tese monopolista.

Ampliando o seu ponto de vista liberal, admite esta corrente a organização de uma sociedade de economia mista, ideia, aliás, contida no projeto de origem oficial, que se chamou – Petrobrás – podendo, entretanto, essa empresa mista, funcionar simultaneamente com as empresas privadas, que concorrerão com o mesmo objetivo de aumentar, com maior rapidez possível, a produção petrolífera de acordo com os altos interesses do Brasil, que canaliza, todo ano, somas vultuosíssimas na importação do petróleo.²⁰²

A repercussão negativa da postura da UDN em relação à questão petrolífera foi retratada pelo *JB* ao indicar, em editorial do dia 15 de maio de 1952, que mesmo “jornais adversos ao governo se têm tornado eco da má impressão causada na opinião pública pela reviravolta produzida na UDN em torno do petróleo brasileiro”. Possivelmente, ao que tudo indica, dentre a referência destes periódicos estavam *O Globo* e sobretudo o *Correio da Manhã*. E, assim como estes, simultaneamente à crítica da atitude udenista, o *Jornal do Brasil* discorreu sobre o passado da agremiação, alegando que “desde os delineamentos de sua formação, até aos momentos de ação direta, nos prélios eleitorais e

²⁰⁰ “Fórmula eclética para o petróleo”, *Jornal do Brasil*, 06 de maio de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

²⁰¹ *Ibidem*.

²⁰² “O petróleo e as classes produtoras”, *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

no parlamento, a UDN sustentou princípios de justiça social, que se não confundem com a socialização total”. Além disso, o *JB* reclamou ao leitor que procedesse a uma apuração sobre as bandeiras defendidas pelo patrono udenista, brigadeiro Eduardo Gomes, afirmando que uma delas pregava justamente o “afastamento das ideias que tornam o Estado o tutor e o incentivador por excelência das energias nacionais”.²⁰³

À vista destas propriedades da trajetória do partido, o periódico de Pereira Carneiro alegou que se esperava da UDN que seguisse “a orientação que lhe traçavam seus antecedentes doutrinários e os documentos de execução de seu programa”.²⁰⁴

Entretanto, conforme o *JB*, a despeito de tudo, a UDN se decidiu pelo caminho dos adversários da véspera. De modo semelhante ao *Correio*, o “Popularíssimo” também ponderou que compreendia mudanças na perspectiva de uma agremiação, na solução de temas sociais, políticos e econômicos, desde que ocorresse um “fato novo, que pela sua impressionante repercussão”, modificasse o rumo do problema. De outra forma, “só a versatilidade ou a exploração partidária justificam o abandono de opiniões anteriormente emitidas”.²⁰⁵ No entanto, segundo o *JB*, a primeira opção não seria, pelo engessamento que representava o monopólio estatal do petróleo, já a segunda alternativa vinha a se encaixar com a leitura que o diário fez das motivações udenistas para encampar tal tese, isto é, puramente política.

Embora o *Jornal do Brasil* não tenha feito elaborações categóricas sobre as motivações políticas da UDN, o periódico afirmou que estas existiam e que guiavam a agremiação nas disputas em torno do modelo ideal de empresa petrolífera. De acordo com editorial de 15 de maio de 1952,²⁰⁶ tomando o caminho do monopólio, os políticos udenistas supunham um alinhamento com a corrente nacionalista do Clube Militar que, aparentemente, estaria mais próxima da vitória no pleito que definiria a nova direção da entidade, dessa forma, tornando-se a primeira força política dentro das Forças Armadas.²⁰⁷

Por consequência, podemos deduzir que, para o *Jornal do Brasil*, a UDN agiu vislumbrando ter na ala política supostamente majoritária do exército uma aliada de

²⁰³ “****”, *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial complementar.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ “****”, *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial complementar.

²⁰⁷ Sobre as correntes militares e as disputas pela direção do Clube Militar à época, ver mais em: PEIXOTO, Antonio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 71-113.

primeira hora.²⁰⁸ Contudo, ressalte-se que o impresso não fez nenhum tipo de prognóstico sobre no que e sobre como agiriam UDN e militares caso viesse a se confirmar uma aproximação e uma associação nos moldes em tese desejados pelos udenistas. Pelo contrário, segundo o *JB*,

Os árdegos mosqueteiros da UDN podem assumir as atitudes que satisfaçam os seus intuitos. Mas os seus dirigentes deviam medir a responsabilidade de uma mudança de orientação em problema vital para o país. [...] Iludem-se, porém, os estrategistas da UDN. Os militares adeptos do “petróleo é nosso” dão tanta importância aos homens representativos da UDN como aos do PSD ou do PR. Tudo para eles é anacrônico, estéril, imprestável. [...]

Sempre perdem os que regridem nas suas opiniões somente para atender às circunstâncias do momento ou à preocupações personalísticas inferiores.²⁰⁹

Em resposta à “politização” do tema da Petrobrás, sobretudo em virtude do posicionamento udenista, o *Jornal do Brasil*, em quatro editoriais principais, entre 16 e 25 de maio,²¹⁰ apelou para que a solução petrolífera fosse discutida exclusivamente em bases técnicas, devendo prevalecer o exame da questão “à luz das necessidades econômicas, afastadas para plano secundário as preocupações de ordem política”.²¹¹ O periódico procurou, dessa forma, legitimar o seu ponto de vista, sustentando que a análise técnica deveria encaminhar as discussões ao seu desfecho.

Portanto, neste estágio do processo de criação da Petrobrás, o *Jornal do Brasil* deixou claro qual era o seu modelo ideal de empresa para o setor petrolífero, condizente com uma “fórmula eclética”, que contemplasse a ampla participação da iniciativa particular e de capitais privados, inclusive internacionais. O *JB* justificou a defesa deste modelo por considerar o monopólio estatal como uma opção inviável, em função da natureza polivalente e dispendiosa do empreendimento, e do Estado brasileiro ser mau negociante, padecer de um imobilismo burocrático, contar com poucos recursos financeiros e praticamente nenhum conhecimento técnico especializado na exploração do petróleo. Por esse motivo, o *Jornal do Brasil* repeliu a tese e a proposta udenista para o

²⁰⁸ No entanto, no pleito do Clube Militar, a chapa de oposição Etchegoyen-Nélson de Melo (Cruzada Democrática) saiu vitoriosa sobre os nacionalistas Estillac e Horta Barbosa.

²⁰⁹ “***”, *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial complementar. Ver também: “***”, *Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial complementar.

²¹⁰ “As pesquisas petrolíferas”, *Jornal do Brasil*, 16 de maio de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial principal; “Petróleo e soberania nacional”, *Jornal do Brasil*, 18 de maio de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial principal; “O petróleo e a balança comercial”, *Jornal do Brasil*, 20 de maio de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial principal; “O petróleo em teses opostas”, *Jornal do Brasil*, 25 de maio de 1952, “O petróleo e a balança comercial”, *Jornal do Brasil*, 20 de maio de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

²¹¹ “O petróleo e a balança comercial”, *Jornal do Brasil*, 20 de maio de 1952, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

setor, representando a atitude do partido como um contrassenso em relação ao seu passado, às bandeiras liberais por meio das quais a agremiação sempre se autorrepresentou e à “letra” de seus programas.

4.3. BALANÇO DA APROVAÇÃO NA CÂMARA, TRAMITAÇÃO NO SENADO E DESFECHO MONOPOLISTA

Mesmo antes da aprovação do projeto da Petrobrás, com a inclusão do monopólio estatal, pela Câmara dos Deputados, o *Correio da Manhã* já apresentava críticas à capitulação do Executivo frente às pressões dos que defendiam a tese monopolista.²¹² Quando as conversações entre governo e oposição acabaram definindo mais um recuo do Catete, a frustração do *Correio* recaiu sobre Vargas e o líder da maioria, Gustavo Capanema, que foram apresentados como os maiores responsáveis na “virada” do projeto governamental, porque estes, na esteira da demagogia udenista, cederam às hostes nacionalistas e abandonaram a proposta original. Em um editorial inquiridor, o *Correio* questiona: “Por que adotou o governo a fórmula nacional-comunista? Que fins procurou atingir?” O próprio *Correio* respondeu:

A resposta, única e verdadeira, é a seguinte: porque o sr. Getúlio Vargas, diante da voga de que goza o slogan do “petróleo é nosso” nos meios mais primários do país, deseja encampar essa chapa para uso próprio. Então se dirá que “ele disse que o petróleo é nosso”. E isso é que é o nacionalismo, segundo o sr. Getúlio Vargas.²¹³

A aprovação da Petrobrás foi representada como resultado da “ideologização” da questão petrolífera, por força do nacionalismo e do socialismo estatista do governo e da UDN. Conforme o *Correio*, a política do petróleo de ambos foi “orientada por diretrizes ideológicas”, sendo a verdadeira motivação do novo projeto da Petrobrás “a secreta

²¹² Aos primeiros sinais de que o governo cederia à oposição, o *Correio* expressou opiniões categóricas sobre tal atitude. A concessão de Vargas ao monopólio exigido pela UDN e pelo PTB é considerada pelo periódico, como mais uma tentativa desesperada do Presidente em estabelecer uma política de compromissos. Em editorial de 29 julho de 1952, o *CM* questiona: “qual é a intenção do governo, ao dispor-se a entrar em acordo com a UDN e o PTB? Obter a adesão desses partidos? Obtê-la, pelo menos, com relação a Petrobrás? Esta última hipótese perde o sentido a partir do momento em que o governo, para obter apoio, abre mão de características fundamentais de seu projeto. É o governo que adere às teses da oposição e não esta à Petrobrás, que subsiste apenas nominalmente. Se a intenção do governo é granjear um apoio mais geral desses partidos, sua política se desenvolve em terreno falso, porque o que está em jogo não são ideias e sim cargos. Mas a política de compromisso, por parte do governo, não tem apenas o defeito de não alcançar seus objetivos. Representa uma demonstração de fraqueza que põe o governo cada vez mais a mercê das táticas de oposição” (“Demonstração de fraqueza”, *Correio da Manhã*, 29 de julho de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial principal).

²¹³ “Ele disse...”, *Correio da Manhã*, 03 de setembro de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

intenção socialista que anima a corrente do “petróleo é nosso””. Acima disto, para o impresso chefiado por Costa Rego,

o que nos importa não é a tese socialista, clandestinamente adotada pelo governo e por um partido burguês, como a UDN, que agora se esforça para tomar ares de esquerdista. O que nos importa são considerações prévias a qualquer posição ideológica.²¹⁴

Isto é, segundo este órgão de imprensa, a questão petrolífera deveria ser encarada sob tratamento exclusivamente técnico, aquém das supostas razões ideológicas que estariam mobilizando os adeptos do monopólio.

A despeito disto, o fator em geral indicado pelo *Correio* como motivação udenista, na etapa camarária do processo de criação da Petrobrás, foi posto em termos de uma tentativa da UDN em desfrutar da demagogia, aproveitando-se da carência de instrução da população brasileira. Em um balanço sobre o ano parlamentar, apresentado em editorial do dia 17 de dezembro de 1952,²¹⁵ o jornal afirmou que a UDN teria transigido com seus princípios e com sua tradição. Conforme esta opinião, como efeito de seu posicionamento diante da questão petrolífera, o partido experimentou dois insucessos: primeiro, devido as suas manobras demagógicas, afastou-se de seu eleitorado tradicional, “para quem o partido representava um dique contra a demagogia e que hoje vê nele um instrumento da irresponsabilidade”; e, em segundo lugar, a agremiação não conseguiu lograr “o prestígio popularesco do “nacionalismo”, que o sr. Getúlio Vargas voltou a encampar, nem o apoio eleitoral das massas, que continuam ignorando a UDN”.

Muito outra foi a impressão que deixou a ação udenista do Senado no *Correio da Manhã*, sobretudo ao ter se manifestado “contrária aos aspectos mais insensatos da Petrobrás”.²¹⁶ Submetido à análise da Câmara Alta, o programa do petróleo novamente recebeu atenção especial pelo impresso, e os parlamentares que pleiteavam a inclusão de emendas liberais no projeto ganharam no *Correio* um aliado valoroso. O jornal continuou sustentando a mesma orientação expressada durante os debates na Câmara Baixa, favorável à empresa de economia mista, aberta aos investimentos particulares nacionais, assim como à colaboração estrangeira em *know-how* e na aplicação de capitais, não sem marcar o distanciamento do estigma de sujeição às grandes corporações petrolíferas

²¹⁴ “Nacionalismo e Socialismo”, *Correio da Manhã*, 14 de setembro de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

²¹⁵ “As duas câmaras”, *Correio da Manhã*, 17 de dezembro de 1952, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

²¹⁶ *Ibidem*.

internacionais. Ao solicitar agilidade dos senadores nas modificações do plano monopolista vindo da Câmara, o *Correio* reiterou sua posição sobre a questão

A solução ideal para o problema do petróleo é a concorrência de todos os capitais – o capital do governo brasileiro, os capitais privados estrangeiros. Não só haveria assim um máximo de petróleo rápido, como haveria ainda um máximo de fiscalização recíproca, de possibilidade de acompanhar o progresso de cada iniciativa petrolífera existente.²¹⁷

Deste modo, a atuação do *Correio* no caso continuou se concentrando no combate à tese do monopólio estatal do petróleo, aprovada pelos deputados federais. Para tanto, reforçou sua adesão à proposta inicial de Vargas, apesar de desferir críticas ao presidente e ao governo por terem negligenciado o projeto original. Para o periódico, teriam sido atendidos os interesses do Brasil se desde o início os parlamentares e o Executivo tivessem buscado compreender a importância da Petrobrás e o passo que ela representava para o desenvolvimento econômico. Segundo o *Correio*, “ao invés disto, o país assistiu perplexo, ao espetáculo de rendições em série e de uma falta de convicção e de lucidez que chegaram às raias do grotesco”.²¹⁸ O diário também não poupou os – para ele – responsáveis pela confusão

Os principais ponto de desintegração foram a UDN, o partido por excelência do liberalismo e da democracia, e o próprio governo que se encarniçou, com incompreensível volúpia, na destruição de sua criatura. A Petrobrás entrou na Câmara como um projeto limitado, mas harmônico em suas proporções. Chegou ao Senado como um monstrengo.²¹⁹

No entanto, para o *Correio* ainda estava em tempo da UDN se recuperar do “desgarre demagógico para a zona do nacionalismo petrolífero”, desde que fizesse publicamente a “confissão plena e rasa do erro cometido – erro que se poderia tomar como momentânea atração demagógica – para depois disso retomar o seu lugar habitual na rota política, social e econômica”. Dessa forma, mais uma vez o periódico apelou aos princípios historicamente identificados como os do partido:

“O preço da liberdade é a eterna vigilância”, não foi uma bandeira sem sentido que o brigadeiro Eduardo Gomes entregou à UDN. A vigilância não é só na frente política, mas principalmente na frente econômica. O caminho da escravização passa inevitavelmente por todos os marcos do intervencionismo econômico. Marcos perigosos e traiçoeiros, porque se planta um hoje, outro amanhã e assim sucessivamente até chegar ao polvo totalitário que acaba asfixiando a própria liberdade, cujo preço parecia consistir tão somente na vigilância da frente política.

²¹⁷ “Petróleo rápido”, *Correio da Manhã*, 14 de abril de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

²¹⁸ “Renascimento da Petrobrás”, *Correio da Manhã*, 28 de abril de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

²¹⁹ *Ibidem*.

Ao se defrontar com o contraste apresentado pelo Senado, o *Correio* depositou suas esperanças na alteração do projeto, conforme vinha preceituando no seu modelo ideal de solução para o problema petrolífero. À vista disso, o diário enunciou o “renascimento da Petrobrás”, elogiando a postura da UDN na Câmara Alta e marcando a diferença positiva desta em relação à atuação do partido na Câmara dos Deputados:

Foram tão marcantes a claridade e a firmeza com que agiu o Senado que mesmo o líder, ali da UDN, sr. Ferreira de Souza, apresentou ontem emenda que procura atrair à exploração do petróleo aos capitais estrangeiros. Ela não oferecerá, essa emenda, os termos mais práticos e mais aceitáveis, mas marca toda uma enorme diferença entre a UDN senatorial e a UDN da Câmara dos Deputados, monopolista e cega.²²⁰

Embora o jornal tenha marcado a diferença de atitude do partido nas duas casas do Congresso, não chegou a discorrer em detalhes sobre as propostas que os senadores udenistas fizeram em prol da liberalização do programa, apresentando somente no noticiário a emenda do senador udenista Othon Mader ao projeto de lei que defende a participação de capital estrangeiro na Petrobrás.²²¹ De toda sorte, o impresso optou por exortar o Senado como instituição política que cumpria o seu papel de acordo com a satisfação dos interesses da Nação:

O Parlamento, dos dois Poderes politicamente responsáveis, se está afirmando cada vez mais, a despeito de todas as suas limitações, o mais apto a se desincumbir de sua missão e a exercê-la com equilíbrio e com espírito público. É o Senado, em primeiro lugar, a grande instância saneadora dos exacerbamentos e da insensatez de nossa vida pública, como mais uma vez acaba de revela-lo, no caso do projeto da Petrobrás.²²²

Ademais, nas opiniões subsequentes sobre a tramitação do projeto no Senado Federal, o *Correio* insistiu na redefinição de um tópico que incorporasse a participação privada e, principalmente, estrangeira.²²³ Todavia, o entusiasmo do *Correio* com as mudanças do projeto na Câmara Alta veio a se transformar novamente em frustração, pois quando este passou à Câmara Baixa, para o parecer final, as emendas liberais foram sumariamente eliminadas, aprovando-se afinal o monopólio estatal do Petróleo. O diário representou a aprovação da tese monopolista como um erro gravíssimo dos deputados,

²²⁰ Ibidem.

²²¹ “Imprescindível o capital privado na exploração do petróleo”, *Correio da Manhã*, 08 de maio de 1953, p. 4, 1º caderno, notícia.

²²² “A missão do Congresso”, *Correio da Manhã*, 19 de junho de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial principal. Ver também: “Suprema instância”, *Correio da Manhã*, 28 de maio de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

²²³ “Um mínimo de eficácia”, *Correio da Manhã*, 15 de maio de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial principal; “Responsabilidade mínima”, *Correio da Manhã*, 21 de maio de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial complementar; “Novos rumos para o petróleo”, 29 de maio de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial principal.

expressão da falência política das elites, como aponta o editorial do dia 15 de setembro de 1952:

Vemos nisso um triste sinal da demissão das elites. Demissão da própria condição essencial delas, para que se constituam ou se legitimem como elites. E, quando as elites não se afirmam, não se impõem, não se fazem valer pela inteligência, pela cultura, pela coragem que lhes dão as próprias virtudes, a democracia está em perigo. [...] É por isso que os deputados, devido a tal violação, quando pensam que estão com a maioria do país, na realidade estão com a ínfima minoria. [...]

Felizmente, o Senado não se deixou subjugar. E isto é prova de sua fé no compromisso democrático.

A avaliação do desfecho nestes termos, como corolário da “falência das elites”, por não cumprirem o seu papel em guiar a sociedade pelo melhor caminho, vai ao encontro da lógica conservadora da incapacidade das massas em reger os próprios destinos, ideia que, ao nosso ver, antepara a crítica do periódico à suposta demagogia udenista.

No jornal *O Globo*, a aprovação do primeiro percurso legislativo do projeto da Petrobrás, encaminhada através do acordo estabelecido entre as forças do governo e a UDN, foi retratada como um quadro previsível, diante da inversão de conduta dos udenistas, “das hostes hesitantes do PSD, enfraquecidas ainda pelos elementos da facção Dutra, bem como as do PTB, compromissadas pela demagogia dos seus chefes”.²²⁴ Para *O Globo*, a defesa da encampação imediata das refinarias particulares pré-existentes marcou a irredutibilidade da posição udenista. Segundo o diário da família Marinho, ao dispensar a colaboração privada nacional

o Brasil vai oferecer ao mundo esse espetáculo desalentador de incoerência: pedir dinheiro ao estrangeiro para resolver o problema vital dos portos e dos transportes e recusar o dinheiro dos próprios brasileiros para solucionar outro problema igualmente vital, que é o das refinarias de petróleo. [...]

O que deve assustar aos brasileiros não são as dificuldades naturais a todos os povos, neste pós-guerra, mas a falta de senso que, à guisa de atitudes demagógicas, está assaltando e tomando conta dos nossos homens públicos.

Para *O Globo*, afora os obstáculos financeiros e do estágio incipiente de desenvolvimento da exploração petrolífera até então no país, os desvios dos legisladores, seduzidos pelo prêmio demagógico do “prestígio fácil”, constituíram-se no maior entrave à eficiência do parlamento em se definir favorável à melhor solução, à criação de uma

²²⁴ “Funesto paradoxo”, *O Globo*, 16 de agosto de 1952, p. 1, caderno geral, editorial principal.

companhia mista. Ou melhor, segundo *O Globo*, justamente a quem caberia conduzir o processo de elaboração da lei, de forma ao Brasil superar o atraso em matéria de petróleo, seriam os que impunham ao país tal privação. Por outro ângulo, percebemos que a expectativa frustrada que o jornal demonstrou se dava pelo fato de a classe política estar se orientando pelo monopólio, conforme o maior nível de popularidade que esta tese apresentava.

Na esteira das críticas à postura da UDN em relação ao problema do petróleo, o jornal *O Globo* publicou artigo de Augusto Frederico Schmidt, transcrito do jornal *Correio da Manhã*.²²⁵ O articulista criticou de forma contundente a exigência udenista para dar apoio ao projeto da Petrobrás na Câmara dos Deputados, que, em tudo que se referia ao programa, o regime fosse estatal. Schmidt acusou o partido do brigadeiro de agir com incoerência, pois, por um lado, a UDN se empenhava “em proclamar a falência da administração do Estado, em todos os setores, com ofensiva generalização”, mas, por outro, esforçava-se ela em “suprimir a iniciativa privada, e atirar nos braços desse mesmo Estado, julgando promotor de falências, todos os encargos” da solução petrolífera.

O governo não sabe, não tem elementos para administrar; logo, deve-se dar ao governo o controle de todas as atividades. Eis o raciocínio desse estranho partido tardiamente devorado pela preocupação eleitoral. [...]

Em lugar de encarnar a competência e a verdade contra a demagogia governamental, o que importa ao udenismo é acertar o passo, reajustar-se no favor popular, o que nunca, aliás, acontecerá, pois não se engana o povo...²²⁶

Além de vermos reiteradas as supostas falhas do modelo monopolista, da imperícia e das carências estatais para o empreendimento, vemos se repetir alegações que imputam motivação eleitoreira à atitude udenista. Segundo o autor, a postura da UDN era reveladora da tentativa do partido em se adaptar à realidade político-eleitoral dos vencedores, dos que conseguiam aglutinar as “massas” votantes através da demagogia. Entretanto, em uma espécie de predição, o poeta e ex-presidente do Club de Regatas Botafogo, alertou que este mesmo “povo” não cairia no oportunismo circunstancial da UDN, mas, se viesse a cair, seria

prejudicial, mas poderá equilibrar o déficit eleitoral. Ninguém me dirá que os bacharéis e os respeitáveis burgueses do partido opositor sejam socialistas fanáticos, e que por isso sobreponham o ideologismo aos imperativos do interesse nacional. O que devem estar procurando os novos estatistas

²²⁵ “Estatismo Ortodoxo”, *O Globo*, 20 de agosto de 1952, p. 2, caderno geral, artigo assinado por Augusto Frederico Schmidt, transcrito da edição do *Correio da Manhã* do dia 17 de agosto de 1952.

²²⁶ *Ibidem*.

(descrentes absolutos no Estado) é tão somente uma porta para futuros sucessos políticos. [...]

Os puristas, os fiscalizantes, os amargos políticos da UDN, passaram a formar a vanguarda do estatismo. Querem que o Estado distribua a miséria. Querem sufocar qualquer iniciativa. São movidos unicamente por essa ideia de agradecer ao que eles pensam ser o desejo do povo.²²⁷

Schmidt aprofundou a crítica por meio da acusação de que os udenistas “deliberadamente falseiam a realidade”. O articulista tem “como impossível que os udenistas, que reclamam uma solução rigorosamente estatal para o petróleo, ignorem ser isso lamentavelmente prejudicial aos interesses brasileiros”.²²⁸ Podemos verificar que, para o autor, a vontade deste “povo” – o qual a UDN não conhecia o desejo – não correspondia a melhor solução, como estaria sendo disfarçado pelo membros do partido favoráveis à tese do monopólio estatal do petróleo.

Apesar da divulgação de comentários assinados não ser sinonímica do compartilhamento de ideias e posições entre o escritor e o periódico, a reprodução de um texto de outro impresso pode ser indicativa de algumas dinâmicas sobre a publicação de conteúdo em comum.

Em primeiro lugar, levando-se em consideração que não fosse encomendado o artigo,²²⁹ podemos deduzir que *O Globo* partilhava das ideias expostas no texto pelo articulista e, talvez, sua publicação fosse até mesmo em virtude de uma concordância integral da direção editorial do jornal com aquele pensamento, ensejando, por meio da divulgação, as teses por ele defendidas. Em segundo lugar, podemos observar uma aproximação entre os periódicos, uma vez que constatamos na análise de ambos, que em termos editoriais adotavam a mesma bandeira defendida pelo articulista, bem como se pautavam em uma argumentação aproximada, para legitimar seus pontos de vista sobre o tema.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ O qual, tratando-se de comentário político abrangente, dificilmente o seria. Supomos que, ao menos em nossas amostragens, as matérias com teor político que nos parecem encomendadas e circularam em diferentes órgãos de imprensa, expressavam denúncia ou defesa de grupos específicos, como a reprodução pelo *Globo* de texto do jornal *O Sol*, no qual este impresso se defende de acusações feitas pelo *Diário de Notícias*, de que estaria a serviço do grupo Jaffet. Neste caso, *O Sol* insinuou que o *Diário* de Assis Chateaubriand estaria a mando de interesses contrários ao grupo Jaffet, enquanto ele, *O Sol*, não era favorável e nem contrário a nenhum grupo: “nossa função jornalística era e é apenas a de apurar qual grupo está falando a linguagem da verdade” (“Pontos nos is”, *O Globo*, 02 de julho de 1952, p. 10, caderno geral, texto editorial transcrito da edição de *O Sol* do dia 21 de março de 1951, quando este jornal circulava sob a direção de Abelardo Roças, seu proprietário).

Quando aprovado o projeto na Câmara, em setembro de 1952, *OG* retratou o fato como fruto das barganhas do Catete, cedendo em nome de uma política de compromissos e do avanço do projeto no Congresso. Todavia, conforme o periódico, as pressões do PTB e sobretudo da UDN foram derradeiras para a anuência do plano monopolista pelos deputados, sucedendo-se, assim, a nítida vitória da “opinião comunista”.²³⁰

Recuando de seu sensato ponto de vista inicial, que era nacionalista, mas não monopolista, para ceder à UDN, que à última hora resolveu desfraldar a bandeira estatal, o Sr. Getúlio Vargas abre um precedente perigoso num país que tudo espera da iniciativa privada.²³¹

Portanto, de acordo com *O Globo*, além de Vargas dificultar a solução de um dos mais graves problemas que atormentavam o país, que era o da demanda por combustíveis, o governo estaria tomando um caminho do qual a sociedade pouco poderia esperar.

Durante o resto da tramitação do projeto da Petrobrás até a sua aprovação final, *O Globo* evitou abordar o tema em textos de opinião, restringindo seu posicionamento aos juízos manifestados anteriormente em torno das discussões sobre a fórmula mais adequada de empresa para extração, consumo e exportação do “ouro negro”. Embora tenha se retraído em termo opinativos, *O Globo* fez ampla cobertura noticiosa da etapa senatorial de análise do projeto até sua aprovação definitiva, principalmente através da coluna não-assinada *O Legislativo em ação*, na qual foram descritos vários momentos do debate entre as correntes parlamentares acerca da inclusão ou não de emendas ao programa.

Podemos conjecturar que esta “retração” do *Globo* nas discussões, após a aprovação do monopólio pela Câmara em 1952, podia estar associada ao desinteresse da direção do jornal em continuar se comprometendo com uma tese derrotada e que continuaria sendo tão arduamente combatida pelos adeptos do “Petróleo é Nosso!”, estando fadada à rejeição. Mesmo ao tempo do exame do projeto pelo Senado, provável que fosse de conhecimento dos jornalistas que trabalhavam na cobertura política, a posição da maioria na Câmara Baixa, sabendo-se, dessa forma, que mesmo “liberalizado” o programa, ele seria novamente descaracterizado e sancionado sob o monopólio estatal.

Portanto, possivelmente, houve um “cálculo” da equipe diretiva do *Globo* sobre o custo de permanecer defendendo uma tese vencida, e o desprestígio disto decorrente. Além do mais, ressalte-se que *O Globo* defendeu a exclusão do capital internacional no

²³⁰ “O fim melancólico da batalha do petróleo”, *O Globo*, 03 de setembro de 1952, p. 1, editorial principal.

²³¹ *Ibidem*.

projeto, sugerindo que a área do petróleo deveria ser deixada a cargo da iniciativa privada nacional. Deste modo, o jornal se alinhou com a visão da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que defendia uma posição sobre a necessidade do capital privado brasileiro ser a base da industrialização do país. Logo, diferentemente do *Correio da Manhã*, *O Globo* não endossou o posicionamento dos senadores, liderados por Assis Chateaubriand, que queriam liberalizar o projeto da Petrobrás para permitir a entrada do capital estrangeiro no setor.

Mesmo após ter se delineado a vitória do esquema monopolista na primeira passagem pela Câmara, o *Jornal do Brasil* continuou com a tônica da “busca pela conciliação” entre as teses rivais. De acordo com o periódico, a demora na tramitação do projeto se dava em função das dificuldades de entendimento entre os grupos que defendiam um e outro modelo. Entretanto, o *JB* só esperava abertura para negociação e transigências em um dos lados, o do monopólio, o qual, como sabemos, não aconteceu. Porém, com a eminência de sua aprovação, o diário se colocou expressamente contra

o monopólio estatal, com a rigidez concebida pelo partido da União Democrática Nacional, [que] é o caminho pior. Entre o escolhido pelo executivo, da sociedade mista, e o do monopólio, sem dúvida o primeiro é menos mau, porque justamente se afasta do monopólio, consentindo na colaboração de capital de entidades privadas.²³²

Observemos que dentre os agentes que defendem a tese monopolista no debate público, o *JB* escolheu a UDN como sua representante, a despeito de que em outros órgãos de imprensa, como o *Correio da Manhã*, por exemplo, a agremiação esteve representada à reboque dos grupos do “Petróleo é Nosso!” e até mesmo dos nacional-comunistas. Vemos que apesar de não elevar a proposta governamental como “a melhor”, mas sim como a “menos mau”, o argumento do *JB* para justificar sua posição contrária ao monopólio permaneceu o mesmo desde o começo das discussões em torno do tipo mais adequado de empresa: a ineficiência do Estado em gerir empreendimentos arrojados, a um tempo ajustado às demandas urgentes da sociedade e a custos razoáveis.

O que um particular ou uma sociedade privada podem levar a cabo com um capital de um milhão de cruzeiros, o Estado gastará dez ou vinte vezes mais”. [...] Essa observação consagrada pela prática, é que nos coloca em posição contrária a do monopólio.²³³

²³² “Petróleo oneroso demorado”, *Jornal do Brasil*, 01 de agosto de 1953, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

²³³ *Ibidem*.

As últimas considerações manifestadas no *JB* sobre o tema do petróleo – ainda anteriores à aprovação da Petrobrás em sua fase inicial no Congresso – foram feitas pelo articulista Augusto Meira, em dois artigos.²³⁴ Ainda que Meira de fato sustente parte da retórica presente nos editoriais do *Jornal do Brasil*, suas opiniões se aproximavam muito mais das expressadas pelo *O Globo*. Em suas preferências e rejeições sobre os planos em disputa, o jornalista enfatizou a importância de um modelo exclusivamente nacional de exploração petrolífera, com a participação indispensável do capital privado brasileiro, conforme outorgava a carta constitucional. Basicamente a posição defendida pelo diário da família Marinho.

O apelo à constitucionalidade do esquema²³⁵ parece-nos ter sido feito com dois propósitos: de um lado, com a intenção de se contrapor ao estigma “entreguista” imputado pelos partidários do “Petróleo é Nosso!” à fórmula de economia mista; e, de outro, colocar este modelo na mesma condição legal que os grupos monopolistas reivindicavam para o seu programa e denunciavam o desacordo da participação estrangeira no setor, diante do conjunto das leis gerais do Brasil.

A aprovação do projeto em sua primeira etapa não repercutiu de imediato no *Jornal do Brasil*. Porém, quando o plano passou ao Senado Federal, referindo-se ao monopólio parcialmente sancionado pelos deputados, o *JB* afirmou que o país havia assumido “o papel de vanguardeiro, concebendo um plano de pesquisa em que o Estado assume a maior responsabilidade, obrigando, ainda, os particulares a correr com ele todos os riscos da exploração”.²³⁶ Não obstante, segundo o *JB*, a possibilidade de alteração do projeto saído da Câmara suscitou nova esperança quando passou à análise senatorial. Embora o periódico não tenha feito referências explícitas à atuação dos udenistas no Senado, sendo que entre os parlamentares da casa, estes foram os que mais se empenharam na “liberalização” do programa, chamou a atenção do jornal de que, se chegasse

a este resultado, e se isto representa uma solução acertada, deve-se a resistência de um pequeno grupo de senadores que se colocaram em oposição de combate

²³⁴ “Exploração do petróleo”, *Jornal do Brasil*, 23 de agosto de 1952, p. 5, 1º caderno, artigo assinado por Augusto Meira; “O petróleo e a Petrobrás”, 05 de setembro de 1952, p. 5, 1º caderno, artigo assinado por Augusto Meira.

²³⁵ Augusto Meira retomou esta mesma argumentação às vésperas da aprovação final da Petrobrás: “A propósito de golpes”, *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1953, p. 5, 1º caderno,

²³⁶ “O senado e a exploração petrolífera”, *Jornal do Brasil*, 28 de abril de 1953, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

ao monopólio do Estado, com a rigidez primitiva do projeto do governo, que recebeu o apoio decisivo das correntes políticas da Câmara. [...]

É uma réstea de bom senso iluminado o melhor e mais curto caminho a ser palmilhado pelo país, que não pode esperar indefinidamente pela participação do petróleo na batalha econômica que enfrenta nos nossos dias.²³⁷

Nos momentos que antecederam o envio do programa com as modificações do Senado, que incorporavam a participação de particulares, o impresso basicamente sustentou em espaços de opinião a mesma argumentação que apresentara desde o início dos debates. No entanto, quando novamente revertida a fórmula pelos deputados, constituindo-se a Petrobrás em uma empresa monopolística, o *Jornal do Brasil* apresentou o desfecho da questão em tom de resignação:

Por causa de uma opinião que sustentamos, sem outro interesse senão o de procurar uma solução que pudesse trazer mais depressa à superfície uma riqueza do subsolo, não assumiríamos por despeito mesquinho a atitude de ficar com os pessimistas, desejando que seus sombrios prognósticos venham a realizar-se.

Não e não. Já nesta altura dos acontecimentos, sinceramente desejamos que os generosos cálculos dos autores da ideia da Petrobrás venham a prevalecer. Nossa vontade é, pois, que o país consiga obter o combustível indispensável ao seu consumo de suas próprias fontes e através da rota escolhida pelo Parlamento.²³⁸

Embora o *JB* tenha feito a defesa de seu ponto de vista até a aprovação da Lei 2.004, o impresso realizou uma crítica comedida à fórmula sancionada pelos congressistas, demonstrando-se ávido pelo sucesso da nova empresa. Um posicionamento ponderado, talvez baseado na previdência de um eventual êxito da Petrobrás, buscando, dessa forma, não perpetuar sua imagem como adversário inflexível de sua criação.

4.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO

O processo de criação da Petrobrás foi uma das temáticas mais discutidas de seu tempo, especialmente em virtude do amplo debate realizado pela imprensa. Não obstante ela ter se constituído em meio de ressonância das disputas travadas no campo político, não esteve reduzida a este papel, tampouco subordinada àquele. Defendeu seus pontos de vista em torno das teses que seus agentes consideravam as melhores, e influenciou na

²³⁷ “Nova orientação petrolífera?”, *Jornal do Brasil*, 29 de maio de 1953, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

²³⁸ “Encerrada a polêmica sobre o petróleo”, *Jornal do Brasil*, 29 de setembro de 1953, p. 5, 1º caderno, editorial principal.

construção de sentido do que se discutia, através de suas representações sociais, inclusive, exercendo formas de deslegitimação sobre a política. Além disso, o estudo das lutas sobre a instituição da Petrobrás, em especial das representações sobre a atuação udenista nelas, mostrou-se um bom campo de investigação para melhor compreendermos o complexo funcionamento das relações entre imprensa e política durante o Segundo Governo Vargas, e sua parcela de participação na delimitação da problemática legítima acerca de modelos econômicos, bem como no tocante à adoção de táticas eleitorais pelos partidos políticos.

Em primeiro lugar, é importante ressaltarmos que os três impressos analisados apresentaram, em termos de pensamento econômico, aversão às propostas que definiam o monopólio como forma de inserção do Estado no processo de desenvolvimento da indústria do petróleo. *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* compartilharam das mesmas razões sob as quais a opção pelo monopólio estatal seria desastrosa. Em termos gerais são elas: a escassez financeira dos cofres públicos para o porte do empreendimento; a imperícia técnica do Estado no setor petrolífero; e, o imobilismo burocrático da gestão estatal. Logo, podemos perceber que em termos de doutrina econômica, por motivos semelhantes, os três diários convergiram na rejeição à tese do monopólio estatal do petróleo, bem como tentaram legitimar seus posicionamentos, clamando a um exame técnico da questão.

Contudo, verificamos que entre os jornais variaram as suas preferências em relação ao modelo ideal de empresa, como também as posturas que apresentaram em face do projeto governamental.

O *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* tinham para si que a participação estrangeira seria oportuna à incipiente indústria brasileira, no entanto, a forma e a extensão dessa presença foram pontos de contraste entre ambos impressos. Enquanto para o *Correio* esta participação deveria se dar mediante um criterioso controle do Estado, constituindo-se este, simultaneamente, em instância operadora e fiscalizadora, para o *JB* ela deveria ser amplamente bem-vinda, sem impedimentos legais. Essa posição do *Jornal do Brasil* esteve mais evidente no início do processo, quando a oposição monopolista ainda não se fazia escutar com tanta força, quanto veio a apresentar em 1952 e 1953. Possivelmente, em função do “entreguismo” ter se tornado o principal estigma entoado pelos nacionalistas do “Petróleo é Nosso!”, o *JB* tenha dado menos ênfase na colaboração estrangeira e combatido mais a proposta monopolista. Diversamente do *CM* e do *JB*, *O Globo* foi categórico em representar os investimentos e a atividade exterior como um

perigo à soberania nacional e à retenção de divisas no país. Diante disso, mesmo antes da campanha pelo monopólio tomar vulto, *O Globo*, valendo-se de exemplos do mercado petrolífero internacional, procurou dissipar os temores relativos às práticas predatórias das grandes companhias estrangeiras.

O Correio da Manhã, após defender a fórmula de economia mista para a empresa, manteve-se coerente com essa alternativa até o fim do processo, apoiando o projeto originalmente encaminhado por Vargas ao Congresso e, posteriormente, condenando o presidente por ele ter cedido às pressões oposicionistas em favor de uma suposta renovação de compromissos políticos. Para o diário de Paulo Bittencourt, salvo algumas dúvidas em torno de questões relativas à ausência da atividade estrangeira, sobretudo em relação à técnica e aos tópicos orçamentários, o programa elaborado pela Assessoria Econômica da Presidência contemplava os requisitos essenciais ao desenvolvimento da indústria petrolífera no país.

Assim como o *Correio*, o jornal *O Globo*, ao longo de suas manifestações sobre a Petrobrás, colocou-se expressamente ao lado da proposta saída do Catete, ainda que não tenha poupado Getúlio de críticas quando se desenhava a capitulação do plano inicial em benefício do monopólio estatal. O impresso fez questão de enaltecer o caráter estritamente autóctone do projeto governamental, especialmente em virtude de o mesmo não abrir mão da salutar presença dos entes particulares nacionais e, ao mesmo tempo, evitar intervenções exteriores nocivas ao setor, considerado tão caro ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Já o *Jornal do Brasil*, em um primeiro momento, representou negativamente o programa original da Petrobrás, uma vez que, para o impresso, mesmo conjugados os esforços do Estado e de particulares brasileiros, isto seria insuficiente sem a participação do capital privado estrangeiro. Todavia, quando os trabalhos parlamentares se intensificaram sobre o projeto, e a Campanha do Petróleo ganhou força política e social, o *JB* se aproximou da proposta de Vargas em contraposição ao monopólio estatal.

Entretanto, embora o *JB* tenha se mostrado reticente à presença do Estado, não se mostrou contrário a esta. Portanto, nem o diário que se apresentou mais favorável à iniciativa privada nacional e estrangeira, colocou-se contra um tipo limitado de atuação do setor público na constituição da empresa. O que demonstra que na imprensa havia uma aceitação da inserção de organismos estatais no processo de desenvolvimento econômico, ainda que de formas e intensidades variáveis de jornal para jornal. Apesar das

convergências em torno da questão petrolífera, cada diário expressou peculiaridades através de seus pontos de vista, em um funcionamento que é emblemático do campo jornalístico como espaço heterogêneo e de disputa pela imposição da tese mais legítima.

Embora os agentes do campo jornalístico aqui abordados tenham apresentado posicionamentos aproximados entre si, isto se deu muito menos na relação com o campo político, na qual os periódicos adotaram diferentes estratégias discursivas na elaboração de suas representações, ao passo que os agentes do campo político, UDN e governo, movimentaram-se taticamente em torno da criação da Petrobrás.

A princípio, os jornais *Correio da Manhã* e *O Globo* se mobilizaram em exaltar a iniciativa do presidente, representando-a como um passo importantíssimo na resolução do problema da dependência externa em matéria de petróleo. Ora, em função das discordâncias em termos econômicos, como também já apontamos, o *Jornal do Brasil* representou o plano governamental como um equívoco. Por conseguinte, neste primeiro momento, tanto os acertos como os erros que supostamente o presidente estaria cometendo foram retratados como de natureza essencialmente econômica, sem atribuição de motivos políticos para tanto.

Quando a tônica dos três diários se centrou no combate à tese monopolista e aos grupos que a apoiavam, a UDN e sua inversão de posicionamento foram os maiores alvos dos jornais. Pudemos identificar na análise que os periódicos compartilhavam de uma percepção prévia sobre o partido, como um aliado em potencial na defesa de políticas liberais para temas econômicos. Segundo os impressos, ao optar pelo monopólio estatal, a UDN estaria abandonando seu conteúdo programático e se voltando contra os princípios liberais que teriam guiado a sigla até aquele momento. Nesse sentido, a evocação do passado udenista foi utilizada como indicador do equívoco sobre o qual recaía a agremiação.

Os motivos pelos quais a UDN resolveu atuar em prol do monopólio estatal do petróleo, supostamente em prejuízo de suas tradições, foram retratados pelo *Correio* e pelo *Globo* em termos de oportunismo eleitoreiro. Ambos impressos sugeriram que os fracassos dos pleitos presidenciais anteriores acabaram ensejando um comportamento demagógico no partido. Isto é, os udenistas frustrados com as derrotas em 45 e 50, teriam resolvido adotar as táticas de seus adversários bem-sucedidos, ao direcionarem seus discursos em apelo ao povo, por meio da mobilização de sentidos já sedimentados socialmente como, por exemplo, os sentimentos e afetos relacionados ao nacionalismo.

Entretanto, *CM* e *OG*, colocando-se na contramão de tais práticas, apontaram que a UDN estaria fadada à ruína caso se decidisse por este caminho, em função de que tinha seu reconhecimento social atrelado a outras formas de conduta, bem como porque em matéria de falar às classes populares e granjear-lhes apoio, outros atores políticos, como o próprio presidente, o fariam melhor.

Para o *Jornal do Brasil*, a razão da atitude udenista era outra, a de estabelecer uma aproximação com a corrente nacionalista das Forças Armadas, eventualmente, a fim de fortalecer sua posição no campo político. Ao acusar o partido de tal intenção, o *JB* retratou como ingênua a postura da UDN, pois a agremiação não gozava de prestígio com os militares nacionalistas, sendo por eles vista como obsoleta.

Além do ônus que o partido traria a si próprio, por conta da inobservância de seus preceitos doutrinários, dentre os prejuízos da postura udenista, as três folhas indicam a manutenção da insuficiência e conseqüente dependência externa em matéria de petróleo. O *Correio da Manhã* e *O Globo* exploraram este dano que a UDN estaria impondo ao país como uma forma de ligação do partido ao comunismo, uma vez que a agremiação estaria fazendo o papel de fiadora dos planos soviéticos, favorecendo o atraso e a miséria, combustíveis para a revolução. Esta associação do “partido da redemocratização” com o “perigo vermelho” denota o recrudescimento das críticas à atuação udenista, visto que o anticomunismo possuía bastante eco, tanto social quanto institucionalmente.

Afora a breve confiança manifestada pelo *Correio da Manhã* e pelo *Jornal do Brasil* nos udenistas do Senado e na alteração do monopólio para o esquema misto, os periódicos trilharam caminhos opostos ao da UDN. Além de reprovar a tese defendida pela agremiação, destrinchando-a, os jornais se engajaram em uma intensa campanha de deslegitimação do partido, ao taxarem-no de oportunista, demagogo, e vinculá-lo aos seus adversários e mesmo ao comunismo. Dessa forma, enquanto os diários buscaram demonstrar como os interesses udenistas eram inconciliáveis com o desenvolvimento econômico e com os interesses do país, procuraram se autoconstruir como instância autorizada a prescrever a melhor solução e a orientar a coletividade. Isso nos demonstra o quanto foram apressadas as considerações que imputavam a estes jornais a pecha de udenistas e à grande imprensa carioca como subalterna de determinados agentes do campo político.

Portanto, apesar dos três impressos demonstrarem afinidades prévias com o conteúdo programático e com a orientação doutrinária no tocante à economia,

compartilhando princípios liberais como a iniciativa privada, a participação estatal restrita etc., colocaram-se peremptoriamente contra o partido no processo de criação da Petrobrás. Na realidade, quando a UDN entrou em contrassenso consigo mesma, com as bandeiras que defendia, acabou se chocando com os jornais. Ou seja, os diários não seguiam a linha de ação do partido, em uma espécie de subordinação. As conveniências partidárias da UDN no campo político nem sempre coincidiram com as posições da imprensa em destaque. Pelo contrário, quando as conveniências se deram, foi em virtude do compartilhamento de ideias, fossem elas de matriz econômica liberal ou fossem relativas a um acentuado antivarguismo e a uma lógica conservadora, politicamente excludente, na contramão do “populismo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta dissertação pudemos observar as formas como parte da grande imprensa carioca representou a União Democrática Nacional durante o Segundo Governo Vargas. Dentre os objetivos que guiaram a pesquisa, esteve a busca pela compreensão de como os jornais perceberam o papel e avaliaram as táticas do partido em face das iniciativas do presidente em contar com a sua adesão, em diferentes ocasiões e de maneiras distintas. Outro escopo fundamental que nos orientou ao longo do trabalho foi o de questionar algumas interpretações bastante difundidas na historiografia sobre o tema, entre as quais, a de que os três periódicos estudados seriam udenistas ou seguiriam a linha de ação do partido, assim como a de que os impressos e a UDN convergiram seus posicionamentos em uma oposição constante e irrefletida a Vargas.

Buscamos alcançar estes propósitos, primeiramente, por meio de um balanço sobre a produção que tratou do tema da relação entre a grande imprensa e a política na cidade do Rio de Janeiro da década de 50. Deste modo, procuramos aproximar nossa abordagem das linhas interpretativas que concebem as interações político-jornalísticas a partir de uma ótica complexa, na qual os órgãos de imprensa possuem formas próprias de inserção no debate público e autonomia relativa, não estando necessariamente sujeitos às determinações de “grupos de pressão” políticos e/ou econômicos.

Franqueados por análises como as de Abreu & Lattman-Weltman (1994) e Luis Martins (2016), partimos da posição de que os jornais brasileiros do começo dos anos 50 já são folhas comerciais, e não partidárias. Defendiam doutrinas políticas, mas, nem por isso, partidos políticos, não apresentando vínculos institucionais com estes. Além disso, partimos do princípio defendido por Pierre Bourdieu, de que a lógica de ação do campo jornalístico, mesmo o dedicado à política, não é a mesma do campo político, sobretudo no que se refere ao pouco compromisso dos grandes periódicos com as prioridades do pragmatismo político. Ou seja, embora jornalismo e política estejam relacionados e até imbricados, são áreas de atuação diferentes, nas quais cada um tem seu próprio discurso, e apesar de influenciarem um ao outro, entendemos que não há uma subordinação total da imprensa ao campo político.

Nesse sentido, buscando compreender os posicionamentos dos impressos, direcionamos a investigação para como as publicações procuraram se construir nas

discussões públicas, o que defenderam e até que ponto o fizeram visando manter sua base de legitimidade junto aos leitores.

À vista disso, necessariamente refletimos sobre as peculiaridades da conjuntura brasileira da primeira metade da década de 50, em especial, no tocante às transformações macroestruturais que estavam em curso no país em âmbito econômico, político e social. Vimos que no período transcorreram alterações que mudaram significativamente as formas de se fazer política no país, sobretudo, as relações que se estabeleciam entre políticos, partidos e eleitores. O arranjo partidário inaugurado após o Estado Novo, organizado em torno das três grandes siglas (UDN, PSD e PTB), viu-se ante um desafio inédito: lidar com a cooptação do voto urbano, especialmente dos trabalhadores assalariados e alfabetizados. Assim, concomitante às modificações demográficas que se operavam progressivamente, a importância deste contingente foi se tornando cada vez maior na definição dos pleitos em nível nacional.

Dessa maneira, a adequação discursiva de partidos como o PTB, assim como de políticos como Getúlio Vargas, fez com que obtivessem êxito na captação de votos dos grupos populares que passaram a formar a base do eleitorado brasileiro. Por conseguinte, numa sucessão de derrotas eleitorais acachapantes, a UDN acabou vendo a ascensão de seu principal adversário ao poder, apenas seis anos depois do fim do regime ditatorial.

Para nós, dois aspectos principais justificaram o estudo das *representações sociais* sobre a UDN nos diários: por um lado, o fato de a agremiação ter se constituído na maior força de oposição ao governo democrático de Vargas, protagonizando os embates políticos nacionais; e por outro, o ressurgimento da imprensa como participante ativo do jogo político, perceptível no engajamento dos jornais na defesa de teses sobre assuntos de interesse coletivo, que foram objetos de controvérsia.

Depois, a fim de caracterizarmos apropriadamente o objeto de pesquisa, optamos por sua operacionalização a partir de um referencial teórico bourdiano, em especial a teoria dos campos, que nos possibilitou explicar como se deu a forma particular de inserção dos periódicos no debate público, ao tentarem impor seus sentidos sobre os temas em pauta, buscando se constituir como porta-vozes legítimos da sociedade. Nesse sentido, adotamos o conceito de *campo de produção ideológica* como modelo analítico que desse conta das dinâmicas internas da imprensa carioca da década de 50, assim como das relações dos jornais com os demais campos de produção cultural, especificamente, da relação do campo jornalístico com o campo político.

No tocante às fontes, além das características gráficas, editoriais, linguísticas e comerciais, que possuíam os impressos no período pesquisado, vimos os periódicos nas particularidades de seus percursos históricos e quais eram as principais interpretações acerca de seus posicionamentos sobre a política e sobre a atuação da UDN.

Isto posto, ao escolhermos os três eventos que foram marcados pelo que se pode entender como diferentes iniciativas de Vargas em contar com o apoio udenista, demonstramos haver uma relação sinuosa e irregular entre os agentes dos campos jornalístico e político. Já no que concerne aos temas que foram objeto de debate, percebemos que os pontos de vista sustentados em cada jornal eram muito mais lineares, embora heterogêneos em seu conjunto, ao passo que os posicionamentos da UDN e de Vargas oscilaram conforme suas estratégias no campo político.

No caso da composição do “ministério da experiência”, embora o *Correio da Manhã* e *O Globo* tenham convergido ao se posicionarem contra a adesão da UDN ao governo, suas justificativas variaram em termos de intensidade e motivação. Enquanto o *Correio* representou o papel que a UDN deveria assumir em termos de antagonismo a Vargas, por este corporificar o “populismo demagógico”, o *Globo* preferiu manifestar uma posição mais moderada, concitando o partido a uma “oposição consciente”. Ponderemos novamente que, esta postura, a qual os jornais instigaram a UDN a se definir em face do novo governo, era dentro dos marcos legais, sem nenhum tipo de narrativa que desse a entender que fosse desejo dos diários que o “partido do Brigadeiro” investisse na queda de Getúlio.

Como vimos, o *Jornal do Brasil* não se pronunciou abertamente sobre a questão, embora tenha concedido espaço a um dos seus profissionais de redação para abordar a temática. Por esta única manifestação, pouco pudemos inferir. Não obstante, tratou-se de posição semelhante à do *Correio da Manhã*, recomendando à UDN uma oposição sem contemporizações.

Além do mais, percebemos neste primeiro tópico de análise que os periódicos não se furtaram em indicar o que havia de errado na agremiação, segundo eles. Com efeito, a possibilidade de adesão ao governo foi representada de forma negativa, em termos de anulação do partido na política e como um risco ao regime e ao sistema partidário. Deste

modo, verificou-se a tentativa dos diários em prescrever o que era válido ou não em termos de práticas políticas aos agentes do campo político.

No caso da Reforma Administrativa também verificamos atitudes dos jornais no sentido de tentar condicionar a conduta da UDN, dos partidos políticos e do governo. O *Correio da Manhã* se colocou de forma moderada sobre o tema da renovação na máquina pública. O posicionamento favorável à participação da UDN na elaboração do anteprojeto, bem como as críticas às posições exacerbadas dentro do partido, oferece-nos outra medida em comparação com o papel apregoado pelo diário na formação do gabinete de Vargas, no início do seu mandato. Observou-se esta discrepância sobretudo quando levamos em conta que o impresso chegou a questionar a validade da postura oposicionista, se esta não levaria a UDN ao poder.

O *Globo* manteve-se mais condizente com o que havia demonstrado no início de 1951, ao recomendar que a UDN fizesse parte dos trabalhos, mas que preservasse sua independência enquanto oposição. Embora o *Correio* e o *JB* tenham também se posicionado de modo semelhante na ocasião, não pouparam o partido de críticas quando julgaram oportuno. No entanto, diferentemente das representações sobre a linha de ação da UDN durante a composição ministerial, a posição dos periódicos partiu da concepção que eles possuíam sobre a reforma enquanto política pública urgente, em torno da qual deveriam os partidos unir esforços para levá-la a cabo.

Apesar de convergirem neste ponto, demonstraram defender fórmulas distintas para a reforma. O que, como vimos, era emblemático do modo em que se colocavam nas discussões, como órgãos esclarecedores da “opinião pública”, por meio das tentativas de impor o programa que a cada um era mais caro.

Portanto, nos dois casos em que submetemos à análise as representações sobre a UDN, pudemos verificar que os impressos não demonstraram compromissos com as posições assumidas pelo partido ou por seus membros, quando estes entravam em contradição com as pautas defendidas pelos periódicos.

O processo de criação da Petrobrás se mostrou paradigmático, tendo em vista as interpretações que procuramos relativizar, e que compreendem os periódicos que aqui trabalhamos como subordinados às lógicas de ação da UDN. Embora o caso da Reforma Administrativa já nos fornecesse indícios de que os impressos ao defender programaticamente uma política pública, não abriam mão de suas posições em favor dos movimentos táticos dos agentes no campo político, a consonância dos jornais em reprovar

a postura udenista em prol do monopólio estatal do petróleo, foi representativa da ampla liberdade que parte da grande imprensa carioca tinha em criticar a UDN.

Dessa forma, apresentou-se uma outra realidade em relação aos posicionamentos dos impressos sobre a linha de ação da UDN nos outros dois eventos que foram submetidos à análise. No primeiro caso, vimos os periódicos pedindo o afastamento da agremiação do governo; no segundo, sugerindo uma aproximação em virtude de uma política pública; e, no terceiro, percebemos que os jornais criticaram o partido por este ter ido na contramão da proposta de Vargas e com isso dar corpo ao estatismo que eles abominavam. Sendo assim, as publicações ficaram a favor do programa de empresa petrolífera que o Presidente a princípio estava defendendo, ao lado de uma espécie de “liberalismo moderado”, com a participação do Estado e um controle dos fluxos estrangeiros.²³⁹

Apesar dos impressos terem apresentado algumas linhas de concordância no que diz respeito à fórmula ideal de programa para a solução petrolífera, como a crítica ao excesso de estatismo e o respaldo do capital privado, não vimos uma convergência clara em termos de projeto para o petróleo. Entretanto, verificou-se que na maior parte do tempo, ao se aproximarem ou mesmo apoiarem a proposta do governo, os periódicos se colocaram totalmente contra a UDN, por esta ter adotado a única tese que eles combatiam com unanimidade.

Outro aspecto que pudemos observar foram as estratégias discursivas com as quais os diários procuraram influenciar a definição do partido em torno de sua linha de ação e que foram se deslocando progressivamente a um grau elevado de crítica. Nos três casos os jornais evocaram mais de uma vez a base de legitimidade na qual se assentavam os membros eleitos da agremiação – a representatividade junto ao eleitorado –, deixando claro que os agentes políticos da UDN deveriam necessariamente corresponder aos anseios de seus eleitores, supostamente como os concebiam os jornais. Durante a composição ministerial e a Reforma Administrativa, os periódicos utilizaram o eleitorado udenista como referência das obrigações que o partido deveria cumprir, já no processo de

²³⁹ Porém, não esqueçamos que nem todos os periódicos foram originalmente contra a participação de capital estrangeiro, posto que o único que fez esta defesa desde o início foi *O Globo*, os demais passaram a se aproximar desta posição ao demarcarem sua rejeição ao projeto do monopólio estatal que tinha como base de sua sustentação o suposto risco decorrente da intervenção do capital estrangeiro no setor petrolífero, considerado estratégico por todos.

criação da Petrobrás, a crítica à traição da UDN ao seu passado, às bandeiras com as quais era tradicionalmente identificada, tem na infidelidade aos eleitores seu ponto mais alto.

Não podemos esquecer de que a avaliação negativa sobre a postura do partido no caso do petróleo foi tanta que os impressos fizeram associações categóricas entre a UDN e os planos comunistas, o que, possivelmente, constituía-se em uma denúncia grave junto aos seus eleitores e adeptos, no sentido contrário dos princípios sob os quais a agremiação se edificou. Além do mais, ainda foram imputadas a UDN a irresponsabilidade do partido de colaborar com o atraso econômico e social do Brasil e ter tomado o caminho do monopólio estatal do petróleo por motivações “eleitoreiras”.

Estas últimas críticas a que nos referimos e que foram feitas em especial pelo *Correio* e pelo *Globo*, parecem-nos elaboradas a partir de um pensamento conservador e antipopular, uma vez que aparentam se fundar em uma espécie de “descrença” na capacidade das massas em se decidir pela “boa política”, em reger os próprios destinos. Embora a análise das ideias políticas não tenha feito parte do escopo da presente pesquisa, acreditamos que os resultados podem ensejar a formulação de hipóteses acerca de uma visão elitista que estaria por trás da concepção de democracia dos jornais, amparada em princípios como a excelência das elites e a restrição à participação popular na política.

Finalmente, pudemos concluir com os resultados das análises realizadas neste trabalho que, quando a UDN sinalizou com a possibilidade de fazer parte do governo, através das suas divisões internas na formação do gabinete de “experiência”, os jornais foram taxativos em condenar quaisquer aproximações nestes termos; quando à agremiação foi solicitado auxílio na elaboração de uma política pública, vindo a participar colaborativamente, os diários representaram positivamente a oportunidade; e, por fim, quando a UDN entrou em contradição com os programas defendidos pelos periódicos, eles investiram com considerável força na deslegitimação de sua tese, bem como na desqualificação do partido.

Portanto, o estudo das representações sociais sobre a União Democrática Nacional em parte da grande imprensa carioca da primeira metade da década de 50, demonstrou-nos que as convergências entre os jornais e o partido se deram quando as posições da sigla corresponderam às expectativas dos periódicos, caso contrário, os impressos não se furtaram de se colocar ao lado de projetos e programas diferentes dos defendidos pela UDN, inclusive desabilitando suas propostas com ataques que depreciaram a agremiação com o que lhe devia ser mais caro, a sua base eleitoral.

Dessa forma, percebemos que as afirmações categóricas sobre uma suposta subordinação dos jornais *Correio da Manhã*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil* à UDN, pouco se sustentam diante da análise empírica. Os resultados da investigação também nos permitiram constatar uma pluralidade de posições adotadas pelas folhas em face das iniciativas do governo de Getúlio Vargas, com os impressos não demonstrando constância nas críticas, tampouco coordenação em arremeter contra o Presidente.

À vista disso, esperamos ter contribuído, em alguma medida, com a historiografia sobre o Segundo Governo Vargas e, em especial, com o tema que trata da relação entre a imprensa e a política no período.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

ABREU, Alzira Alves de; LETMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In.: GÔMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ABREU, Marcelo de Paiva. **A economia brasileira 1930-1964**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia - PUC-Rio, 2010. (Texto para Discussão. N° 585).

ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 179-227.

ALBUQUERQUE, Afonso. Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política. In: org.: RUBIM; BENTZ; PINTO (org.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 1998.

BAER, Werner. **A industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____, Maria Vitória de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2017.

_____. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Perspectiva, 1989.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CAMARGO, Aspásia (coord.) **Memória da Petrobrás**. Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás. Serviço de Comunicação Social – Sercom, Rio de Janeiro, 142 p.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CHALABY, J. **O Jornalismo como invenção anglo-americana**: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). *Media & Jornalismo*, Coimbra, v.1, n.3, 2003.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **O mundo como representação**. In: CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

CORRÊA, Luiz Antonio Villas-bôas. **Villas-bôas Correia** (depoimento, 1997). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

D'ARAÚJO Maria Celina. **Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____, Maria Celina Soares. **O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política**. 2º ed., São Paulo: Ed. Ática, 1992.

DELGADO, Lucilia. **Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos desafios e conflitos na democracia**. In: DELGADO, Lucilia & FERREIRA, Jorge (org.). *O Tempo da experiência democrática: da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-155.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS**. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a Constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)**. São Paulo: Paz e Terra, 1ª ed., 1985.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986.

FAUSTO, Boris. **A vida política**. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Olhando para dentro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 91-141.

FLEISCHER, David Verge (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção: 1906-1954**. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1987.

GOLDENSTEIN, Gisela. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.

HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **O fracasso das “fórmulas” e a candidatura Vargas em 1950**. In: SILVA, Suely Braga da (coord.). E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas. CPDOC/FGV, 2004.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano**. 2 ed. São Paulo: Ed. SENAC, 1998.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54)**. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 161 – 203.

_____, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra: 2000.

LIMA Jr., Olavo B. L. O sistema partidário brasileiro: 1945-1962. In: FLEISCHER, David V. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1981, p. 29.

MALAN, Pedro. **Relações econômicas internacionais do Brasil: 1945-1964**. In: FAUSTO, Bóris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. 2. Ed. São Paulo: Difel, 1986. Tomo III: O Brasil Republicano, 4º vol.: Economia e Cultura, 1930-1964.

MARTINS, Luis Carlos Passos. **A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MOURA, Gerson. **A Campanha do Petróleo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986. (Coleção Tudo É História).

NICOLAU, Jairo Marconi. **A participação eleitoral**: evidências sobre o caso brasileiros. VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais: Coimbra, 2004b. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JairoNicolau.pdf>>

_____, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004a.

PAULA, Christiane Jalles de et alli. (coord). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

PEIXOTO, Antonio Carlos. **O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945 – 1964)**. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 71 – 113.

PEREIRA, Jesus Soares. **Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: A luta pela emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Lavina M. **Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808 – 1964)**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

_____. **Clientelismo, corrupção e publicidade**: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? Ciberlegenda, Niterói, n. 8, 2002.

_____. **Jornalismo, literatura e política**: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.1 n. 31, 2003.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa**. São Paulo: Summus, 1985.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A formação dos Partidos Nacionais**. In: FLEISCHER, David (org.). Os Partidos Políticos no Brasil. V. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SOARES, Otávio Dulci. **“A UDN e o antipopulismo no Brasil” Belo Horizonte, UFMG, 1977**. Tese (Mestre em ciências humanas) UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. **A Reforma Administrativa da Era de Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas

_____, Beatriz Marques de Souza. **Reforma administrativa federal brasileira: passado e presente**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

WIRTH, John Davis. **A Política do desenvolvimento na Era de Vargas**. Tradução de Jefferson Barata. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

**APÊNDICE A – TABELAMENTO DE DADOS – ANÁLISE DE CONTEÚDO
(UNITARIZAÇÃO)**

Dados gerais

Tabulação de dados – Número total de textos analisados e número de textos analisados por tipo em cada jornal				
Total de textos = 142				
Tipos textuais	Total de tipos	CM	OG	JB
Editorial princ.	58	32	05	21
Editorial supl.	57	09	11	37
Coluna	09	04	05	-
Artigo	18	02	02	14
Total	142	47	23	72

Tabulação de dados – Número de tipos por Un. de Contexto <i>Correio da Manhã</i>			
Tipos Textuais	Composição Min. de Experiência	Reforma Administrativa	Processo Criação Petrobrás
Editorial princ.	15	01	16
Editorial supl.	02	04	03
Coluna	02	02	-
Artigo	01	-	1
Total	20	7	20

Tabulação de dados – Número de tipos por Un. de Contexto <i>O Globo</i>			
Tipos Textuais	Composição Min. de Experiência	Reforma Administrativa	Processo Criação Petrobrás
Editorial princ.	01	-	04
Editorial supl.	07	02	02
Coluna	-	04	01
Artigo	-	01	01
Total	8	7	8

Tabulação de dados – Número de tipos por Un. de Contexto <i>Jornal do Brasil</i>			
Tipos Textuais	Composição Min. de Experiência	Reforma Administrativa	Processo Criação Petrobrás
Editorial princ.	-	09	12
Editorial supl.	-	28	09
Coluna	-	-	-
Artigo	1	09	05
Total	1	46	26

Tabulação de dados – Número de Un. de Registro por Un. de Contexto <i>Correio da Manhã</i>				
Un. de Registro	Comp. Min. de Experiência	Reforma Administrativa	Proc. Criação Petrobrás	Total
UDN (+)	13	02	04	19
UDN (-)	01	03	16	20
UDN (0)	01	02	-	03

Tabulação de dados – Número de Un. de Registro por Un. de Contexto <i>O Globo</i>				
Un. de Registro	Comp. Min. de Experiência	Reforma Administrativa	Proc. Criação Petrobrás	Total
UDN (+)	2	3	2	7
UDN (-)	2	2	4	8
UDN (0)	4	2	2	8

Tabulação de dados – Número de Un. de Registro por Un. de Contexto <i>Jornal do Brasil</i>				
Un. de Registro	Comp. Min. de Experiência	Reforma Administrativa	Proc. Criação Petrobrás	Total
UDN (+)	-	1	-	1
UDN (-)	1	1	15	16
UDN (0)	-	44	11	55

APÊNDICE B – CLASSIFICAÇÕES DE ANÁLISE (CATEGORIZAÇÃO)

LINHA DE AÇÃO UDN
Linha de Ação – Ministério da experiência [LA-MEX]
Linha de Ação – Ministério de Experiência – Adesão [LA-ME=ADS]
[LA-ME=ADS-TP] traição ao programa
[LA-ME=ADS-TD] traição à doutrina
[LA-ME=ADS-FU] falta de unidade
[LA-ME=ADS-FC] falta de conteúdo
Linha de Ação – Ministério de Experiência – Oposição [LA-ME=OP]
[LA-ME=OP-FP] fidelidade ao programa
[LA-ME=OP-FE] fidelidade ao eleitorado
[LA-ME=OP-FPI] força política independente
[LA-ME=OP-FAD] força antidemagógica
[LA-ME=OP-OPC] oposição consciente
[LA-ME=OP-OF] oposição franca
Linha de Ação – Reforma Administrativa [LA-RA]
Linha de Ação – Reforma Administrativa – Adesão [LA-RA=ADS]
[LA-RA=ADS-PC] participação cautelosa
[LA-RA=ADS-MI] manutenção da independência
[LA-RA=ADS-FP] fidelidade ao programa
[LA-RA=ADS-BP] benefício político
[LA-RA=ADS-PS] prestígio social
[LA-RA=ADS-CI] colaboração incondicional
[LA-RA=ADS-FIN] favorável aos interesses nacionais
Linha de Ação – Reforma Administrativa – Oposição [LA-RA=OP]
[LA-RA=OP-OPC] oposição consciente
[LA-RA=OP-OPI] oposição independente
[LA-RA=OP-OPI] oposição irracional
[LA-RA=OP-CIN] contrária aos interesses nacionais
Linha de Ação – Processo Criação Petrobrás [LA-PCP]
Linha de Ação – Processo Criação Petrobrás - Adesão [LA-PCP=ADS]

[LA-PCP=ADS-FP] fidelidade ao programa
[LA-PCP=ADS-FD] fidelidade à doutrina
[LA-PCP=ADS-FT] fidelidade à tradição
[LA-PCP=ADS-PL] partido do liberalismo
Linha de Ação – Processo Criação Petrobrás – Oposição [LA-PCP-OP]
[LA-PCP-OP-TP] traição ao programa
[LA-PCP-OP-TD] traição à doutrina
[LA-PCP-OP-TT] traição à tradição
[LA-PCP-OP-IE] interesse eleitoreiro
[LA-PCP-OP-AC] associação ao comunismo
[LA-PCP-OP-FU] falta de unidade
[LA-PCP-OP-FC] falta de conteúdo

APÊNDICE C – Quantidade de textos por periódico conforme o gênero jornalístico em cada categoria de linha de ação

Unidades de Contexto	Linha de ação da UDN			
Ministério da Experiência	Adesão [LA-ME=ADS]			
		Correio da Manhã	O Globo	Jornal do Brasil
	[LA-ME=ADS-TP] traição ao programa	1 Editorial principal	--	--
	[LA-ME=ADS-TD] traição à doutrina	--	--	--
	[LA-ME=ADS-FU] falta de unidade	1 Editorial principal	2 Editorial complementar	1 Artigo
	[LA-ME=ADS-FC] falta de conteúdo	--	1 Editorial complementar	1 Artigo
	Oposição [LA-ME=OP]			
		Correio da Manhã	O Globo	Jornal do Brasil
	[LA-ME=OP-FP] fidelidade ao programa	1 Editorial principal	--	--
	[LA-ME=OP-FE] fidelidade ao eleitorado	1 Editorial principal	1 Editorial principal	--
	[LA-ME=OP-FPI] força política independente	4 Editoriais principais	1 Editorial principal	--
	[LA-ME=OP-FAD] força antidemagógica	1 Editorial principal	--	--
	[LA-ME=OP-OPC] oposição consciente	--	1 Editorial principal	--
[LA-ME=OP-OF] oposição franca	12 Editoriais principais	--	1 Artigo	

Unidades de Contexto	Linha de ação da UDN			
Reforma Administrativa	Adesão [LA-RA=ADS]			
		Correio da Manhã	O Globo	Jornal do Brasil
	[LA-RA=ADS-PC] participação cautelosa	1 Editoriais principais 3 Editorial complementares	1 Editorial principal 2 Editoriais complementares	4 Editoriais principais
	[LA-RA=ADS-MI] man. da independência	1 Editorial principais 3 Editorial complementares	1 Editorial principal 2 Editoriais complementares	4 Editorial principal 7 Editoriais complementares
	[LA-RA=ADS-FP] fidelidade ao programa	1 Editorial complementar	1 Editorial complementar	--
	[LA-RA=ADS-BP] benefício político	1 Editorial principal	2 Editoriais complementares	3 Editoriais principais 6 Editoriais complementares
	[LA-RA=ADS-PS] prestígio social	1 Editorial principal	2 Editoriais complementares	1 Editorial complementar
	[LA-RA=ADS-CI] colaboração incondicional	1 Editorial principal	--	--
	[LA-RA=ADS-FIN] fav. aos interesses nacionais	1 Editoriais principais	1 Editorial principal 2 Editoriais complementares	2 Editoriais principais 1 Editorial complementar
		Oposição [LA-RA=OP]		
		Correio da Manhã	O Globo	Jornal do Brasil
	[LA-RA=OP-OPC] oposição consciente	--	1 Editorial principal 2 Editoriais complementares 1 coluna não-ass.	--
	[LA-RA=OP-OPI] oposição independente	1 Editoriais principais 3 Editorial complementares 1 coluna não-ass.	1 Editorial principal 2 Editoriais complementares	4 Editoriais principais 6 Editoriais complementares
	[LA-RA=OP-OPI] oposição irracional	1 Editorial principal 3 Editorial complementares	--	--
	[LA-RA=OP-CIN] contrária aos inter. nacionais	2 Editoriais complementares	--	--

Unidades de Contexto	Linha de ação da UDN			
Proc. de criação da Petrobrás	Adesão [LA-PCP=ADS]			
		Correio da Manhã	O Globo	Jornal do Brasil
	[LA-PCP=ADS-FP] fidelidade ao programa	2 Editoriais principais	2 Editoriais principais	--
	[LA-PCP=ADS-FD] fidelidade à doutrina	1 Editorial principal	--	--
	[LA-PCP=ADS-FT] fidelidade à tradição	2 Editoriais principais	2 Editoriais principais	2 Editoriais principais
	[LA-PCP=ADS-PL] partido do liberalismo	1 Editorial principal	--	--
	Oposição [LA-PCP=OP]			
		Correio da Manhã	O Globo	Jornal do Brasil
	[LA-PCP-OP-TP] traição ao programa	4 Editoriais principais 3 Editoriais complementares	3 Editoriais principais 1 Editorial complementar 1 Artigo	6 Editoriais principais 2 Editoriais complementares
	[LA-PCP-OP-TD] traição à doutrina	2 Editoriais principais	1 Editorial principal 1 Artigo	--
	[LA-PCP-OP-TT] traição à tradição	2 Editoriais principais	2 Editoriais principais 1 Artigo	3 Editoriais complementares
	[LA-PCP-OP-IE] interesse eleitoreiro	5 Editoriais principais 3 Editoriais complementares	3 Editoriais principais	--
	[LA-PCP-OP-AC] associação ao comunismo	4 Editoriais principais 3 Editoriais complementares	3 Editoriais principais 1 Editorial complementar	--
	[LA-PCP-OP-FU] falta de unidade	4 Editoriais principais 2 Editoriais complementares	2 Editoriais principais 1 Artigo	1 Editorial principal
[LA-PCP-OP-FC] falta de conteúdo	1 Editorial principal	--	--	

APÊNDICE D - CORREIO DA MANHÃ

CORREIO DA MANHÃ - Quarta-feira, 28 de Maio de 1952

1º Caderno

O EXTRAVIO DA U. D. N.

Editorial Principal

Das novas prioridades, porém que apontam a profusão de atividades, não se trata de uma política de expansão, mas de uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio de uma política de equilíbrio...

Coluna Não-assinada

Uma vez mais, a U. D. N. apresenta-se com uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

MEIOS DE PAGAMENTO E RENDA NACIONAL

Editorial Complementar

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

NOTÍCIA

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

Opinião e mandado

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

Artigo

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

MISSÕES

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

Editorial Complementar

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

A VISITA DE ACHESON AO BRASIL

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

Artigo

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

COMERCIO DE TECIDOS COM O BRASIL

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

Editorial Complementar

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

TOPICOS & NOTICIAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

SR. GETULIO VARGAS FICARA NO PARLAMENTO DAS MANGUEIRAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

COM DESTINO A MATO GROSSO E GOIAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

Coluna Não-assinada

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

A USINA TERMO-ELETRICA DE CANDIOTA

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

EM PARANÁ

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

COMISSÃO QUE RESSURTE

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

MAE DO MARINHEIRO MORTO

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

NO CASO DO MERCADO DE NOVA TORO

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

PARA RECORDE DE ALGODÃO EM MINAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

NOVO PRESIDENTE DA CAIXA DE PESSOAS DA LEOPOLDINA

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

NO CAFFETE

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA CONFERENCIA DAS CENTRAIS ELÉTRICAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

EM MATO GROSSO

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

NOVA CONTRIBUICAO

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA CONFERENCIA DAS CENTRAIS ELÉTRICAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA CONFERENCIA DAS CENTRAIS ELÉTRICAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA CONFERENCIA DAS CENTRAIS ELÉTRICAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

EMPARTE DO MINISTRO INTERIO DO TRABALHOS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

ASSISTENCIA A MATERNOIDADE E A INFANCIA DO NORDESTE

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

TRINTA MILHARES PARA OS PESSOAS ASPIRADAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

TRINTA MILHARES PARA OS PESSOAS ASPIRADAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

EM PARANÁ

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

NOVA CONTRIBUICAO

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA CONFERENCIA DAS CENTRAIS ELÉTRICAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA CONFERENCIA DAS CENTRAIS ELÉTRICAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA CONFERENCIA DAS CENTRAIS ELÉTRICAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA CONFERENCIA DAS CENTRAIS ELÉTRICAS

Uma política de equilíbrio, de uma política de equilíbrio...

APÊNDICE G - O GLOBO

NA SALA DOS DEPUTADOS
LUTA EM TORNO DA PETROBRAS
A sessão foi interrompida por um episódio de estrepitosa...

Coluna Não-ass.
O presidente da Câmara dos Deputados...

Foi guardado na Argentina o dinheiro para a nova propaganda nazista
O O GLOBO a respeito da entrega de fundos...

PERFEITA a falsificação dos bonus
A próxima semana o laudo da Casa da Moeda...

Deserviu a causa do tenente
Revelações surpreendentes
Falam a O GLOBO e o fotógrafo agredidos pelo Sr. Romeiro Neto

MAIORES DOAÇÕES PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SAUDE PUBLICA
Em 1953 haverá, nesse setor da administração...

Trabalhadores horistas
O trabalho dos horistas em geral...

PERFEITA a falsificação dos bonus
A próxima semana o laudo da Casa da Moeda...

Deserviu a causa do tenente
Revelações surpreendentes
Falam a O GLOBO e o fotógrafo agredidos pelo Sr. Romeiro Neto

Coluna Não-ass.
O presidente da Câmara dos Deputados...

Foi guardado na Argentina o dinheiro para a nova propaganda nazista
O O GLOBO a respeito da entrega de fundos...

PERFEITA a falsificação dos bonus
A próxima semana o laudo da Casa da Moeda...

Deserviu a causa do tenente
Revelações surpreendentes
Falam a O GLOBO e o fotógrafo agredidos pelo Sr. Romeiro Neto

MAIORES DOAÇÕES PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SAUDE PUBLICA
Em 1953 haverá, nesse setor da administração...

Trabalhadores horistas
O trabalho dos horistas em geral...

PERFEITA a falsificação dos bonus
A próxima semana o laudo da Casa da Moeda...

Deserviu a causa do tenente
Revelações surpreendentes
Falam a O GLOBO e o fotógrafo agredidos pelo Sr. Romeiro Neto

MAIORES DOAÇÕES PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SAUDE PUBLICA
Em 1953 haverá, nesse setor da administração...

Comprometida a defesa do tenente

Coação, num depoimento com a assistência da mãe, do padrastrado e de um representante do Ministério Público... - Mentiras gritantes contra o depoimento feito, nenhuma interferência houve do seu ex-advogado...

A OPINIÃO pública ficou estupefata com o depoimento de Maria Matias... O Sr. Romeiro Neto estava com o auxílio de quem bebera muito...

A posição do advogado Plínio Lenos
Aqui, é preciso esclarecer a posição do advogado Plínio Lenos...

A entrevista a O GLOBO
Quando Maria decidiu receber O GLOBO, para confirmar o que declarou a Polícia...

Complicou-se a situação
Mas, paradoxalmente, o patrono do tenente, longe de desistir...

Deserviu a causa do tenente
Revelações surpreendentes
Falam a O GLOBO e o fotógrafo agredidos pelo Sr. Romeiro Neto

MAIORES DOAÇÕES PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SAUDE PUBLICA
Em 1953 haverá, nesse setor da administração...

Trabalhadores horistas
O trabalho dos horistas em geral...

PERFEITA a falsificação dos bonus
A próxima semana o laudo da Casa da Moeda...

8-8-52
A esperança de recuperar o chassis
O reporter tinha impetos de reagir ferozmente, mas, vendo que o advogado tinha na mão o chassis...

Avançar não será ovidio no próximo segundo-feira
Waldemar Pinheiro será ouvido na próxima segunda-feira e já se encontra no Rio...

Um antepassado longo
O Promotor requer elementos, também, sobre a família do tenente...

Advogado Milton Sales
O Sr. Milton Sales teve atitudes decisivas no interrogatório de Maria...

MAIORES DOAÇÕES PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SAUDE PUBLICA
Em 1953 haverá, nesse setor da administração...

Trabalhadores horistas
O trabalho dos horistas em geral...

PERFEITA a falsificação dos bonus
A próxima semana o laudo da Casa da Moeda...

Deserviu a causa do tenente
Revelações surpreendentes
Falam a O GLOBO e o fotógrafo agredidos pelo Sr. Romeiro Neto

MAIORES DOAÇÕES PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA SAUDE PUBLICA
Em 1953 haverá, nesse setor da administração...

APÊNDICE H - O GLOBO

Henrique Pongetti apresenta O SHOW DA CIDADE

SOCE (Ilustração de Areland)

Mônica da Cunha chegou de São Paulo com o rosto de adriana e o coração para a primeira vez...

Assim estava — estado poético na direção de Álvaro Páez...

O resto acontece lá a caminho do teatro. Tinha se separado...

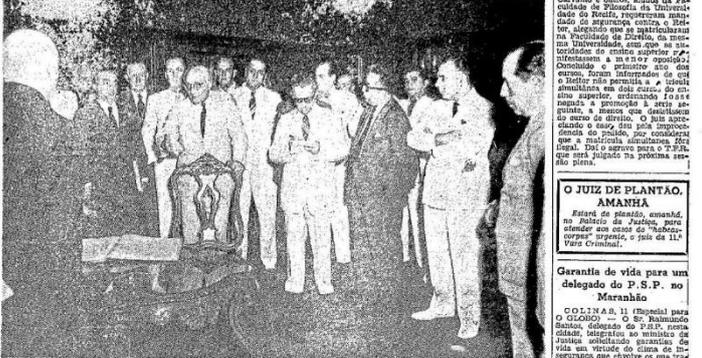
A FRASE DO DIA



WHISKY, Notícias do DASP, O regulamento do serviço de taxis, Vale Quanto Pesca, FRAGOL, SABONETE, O sabonete das famílias...

VULTOSA OPERAÇÃO IMOBILIÁRIA

Assinada a escritura de venda do Edifício Industrial no Banco do Brasil



Flamengo colheu pela manhã no gabinete da presidência do Banco do Brasil...

Quando da palavra, na solenidade, o Sr. governador...

Quando de um encontro do Sr. diretor...

LEGAL A MATRÍCULA SIMULTANEA EM DOIS CURSOS DO ENSINO SUPERIOR

O T. F. R. vai apreciar o mandado de segurança impetrado contra o reitor...

O JUIZ DE PLANTÃO, AMANHÃ

Garantia de vida para um delegado do P. S. P. no Maranhão

Crédito para a liquidação do contrato com o Guiz...

DEMOCRACIA E CORRUPÇÃO

Democracia e corrupção...

Mais de Cr\$ 100.000.000,00 em auxílios-maternidade a industriários

Mais de Cr\$ 100.000.000,00 em auxílios-maternidade a industriários...

HEMORRÓIDAS - GINECOLOGIA, DRA. ELENA COELHO, Avenida São Francisco, 11 - 4º andar - tel. 470 e 421

ANEXO A - REGULAMENTO UDENISTA

Ronivio Mayzendeire 10

PROGRAMA A QUE SE REFERE O ARTº 2º

DOS ESTATUTOS : -



A UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL preconiza e apoia um processo de democratização do Brasil, de fim construtivo e social, capaz de promover o progresso político e econômico e o bem-estar de todos os brasileiros.

Interpretando as correntes que a compõem, a UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL delinea a reestruturação destinada a alcançar esses objetivos, pela ação do Estado e o desenvolvimento de todas as forças criadoras da Nação.

DEMOCRACIA

I - Atingir a realidade democrática : a) pelo exercício efetivo das liberdades que lhe são inerentes - de pensamento em todas as suas formas de manifestação, de reunião, de associação, de ensino, de religião e de culto e de organização partidária e sindical; b) por um regime representativo consciente e legítimo, mediante o voto universal, direto e secreto, reconhecido o direito de representação proporcional.

Esses princípios deverão ser assegurados por leis que estabeleçam severas penalidades para os crimes contra as liberdades públicas e para os crimes eleitorais.

O processo eleitoral, para sua maior garantia, deverá ficar a cargo do poder judiciário.

II - Manter a federação em bases que, sem restringir a autonomia dos Estados, fortaleça a unidade política nacional.

III - Reconstituir a vida municipal, como ponto de apoio da organização democrática, pelo seu contacto imediato com a comunidade nacional, e beneficiá-la, mais equitativamente, na discriminação das rendas, atribuindo-lhe, ainda, uma percentagem dos impostos arrecadados pela União e pelo Estado no Município.

IV - Reintegrar nos Estados de que foram desmembrados os Territórios que não interessarem, diretamente, à defesa da fronteira.

V - Reorganizar o Poder Judiciário, facultando uma Justiça acessível e rápida, gratuita para os pobres, que assegure todos os direitos que a Democracia consagra, como condição de equilíbrio político e social.

A ADMINISTRAÇÃO

I - Descentralizar a administração pública, sem exclusão dos planos gerais de interesse comum e da interdependência que favoreça uma cooperação útil na solução dos problemas.

II - Racionalizar e simplificar a máquina administrativa, tornando-a produtiva e flexível, dentro de um regime de autonomia de ação e de rigorosa responsabilidade.

III - Conceder ao funcionalismo público maiores direitos e

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Alfeu Felisberto
 ALFEU FELISBERTO - RUA DO ROSÁRIO, 111 - RIO

Antonio Henrique 11

vantagens, considerando que, bem remunerado, poderá ser selecionado produzirá, em menor número, mais e melhor.



O HOMEM

I - Preparar o homem brasileiro para sua missão econômica e social: a) - elevando-o do nível primitivo a que se acha ainda reduzido, em grande parte, pela outorga das condições de bem-estar que constituirão, ao mesmo tempo, condições de maior produtividade, como: casa, alimentação, vestuário e assistência médica; b) - valorizando-o pela cultura física, pela educação e, principalmente, pelo ensino técnico profissional; c) organizando os serviços de saúde pública, como problema fundamental, desde os planos de puericultura e de combate às endemias, a todas as formas de preservação da vida.

II - O problema de educação, fundamental, como o da saúde, deverá obedecer a um plano geral, compreendendo a União, os Estados e os Municípios, que lhe assegure verbas previstas por proceitos constitucionais e a necessária continuidade, tendo-se em vista para esses fins: a) a convocação de uma convenção nacional de Educação para o completo estudo do problema, dentro de um âmbito nacional, sem quebra da autonomia dos Estados; b) a máxima extensão da rede escolar primária, transformando a escola pública, além do órgão de instrução, em órgão de assistência social, como meio também de estimular uma frequência eficiente; c) adaptar a escola, principalmente a rural, à vida real brasileira; d) criação de colônias-escolas, internatos rurais e instituições do mesmo tipo de educação primária e profissional para as populações que não possam ser beneficiadas pela rede escolar nacional; e) ampliação ao máximo do ensino técnico profissional, ajustando-o com as escolas primárias, secundárias e superiores; f) educação supletiva pelo aproveitamento de todos os veículos de educação popular: rádio-difusão, cinematografia, cartazes, discos, etc.; g) obrigatoriedade do ensino primário urbano; h) gratuidade do ensino público em todas as modalidades e em todos os graus; i) eliminação das taxas que gravam os estabelecimentos particulares, reprimindo, ao mesmo tempo, a indústria do ensino; j) autonomia técnica e financeira do ensino superior, mantido com patrimônios inalienáveis; k) formação de professores, inclusive pela criação de escolas normais rurais, garantindo-lhes a necessária independência econômica, para que se possam dedicar à sua elevada missão; l) criação da carreira de professor secundário e de professor universitário; m) promover, com a cooperação de todos os brasileiros, uma campanha nacional de alfabetização de adultos.

III - Incorporar a esse material humano os elementos mais úteis das correntes imigratórias, sob todos os aspectos, procurando atrair, notadamente, técnicos e operários especializados aptos à agricultura e à indústria, os quais deverão ser distribuídos, de conformidade com as necessidades de cada região e o interesse da unidade nacional.

IV - adotar uma política de costumes que coíba os vícios e grandes dissolventes da nossa formação moral.

O CAPITAL

I - Apelar para o capital estrangeiro, necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento das nossas reservas inexploradas, dando-lhe um tratamento equitativo e liberdade para a saída dos juros.

II - Incrementar a economia, criando novas riquezas que além dos investimentos previstos, formem o capital nacional a ser aplicado no desenvolvimento desse plano e na elevação do nível de vida.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Alfredo de Sá
 ALFRED DE SA, SECRETARIO DO REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS

Arquivo Mayrink 12

III - O Estado deverá dar o exemplo da racional mobilização desses recursos : a) mantendo o equilíbrio orçamentário; b) valorizando a moeda, por todas as formas, principalmente, evitando a inflação do meio circulante; c) valorizando as despesas e evitando despesas superfluas.

A TÉCNICA

I - Dotar o Brasil de uma organização racional, de cunho técnico e científico, com o aparelhamento de institutos de pesquisa, laboratórios e todos os instrumentos destinados : a) a elevar a capacidade da produção; b) a descobrir e criar novas despesas;

II - mobilizar para essa racionalização todos os recursos que visem o aproveitamento : a) das reservas petrolíferas e de carvão; b) das fontes de energia elétrica que representam a solução natural, num país, como o nosso, pobre de combustíveis, da industrialização e dos transportes; c) das reservas de ferro para a grande siderurgia, como meio de criar uma nova civilização de trabalho.

A TERRA

I - Para que a terra possa atender às justas solicitações de preços remuneradores para o produtor e acessíveis ao consumidor, cumpre:

a) defendê-la da erosão, da seca, da inundação, dos pantanos, da derrubada e da queimada; b) torna-la mais fértil pelos necessários suprimentos; c) mecanizar a lavoura; d) conceder o crédito agrícola; e) reduzir os gravames fiscais que depauperam o trabalho e a produção; f) tornar mais atrativo o ambiente rural, pelas condições de higiene, conforto e distração e pelo interesse material que produzir, como meio, antes de tudo, de fixar o trabalhador no campo.

II - A política agrária terá os seguintes objetivos : a) - colonizar as grandes áreas devolutas ou escassamente povoadas; b) promover o parcelamento progressivo da terra; criando, em cada núcleo de pequenas propriedades, um centro de assistência técnica e financeira, servindo, principalmente, de máquinas, tratores e fertilizantes, que atenda, dessa forma mais econômica, a maior soma de necessidades; c) reservar em cada grande propriedade uma área suficiente para a horta e a cultura de cereais necessárias à subsistência do trabalhador, dispensando-lhe o tempo necessário para cultivá-la; d) criar cooperativas que libertem os lavradores da especulação dos intermediários; e) preparar as necessárias instalações para o armazenamento e a conservação dos produtos; f) montar indústrias locais para o preparo dos produtos e ocupação na entre-safra; g) criar em todas as cidades e, em geral, nos maiores centros de consumo a chamada "cintura verde" para o seu abastecimento.

III - Fixar as bases definitivas da política dos produtos mais importantes, pelo volume e valor, como o café, o açúcar, o algodão, o cacau e a borracha, em conferências das partes interessadas, tendo em vista, a par da assistência técnica e financeira e das medidas de proteção, transformar os seus atuais órgãos em entidades livres.

IV - Utilizar os campos naturais e as áreas desaproveitadas, notadamente, dos Estados de Mato-Grosso e Goiás, para o desenvolvimento da pecuária, nas proporções que comportam.

Alfredo Luís Lima

Orlando Monteiro 13

A INDUSTRIALIZAÇÃO

I - promover e estimular a industrialização do Brasil, com o fim de modernizar nossa organização de trabalho e de elevar o padrão de vida, subordinando essas diretrizes aos seguintes princípios:

a) - as indústrias estratégicas ficarão a cargo do Estado ou das Empresas organizadas com a sua orientação e, quando possível, participação; b) as indústrias leves, reputadas mais úteis, que puderem ter maior desenvolvimento pela variedade da matéria-prima nacional, terão favores especiais para a sua instalação; c) a tarifa de proteção industrial, em geral, só será mantida se a indústria favorecida, além de utilizar matéria-prima nacional, for dotada de um equipamento moderno que reduza o preço da produção; d) a pauta protecionista terá uma redução gradativa, para que não possam subsistir indústrias fictícias, mas somente as que demonstrarem eficiência pela concessão desse favor, não concorrendo, assim, para elevar o preço das utilidades no mercado interno.

II - só será permitida a exportação de recursos minerais e de matérias-primas que, pelas suas reservas, excedam as necessidades da indústria nacional organizada.

III - O Estado favorecerá o desenvolvimento industrial do País, além da redução dos direitos aduaneiros: a) - pelo crédito industrial; b) pela assistência técnica; c) pelo fomento da produção de matérias-primas; d) pela proibição dos cartéis e outras formas de monopólio da produção.

O COMÉRCIO

I - Implantar uma política comercial que estimule:

a) - o comércio interno, exonerando-o de exigências fiscais e regulamentares que embaracem os negócios e limitem o consumo, sem uma compensação real; b) o comércio externo, considerando as normas de cooperação econômica dos povos, sem óbices à exportação, que não sejam opostos pelo interesse nacional e, ao contrário, favorecendo-a pela procura de mercados;

II - estabelecer sanções mais rigorosas que defendam o consumidor da fraude e da especulação.

TRANSPORTES

I - considerar que a insuficiência e o desaparecimento dos transportes constitui o maior obstáculo à reconstrução material e à elevação de nível da civilização brasileira, para encetar esse problema:

a) - com a coordenação que, de acordo com o plano geral de viação, permita seu maior aproveitamento e economia, facilitando dessa forma, recursos para melhor equipamento; b) um plano de eletrificação que as vastas fontes de energia elétrica existentes no País facilitem e compensarão; c) com a exploração da navegação fluvial dotada de material adequado que sempre lhe faltou; d) com o aproveitamento dos novos transportes aéreos de grande capacidade, aperfeiçoados na guerra, para os longos percursos, como o extremo Norte; e) com a regulamentação da navegação de cabotagem, de maneira que, enquanto não puder ser atendida, satisfatoriamente, pelas empresas nacionais, a economia do país, sejam permitidos navios estrangeiros nesse serviço;

Orlando Monteiro

Carlos Magalhães 14

II - adotar um regime tarifario que, em vez de atrofiar a economia incipiente, a estimule, até que possa ser compensado pela expansão que comporte maiores onus.

REGIME FISCAL

I - Franquiar a exportação e suprimir as barreiras fiscais entre Estados e Municípios.

II - Revisão dos direitos aduaneiros, na seguinte base :

a) - livre entrada, durante a fase necessária para o aparelhamento nacional: - de locomotivas e todo material ferroviario e rodoviário especializado, não produzido no Paiz; de maquinas operatrizes e aparelhos industriais não fabricados no Brasil; de aviões, automoveis, caminhões e tratores de quaisquer tipos; da gasolina e do petroleo necessarios para esses veículos;

III - Reduzir o imposto de consumo que recair : a) - sobre generos alimenticios e de primeira necessidade, medicamentos e vestuário indispensaveis à classe media e pobre, suprimindo-os nas crises de escassez e de carestia; b) sobre instrumentos manuais de trabalho do operario e do trabalhador rural, inclusive o pequeno agricultor.

IV - Isentar de impostos de renda o minimo correspondente à manutenção de uma existencia digna e eficiente, tomando como padrão a vida da classe media.

POLITICA SOCIAL

I - O trabalho destina-se a crear a riqueza, mas, principalmente, a evitar o pauperismo. É este o principio que deverá dominar sua politica.

II - Proteger o trabalho, sob todas as formas, aperfeicoando a atual legislação e dando-lhe uma applicação mais humana e racional que torne seus beneficios efetivos.

III - Para que o seguro social possa atender às suas finalidades, urge :

a) - descentralizar os serviços administrativos, afim de obter presteza na concessão dos beneficios; b) calcular o valor dos auxilios nas pensões e aposentadorias, na base da constituição da familia e do custo da vida; c) aplicar o seguro-doença a todos os segurados.

IV - Conceder : a) - autonomia sindical; b) direito da greve.

V - Estudar, com a audiéncia dos interessados, uma formula de participação nos lucros que excederem da justa remuneração fixada para o capital.

INTERVENÇÃO DO ESTADO

I - A intervenção do Estado será direta ou indireta :

a) - para a elaboração, ouvidas as classes interessadas, dos pla-

Carlos Magalhães

Carlos Magalhães 14

II - adotar um regime tarifario que, em vez de atrofiar a economia incipiente, a estimule, até que possa ser compensado pela expansão que comporte maiores onus.

REGIME FISCAL

I - Franquiar a exportação e suprimir as barreiras fiscais entre Estados e Municípios.

II - Revisão dos direitos aduaneiros, na seguinte base :

a) - livre entrada, durante a fase necessária para o aparelhamento nacional: - de locomotivas e todo material ferroviario e rodoviário especializado, não produzido no Paiz; de maquinas operatrizes e aparelhos industriais não fabricados no Brasil; de aviões, automoveis, caminhões e tratores de quaisquer tipos; da gasolina e do petroleo necessarios para esses veículos;

III - Reduzir o imposto de consumo que recair : a) - sobre gêneros alimenticios e de primeira necessidade, medicamentos e vestuário indispensaveis à classe media e pobre, suprimindo-os nas crises de escassez e de carestia; b) sobre instrumentos manuais de trabalho do operario e do trabalhador rural, inclusive o pequeno agricultor.

IV - Isentar de impostos de renda o minimo correspondente à manutenção de uma existencia digna e eficiente, tomando como padrão a vida da classe media.

POLITICA SOCIAL

I - O trabalho destina-se a crear a riqueza, mas, principalmente, a evitar o pauperismo. É este o principio que deverá dominar sua politica.

II - Proteger o trabalho, sob todas as formas, aperfeicoando a atual legislação e dando-lhe uma applicação mais humana e racional que torne seus beneficios efetivos.

III - Para que o seguro social possa atender às suas finalidades, urge :

a) - descentralizar os serviços administrativos, afim de obter presteza na concessão dos beneficios; b) calcular o valor dos auxilios nas pensões e aposentadorias, na base da constituição da familia e do custo da vida; c) aplicar o seguro-doença a todos os segurados.

IV - Conceder : a) - autonomia sindical; b) direito da greve.

V - Estudar, com a audiência dos interessados, uma formula de participação nos lucros que excederem da justa remuneração fixada para o capital.

INTERVENÇÃO DO ESTADO

I - A intervenção do Estado será direta ou indireta :

a) - para a elaboração, ouvidas as classes interessadas, dos pla-

Carlos Magalhães

Octavio Mangabeira

nos que favoreçam o desenvolvimento dos diversos setores da economia; b) para suprir as deficiências da organização econômica; c) para garantir a segurança e os direitos do trabalhador intelectual e manual.

RELACIONES EXTERIORES

I - A politica externa do Brasil deverá inspirar-se : a) no interesse da colaboração entre os povos e no sentimento de fraternidade humana; b) nos postulados das Nações unidas; c) na integração da comunidade das Nações americanas.

SEGURANÇA NACIONAL

I - Restaurar o principio da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 : -

Artº 14 - As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da patria no exterior, e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierarquicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionais".

II - Organizar a industria militar.

Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 1945
Octavio Mangabeira

:-

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
Octavio Mangabeira
ALFONSO BELICISSIMO - RUA DO ROSARIO, 112 - RIO

BP

Instituto de Pêlo



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br